



09/08/05

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Declaro aberta a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 7, de 2005, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo, e as acusações no mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 01, 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr. Marcos Valério.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço a compreensão do todos, pois antes de dar por aberta a reunião, em caráter definitivo, tenho ainda algumas colocações a fazer.

Quero, inicialmente, dizer a todos os senhores que a ata da reunião anterior está aqui, à disposição de todos. Se alguém quiser ler a mesma ou então eu, desde logo, submeto à aprovação com a dispensa da leitura.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem. Sobre a ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Sobre a ata, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, a última reunião da CPMI, realizada na quinta-feira, quando foi a argüição do Deputado Roberto Jefferson, teve uma passagem que perguntei ao Deputado Roberto Jefferson a respeito...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Isso consta da ata, consta da ata.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Exato.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Consta da ata. Então esse assunto...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu estou encaminhando a V. Ex<sup>a</sup> a cópia sonora da gravação da entrevista do Sr. Armandinho Anache com a Sr<sup>a</sup> Clara, proprietária do restaurante Amarelinho...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. A Mesa recebe e agradece a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ... e, no momento oportuno, poderá ouvir inteiramente os sete minutos da entrevista.

Muito obrigado.

Está em mãos do Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

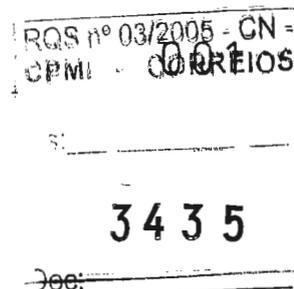
**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A Mesa agradece a diligência de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, em discussão a ata.

Em votação.

Aprovada.





09/08/05

Agora vamos às questões de ordem propostas.

Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, em função das declarações do Sr. Marcos Valério na imprensa de que desejaria um novo depoimento na Procuradoria-Geral da República para, sob proteção da lei da delação premiada, oferecer informações que ele não teria dado no depoimento anterior, sugiro a V. Ex<sup>a</sup> que iniciássemos esta reunião aberta e, no final, fosse consultado o Sr. Marcos Valério para que, se ele desejasse, em reunião fechada, poder aduzir mais dados. Se o depoente não se sentisse à vontade em reunião aberta, que em reunião fechada pudesse oferecer mais dados a todos nós. Portanto, faço essa sugestão a V. Ex<sup>a</sup> para que nós possamos proceder dessa maneira.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Para contraditar, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, acho que nós não podemos decidir de maneira subjetiva. Vamos iniciar o depoimento, vamos verificar o que tem que acontecer e, ao final, tomamos a decisão, até porque ele já disse mais de uma vez que queria dizer algo, e nunca disse nada, fica apenas nos enganando e protelando essa decisão. Não queria o depoimento da Renilda, não queria... A Simone queria também fazer fechado e, na verdade, está fazendo um jogo de cena. Portanto, não temos que decidir nada. Vamos ouvi-lo e acabou.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar sobre essa matéria. Aqui, Agnaldo Muniz.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agnaldo Muniz, com a palavra, é sobre... A matéria já foi colocada e já foi contraditada. Sobre essa matéria, vou decidir.

Eu entendo que, conforme o Regimento determina, a reunião é aberta, é pública; só será secreta se houver requerimento. Entendo que V. Ex<sup>a</sup>, nessa questão de ordem, sugere o requerimento, mas vamos antes ouvi-lo. Se for o caso que ele assim o decidir, nós imediatamente vamos atender o procedimento que V. Ex<sup>a</sup> sugeriu. É cauteloso, ele tem uma procedência, mas é preciso que alguém o requeira. Esperamos que, se assim o desejar, vamos oportunizar para o depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, o Senador Sibá Machado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, obrigado pela decisão de V. Ex<sup>a</sup>, que atende, em parte, a minha solicitação.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Atendo, mas, é evidente que o procedimento é um pouco diferente neste momento. Vamos decidir se houver esse pedido por parte dele ou por parte do Plenário. Qualquer um de V. Ex<sup>as</sup> poderá fazê-lo.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S:

Doc:



Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Apenas para esclarecimento desta Comissão, houve entendimento com a outra Comissão, a dos Correios, sobre a agenda de amanhã? Se houve, V. Ex<sup>a</sup> pode esclarecer esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós queremos mostrar a maior boa vontade, coisa que não temos recebido, a reciprocidade nesse fator. Até agora não recebemos quaisquer informações nem tivemos acesso aos dados levantados.

Entendemos que devemos ter cooperação. Foi-me sugerida uma consulta prévia pelo Senador Maguito Vilela, no exercício da Presidência, e eu imediatamente entendi que nós poderíamos fazê-la – é claro que **ad referendum** do Plenário. Então, poderemos fazer essa reunião conjunta. Precisaremos ter um local especial, porque não é possível, numa sala como esta, abrigar todos os membros das duas comissões. Então, digo a V. Ex<sup>a</sup> que, em princípio, de que há esse entendimento.

Quero, neste momento, ouvir o Relator, inicialmente, sobre esse pedido. O Relator tem a palavra para se pronunciar sobre a oportunidade ou não de uma reunião conjunta. Eu vejo que sim, mas ouço o Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, opino favoravelmente à reunião conjunta, porque seria um abuso do tempo dos Srs. Parlamentares realizarmos uma seqüência de duas sessões para ouvirmos a mesma pessoa. O parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Em discussão. (Pausa.)  
Em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com essa providência queriam permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Parabéns, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, o Deputado Coruja e, em seguida, o Deputado Odair.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, gostaria de saber se o **habeas corpus** concedido ao depoente vale para essa oitiva também.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Desculpe-me, não entendi.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sobre o **habeas corpus**.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Aqui não é necessário **habeas corpus**.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Só para...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não sei, mas eu nem vou pedir. É assunto que não me interessa. Aqui não precisamos de **habeas corpus**. Ele vem na condição de acusado e, como tal, poderá usar das prerrogativas constitucionais e das prerrogativas processuais.

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI = CORREIOS
002
3435
Doc:



Ele falará quando entender. Poderá declarar e esclarecer tudo o que puder. Certamente o fará em nome da verdade e em nome até da eficiência desse processo. Agora, ele poderá também se recusar. Ninguém é obrigado a auto-incriminar-se. Não é necessária decisão judicial para aquilo que está claramente estabelecido na Constituição e no Código.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Isso está esclarecido, mas eu gostaria de saber a informação...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não tenho informação, nem vou pedir informação. Se ele vier com qualquer **habeas corpus**, nem vou ler, porque não é necessário.

Agora, se houver outro delito, por exemplo, desacato ou de outra natureza, um flagrante delito, poderá haver prisão. Mas essa é uma satisfação excepcional que não espero.

Se alguém, como testemunha, vier a mentir, o perjúrio, tem de ser encaminhado para o devido processo legal. Não somos nós que vamos dar voz de prisão aqui dentro. Temos de nos conduzir dentro da lei e dar o exemplo à sociedade do que é o devido processo legal, do que é o equilíbrio e do que é, sobretudo, a decência e o respeito à cidadania. Mesmo o acusado é um cidadão e tem todas as prerrogativas constitucionais. Se ele deverá ser punido, será na forma da lei. Não seremos nós que iremos aqui antecipar e queimar etapas. Vamos conduzir as coisas com a absoluta legalidade.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu havia concedido a palavra ao Deputado Odair.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, na reunião anterior, fizemos um acordo de que – naquela oportunidade, era consenso entre os membros aqui presentes – a inscrição para inquirição dos depoentes fosse realizada nos primeiros trinta minutos relativos ao início da reunião, a contar do início da reunião. Indago a V. Ex<sup>a</sup> se esse procedimento é o que adotaremos a partir desta reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Este é o procedimento já adotado e que iremos adotar.

Submeterei à decisão do Plenário questão relacionada as inscrições. Estabelecemos que as inscrições iniciar-se-ão 30 minutos antes do início da reunião. Hoje, as prorrogaremos até às 13 horas; ou seja, as prorrogaremos uma hora e meia, 90 minutos, após o início da reunião. Então, para hoje, até às 13 horas, – vamos definir a hora a cada dia – as inscrições estarão abertas. Após esse prazo, não permitiremos inscrições de última hora. Penso que devemos estabelecer uma ordem, já que a palavra será franqueada conforme a hierarquia adotada, ou seja, primeiramente falam os membros Titulares, seguidos pelos membros Suplentes e pelos não-membros.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

RQS nº 03/2005 - CN.  
CPMI - CORREIOS

Fis: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A questão de V. Ex<sup>a</sup> é com relação a este tema?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, a questão é sobre inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, com relação à reunião de amanhã, que será conjunta, nós queremos saber...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Esse é um outro tema, que, inclusive, já foi decido, Deputado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, refiro-me às inscrições. Creio que poderemos ser prejudicados. Então, como será a inscrição dos membros desta CPMI com os de outras?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos propor a inscrição da mesma forma. É evidente que se lá o prazo for dilatado, não haverá prejuízo dos membros desta Comissão com a adoção de dois procedimentos distintos. Haverá um só procedimento. Hoje mesmo, no mais tardar até amanhã, acertaremos esse ponto. Vou designar o Vice-Presidente para estabelecer esses procedimentos. Portanto, amanhã, decidiremos uniformemente.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, posso dar uma sugestão?

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, a título de esclarecimento. Em conversa prévia com o Senador Maguito Vilela e com o Deputado Osmar Serraglio entendi que iremos compatibilizar ambas as listas, que serão intercaladas: falam os membros de uma CPMI e depois, os da outra, e assim por diante. Esse o procedimento que estamos acertando para o bom andamento dos trabalhos de amanhã.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Era essa a sugestão.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, há uma dúvida. Hoje, o jornal **O Globo** divulgou, por intermédio da jornalista Adriana Vasconcelos, em rede *On-line*, que o Relator da CPMI dos Correios deve decidir, em 10 dias, quais Parlamentares quebraram o decoro. Ou seja, no entendimento da CPMI dos Correios, quais seriam os Parlamentares envolvidos direta ou indiretamente com a questão do mensalão. Isso lá na CPMI dos Correios. Ocorre que a competência da CPMI dos Correios é averiguar situações de irregularidades, de envolvimento de Parlamentares e desvio de dinheiro por parte dos Correios, ao passo que à CPMI do Mensalão compete trabalhar essa questão. Daí, a minha indagação: S. Ex<sup>a</sup> tem competência de enviar para o Conselho de Ética nomes de Parlamentares que, supostamente, estariam envolvidos, ou S. Ex<sup>a</sup> teria que encaminhar para a CPMI do Mensalão essa questão? Temos que colocar um ponto final nisso, porque, caso contrário, estaríamos laborando em equívoco ou investigando





duplamente as pessoas sobre a mesma questão. A partir do momento em que a CPMI da Compra de Votos foi instalada acabou a competência da CPMI dos Correios sobre essa questão. Nesta reunião administrativa que aconteceu entre esta e a outra CPMI, pergunto: houve discussão, uma definição ou um acordo sobre o assunto para que a questão do mensalão seja discutida nesta Comissão? Ou a CPMI dos Correios irá continuar da mesma forma, investigando questões relativas à compra de votos?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nessa preliminar, V. Ex<sup>a</sup> indaga se a jurisdição é desta ou da outra Comissão.

Concedo a palavra ao Relator para que se pronuncie sobre o tema, emitindo um parecer sucinto sobre essa matéria.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, a razão única da constituição desta Comissão é a de apurar isso que, desgraçadamente, chamamos de mensalão, mas que está definido no ato de constituição desta Comissão como sendo o pagamento e o conseqüente recebimento de parcelas em dinheiro para votação de projetos de interesse do Governo. Portanto, se a matéria apurada lá está no contexto dessa definição, creio, salvo melhor juízo, que a competência jurisdicional para julgar o fato e investigá-lo antes é desta Comissão.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Presidente, para explicar esse fato...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB - RO) – Vamos logo decidir porque temos o depoente que está esperando, mas, em seguida, concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>. Mas vamos discutir essa matéria, só vou encaminhar.

Entendo que temos que fazer uma afirmação da nossa competência. Não há dúvidas, o Relator tem toda razão, e a questão de ordem formulada é procedente. A competência, a legitimidade ativa para encaminhamento é desta Comissão. Inclusive, todos os elementos, já solicitamos, já requeremos, já reiteramos, já fizemos toda sorte de providências, no sentido de buscar esses elementos para que esta Comissão possa trabalhar já com esse manancial de provas existentes. As coisas não estão acontecendo com a celeridade necessária, de qualquer maneira, já inclusive, agora, passo uma informação: estive com o Presidente Severino Cavalcanti e pedi, o adverti no sentido, uma advertência meramente informal, e vamos fazê-lo agora por escrito, de que esse material deve ser remetido a esta Comissão, porque entendo que temos essa competência e essa legitimidade ativa para encaminhar os casos. O que for encaminhado lá, não pode ir logo para o Conselho de Ética, tem que haver uma instância preliminar criada com a instalação desta CPMI. Então, deverá vir para cá.

E eu queria, inclusive, já, submeter aqui à apreciação um procedimento: faríamos uma comunicação ao Presidente Severino Cavalcanti, exatamente no teor dessa decisão, não vou repetir todos os detalhes para sermos breves, mas, em outras palavra, solicitando que ele encaminhe a esta Comissão todo o assunto encaminhado pela CPMI dos Correios, relativamente à compra de votos. A competência é nossa, a fase preliminar é aqui, temos, inclusive, que instaurar o

RQS nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



devido processo legal, e essa é a visão do Relator, a visão da Mesa e de todos os senhores, no sentido de dar oportunidade a cada um de explicar, se defender, se for o caso, quer dizer, outras providências necessárias, até a quebra de sigilo, se for necessária, quer dizer, temos uma série de prerrogativas amplas, para realizar uma investigação certa, correta e inequívoca.

Então, eu queria logo, se os senhores quiserem discutir, mas não vamos prolongar demais, vou dar chance, se for discussão, a duas pessoas, dois do Senado, e dois da Câmara, o Deputado Coruja e, em seguida, o Deputado Júlio.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, é evidente que esta Comissão tem esta competência, mas além disso, a Resolução da Câmara dos Deputados, que criou o Conselho de Ética, permite que outros...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não estou falando de outras iniciativas, não posso inibir outras iniciativas, mas também já requeremos todos os processos que se encontram lá relativamente a outras iniciativas. Mas, aí, a competência é concorrente.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então, concordamos com a solicitação, mas me parece claro que não é uma condição **sine qua non** de que, se vai para o Conselho de Ética, que passe aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não estou falando genericamente, mas no que se refere a esta competência nossa, pois há uma CPMI instalada, que tem competência. Então, se tem competência, tem que ser executada, e temos que preservar essa competência.

Entendo que eles nos enviem e procedam como quiserem.

Também havia pedido a palavra anteriormente o Moroni Torgan.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup>, com todo respeito, não nos deixou argumentar e já contra-argumentou na Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É que temos que dar celeridade, se não, vamos ficar aqui nessas preliminares até tarde.

Concedo-lhe a palavra.

Desculpe-me se lhe atalhei o raciocínio, mas entendi que o raciocínio de V. Ex<sup>a</sup> era perfeito e o atalhei.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Só para colocar, porque penso que podemos solicitar qualquer coisa. Evidentemente, esta Comissão tem que investigar, agora, é evidente, está na capa de todos os jornais hoje, a preocupação de que, de repente, o Presidente da nossa Casa, da Câmara dos Deputados, está criando, no meu entendimento e de outros, obstáculos ao avanço das investigações pelo Conselho de Ética, porque, se colocar no Conselho de Ética um a cada 90 dias, vamos acabar em 2010. Então, temos que tomar cuidado para que não sejamos aqui fatores também de criar complicações. Acho que nós podemos solicitar, vamos averiguar, vamos investigar. Mas não vamos firmar posição aqui de dizer que tem que passar aqui, primeiro, para ir para lá. É isso que quero esclarecer. Pessoalmente, acho que muitas questões podem ser encaminhadas pela Comissão dos Correios, por esta, por partido político, porque muitos fatos já estão evidentes. Nós não precisamos investigar aqui.

Atas, sessões - CN -  
CPMI - CORREIOS  
S: 004  
3435  
Doc: \_\_\_\_\_



formos investigar, nós não vamos acrescentar muitos detalhes. Então, só para não deixar claro que nós...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, se esse pensamento de V.Ex<sup>a</sup> fosse vencedor, nós teríamos que extinguir, agora, esta Comissão. Vamos extinguir a Comissão. Porque entendo o seguinte: se uma Comissão que tem competência específica de investigar fica fora do processo, não tem razão de ser. Também no processo há uma situação de litispendência. Então, essa situação de litispendência foi instaurada com a criação desta Comissão, de certa forma, uma lide contra todas esses envolvidos. Se um é competente, se outro juiz é competente, então, se pode passar de qualquer outro sobre esse tema que está sendo investigado, diretamente, para a Comissão. Quer dizer, a Comissão de Ética vai instaurar os processos lá. E por que nós vamos prosseguir? É uma questão de competência formal na medida em que foi criada. Há uma jurisdição. O parecer foi muito claro do Exm<sup>o</sup> Sr. Relator.

Deputado Moroni Torgan com a palavra.

**O SR. (Orador não identificado)** – Que não sirva para obstruir aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu não estou aqui para que isso sirva de pretexto para nada. Eu estou defendendo a nossa competência e os instrumentos que nós temos para averiguar a verdade.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – V.Ex<sup>a</sup> está coberto de razão no momento que fala que tudo referente à nossa Comissão deve ser solicitado da outra.

Agora, é mais ou menos como uma distrital estar trabalhando com uma delegacia especializada. Isso não quer dizer que invalida que a distrital mande para o Ministério Público, mande para onde quiser. Agora, a especializada tem o dever de pegar tudo das informações da delegacia distrital. É mais ou menos que acontece. Se a nossa é específica, nós temos o direito de pegar todas as informações. Mas não temos o direito de interferir na decisão da outra. A outra toma a decisão que bem entender passe para todo o mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não estou interferindo.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Eu estou corroborando as palavras de V.Ex<sup>a</sup> Eu estou dizendo que a atitude de V.Ex<sup>a</sup> está correta.

A outra CPMI tem que nos mandar tudo que tem sobre mensalão. Mas independente de mandar para outros lugares também, pode mandar. Agora, para nós tem que mandar tudo. E, depois, nós só temos como agir dentro da jurisdição da nossa CPMI. A outra quem vai tomar as decisões são eles lá.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo palavra para discutir a matéria ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só um minutinho, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra

RQS nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

3: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Já conversei com V.Ex<sup>a</sup> que esta Comissão tem uma missão muito importante: de separar a responsabilidade criminal pela culpa ou pelo dolo. Esta é a missão desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando PMDB – RO) – Perfeitamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Agora, ali, realmente a Senadora Zulaiê deve estar pensando como eu é a quadrilha toda que se formou. Então, eu vou atrás da senhora. A senhora diz, na televisão, eu estou achando que é o correto.

**O SR. (Orador não identificado)** – O cargo de Senadora...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E a Sr<sup>a</sup> Senadora. Vou votar na senhora, em São Paulo, tranqüilamente.

A questão de mandar direto para o Conselho de Ética não impede a continuidade das investigações dessa Comissão. Eu pediria a V.Ex<sup>a</sup>, assim, até para ficar de acordo com o parecer do Relator, que converse com o Presidente da outra CPMI, em vez de mandar para a Comissão de Ética, já mande para cá formalizada toda a denúncia...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Foi isso...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...para que a gente analise, se estiver correta pouca coisa terá que ser feito e se encaminhe à Comissão de Ética.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeitamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A instância não seria invalidada e nós não teríamos que discutir se a Comissão de Ética tem ou não de mandar para cá. Talvez, V.Ex<sup>a</sup> com o Presidente da Comissão, que é um homem de bem, o Delcídio e o Relator, poderá concordar com V.Ex<sup>a</sup> e mandar já o procedimento pronto para cá. E aí o senhor designaria alguém ou o Relator, ou discutiria em conjunto o que foi apurado lá. É só uma idéia para evitar esse choque de competência.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V.Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. Nós estamos tendo o maior bom-senso possível, não sei, mas, sobretudo, o desejo de cooperação. Infelizmente até agora não aconteceu nada. É por isso uma preocupação.

E quanto eu vi essa notícia...Devo dizer que essa notícia, de certa forma, é desmentida pela palavra do relator que esteve comigo e com o Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel e, lá, disse que tudo que se referia a esta parte, sobretudo, o encaminhamento, seria mandado inicialmente a esta Comissão, e esta Comissão tomaria as providências necessárias. Como disse V. Ex<sup>a</sup>, quando se trata de dolo e culpa, é importante diferir responsabilidades. É isso que temos de detalhar e dissecar em nossa investigação.

Como último orador inscrito, vou conceder a palavra inicialmente ao Deputado Júlio. Depois, eu a concederei ao Deputado Fleury. Posteriormente, vou chamar o depoente.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, as pessoas, de um modo geral, têm se dirigido a alguns colegas e a mim próprio aqui, dizendo que essa concorrência entre as CPMIs e a falta de articulação entre

RS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

005

3435

Doc:



09/08/05

a Presidência da Câmara dos Deputados e a do Senado têm motivado aqui uma briga de egos que não leva a nada no que diz respeito à investigação.

Seria a hora de sentar com os Presidentes das duas Casas, com os nossos companheiros da outra CPMI e dizer-lhes que o interesse público está acima de eventuais brilhos pessoais e que precisamos aqui fazer uma investigação profunda para que ela fosse rápida. A celeridade, neste momento, é fundamental, porque está havendo uma série de depoimentos e de fatos que são velhos e que não encaminham para novas figuras que devem ser ouvidas aqui.

Por outro lado, Sr. Presidente, quero fazer aqui uma constatação: estamos trabalhando aqui na época da pedra. Deveríamos reunir todos os documentos, colocar câmeras numa sala e deixar livre acesso aos Parlamentares, não por uma hora, mas pelo tempo que quisessem, para que eles pudessem se debruçar sobre o estudo das matérias e das provas documentais já recolhidas. Isso não está ocorrendo.

Outra sugestão é a seguinte: muitos Parlamentares, muitas pessoas querem prestar serviços. Por exemplo, o sindicato da Receita, da Polícia Federal e outras pessoas que são habilitadas na investigação poderiam ajudar os Parlamentares, que na realidade são generalistas, pois nem todos têm a especificidade do Direito, da juridicidade, da pesquisa. Isso não está acontecendo.

Assim, eu faria um apelo para V. Ex<sup>a</sup> no sentido de que tivéssemos alguns minutos do nosso tempo para organizar os trabalhos da Casa em relação à CPMI. Quando falo "Casa", refiro-me ao Congresso Nacional. Da maneira que está, vamos acabar caindo na descrença pública de que esta Casa pode dar à Nação os esclarecimentos necessários.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Devo dizer que V. Ex<sup>a</sup> tem razão no que diz respeito à racionalização do uso desses documentos. Mas temos uma preliminar, ou seja, não tivemos ainda acesso a isso. Esperamos tê-lo brevemente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Quero falar sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, penso que o Deputado tem razão, mas V. Ex<sup>a</sup> já tomou uma providência inicial, quando designou quatro membros da Comissão para irem atrás desses documentos e dos órgãos depositários. Já estivemos na Polícia Federal e no Banco Central. Falta irmos à Receita. Precisamos nos reunir com os outros três Parlamentares.

O Deputado tem razão, mas V. Ex<sup>a</sup> já tomou providências, juntamente com o Relator, no sentido de buscarmos esse apoio tão necessário dos técnicos dos órgãos competentes.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agora, vou conceder a palavra...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, quero me alistar.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Dec: \_\_\_\_\_



**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já encerrei as inscrições.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, quero requerer...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não vou agora conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, porque já dei a última palavra ao Deputado Fleury e não posso deixar de conceder a palavra a qualquer momento ao Relator, que acaba de me pedir a palavra.

Concedo a palavra ao Relator, antes de concedê-la ao Deputado Fleury.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, a questão me parece resolvida. A Assessoria da CPMI dos Correios já disponibilizou toda a sua documentação aos Parlamentares desta CPMI e à sua Assessoria. Trata-se apenas de estabelecer com a Assessoria da CPMI dos Correios um horário, para que os membros desta Comissão tenham acesso à documentação que lá se encontra.

Só ouvimos aqui por enquanto uma pessoa. Vamos ouvir a segunda agora. Podem estar certos de que, a partir da semana que vem, haverá lugar próprio com a documentação, com os textos degravados, com todo o sistema oferecido aos Srs. Parlamentares membros da Comissão, para que eles possam colher os elementos de investigação que julgarem necessários.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Penso que os esclarecimentos foram muito lúcidos, e não é necessário nenhum comentário a respeito.

Concedo a palavra ao Deputado Fleury.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> fez uma proposta de um documento a ser elaborado por esta Comissão para delimitar claramente o âmbito da sua atuação. Eu até diria que, como se aplica o Código de Processo Penal subsidiariamente às Comissões de Inquérito, estamos diante de um caso de competência material, de competência em razão da matéria, o que é uma competência absoluta. Portanto, não podemos, realmente, ceder terreno nesse aspecto.

Ao mesmo tempo, devemos tomar cuidado para que não se prejudique o ritmo da CPMI dos Correios, que está num ritmo mais adiantado porque começou antes, mas podemos ganhar tempo e chegar às conclusões rapidamente se nos dedicarmos e, principalmente, se tivermos acesso aos documentos, como o Relator já disse. Mas é fundamental que V. Ex<sup>a</sup> deixe claro que a competência para apreciar os fatos ligados ao chamado mensalão é desta Comissão, em razão da matéria, competência absoluta que não pode ser usurpada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a colocação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É a síntese exatamente do que entendemos. Vamos fazer essa comunicação solicitando ao Presidente

09/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
Fis: 006  
3435 - a a ka  
Doc:



09/08/05

Casa que nos envie quaisquer elementos relativos à competência, objeto desta CPMI.

Eu já havia encerrado essa fase, eu queria chamar o depoente, mas, enquanto o depoente é introduzido aqui, vou dar a palavra rapidamente ao Deputado Raul Jungmann.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Serei muito breve, Sr. Presidente. É apenas um pedido de informação. Na próxima quinta-feira, haverá uma reunião administrativa, quando teremos oportunidade de votar os requerimentos em pauta? E, se houver essa reunião, a que horas e em que lugar ela será realizada? É apenas isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Temos tempo para decidir isso até amanhã, porque pode ser que a gente tenha de ouvir alguém na quinta-feira, mas, certamente, vamos encaminhar nesse sentido. No mínimo, será feita uma reunião administrativa. A hora e o local vamos definir.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço que entre o Sr. Marcos Valério, que já está presente. (Pausa.)

Antes de conceder a palavra ao depoente de hoje, o Sr. Marcos Valério, quero deixar muito claro que ele vem aqui na condição de acusado e que, como tal, poderá deixar de falar sempre que julgar que a fala ou as declarações dele possam implicar em auto-incriminação. Esse é um direito garantido, não é necessário **habeas corpus**, absolutamente nada. Esse é um direito constitucional. Então, deixo já previamente claro isso, para que o depoente saiba. É evidente que a cooperação de V. Ex<sup>a</sup> na busca da verdade, na elucidação dos fatos, sempre poderá inclusive lhe auxiliar na construção da sua defesa, mas, de qualquer sorte, o juízo é exclusivo de V. Ex<sup>a</sup>.

Quero dizer a todos que vamos tratá-lo aqui de acordo com as regras de processo penal, de processo civil, com urbanidade, com respeito. Toda pergunta será admitida, mas não vou admitir qualificações, acusações. Acusações são feitas diante do Poder Judiciário, e quem tem a iniciativa de qualquer ação penal é o Ministério Público.

Vamos fazer todas as perguntas, perguntas inteligentes, para esclarecer os fatos. É importante que cada um tenha exatamente essa visão, essa argúcia de fazer uma pergunta que possa esclarecer mais. Queremos a verdade, nada mais do que a verdade. Não haverá tratamento degradante e nem desumano. Vamos dar um tratamento urbano, respeitoso, mesmo porque em relação a uma pessoa eventualmente acusada – e não há culpa formada ainda, não há condenação –, de qualquer maneira, o respeito é necessário, como estabelece a Constituição e o Código.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, um dos advogados do acusado é o Dr. Marcelo Leonardo. Quem é o outro advogado?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não tenho essa informação. Pode falar.

**O SR. PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA** – Paulo Sérgio Abreu e Silva

Silva: 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Des: \_\_\_\_\_



**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Está satisfeito, nobre Deputado? (Pausa.)

Concedo inicialmente a palavra ao Sr. Marcos Valério, para, se quiser, fazer uma exposição, até o prazo estabelecido, de 20 minutos a 30 minutos. É evidente que, se eu entender que é importante a matéria e que ele tem de usar mais tempo, serei tolerante.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiramente, Sr. Presidente, Sr. Relator, estive aqui na primeira CPMI, peço hoje desculpas ao Brasil, em público, e aos Srs. Deputados, por não ter aberto ou por ter omitido alguma coisa, até porque os empréstimos eram pertencentes a outras pessoas, a um Partido, e esperei que esse Partido se pronunciasse.

Então, em público, peço perdão ao Brasil por não ter aberto tudo. Agora vou fazer um relatório e vou fazer uma declaração daquilo que eu vivi. Muitas vezes, não vão ter provas, mas vão ter fatos. Então, eu vou falar aquilo que vivi nesse período de 2003 a 2005. São fatos que vivi, fatos que acompanhei, reuniões a que eu assisti e fatos que eu presenciei. Não vou inventar, não vou denunciar. Não esperem isso de mim. Eu vou falar estritamente aquilo que eu vi e aquilo a que eu assisti.

Outra coisa: Belo Horizonte é uma cidade pequena, e já foi noticiada em 98 a eleição do Sr. Eduardo Azeredo e do Sr. Clésio Andrade. Em Belo Horizonte, existe um advogado que, por acaso, é filho do Relator, e eu não conheço o Relator. Quero deixar claro: eu não conheço o Sr. Abi-Ackel, mas o filho dele, o Dr. Paulo Abi-Ackel eu o conheço, é um advogado famoso em Belo Horizonte. Em 1998, ele participou, de forma atuante, na campanha do Sr. Eduardo Azeredo. Eu lembro muito bem, através do Sr. Cláudio Mourão, que o depósito feito por ele foi pelo serviço que ele prestou à campanha e não tem nada a ver com o Deputado Abi-Ackel, que, cabe ressaltar, eu não conheço. Tenho que fazer isso para ser justo dentro das minhas colocações.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor está com a palavra, pode continuar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Podemos começar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor, então, aqui conclui sua exposição. É isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor. Estou apto a responder a todas as perguntas e com a maior boa vontade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não tem mais nada a acrescentar?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mais nada a acrescentar. E vou elucidar esse caso nos mínimos detalhes.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra, para iniciar as inquirições, ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, em primeiro lugar, peço ao senhor que faça a sua qualificação pessoal, e sua

ROS nº 03/2005 - CN  
CPMI - CC REFIOS  
s: 007  
3435  
Doc: \_\_\_\_\_



09/08/05

individualização, para que ela conste dos Anais do processo: seu nome, data de nascimento, estado civil, documento de identidade, residência e profissão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Marcos Valério Fernandes de Souza, natural de Curvelo, 29 de janeiro de 1961, carteira de identidade M1.651.871, CPF 403.760.956-87, casado, residente em Belo Horizonte na Rua Castelo de Feira, nº 122, bairro Castelo, ou na Rua Jaçanã 300, Retiro do Chalé, Brumadinho, Minas Gerais. Sou ex-empresário, porque, a partir dos acontecimentos, as empresas praticamente deixaram de existir. Então, eu me considero um ex-empresário.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, tem sido objeto de constantes publicações o fato de que o senhor declarou desde o início ter tomado o empréstimo no Banco Rural, a fim de atender às necessidades financeiras do Sr. Delúbio Soares. Consta também, sem contradita, que o senhor emitiu uma nota promissória, tendo como avalistas o Sr. Delúbio Soares e o ex-Deputado José Genoíno. Qual a importância dessa promissória?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não foi uma nota promissória, Sr. Relator. Foi uma correspondência dirigida ao Banco BMG e ao Banco Rural, onde o Sr. Delúbio Soares, como tesoureiro do Partido, garantiria os empréstimos. Essa garantia foi dada **a posteriori**, porque os empréstimos foram renovados com juros. Chegou num montante em que os bancos exigiram, depois de um certo tempo, a garantia, por escrito, do Dr. Delúbio, em uma das cartas, que é da BMG – está aqui, e eu vou lhe passar em mão.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O crédito foi concedido, então, por meio da solicitação feita por carta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O crédito foi feito através da empresa SMP&B, num valor total de seis empréstimos entre a SMP&B, Grafitti, Rogério Lanza Tolentino & Associados, num total de R\$55.217.271,02.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor foi o responsável pelo pagamento, assumiu as responsabilidades do pagamento perante o banco?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Os avalistas são eu e os meus dois sócios.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas há a certeza de que, num determinado momento, foi emitido um documento em que os avalistas eram o Sr. Delúbio Soares e o Sr. José Genoíno.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, esse é o empréstimo do PT. Estou falando do empréstimo das minhas contas pessoais, das contas das empresas das quais sou um dos sócios.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, o senhor, por favor, esclareça sobre os dinheiros enviados para as pessoas que são objeto hoje de investigação. Elas têm, então, duas fontes, os empréstimos que o senhor fez em nome das suas empresas e o empréstimo feito particularmente pelo senhor, por Delúbio Soares e por José Genoíno?

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu gostaria, então, de explicar e deixar esse episódio bem claro.

**O SR. RELATOR** (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu gostaria que o senhor explicasse, porque o meu interesse, nesta parte do depoimento, é saber a origem do dinheiro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ótimo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E, talvez, até para facilitar a exposição de V. S<sup>a</sup>, gostaria de entender o seguinte: o senhor sabia que o Sr. Delúbio Soares e o Sr. José Genoíno não tinham rendas e nem patrimônios suficientes para honrar o compromisso que o senhor assumia. E o senhor, ainda assim, assumiu esse compromisso. O senhor tinha alguma garantia, além desses avais, que são apenas teóricos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, eu vou começar desde o início, dentro da cronologia.

O empréstimo para o PT teve o aval meu, do Sr. Genoíno e do Sr. Delúbio Soares. Esse empréstimo foi direto para o PT. Foi um no BMG e o outro no Banco Rural.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – No valor de...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dois milhões e pouco. E o outro de três milhões e pouco.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Muito bem.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E depois foi-me solicitado um empréstimo que foi feito dentro da SMP&B, junto ao Banco BMG, onde tinha o meu aval e o dos meus sócios. Volto a falar: eu participo da SMP&B junto com outros sócios. E esse empréstimo foi, na íntegra, repassado ao PT ou a quem o Dr. Delúbio Soares mandava. Nesse empréstimo, Sr. Relator, inicialmente, não existia aval do Sr. Delúbio e nem do Sr. Genoíno. **A posteriori**, lá na frente, é que houve uma carta assinada pelo Sr. Delúbio, como tesoureiro, para o BMG e para o Banco Rural, que já está aí disponível com o senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, por favor, qual o volume total dos recursos repassados pelo senhor a Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É de R\$55.217.271,02. E todos os contratos originais estão aqui, com a relação de empréstimo, que eu estou lhe passando, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O que significa que esses R\$58 milhões, acrescidos de juros e correções monetárias, é que justificam a sua assertiva de que o PT lhe deve R\$100 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Justifica que o PT me deve o valor corrigido que os bancos estão me cobrando, que eu acho que está em torno de R\$100 milhões – acho, tem de se fazer a apuração. E eu já entrei com um pedido judicial para apurar o valor real, para que eu também negocie ou entre na Justiça contra o PT.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, peço-lhe que explique à Comissão o motivo pelo qual o senhor, hom

Reg. nº 08/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

H. S. 008

3435

Doc:



09/08/05

negócios – e, portanto, experiente, a ponto de não correr riscos desnecessários –, veiculou dinheiro, nesse alto montante, para pessoas que não tinham garantias e nem ofereciam possibilidades de ressarcimento, tendo o senhor assumido perante bancos e perante a sua empresa a responsabilidade pelo pagamento. Quem, afinal de contas, dava-lhe a garantia de que o senhor não teria esse prejuízo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Boa pergunta. Vou responder com toda a sinceridade essa pergunta. Primeiro, o PT, de acordo com as informações do Sr. Delúbio Soares, tinham uma arrecadação em torno de R\$50 milhões. E essa arrecadação...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – De quanto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Cinquenta milhões anuais.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Cinquenta milhões, sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E essa arrecadação iria dobrar com a participação de novos elementos dentro do Governo Federal. Então, ele teria ali condições de pagar os empréstimos. Além disso, tinha o aval do Sr. Delúbio Soares, que cansou de me falar que o Sr. José Dirceu sabia das operações. A um dado momento, os empréstimos foram renovados com juros, com juros. Não se pagava nada dos empréstimos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer que os empréstimos foram renovados com o capital tomado mais os juros?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mais os juros. E isso me deixou tranqüilo de saber que as pessoas sabiam que tinha um aval superior. É a única coisa que eu posso lhe falar, Sr. Relator, além da própria arrecadação, que me foi mostrada, de campanhas que o PT já estava fazendo – isso é público e notório; é só checar – para novas arrecadações de recursos e de pessoas que estavam no Governo e contribuiriam com o Partido. Essa foi a colocação que me foi posta. Não era doação, não era em troca de contas.

Há outra coisa também, Sr. Relator – e eu também tenho que ser muito sincero com a minha consciência: há um certo receio de que o Partido do Governo... Num pedido desse, se você fala não, não é que eles iam lhe ajudar em nada não, mas você poderia ser prejudicado. Estou sendo muito sincero.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, custo a aceitar que um homem experiente como o senhor, sócio das duas maiores empresas de publicidade do Estado de Minas e das maiores do País, tenha se arriscado tanto, tenha se responsabilizado por importâncias tão grandes, mediante apenas a palavra, a promessa de que havia recursos mensais suficientes para pagar o empréstimo.

O senhor há de admitir que isso não é da prática comercial em nenhum país no mundo, principalmente quando se trata de bancos. Nos bancos, são feitos os cadastros dos tomadores de empréstimos, são feitas as avaliações das possibilidades de resgate do empréstimo. Há uma enorme cerca de garantias, para que o banco não tome prejuízo. No entanto, é a primeira vez que vejo uma tal importância, uma importância dessa ordem, ser emprestada a um partido político.

Resposta 09/08/05 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Ass: \_\_\_\_\_  
Doc: \_\_\_\_\_



isto é, uma entidade que, ainda que seja jurídica, uma pessoa de direito público, é uma entidade um pouco difusa – sem um papel de garantia, sem nenhum lastro imobiliário, sem nenhuma renda que pudesse ser penhorada no sentido de resgatar.

O senhor, no entanto, por amizade ao Sr. Delúbio Soares, correu esse risco?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu vou lhe responder com uma outra colocação, Sr. Relator, com todo o respeito, tentando elucidar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pois não. Tenha a bondade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O chefe da sua empresa vira para você e lhe pede um empréstimo: me dá dez reais, me empresta dez reais. Você sabe que ele tem condições de pagar. Aí fica difícil você negar. É como se uma pessoa me pedisse um empréstimo do Partido do Governo e eu não tivesse condições de negar. E os bancos em que fui lá e solicitei os empréstimos... Nos primeiros empréstimos, eu tinha crédito. Nos segundos empréstimos, eles foram me emprestando. Agora, se o senhor me perguntar, com toda a sinceridade: o aval do Sr. José Dirceu foi dado a você? Eu falo que não, mas foi confirmado por mim pelo Sr. Delúbio Soares.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Foi confirmado pelo senhor...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Através do Sr. Delúbio.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Através do Sr. Delúbio.

O Sr. José Dirceu não lhe deu garantias pessoais, diretamente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, o senhor fez duas referências que para mim são muito sintomáticas. O senhor disse que se tratava do Partido do Governo e que isso significava para o senhor um risco de desatendimento. O senhor queria ser agradável ao Partido do Governo, não é verdade? Necessitava captar a sua confiança para os seus negócios. Será isso o que o senhor quis dizer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, ao contrário. Não ser perseguido já era o suficiente para mim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas o senhor mencionou, duas vezes, o Partido do Governo como sendo uma espécie de garantia para fazer o empréstimo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E vou dar outro exemplo, para a gente também deixar de hipocrisia e falar puramente a verdade: quando do Governo Eduardo Azeredo, as duas agências atenderam o Governo Eduardo Azeredo. Ganhou o Sr. Itamar Franco. As duas agências não atenderam o Sr. Itamar Franco.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS:
009
3435
Doc.



09/08/05

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, na ocasião em que o senhor disponibilizou os recursos financeiros para o Sr. Delúbio Soares, o senhor já tinha contratos de publicidade com agências do Governo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sr. Relator, Sr. Deputado, já, desde o Governo Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Seria difícil para o senhor, apelando apenas para a memória, especificar perante os membros da Comissão, quais os órgãos públicos com os quais o senhor já tinha contratos de publicidade e, ainda que aproximadamente, o valor total deles?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Posso, sim, Sr. Relator. Com todo o respeito, vou lhe falar. Tinha no Banco do Brasil, através de uma empresa que eu participava, a DNA Propaganda. Tinha na Eletronorte, através de uma das empresas também que eu participava, que era a DNA Propaganda. Tinha no Ministério do Trabalho, através da DNA Propaganda. Tinha no Ministério dos Esportes, através de uma das empresas de que eu também participava, a SMP&B Comunicação. E é só isso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – No curso dos seus entendimentos com o Sr. Delúbio, quanto aos empréstimos que o senhor fez, antes, durante e depois, ocorreram aditivos em alguns desses empréstimos, não é verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Pela lei, dentro da lei, e de Governos passados que também faziam.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Esses aditivos continuaram a ser feitos durante o Governo Lula?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A lei permitia que se fizessem no Governo Lula, e foram feitos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Foram feitos. E esses aditivos alteraram para muito mais os valores originais dos contratos de publicidade a que o senhor se referiu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, não era razão para aditivo. Aditivo foi apenas para alongar o prazo...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E, alongando o prazo, significava novos pagamentos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. A renovação é permitida pela lei, de ano para ano, e, se não me engano – porque me foge a lei –, isso pode ser feito por três anos ou quatro anos, cinco anos. É isso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu não estou formulando suspeição alguma. Nós queremos é interrogar sobre os fatos. Houve aditivos, e o senhor, então, continuou prestando serviços a essas entidades de direito público do Governo Federal, por meio de contratos, alguns deles assinados ao tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e objeto de aditivos que prorrogaram a sua vigência no Governo do Presidente Lula. Não é isso?

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

F's: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor. Agora, temos que ressaltar que isso não é privilégio só das minhas empresas. Nós temos outras empresas do Governo que também sofreram esses aditivos. Outras. Várias. Poderia citar ‘n’ aqui e que vêm desde o Governo Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PTB – MG) – Sr. Marcos Valério, o senhor procurou espontaneamente duas vezes o Procurador-Geral da República e o fez depois de ter prestado depoimento à CPI Mista dos Correios. Permita-me perguntar-lhe: o senhor foi ao Procurador-Geral da República levar elementos que o senhor sonou à CPMI dos Correios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu peço desculpa ao Brasil e peço desculpas à outra CPMI e aos Deputados da outra CPMI e aos Senadores também. Mas naquele momento eu tinha que... e esperava a posição dos realmente... que eram detentores do empréstimo. Logo depois as pessoas se pronunciaram e eu procurei o foro competente para revelar o que eu sabia. Foi isso, Sr. Relator...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PTB – MG) – Isto significa, salvo melhor juízo, que o senhor fez ao Procurador-Geral da República revelações que o senhor até hoje não tinha feito à CPMI dos Correios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PTB – MG) – Peço ao senhor, Sr. Marcos Valério, no interesse de todos e no seu próprio: faça, por favor, a esta CPMI as revelações que o senhor fez à Procuradoria-Geral da República e que não constam das atas da CPMI dos Correios. É claro que daqui a pouco todos terão conhecimento das declarações reservadas que o senhor fez ao Procurador-Geral da República porque os inquéritos e os processos criminais são públicos e todos terão acessos a ele. Peço ao senhor que, por favor, complete perante esta Comissão as informações que foram dadas de forma incompleta à CPMI dos Correios.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está no depoimento que já está correndo na Casa, já oficialmente.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Oficialmente não?

**O SR. (Orador não identificado)** – Nós queremos ouvir a sua voz.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ah... (Risos.) (Pausa.) Não tem? (Pausa.) Não?

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Chegou. É confidencial. Como eu sou membro da outra CPMI, tive acesso. Oficial.

**O SR. (Orador não identificado)** – Então vamos desconfidenciar agora. Vamos desconfidenciar. O Brasil e os cidadãos brasileiros, Marcos Valério...

**O SR. (Orador não identificado)** – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Nº: 010
3435
Doc: _____



09/08/05

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quem está pedindo uma questão de ordem?

**O SR. (Orador não identificado)** – Eu aqui, Presidente. Uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, as revistas semanais já publicaram, os jornais já publicaram esse relatório confidencial. Quer dizer, foi o depoimento feito pelo Sr. Marcos Valério ao Ministério Público Federal. Então eu estou dizendo uma questão de ordem para elucidar, Sr. Presidente. Está aqui o depoimento. A maioria dos Deputados e Senadores já tem ele em mão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o Relator, que fará as inquirições e os requerimentos que quiser.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PTB – MG) – Vou formular novamente a pergunta. O que foi distribuído aqui foi aquilo que o Procurador-Geral da República resolveu reduzir a termo. O que eu estou perguntando a V. Ex<sup>a</sup> é: quais são as confidências que V. S<sup>a</sup> lhe fez e que não constam do texto reduzido a termo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – OK, Sr. Relator. Eu vou procurar ser o mais verdadeiro possível, tá?

Eu coloquei pra ele uma lista de sacadores e os comprovantes de alguns desses saques que eu tinha conseguido resgatar dentro das empresas e prometi pra ele entregar... Antes de vir pra cá eu tive na Procuradoria e prometi a ele entregar toda a minha contabilidade a partir de amanhã e também virei a essa Comissão entregando toda a minha contabilidade, aonde também esclarecerá um monte de dúvidas, de saque, de conciliações bancárias e tudo. Essa contabilidade está sendo entregue hoje em Belo Horizonte à Receita Federal, amanhã à Procuradoria e eu também disponibilizarei à Comissão essa contabilidade em disquete e fisicamente darei o endereço, em Belo Horizonte, aonde estará toda a documentação que pode ser verificada fisicamente também a essa Comissão. E a lista, ela está sendo baseada nesse cento e poucos documentos aqui, que eu passo à mão do Relator. Não tem todos os documentos, mas alguns que eu consegui recuperar e outros já são de conhecimento público, já estão nos bancos e os bancos estão mandando para cá.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Só para aproveitar. É dos últimos cinco anos, conforme foi inclusive quebrado o sigilo, Sr. Marcos Valério?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o Relator.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A contabilidade é dos últimos cinco anos, Senadora, Senadora.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quem está com a palavra... Com licença, com licença. O senhor está respondendo agora as inquirições do Exm<sup>o</sup> Sr. Relator. Se cada Deputado ou Senador intervir,

ROS nº 03/2005 - C  
CPMI - CORREI

Fis: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



09/08/05

vamos criar o caos. Então, vamos manter a regra, e peço que cada um reserve as suas perguntas para o seu momento próprio.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Entenda que, diante da última pergunta que formulei, os senhores membros da Comissão entenderam qual era o sentido dela, primeiramente formulado.

É claro que eu não estava me referindo a um processo... a um texto escrito que é do conhecimento de todos, mas isso acabou prejudicando a resposta.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O senhor quer que eu leia...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eram outras coisas que a redação a termo não consignou.

Vou prosseguir. Peço a paciência dos senhores membros da Comissão, porque eu vou prosseguir ainda, durante algum tempo, na inquirição. Como não faço discursos, o tempo do discurso fica substituído pelas perguntas.

Sr. Marcos Valério, o senhor declarou que o dinheiro, uma vez direcionado ao Sr. Delúbio, já não era seu, o dinheiro era do Sr. Delúbio. Quem pagava era o Sr. Delúbio, quem dava as ordens era o Sr. Delúbio, e o senhor, através dos seus auxiliares, dos seus diretores, apenas as cumpria. É verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É puramente a verdade.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Dos pagamentos feitos pela sua firma, das contas de publicidade, há um pagamento para o escritório do advogado Aristides Junqueira, que tinha contrato com o PT. Contrato para quê? O senhor pode informar?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sei para quê, mas eu recebia a ordem para pagar ao Sr. Aristides Junqueira, e foi feito esse pagamento de, se eu não me engano, R\$ 185 mil, se eu não me engano.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor foi a Portugal.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Acompanhado do Tesoureiro do PT, Sr. Emerson Palmieri. Desculpem, corrijo o erro.

Os senhores tiveram em Portugal no dias 24 e 26 de junho, com o fim, segundo foi dito, de tentar levantar recursos para resgatar o restante das dívidas do PT. Isso é verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu poderia alongar essa resposta?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pode, perfeitamente. V. Ex<sup>a</sup> pode se explicar tranquilamente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ok. Primeiro vamos voltar à minha primeira viagem a Portugal. A minha primeira viagem a Portugal foi com a minha esposa, o Dr. Francisco, Presidente da DNA, e a esposa dele. Eu pedi ao Dr. Ângelo Calmon de Sá que me apresentasse o pessoal da Portugal Telecom. O Dr. Ângelo Calmon de Sá assim o fez, por quê? Eram

PROS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
011  
Fls:  
3435  
Doc:



09/08/05

notícias nos jornais no Brasil que estava se vendendo a Telemig Celular. Ora, a Telemig Celular é a maior conta de publicidade do Estado de Minas Gerais, que uma das empresas que eu participo, a DNA Propaganda, atendia desde 1998.

Logo em seguida, eu fiquei pensando comigo mesmo: Ora, se a Vivo vai comprar, isso vai sair de Belo Horizonte, como aconteceu com outras empresas de telefonia. Sairia de Belo Horizonte e iria ser centralizado em São Paulo e quem iria atender ia ser o Sr. Nigzan Gonais, pois ele atende a Vivo.

Bom, eu procurei então o Dr. Ângelo, que me apresentou o controlador da Vivo, que o Presidente da Vivo era o Sr. Padinha, que era um português, e eu fui a Portugal, que o Dr. Miguel Horta e Costa era amigo do Dr. Ângelo, e eu fui a Portugal apresentar a empresa DNA Propaganda e a SMP&B, para continuar com a conta da Telemig Celular, caso ele comprasse a Telemig Celular.

Foi nessa primeira visita que ele me apresentou o Sr. Ministro Antonio Mexias. Fomos lá porque ele tinha reunião já marcada, e eu fui acompanhando. Conversamos sobre tudo, Brasil, Portugal, economia. Foi uma reunião de quinze minutos. Não me apresentei como representante do Governo brasileiro ou embaixador da corrupção, como as pessoas gostariam de me rotular.

Bom, logo depois voltei novamente a Portugal, numa segunda viagem, levando alguns documentos de propaganda que o Dr. Miguel me solicitou. Fui rapidamente. Fiz quatro viagens a Portugal, Sr. Relator. Depois, deixei esses documento lá, voltei para o Brasil. Novamente ele me chamou porque a negociação não estava indo bem, e levei mais alguns filmes de propaganda e deixei lá com ele, inclusive um portfólio, que vou passar, do tipo que deixei com ele da última vez, Sr. Relator, e o da DNA, que é um xérox, mas o de lá era colorido. Marcamos uma outra visita no início do ano agora em que o Sr. Emerson Palmieri iria. Por que o Sr. Emerson Palmieri iria? Agora vou descrever. Um: o Sr. Emerson Palmieri se tornou um conhecido meu a ponto de eu saber que o Dr. Emerson Palmieri tem uma fazenda lá no Paraná, com inseminação artificial, que a mulher toma conta, que a filha dele é veterinária e ajuda, a ponto de saber que ele tem casa em Piaçavas junto com o Martinez, que os dois tinham lancha, passeavam de lancha lá, eles pegaram uma mota e saíram de moto do Rio de Janeiro. O Dr. Martinez, com uma namorada dele, e o Sr. Emerson saíram de moto, foram para Pedro Horizonte e iam para Brasília. A moto quebrou em Belo Horizonte, e depois eles seguiram. Do Dr. Emerson ter pegado a moto dele, ter dado uma volta na América e parar na Patagônia. Ele me cansou de me mostrar as fotos. O Emerson é uma pessoa divertida, uma pessoa até muito comunicativa. O Dr. Emerson também me contou que ele desfilou no Carnaval do Rio de Janeiro, ele e esposa, pulou de asa delta. Então, eu tinha uma certa intimidade do Dr. Emerson a ponto de ele me contar que estava sofrendo uma pressão muito grande do Sr. Roberto Jefferson por causa de dinheiro. O telefone dele não parava de tocar porque, na verdade, ele era o tesoureiro. Falei com ele que estava indo a Portugal. Ele falou assim: "Marcos, eu acho que vou dar uma fugida a Portugal, vou dar uma desculpa aqui para o Roberto Jefferson porque não agüento mais a pressão dele. E eu já tinha batido boca – ele me falando – com ele porque ele

RQS nº 09/2005 - CN -  
CPiMi - CORREIOS

\_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



queria que eu fosse buscar um dinheiro no IRB, e eu falei com ele que não ia fazer isso porque eu sou fundador do partido, igual ele é fundador do Partido, e não iria me sujeitar a isso porque ele queria que o genro dele tinha arrumado dentro do IRB, com um tal de Nescau". Ele virou ainda e falou assim: "Esse Nescau, Marcos, é chave de cadeia." São palavras do Dr. Emerson para mim. Eu falei: "Então, tá bom. Então, vamos para Portugal." Ah, outra coisa, só para ilustrar mais ainda o relacionamento com o Emerson. Ele me contou que estava com problemas na Fundação do PTB, onde ele é presidente – ele era presidente desta fundação – e que um jornalista da **Veja** estava atrás dele a respeito de alguns rolos na fundação – e esses rolos envolviam o Sr. Roberto Jefferson – e a pressão estava muito grande em cima dele. O que aconteceu? O Emerson foi viajar comigo. Ele saiu de Brasília, ele saiu de Belo Horizonte, nos encontramos em São Paulo e fomos para Portugal. Cheguei e fui para o hotel Tivoli, em Portugal, na avenida Liberdade. Trocamos de roupa, e fui me encontrar com o Sr. Miguel Horta e Costa. O Sr. Miguel Horta e Costa não pôde me receber. Ele e o Dr. Rogério Tolentino ficaram lá fora esperando. A reunião que era para ser longa com o Miguel foi de dez minutos porque a secretária falou comigo "não dá, ele não vai poder te receber." E pumba, fui embora. Descemos, fomos para a avenida Liberdade andar nas lojas, fomos ouvir fado, fomos ao shopping, comemos bacalhau e, no dia 26, na hora do almoço, fomos para o aeroporto e voltamos para trás.

Essa é a viagem que o Dr. Emerson fez comigo a Portugal. Eu fiz questão de contar em detalhes porque, daqui para frente, eu só vou falar detalhes.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Do exame do vasto noticiário existente sobre o assunto, eu colhi, salvo esclarecimento que o senhor possa prestar, que o senhor, a partir de janeiro de 2003 até 2 de agosto de 2005, a única licitação ocorrida no Governo Lula e da qual o senhor participou foi a dos Correios, da qual o senhor participou e parece-me que o senhor levou um terço da conta dos Correios.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Essa conta foi disputada com 55 agências e na CPMI passada discutiu-se a diminuição do capital, que passou para um milhão e meio, em licitação pública ganhou a Giovanni, a Bagg, que é uma empresa da Bahia, e a SMP&B. Procede, Sr. Relator, é verdade.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Também por licitação nesse período o senhor obteve a conta do Banco do Brasil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Os demais contratos que o senhor mantinha com as demais agências do Governo Federal foram decorrentes, como o senhor já adiantou, de aditamentos que o senhor considera legais. Sr. Marcos Valério, foi desses contratos que o senhor extraiu os recursos necessários para efetuar os pagamentos que foram feitos pela sua firma, além daqueles feitos pelos empréstimos? Faço essa pergunta porque, pelo noticiário dos jornais, que obviamente têm que ser passados por um exame muito criterioso,





muito exigente, a soma dos recursos que o senhor transferiu é superior à soma dos empréstimos que o senhor fez. Foi dos resultados ou dos pagamentos desses contratos e licitações que o senhor pôde satisfazer a todos os pagamentos que o Sr. Delúbio Soares lhe determinou que fizesse?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro eu tenho que ressaltar que eu participei de algumas licitações do Governo e perdi: Sebrae, Anatel, Aneel, Ministério da Saúde, Secon. E além disso as maiores contas não estão comigo. Como no Governo Fernando Henrique Cardoso, as maiores contas eram da BM9 e que fez a campanha dele. Como no Governo Lula, as maiores contas são do Sr. Duda Mendonça, que fez a campanha dele. Então, esses contratos não são e nunca foram superfaturados. Eles estão sujeitos a auditorias e eles estão sujeitos a qualquer verificação. Não existe nenhum superfaturamento e não existe nenhum tipo de problema nesses contratos, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, não me refiro nem a superfaturamento nem à possível ilegalidade na conquista do contrato. O que eu pergunto é se dos lucros desses contratos saíram recursos para complementar aqueles dos empréstimos, uma vez que a totalização dos dinheiros pagos através do Sr. Delúbio parecem-me superiores ao valor total dos empréstimos feitos. Essa é a pergunta.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. O valor total bate, dentro da minha contabilidade, com o que foi repassado com o Sr. Delúbio. E o senhor vai poder comprovar quando eu te entregar amanhã este disquete, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, quando foi que o senhor se aproximou e se tornou amigo do Sr. Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em meados de 2002, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Meados de 2002 os senhores estabeleceram os primeiros contatos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim senhor, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Já no final de 2002, oficializados os resultados da eleição do dia 3 de outubro, o senhor já custeava as despesas da equipe de transição do Governo do Presidente Fernando Henrique para o Governo do Presidente Lula?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – No final de 2002?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Consta em repetido noticiário que o senhor já custeava as despesas da equipe de transição. Como a posse se deu no 1º de janeiro, obviamente a transição só se podia dar após outubro – os primeiros dias de outubro –, até 1º de janeiro. O senhor já contribuía para as despesas dessa equipe de transição?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não senhor.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

s: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não? Mas consta que o senhor contribuiu ou sustentou pessoalmente as despesas da posse do Presidente Lula. É verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu fiz um empréstimo em 2003 para o PT e eu li na imprensa que esse empréstimo que foi feito para o PT era para pagar dívidas da posse. Mas, eu diretamente, não sabia. Não posso...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, farei ao senhor algumas perguntas referentes a transferências eletrônicas. O senhor terá a oportunidade de esclarecê-las.

O senhor se lembra de ter feito transferências eletrônicas para empresas e firmas a partir da SMP&B e da outra empresa da sua propriedade da qual o senhor seja sócio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – De algumas eu me lembro, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Com que finalidade, Sr. Marcos Valério?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Uma foi para uma empresa chamada Garanhuns, trazida pelo Sr. Jacinto Lamas a pedido do PL, do Sr. Valdemar Costa Neto; a outra foi para a empresa Bonus-Bonval, que foi feita pelo PT e pelo PP.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Além dos nomes até agora conhecidos como beneficiários de recursos transferidos pelo Sr. Delúbio Soares e que constam de seguidas publicações na imprensa, o senhor deixou registrado com o Procurador-Geral da República fora do termo de declarações que o senhor assinou outros nomes?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Fiquei de levar uma lista de 98, que protocolei hoje de manhã junto à Procuradoria da República. Essa lista já está protocolada lá. Fiquei de ir amanhã protocolar todo o meu movimento contábil junto à Procuradoria também.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer que o senhor deixou com o Procurador-Geral da República uma lista de 98 nomes?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Da campanha de 1998.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E da campanha de 2002?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nós não participamos da campanha de 2002.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor fez várias transferências eletrônicas do Banco Real para...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aqui está a lista, Sr. Relator, com os devidos comprovantes.

RGS Nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fis: 013
3435
Doc:



**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Aqui estão os nomes com os respectivos recibos de todas as pessoas que receberam recursos na eleição de 1998?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não há todos os nomes, porque não consegui o comprovante de todos. Eu não queria ser leviano de apresentar nomes dos quais não tinha comprovantes. Mas o Sr. Cláudio Mourão, que era o tesoureiro da época, tem esses nomes. Eu até poderia supor, mas não vou fazer isso, porque seria muito leviano da minha parte.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A questão da distribuição de recursos em 1998 não é absolutamente despreciada, não é desimportante, serve para aclarar a existência de todo um esquema e serve também para esclarecer bem a forma com a qual se disputam necessariamente os votos no País. O objeto desta Comissão é o de apurar quais os nomes dos Parlamentares que receberam dinheiro por ordem do Sr. Delúbio Soares para apoiarem ou votarem projetos do Governo. O senhor apresenta uma relação completa de 98, mas o senhor apresentou ao Procurador-Geral da República os nomes de todas as pessoas que receberam recursos por ordem do Sr. Delúbio Soares nas eleições de 2002 e de 2004?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – De 2002, não. De 2004, sim. De todas as pessoas que sacaram das minhas contas eu apresentei.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Como o senhor explica que tem todos os recursos referentes a 1998, que é uma época relativamente remota em termos políticos e não tem a relação completa de 2002, que é exatamente o objeto de persecução desta Comissão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque eu não participei da eleição de 2002.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Como?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não participamos da eleição de 2002.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor só participou da eleição...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – De 1998. E se o senhor quiser eu explico o porquê. E de 2003 para cá.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor afirma que não participou da eleição parlamentar de 2002?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, efetivamente não.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então os dinheiros direcionados para deputados federais eleitos ou reeleitos em 2002, que constam das relações tornadas públicas, foram destinados não à sustentar as eleições, mas a pagar as dívidas decorrentes das eleições.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. Pagar dívidas das eleições, verdade.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Em todos os casos?

03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em todos os casos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, além de deputados federais no exercício do mandato, o Sr. Delúbio Soares determinou também pagamento a outras pessoas que a despeito não pertencer ao Legislativo pertenciam a outro Poder da República?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Ele pediu para pagar os diretórios dos partidos, que está registrado na lista aqui.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Estou fazendo essa pergunta porque o Sr. Roberto Jefferson, que tem sido a fonte de muitas revelações, afirmou, há 48 horas, que havia pessoas do primeiro escalão do governo a que o senhor teria repassado recursos financeiros. O senhor pode afirmar ou desmentir.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deixa eu te falar uma coisa, Sr. Relator, desculpa, a primeira coisa, eu não sinto prazer daquilo que fiz, de ter emprestado dinheiro ao Partido dos Trabalhadores ou de ter feito algum empréstimo no passado. Não sinto nenhum prazer. Custou muito caro a minha vida pessoal e custou muito caro a minha família. Se eu pudesse voltar atrás, não faria. Mas eu gostaria de deixar uma coisa clara, que é importante. Eu não vou inventar uma história que não existe. Eu não vou colocar pessoas inocentes que não participaram. O que aconteceu está escrito nesta lista. O que eu vivi vocês podem perguntar, e o que eu puder responder os senhores podem me perguntar, e o que eu puder responder eu vou responder com toda sinceridade.

Eu nunca dei nenhum centavo a nenhum ministro, a nenhum presidente da república, não estou generalizando não, o Sr. Presidente Lula não, a ninguém. Não adianta o Deputado Roberto Jefferson construir história – a quem respeito –, deixar claro, ele simplesmente destampou uma prática normal de empresas com políticos. Não sei se é lícito, não sei se é ilícito, não sei nada. Estou falando do coração. Gente, isso é normal. Aqui tem uma Folha de São Paulo que já deixava isso claro. Passo ao senhor, várias empresas ajudando. E tenho amigos políticos sim. Tenho amigos que respeito na política sim. E amigos hoje que estão envolvidos porque foram meus amigos. Mas também não posso aqui, com toda sinceridade, Sr. Relator, falar que eu comprei essas pessoas. Eu não comprei ninguém. Eu procurei ajudar de uma forma que pode não ter sido a certa. Eu te falo com toda (...) não foi a certa, mas eu ajudei. A única coisa que eu posso pedir aqui é desculpa. Mas que aconteceu, aconteceu. Mas nunca foi para comprar ninguém.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, qual a razão pela qual, o senhor já fez referência a Garanhuns, mas acho necessário insistir mais uma vez no assunto. Qual a razão pela qual o senhor determinou a Srª Simone Vasconcelos, em 2004, que ela somente realizasse os depósitos para essa firma Garanhuns Empreendimentos e Participações.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque ela foi-me trazida pelo Sr. Jacinto Lamas a pedido do Dr. Valdemar. Era para apertar os

RCS nº 03/2005 - CN -  
CPI: CORREIOS

Ins: 014

3435

Doc:



pagamentos do PL. E o Delúbio foi quem me passou esse contato do Sr. Jacinto Lamas.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mais uma determinação do Sr. Delúbio.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, estou inquirindo o Sr. Marcos Valério há uma hora e não desejo absolutamente prosseguir, porque os Srs. Deputados e as Sr<sup>as</sup> Deputadas têm perguntas a fazer. Porém, Sr. Presidente, reservo-me para voltar à inquirição tão logo possa fazer a comparação das perguntas com as respostas e com os demais elementos que surgirem ao longo das indagações.

Agradeço à Comissão a paciência com que me tolerou durante toda essa hora e espero ter feito perguntas das quais se possa tirar algum proveito. Encerro a minha parte, Sr. Presidente, com a ressalva de nova inquirição, finalizando a inquirição que V. Ex<sup>a</sup> me autorizou.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Inicialmente, devo dizer-lhe, Sr. Relator, que V. Ex<sup>a</sup> poderá usar da palavra sempre que considerar conveniente, mesmo interrompendo, às vezes – e vamos descontar o tempo –, qualquer Parlamentar, porque a oportunidade da pergunta poderá ocorrer naquele instante. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer suas perguntas a qualquer momento, porque esse é um direito regimental que lhe cabe, porque V. Ex<sup>a</sup> é responsável.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Obrigado.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

As perguntas do nobre Relator são pertinentes, sem discurso, e estão esclarecendo os fatos a todos nós. Portanto, ele deveria, na minha opinião, continuar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> as considerações, mas, evidentemente, é uma decisão pessoal de S. Ex<sup>a</sup>, e nada posso acrescentar.

Recebi um pedido do depoente para que se ausente da mesa por alguns instantes. Vamos fazê-lo.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, concedo a palavra à Deputada Zulaiê Cobra.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Como são treze horas e oito minutos, vamos, então, cancelar as inscrições, as novas inscrições, conforme deliberamos?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já foi determinado isso. Peço à Secretaria que retire a lista de inscrição e não permita mais que nenhuma seja feita.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Obrigada.

RQS nº 03/2005 - CN =  
CPM - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Quero apenas para confirmar o tempo de que cada Deputado dispõe.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O tempo é o mesmo.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quinze minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não houve alteração entre as perguntas e as respostas.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quinze minutos. Muito obrigado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, haverá uma pausa?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Marcou-se uma pausa, às 14 horas, para um lanche. Assim que o depoente retornar, vamos reiniciar as inquirições, e o primeiro inscrito é o Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, Sr. Relator, o Sr. Marcos Valério, ao iniciar o seu pronunciamento, pediu desculpas ao Brasil e a todos nós Deputados e Senadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Há um orador com a palavra. Vamos ouvi-lo.

**O SR. (Orador não identificado)** – Ele pediu desculpas a todos nós Deputados e Senadores, Deputadas e Senadoras, por algo que ele não teria falado nas outras CPMIs e que hoje falaria. Porém, na exposição dele, ele não o fez. Tenho a impressão de que o Relator deveria perguntar-lhe o que ele tem a mais para dizer, na sua explicação, antes de fazermos outras perguntas. Ele deixou subentendido que poderia dizer a esta Comissão algo que ele não disse em outros lugares em que depôs. Pensei que ele iria fazê-lo na sua exposição, mas não o fez.

Sr. Relator, seria interessante que V. Ex<sup>a</sup> provocasse o Sr. Marcos Valério, para que ele pudesse explicar o que tem a dizer e que não foi dito. Dessa maneira, formularíamos as nossas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Rogo a V. Ex<sup>a</sup> que compreenda o seguinte: procurei fazer um interrogatório objetivo a fim de não perder o tempo da Comissão. É claro que há muitas matérias ainda a serem indagadas, mas não desejo monopolizar as perguntas. Devo propiciar aos nossos ilustres companheiros de Comissão a oportunidade de focarem os assuntos sob outros ângulos que, porventura, me tenham passado despercebidos.

O Sr. Marcos Valério me satisfez plenamente com as respostas que deu. Já ressalvei que posso voltar a inquiri-lo se, porventura, julgar conveniente. Mas se S. Ex<sup>as</sup> quiserem, espontaneamente, ao término do primeiro interrogatório, aditar algo que não me ocorreu ou esclarecer algum aspecto que me passou





despercebido, peço ao Sr. Presidente que devolva a palavra ao Sr. Marcos Valério para que ele possa fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao depoente se quiser acrescentar algo em razão das ponderações feitas aqui pelo Sr. Relator e demais Parlamentares.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Entendo a minha situação de investigado, entendo os empréstimos que tomei e entendo o empréstimo que fiz ao PT. Mas entendo que vivemos num sistema de quase todas as empresas. Quem frequenta Brasília sabe disso.

Vejo Deputados, hoje, sendo rotulados. Não estou fazendo apologia nem defesa de Deputados. Estou falando em defesa de pessoas com quem convivi durante anos em Brasília – de corruptos e de ladrões. Sinceramente, arrependo-me do que fiz, mas não comungo com esses rótulos a essas pessoas, porque são dívidas – pelo que fiquei sabendo – do passado, são campanhas. É assim que funciona no Brasil. Está certo ou errado? Devemos mudar. Considero-me errado – deixo claro. Mas também não considero as pessoas com quem me relacionei ou a quem repassei recursos corruptas nem ladras.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Dou por encerrada, Sr. Presidente, a minha participação inicial.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra, para formular suas perguntas, que deverão ser feitas, tanto quanto possível, de maneira objetiva, direta e inteligente – é um qualificativo que coloco – ao Deputado Paulo Baltazar. O prazo começa a ser contado agora: 15 minutos, entre as perguntas e as respostas.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente, quero acompanhar um pouco o caminho que o nosso Relator percorreu em relação à campanha eleitoral.

V. S<sup>a</sup> tem uma relação bastante estreita com os governos e os Partidos. Em 2001 e 2002, a DNA Propaganda, em contrato com o Ministério do Trabalho, recebeu de ordem bancária – está no Siafi – aproximadamente R\$30 milhões, 90% dos quais são recursos do FAT. Do Governo Joaquim Roriz, de 2004 até junho de 2005, foram repassados mais de R\$50 milhões para a SMP&B por meio de contrato com a Secretaria de Governo do Distrito Federal. V. S<sup>a</sup> teve contrato com Minas Gerais até há pouco tempo e tinha no Governo anterior. Portanto, V. S<sup>a</sup> se relaciona com os governos e com os Partidos de poder há muito tempo.

Aconteceram dois episódios extremamente semelhantes, no *modus operandi*, em relação àquilo que V. S<sup>a</sup> faz. Na campanha de 1998, com o hoje Senador Eduardo Azeredo candidato a Governador, houve um empréstimo do Banco Rural a pedido do coordenador de campanha, Sr. Cláudio Mourão; semelhantemente, agora, com o BMG. E também agora – não o coordenador, mas o tesoureiro da campanha do PT – V. S<sup>a</sup> pediu dinheiro.

V. S<sup>a</sup> obteve os recursos e deu como garantia contratos – e, aqui, também, deu como garantias contratos. O Partido não pagou, naquela época, como agora também não pagou os R\$55 milhões – na época, cerca de

época  
RGS nº 03/2005 - CN  
RS 1,7  
CPMI - CORREIO

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



milhões. V. S<sup>a</sup> relata no termo de declarações do Ministério Público que não pagou. O Banco cobrou de V. S<sup>a</sup> e afirma que V. S<sup>a</sup> pagou R\$12 milhões dos cerca de R\$13 milhões que restariam no fim. V. S<sup>a</sup> diz que pagou R\$13 bilhões e o Banco alega que pagou R\$12 milhões. O Banco fez uma redução para R\$12 milhões. Mas, efetivamente, os recursos do PSDB não foram pagos – foi distribuído, aliás, da mesma forma que se distribuíram agora os recursos que o Sr. Delúbio pediu a V. S<sup>a</sup>.

Pergunto se V. S<sup>a</sup> tem relação com a Câmara Federal, com a Câmara Legislativa ou com outros governos. V. S<sup>a</sup> tem alguma prática semelhante – ou com alguma variação – com esses governos para apoio eleitoral?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Boa pergunta. Eu gostaria de explicar 1998 se o V. Ex<sup>a</sup> me permitir.

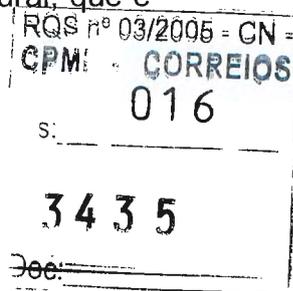
**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Perfeitamente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Há aí uma cronologia e também um motivo. Entenda bem, Sr. Deputado: em 1996, a SMP&B Publicidade estava numa dificuldade muito grande e devia muito dinheiro na praça. Nós, em 1996, junto com o Sr. Cristiano e Ramón, fomos atrás de um novo sócio. Esse novo sócio que nós localizamos era o Sr. Clésio Andrade Soares, que era da CNT, Presidente do PFL na época, e ele resolveu entrar, mas desde que a gente criasse um nova empresa, que se chama SMP&B Comunicação. E aí começa a SMP&B Comunicação.

Em 1998, o Dr. Clésio Andrade resolve sair da SMP&B Comunicação, para se candidatar, junto com o Sr. Eduardo Azeredo, a Vice-Governador na chapa. Até aí, não tinha nenhum problema. Um dia eu recebo um telefonema à noite, na minha casa, do Sr. Clésio Andrade, falando que o Dr. Cláudio Mourão iria me procurar. Bom, quando o Cláudio Mourão me procurou, ele veio com a seguinte encomenda: “Oh, o seu ex-sócio, Dr. Clésio Andrade, que faz parte da chapa junto com o PSDB, a campanha vai parar, e nós estamos precisando de recurso. Eu estou te falando a verdade, puramente a verdade”. Aí eu falei assim: “E o que você sugere?” “Ele sabe que você tem relacionamento com o Banco Rural. Ele também, nas empresas dele, tem relacionamento com o Banco Rural. Então, ele acha que você poderia utilizar um empréstimo e utilizar esse empréstimo para ajudar a campanha”.

Eu fiz esse empréstimo para utilizar na campanha, e o Sr. Cláudio Mourão foi quem determinou os pagamentos.

Bom, aí que vem uma notícia que foi alardeada em Belo Horizonte – e o nobre Deputado Mauro deve saber dessa história – que o Dr. Clésio brigou literalmente comigo. Por quê? Porque, quando eu fui cobrar o empréstimo do Sr. Eduardo Azeredo e do Dr. Clésio, na época eu não coloquei isso na praça e todo o mundo achou que eu tinha literalmente roubado o Sr. Clésio. Se eu estou falando mentira, o senhor me corrija. Mas, na verdade, foi um empréstimo que eles não pagaram. E eu fiz um acordo com o Banco Rural e paguei dois milhões que eu tinha no caixa e o restante foi pago com propaganda junto ao Banco Rural, que é cliente até hoje, da SMP&B.





Literalmente, foi isso que aconteceu em 1998.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Sim. Essa declaração já consta dos papéis. Só para mostrar a relação. O correspondente do Delúbio é o Sr....

**O SR. (Orador não identificado)** – Mourão.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – É o Sr. Mourão. O correspondente do Partido dos Trabalhadores é o PSDB naquela época.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Justamente.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – A distribuição fora para outros nomes, mas houve também uma distribuição.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Quer dizer, o **modus operandi** da relação que o senhor mantém com o Governo e com os Partidos do poder é semelhante, o senhor acabou de dizer que isso é comum, é “normal”. Só para a gente compreender essa questão como um todo.

Agora, o não-pagamento do recurso me parece uma coisa absolutamente fora de propósito, porque, como não tem almoço grátis, nem o senhor é Papai Noel, alguém tem que pagar. Como é que foi pago, porque o senhor recebe 20%, a sua empresa recebe 20%, se ninguém pagou o total? Lá, nove. Só para ficar nesses dois pontos. Lá, nove, e aqui, 55. Quais são as outras fontes que vão ressarcir ou ressarciram o senhor para que a DNA e a SMP&B possam sobreviver?

Porque foi todo o montante que não foi pago, nem por parte dos Trabalhadores, o Sr. Delúbio até hoje... nem aquele outro de 1998. Não tem nada grátis. Tem uma outra mecânica nesse processo aí, uma outra fonte para recuperar esse recurso que o senhor disponibilizou para os Partidos, e o senhor nem fez pressão para receber até hoje de 1998, ao que parece.

O senhor relata aqui que não recebeu, não recebeu os nove milhões. Como é que é essa engenharia? Como é que essa questão pode ser resolvida? Como é que a gente pode acreditar, qual o argumento que o senhor dá para acreditar que não tem uma outra fonte que o remunera para que o senhor dispense essa fonte de recursos tão grande na campanha? Qual é? E se existe outros partidos e outros poderes em que o senhor tenha feito negócio parecido em eleição.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Boa pergunta! E a resposta vai ser da seguinte forma: em 98, literalmente, levei o cano.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – E ficou por isso mesmo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Teve briga na Justiça! O Dr. Clésio? ainda quis receber de mim 6 milhões. Isso é público e notório. Isso está lá, claro.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Briga de sócio!

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Normal. Levei o cano, literalmente. Tanto que quem falou com o Dr. Delúbio Soares que tinha feito, em 1998, um empréstimo para o PT, para o PSDB, e tinha levado cano fui eu.

RQS nº 03/2005 -  
CPMI - CORRE  
Fls: \_\_\_\_\_  
Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – E o senhor repetiu, agora, de novo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E aí eu exigi dele um documento de que ele pagasse. Aí o Sr. Delúbio Soares me mostrou as contas do PT, que o PT arrecadava 50 milhões e que o PT ia aumentar a arrecadação dele.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Mas isso é garantia política, não é garantia....

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É garantia financeira, é o que eu achava que ele estava-me dando. A garantia era financeira. E tanto que ele falava que ia aumentar a arrecadação que ele ia comprar uma sede nova. Então deixa eu deixar claro.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Ele falava.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu tinha que acreditar no tesoureiro. E outra coisa, nós temos que também ser muito franco um com o outro. A partir do ponto que os bancos começam a renovar sem cobrar juros, eu acho que todo mundo sabia para onde iam os financiamentos.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – A minha indignação é como é que o senhor pode deixar de receber os 9 milhões, 55 milhões, deixar isso correr. Ou tem uma outra fonte que o ressarça desses recursos ou então essa explicação é muito, desculpe, desculpe, é muito infantil, de que o senhor não recebeu e deixou as coisas correrem frouxa. Desculpe.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não vi. E posso falar uma coisa com o senhor? Nós temos que ser muito franco também. Na época também, não valia a pena eu brigar com o Senador, o hoje Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Por quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na época também, não valia a pena eu brigar com o PSDB. Ele era Governo Federal.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu perdia minhas conta. Nós temos que ser muito franco. Não adianta eu ficar contando história da carochinha pro senhor.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Perfeitamente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Pela ordem, Sr. Presidente!

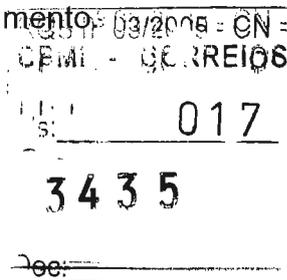
**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – A palavra está assegurada ao depoente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Pela ordem, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Quem pede pela ordem? Qual é o artigo para V. Ex<sup>ª</sup>?

**O SR. (Orador não identificado)** – Eu tenho cinco minutos!

**O SR. (Orador não identificado)** – Pela ordem. Sr. Presidente, foi feita uma pergunta pelo Deputado Paulo Baltazar, pelo art. 14, art.14 do Regimento





09/08/05

Foi feita uma pergunta, citando, perguntando quem é que fez essas tratativas com o depoente. O depoente falou que era o Sr. Clésio Andrade. Em seguida, o Deputado Paulo, em função da resposta, que foi clara, Sr. Clésio Andrade, continua a pergunta, substituindo o Sr. Clésio Andrade por PSDB. É completamente diferente! Não há tratativas iniciais do empréstimo com o PSDB. Isso precisa ser revisto.

**O SR. (Orador não identificado)** – Que o senhor faça as considerações na hora que ele estiver com a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há questão de ordem! Não há questão de ordem a decidir. E peço a todos os membros que formulem as questões de ordem, fundamentadas no Regimento, de maneira objetiva. Porque, se cada um quer contraditar um depoimento, se quer contraditar uma exposição, o faça na hora certa. Portanto, fica descontado o tempo de V. Ex<sup>a</sup>. Eu vou verificar e vou repô-lo imediatamente.

Devolvo a palavra ao Deputado Baltazar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Eu olhava para o relógio, Sr. Presidente, era por volta de cinco minutos. E eu falei ao Sr. Cláudio Mourão, que era o coordenador da campanha, o correspondente, o Sr. Delúbio do PT.

O senhor, na Procuradoria, coloca no seu depoimento que esclarece que a atuação da sua agência não difere em nada dos outros grandes contratos do Governo Federal atual ou passado. Aí o senhor cita várias agências: DM9, BEG, Propeg, Finasca, Duda Mendonça, Liu Lara, Fisher, América. Quero saber se o senhor que está, agora, sendo aqui investigado tem informação, pode-me relatar, a respeito dessa maneira de operar, de apoio à campanha, de caixa 2 ou dinheiro não contabilizado, como queira, dessas outras agências, já que o senhor disse que todo mundo trabalha mais ou menos do mesmo jeito.

O senhor poderia, já que o senhor disse que veio aqui aberto, para explicar tudo... O senhor não vai para o fogo sozinho, a sua agência não é a única. Se todos fazem igual ou de forma semelhante, qual é a outra agência, qual é a outra estrutura, que lida, como o senhor, que faz a mesma coisa que o senhor faz no Brasil, para o senhor não pagar sozinho o preço de alguma coisa que o senhor diz que é corrente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, primeiro, eu sou ex-publicitário e ex-empresário.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Há pouco tempo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Então não tenho compromisso nenhum com o setor e não vou incendiar o setor em nada.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas poderia.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não conheço o *modus operandi* de outras agências. Mas vou dar um exemplo.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Falaram que eu era, eu vi noticiado nos jornais, testa-de-ferro do Sr. Daniel Dantas. Isso foi divulgado. Eu estou falando um fato.

ISSO FOI  
RGS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
f.s: \_\_\_\_\_  
Doc: \_\_\_\_\_



Mas se você pegar a conta da... Se o senhor pegar... Perdão. Desculpe-me.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Fique a vontade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se o senhor pegar a conta da Telemig Celular, ela está dentro da SMP&B e da DNA Propaganda desde 98, e faturou cento e poucos milhões. É o que vi noticiado aí. Mas se o senhor pegar o Duda Mendonça, que ganhou a conta em 2003, já faturou mais de 200 milhões.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – É a última pergunta, Sr. Presidente, acho que ele pode responder...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> tem o tempo de dois minutos.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Perfeitamente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E a conta dele é Brasil Telecom.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Eu queria saber. O Sr. Duda Mendonça relata que o senhor mente nas declarações que o senhor deu a respeito dos 15,1 milhões, como o Sr. Roberto Jefferson também diz que não é verdade aquilo que o senhor declarou de valores.

Como é que o senhor nos convence de que a verdade está com o senhor em relação ao que fala o Sr. Duda Mendonça, que o senhor mente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro, eu vi os jornais hoje, e quem fez o pagamento fui eu, o dinheiro saiu das minhas contas. Eu sei para quem eu dei. Em segundo, os jornais hoje falam que o Sr. David representava um doleiro, não sei, ou tem ligações. Pelo menos foi o que li nos jornais antes de vir para cá. Inclusive cita o nome de uma conta aí, ou de uma empresa, não sei. O Sr. Duda Mendonça recebeu o que está nesta lista.

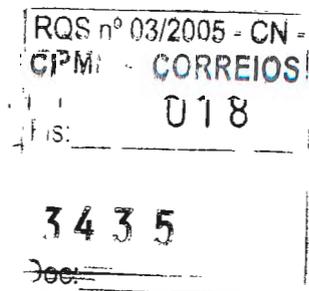
**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor tem comprovante bancário?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, é a mesma coisa de eu perguntar ao senhor... O comprovante bancário, alguns eu tenho. Alguns. Agora, de tudo, não. Até porque o cheque foi passado para a Sr<sup>a</sup> Zilmar e ela é que arranjou as pessoas para sacarem o dinheiro. E a ordem foi dada ao banco de acordo com o nome das pessoas que ela arrumava. Agora, para onde ele mandou o dinheiro, onde está o dinheiro, o que ele fez com o dinheiro, eu não tenho a menor idéia, como eu também não tenho a menor idéia do que a Garanhuns também fez com o dinheiro.

Aí cabe aos senhores rastrearem e verem onde foi parar esse dinheiro, ou na mão de quem foi parar esse dinheiro.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Então o senhor garante que entregou ao Sr. Duda Mendonça 15,1 milhões, aos prepostos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Garanto não, eu afirmo.





**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Nos 39 segundos que me restam: o senhor esteve na Casa Civil, com o Banco Espírito Santo, com o Sr. José Dirceu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Do que o senhor tratou lá? Quais foram as tratativas dessa audiência que o senhor teve, e por que o senhor foi lá?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Muito boa. Também quero explicar essa. Na verdade, o seguinte. Quem marcou a reunião com o Ministro José Dirceu, a meu pedido, foi o Sr. Delúbio Soares, e eu fui acompanhando o Dr. Ricardo Espírito Santo – são dois Ricardos, um que fica em Portugal e um que fica no Brasil –, porque eles têm investimento acima de 1 bilhão aqui no Brasil, e ele foi colocar esses investimentos para o Governo brasileiro.

E eles iriam investir novamente, como investiram, na compra da UOL, junto com a Folha de S. Paulo.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – E o que o senhor tem com isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu fiquei amigo deles, através do Sr. Miguel Horta e Costa, que é oriundo do Banco Espírito Santo, e o Banco do Espírito Santo é o maior acionista da Portugal Telecom.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – E V. S<sup>a</sup> não tinha interesse pessoal nas suas empresas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nenhum, até, por sinal, eu pedi a conta do Espírito Santo, de publicidade.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG)** – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria que V. Ex<sup>a</sup> me permitisse, antes do segundo orador, porque fui citado pelo Marcos Valério. Ele é mineiro, empresário de Minas Gerais.

Como sou residente em Belo Horizonte, ele citou que eu deveria saber do caso Clésio Andrade e Cláudio Mourão. Quero dizer o seguinte: sou do PMDB, sou amigo do Clésio, que hoje é Vice-Governador de Minas Gerais, mas nunca tive relacionamento nas campanhas políticas dele, de forma nenhuma...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desculpa, Deputado.

**O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG)** – Nunca tive nenhum contato com o Marcos Valério, que é empresário...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, com certeza.

**O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG)** – Nunca tive.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG)** – Eu até nem o conhecia. V. S<sup>a</sup> me conhece porque sou homem público e todo mundo conhece Deputado. Mas eu ainda não tinha tido o prazer de conhecê-lo, porque o senhor era um grande empresário de Minas.

RQS nº 03/2005 - CN  
CPMI - CORREIO

S:

Doc:



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não diria prazer, não é Deputado, na situação que estamos hoje.

**O SR. MAURO LOPES** (PMDB – MG) – Certo. Mas essa é a minha intervenção, só para ficar claro, realmente, que todos os fatos entre Clésio Andrade, Cláudio Mourão e Marcos Valério apenas tomei conhecimento pela imprensa, como todo mineiro que reside em Belo Horizonte sabe dos fatos que são claros, a imprensa esclareceu tudo isso lá. Tomei conhecimento pela imprensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Os esclarecimentos de V. Ex<sup>a</sup> foram pertinentes, uma vez que, realmente foi citado, embora essa citação não tenha sido ofensiva, mas apenas uma referência a um testemunho de que V. Ex<sup>a</sup> deveria conhecer o fato, como de fato conhece. Mas não há nenhuma alusão ofensiva.

Vamos prosseguir, passando a palavra ao seguinte orador inscrito: nobre Deputado Wladimir Costa, a quem concedo a palavra.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Saudações ao Brasil, saudações a todos os meus seis milhões de irmãos no Estado do Pará e saudações a todos colegas Parlamentares.

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO.) – Vamos manter a ordem. Vou pedir ao nobre Deputado para só fazer perguntas objetivas.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Presidente, quero usar meus 15 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Se forem manifestações impertinentes...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Obviamente pertinentes, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – ...vou cortar a palavra na forma que estipula expressamente o Código de Processo Penal.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Vou fazer as minhas perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Posso falar, Sr. Presidente? Estou autorizado? (Pausa.)

Muito obrigado.

Primeiro, eu gostaria de repudiar, Marcos Valério, a forma com que alguns Parlamentares se dirigiram à sua digníssima esposa, primeiro, pela sua condição de mulher, segundo, porque é cidadã brasileira. Quanto a você, irei fazer as perguntas que o povo brasileiro e muitos de nós aguardamos.

Marcos Valério, você é católico, acredita em Deus?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Hoje mais do que nunca.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Acredita mais do que nunca. Obviamente, você ama sua família, não é Marcos Valério?





**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado, vou descontar o tempo. Eu só gostaria que o tratamento aqui fosse mantido: V. S<sup>a</sup>, V. Ex<sup>a</sup>, quando se referir a um Parlamentar. Estou fazendo isso para manter uma certa ordem e uma certa cerimônia, que é necessária. A circunstância exige esse tratamento um pouco formal.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Certo, Presidente.

Empresário Marcos Valério ou ex-empresário Marcos Valério, em nome desse Deus que você coloca que ama, e que todos amamos, em nome da sua esposa, que você ficou muito constrangido...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou lhe descontar o tempo. Vou repetir aqui...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Presidente, acho que estou sendo perseguido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não está sendo perseguido. É que não quero estabelecer uma linguagem imprópria naquilo que é regulamentar. Entendo, como manda, que esse tratamento deve ser respeitoso. Expressões como “você”, ou coisa parecida, vamos evitar: é V. S<sup>a</sup> ou senhor.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Marcos Valério, eu lhe pergunto: em nome desse Deus, em nome dessa esposa que o senhor ama, da sua filhinha de 14 anos, em nome dessa criança que Deus a levou para ser anjo ao lado do Nosso Senhor Cristo, chega de mentiras, Sr. Marcos Valério! Chega de omissão! Chega de proteger uma tropa de políticos corruptos que não estão lhe poupando de nada não. Querem ver você mesmo jogando nos abissais, no abismo. Não querem saber. Muitos deles querem ver a sua desgraça. Não estão lhe poupando de nada. Então eles não merecem, em hipótese alguma, qualquer tipo de proteção ou omissão de sua parte.

Dos R\$15,5 milhões que o senhor repassou ao empresário Duda Mendonça, qual a origem desse dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Empréstimos que foram feitos junto ao Banco Rural e Banco BMG.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor tem informações de que o empresário Duda Mendonça, Sr. Marcos Valério, tem dinheiro em paraísos fiscais, Ilhas Caymã, por exemplo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu li hoje pelos jornais. Eu não tenho esse tipo de informação.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Como o senhor qualifica o Duda Mendonça, uma pessoa honesta ou desonesta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não tenho intimidade com o Sr. Duda Mendonça.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Mas o senhor não tem intimidade, repassando R\$ 15,5 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na verdade, foi passar... quem me passou o nome do Sr. Duda Mendonça foi o Sr. Delúbio

RQS nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



Soares. Agora, vivência, convivência com o Sr. Duda Mendonça não tenho nenhuma.

**O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)** – O ex-Líder do meu Partido, José Borba, tem sido citado com suposto beneficiário, com R\$ 2,1 milhões, na questão dos mensalões, que teria supostamente repassado a parlamentares do PMDB. O senhor repassou os R\$2,1 milhões, porque até esse momento, nós integrantes do PMDB, temos o ex-Líder Borba como uma pessoa de reputação digna e honesta. O senhor repassou esses R\$ 2,1 milhões? Esses R\$ 2,1 milhões eram para pagar mensalões de parlamentares do meu partido, o PMDB?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu posso responder essa pergunta com mais tempo?

**O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)** – Com mais profundidade. Claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiramente, quero falar o seguinte, eu não sugiro a nenhum empresário, e devemos deixar a hipocrisia de lado, que muitos empresários ajudam, sim, os políticos. Não adianta eu falar, ah...Vários empresários ajudam e não adianta a gente falar que não ajudam não. Nós não vamos é achar, mas que ajudam, ajudam. Eu estou aqui e vou falar com toda a sinceridade para o senhor, Deputado.

1) Eu não faria de novo. Não faria pelo desgaste e porque hoje é errado, a lei está errada. Não faria. E peço desculpas ao Brasil por isso.

**O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)** – O senhor passou R\$ 2,1milhões para...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso é uma coisa. Agora, rotular o Sr. José Borba de corrupto, de ladrão, de que ele pegou o dinheiro e pôs no bolso, isso eu não farei, até porque eu conheço o caráter do Sr. José Borba. Uma coisa é eu falar que passei, e passei mesmo. Isso não vou negar.

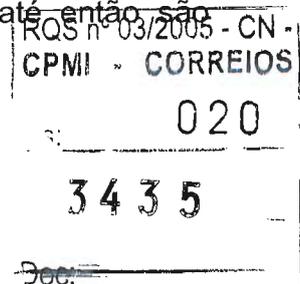
**O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)** – Então são injustas as menções de que ele é um Deputado que estava encabeçando mensalões para os seus liderados na época em que era Líder?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Olha, como todo lugar na vida tem maus, e posso até ser considerado um mau empresário ou ter sido considerado pelo Brasil um corrupto, como todo lugar na vida tem maus e bons, e aqui no Congresso não é diferente. E eu, Marcos Valério, se fosse rotular uma pessoa de bom caráter, eu rotularia o Sr. José Borba. É a única coisa que posso falar.

**O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)** – O senhor rotula o ex-Ministro das Comunicações, Deputado Eunício Oliveira, como uma pessoa íntegra e honesta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Até o presente momento sim. Até porque não tenho tanta intimidade com ele a esse ponto.

**O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)** – Porque tanto o nome do Deputado Borba como o do Deputado Eunício Oliveira têm sido citados pela imprensa, e isso causa um constrangimento, porque para nós até então são





pessoas dignas e honestas. E isso realmente esclarece que o senhor não repassou qualquer tipo de dinheiro, portanto...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Gostaria de separar uma coisa, Deputado, uma é PSDB, é PFL, eu respeito todos. E eu não sou apartidário, apesar de eu estar agora num relacionamento, sendo investigado por um relacionamento com o PT. Mas isso não quer dizer que eu tenha amigos dentro do PFL, eu tenha amigos noutro. Eu tenho amigos aqui, não vou citar nomes, porque não quero macular a imagem dessas pessoas.

Agora, ao Sr. José Borba repassei. Mas se V. Ex<sup>a</sup> perguntar para mim se eu o acho um mau caráter, um corrupto, eu vou responder a V. Ex<sup>a</sup> com todas as palavras: mesmo que o Brasil ache isso, para mim, Marcos Valério, não é.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Um paraense está sendo acusado de ter recebido R\$900 mil, e quero que você faça puramente justiça, se o rapaz for inocente. Gostaria, se ele for realmente envolvido nessa indústria do mensalão, que você cite também.

Deputado Paulo Rocha recebeu da sua agência R\$920 mil? Se recebeu, eu queria saber para que foi destinado o recurso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Deputado Paulo Rocha recebeu R\$920 mil.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Você sabe que ele negou. Ele alegou que recebeu só os R\$300 mil e negou que tenha recebido os outros R\$620 mil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na minha lista ele recebeu R\$920 mil...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Qual o destino?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E o destino...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não, por favor, eu gostaria que não fosse interferida a minha inquirição.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB - RO) – Asseguro a palavra a V. Ex<sup>a</sup>. Já lhe dei um minuto para descontar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O senhor diz que ele falou em trezentos e poucos. E eu estou falando que, segundo “a minha lista”, eu passei R\$920 mil.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Qual o destino? Para que era o recurso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para mim, o que me foi informado é que era para o PT do Pará.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – PT do Estado do Pará. Certo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dívidas do PT do Estado do Pará. Foi o que me foi informado.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor tem sido assediado, empresário Marcos Valério, por políticos de conduta duvidosa para denunciar Parlamentares inocentes, entre os quais os de Belo Horizonte?

RQS nº 03/2005 - C  
CPMI - CORREI

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



Alguém o procura e diz: “Olha, Marcos Valério...” – naquela intimidade peculiar –, “denuncia fulano de tal. Ele é honesto, mas, para tirar um proveito político...”

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se tivesse sido e se fui, o meu caráter não permite nem ser chantagista, nem falar uma coisa que não aconteceu.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Marcos Valério, se o senhor tivesse o condão para mandar políticos corruptos envolvidos com mensalão para a cadeia, quais os que o senhor hoje mandaria?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quem sou eu, que estou agora sendo investigado por um ato falho, julgar a pessoa?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB - RO) – A pergunta é imprópria. Ele não é juiz; ele não pode julgar. V. Ex<sup>a</sup> pode fazer outra pergunta.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Eu fiz uma pergunta. Então ele não mandaria ninguém.

Então, o senhor já inocentou o Eunício Oliveira, inocentou o ex-Líder Borba, porém confirmou que o Deputado Paulo Rocha recebeu R\$920 mil supostamente para pagar dívidas de campanha da candidata Maria do Carmo no Estado do Pará.

O senhor destinou recursos para pagamento de *shows* para a dupla Zezé Di Camargo e Luciano e outros artistas nacionais?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Olha, esta lista aqui é a pura verdade. As pessoas que estão aqui foram para quem eu passei recursos.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não existem outras pessoas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não existem outras pessoas. Se o dinheiro que eu passei para o Diretório Nacional foi para a dupla Zezé Di Camargo e Luciano, eu não tenho esse tipo de informação.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor não tem nenhum cheque que saiu diretamente da agência para as contas da dupla sertaneja?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não tenho.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não tem. O senhor teria algum fato novo para revelar para nós, porque estamos nessa expectativa. Há uma especulação da imprensa – **Veja, Correio Braziliense, ISTOÉ, Época** – de que o senhor hoje faria algumas importantes revelações na nossa Comissão. Existe realmente a intenção de V. S<sup>a</sup> em relatar, em denunciar, em apontar novos envolvidos nos mensalões.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu prometo o seguinte: que todas as perguntas que me forem feitas sem respostas não ficarão.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Qual o relacionamento? O Deputado Roberto Jefferson tem entrado em contato com o senhor para tratar de assuntos sobre CPMI, sobre depoimentos ou articulou uma nova linha de depoimento de V. S<sup>a</sup> nas respectivas Comissões?

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: 021

3435

Doc:



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não tenho contato com o Deputado Roberto Jefferson. Nenhum.

**O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)** – O relacionamento, portanto, está cortado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nunca tive relacionamento. Meu relacionamento maior era com o Sr. Emerson Palmieri. Eu devo ter estado com o Deputado Roberto Jefferson umas duas ou três vezes no máximo.

**O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)** – O ex-presidente do PT, José Genoíno, juntamente com o Sr. Delúbio Soares têm entrado em contato com V. S<sup>a</sup>?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Delúbio Soares, sim; falei com ele, sim.

**O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)** – E qual foi o teor do diálogo se o senhor não se importa de revelar para nós? Foi algo no sentido de o senhor ser mais “macio” nos depoimentos? Para o senhor livrar “a” ou livrar “b”, ou incorporar nas suas denúncias? Qual o teor do diálogo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O teor da nossa conversa foi que eu disse a ele que a minha vida acabou; que isso conseguiu destruir a minha vida. Foi isso.

**O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)** – A quem o senhor imputa ser o responsável pela destruição da sua vida empresarial ou da sua vida pessoal? Foi o Delúbio o responsável? O José Dirceu foi o responsável? Quais são os que o senhor reputa como os principais cabeças em ter destruído a sua vida, como o senhor coloca?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro, eu mesmo, porque eu não deveria nunca ter feito o que eu fiz. Segundo, o Sr. Delúbio e o Sr. José Dirceu.

**O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)** – Sr. Marcos Valério, o senhor é um criminoso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Acho que a Justiça é quem vai julgar. Mas esse lugar em que estou sentando não me dá nenhum conforto.

**O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)** – Então, o senhor concorda que cometeu um crime?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sei se é crime, mas não me sinto confortável pelo que eu fiz. Deixar claro. E não sugiro a ninguém.

**O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)** – Sr. Marcos Valério, o Deputado José Dirceu mentiu em seus depoimentos na CPMI, na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, haja vista que tem feito uma série de comparações? A própria imprensa, prestando relevantes serviços à Nação, apontando todas as situações adversas, tudo que ele negou e depois ficou comprovado.

RQS nº 03/2005 - CN  
CPMI - CORREIOS

Is: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



Na sua concepção, ele é um Parlamentar que mente. Ele mentiu na Comissão de Ética?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou falar uma coisa aqui que, depois, eu posso até ser crucificado...

**O SR WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Ou a imprensa é mentirosa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – ...mas vou falar em poucas palavras: eu não morro de amores pelo Deputado José Dirceu.

**O SR WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor concorda que ele é prepotente e arrogante?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em gênero, grau e número.

**O SR WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Já vou finalizar, Sr Presidente. Para encerrar, Sr. Marcos Valério, há pouco o senhor disse que é um empresário. Até a pouco tempo o senhor era um dos homens ricos, da grande elite econômica deste País.

Quem é o senhor hoje empresarialmente falando? O senhor é um homem pobre, humilde, com extremíssimas dificuldades financeiras?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Sou um homem que vai ter uma dívida muito grande junto à Receita Federal, com certeza absoluta. Uma dívida trabalhista muito grande por ter mandado todos os funcionários de Brasília e de Belo Horizonte embora e não tendo mais contas, porque o Governo Federal me retirou todas as contas, e o Governo do Estado.

**O SR WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Resumindo, é pobre ou ainda é rico, tem muito dinheiro em conta ainda?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quebrado, para pagar as contas e vai trabalhar, isso eu garanto a minha família, vou trabalhar e não vou “dar o cano” em ninguém.

**O SR WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Responda só a pergunta. O senhor é pobre?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Remediado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa pergunta não esclarece nada.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Questão de ordem, Sr Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Uma questão de ordem.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Eu gostaria que esta Comissão se dirigisse para investigar coisas que interessem. Eu não estou aqui, ou nenhum de nós, para ouvir julgamento do Sr. Marcos Valério.

Eu gostaria que os colegas parlamentares objetivassem as suas perguntas e não ficassem... Vamos levar a sério esse negócio, do contrário não chegaremos a nada aqui.

**O SR WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Cada Parlamentar

forma de investigar.





09/08/05

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Tem direito de perguntar, mas assuntos inerentes ao assunto da Comissão.

**O SR WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Cada um faz a sua leitura. V. Ex<sup>a</sup> tem a sua forma de investigar, eu tenho a minha forma. Eu não estou aqui para proteger Marcos Valério e jogar confete nele não. Estou aqui para fazer o meu trabalho e gostaria que as minhas atribuições como Parlamentar, nobre Relator, fossem respeitadas, tão somente.

Já irei concluir, Sr Presidente.

Quero apenas agradecê-lo e dizer que o Brasil aguarda que a Justiça seja feita, que o senhor, se for culpado, espero sinceramente, em nome dos cidadãos sofridos deste Brasil, apodreça na cadeia.

Se for inocente, que seja absolvido. E que todos os demais envolvidos nessa lama de corrupção neste País sejam levados para a cadeia, porque o povo, os cidadãos brasileiros merecem justiça.

Muito obrigado, Sr. Marcos Valério.

**O SR PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou mais uma vez salientar: as perguntas têm de ser objetivas. Nós não podemos aqui fazer com que o depoente emita juízo pessoal.

O Código de Processo Penal é claro nesse aspecto, a não ser que uma avaliação dele possa contribuir no esclarecimento. Agora, dizer “exatamente quantos ele manda para a cadeia...” Ele não manda ninguém para a cadeia. Ele vai, como todos os demais, vai se submeter a um processo. O juiz é que poderá mandar.

Eu gostaria de pedir que o próximo Deputado inscrito usasse da palavra e objetivássemos cada vez mais para dar celeridade e eficiência a esta Comissão.

Concedo a palavra ao Relator e, em seguida, ao Deputado José Rocha.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs membros da Comissão, talvez seja útil deixar claro que o Relator ao apreciar os elementos colhidos por esta Comissão não levará em conta apreciações subjetivas dos depoentes. Não levará em conta os seus juízos a respeito de fatos e de pessoas. E que a linha e investigação da relatoria é apenas aquela que diz respeito à explicação e fatos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Portanto, com a palavra o nobre Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, serei bastante objetivo.

Sr. Marcos Valério, V. S<sup>a</sup> desejaria falar em reunião reservada, no final desta reunião, com os Srs. Membros desta Comissão, para acrescentar dados que não se sentiria à vontade em fazê-lo nesta reunião aberta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, Deputado. Mas qualquer pergunta eu responderei, de qualquer nível.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – A Sr<sup>a</sup> Simone Vasconcelos, no primeiro depoimento à Polícia Federal, disse que, no final de 2002, teria recebido o primeiro pedido de V. S<sup>a</sup> para realizar um saque na agência de Brasília do Banco Rural e repassar para algumas pessoas. V. S<sup>a</sup> confirma?

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmando.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Quais as pessoas foram beneficiadas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu posso olhar na minha lista?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pode.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, 2002 não tem. É 2003.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Eu anotei 2002.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. 2003. Ela fez uma retificação, hein, no depoimento dela. Falou 2003.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas eu pergunto a V. S<sup>a</sup> se, em 2002, V. S<sup>a</sup> repassou algum recurso para pessoas relacionadas nas listas divulgadas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, nessas listas divulgadas, não.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ou em outras que não foram, para pessoas que não foram divulgadas nas listas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Agora, a gente também tem que ser muito honesto também. Como a agência de propaganda é de Minas Gerais e de Belo Horizonte, nós demos algumas ajudas a candidato, sim. Não adianta eu ficar aqui também falando que eu passei, em 2002, a não ajudar nenhum deputado. Ajudei, sim. O próprio Deputado Virgílio Guimarães, nós fizemos o *layout* da campanha dele. Estou te dando um exemplo. E nós demos para vários. O Sr. Roberto Brant foi um desses exemplos. Nós também ajudamos no *layout* da campanha dele. Então ajuda do jeito que está nessa lista, nesses montantes, nessas quantidades, não, não aconteceu em 2002, não.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Já que V. S<sup>a</sup> diz que deu ajuda a alguns parlamentares, em 2002, e cita alguns nomes, eu perguntaria a V. S<sup>a</sup> se V. S<sup>a</sup> ajudou, na campanha dos candidatos à Presidência desta Casa, se ajudou alguém.

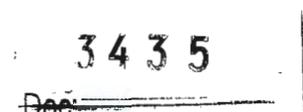
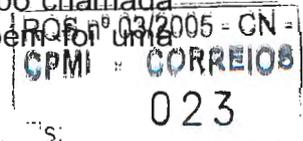
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Presidente da Casa?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Da Casa.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ah, sim. Essa é uma boa pergunta até para a gente desmistificar isso.

Uma, ajudei, sim, o candidato João Paulo Cunha, através de uma empresa chamada Multiaction. Ajudou fazendo aqueles *banners* dele, fazendo aquele *layout* dele, colocando na porta, quando o Deputado chegou, no primeiro mandato e tudo. Ajudei, sim!

Agora, é importante salientar que também, e aí outra empresa minha ganhou a conta de comunicação chamada SMP&B. Agora, é importante salientar que, no Presidente passado, há uma empresa chamada Ogilvy, ajudou esse Presidente na eleição, e quem ganhou foi uma outra empresa do grupo chamada Denisson. Então, não é porque o Marcos Valério ajudou, que também foi uma





licitação. Não estou questionando, não, hein, porque é um processo licitatório público, é uma licitação normal. Então eu quero deixar claro o seguinte: é normal as empresas ganharem. E também não fiz nada que me envergonhasse da eleição do Sr. João Paulo Cunha, como eu também tenho certeza que a Ogilvy, que é uma grande multinacional, não fez nada que se envergonhou, na eleição do antigo Presidente.

É só para dar exemplo que o mar de lama não sou só eu, não. O mar de lamas não é tudo o que eu faço, não. Não existe mar de lamas em tudo o que eu faço. Eu considero que eu errei nos empréstimos, sim, mas o resto da minha empresa é uma empresa sadia, normal, que ganhou vários prêmios.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – E, na última eleição para a Presidência da Casa, ajudou alguém?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não ajudei. Ajudei; ajudei ao Sr. Greenhalgh também com folhetos etc., o que também não deu certo. Ao Severino, em nada.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – V. S<sup>a</sup> hoje, aqui, se desculpa por não ter, perante a CPMI dos Correios, falado toda a verdade no que diz respeito aos empréstimos, vez que V. S<sup>a</sup> estava esperando que o beneficiário dos empréstimos, ou seja, o PT se pronunciasse primeiro.

Assim, indago: quanto à viagem a Portugal, V. S<sup>a</sup> também está esperando algum pronunciamento do PT ou do Sr. Emerson Palmiere?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, porque essa eu disseco ela para o Sr. Deputado, a hora que V. Ex<sup>a</sup> quiser, como eu já disse aqui.

Essa foi uma viagem de negócios, uma viagem empresarial. Eu abro ela de cima em baixo: como é que foi, onde é que foi e a que hora foi e tudo. Não tenho nada a esconder sobre essa viagem.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – A **Veja** desta última semana traz, no seu noticiário, uma reportagem do Jornal **Expresso**, de Portugal, onde, em declaração, Antonio Mexia confirmou ter recebido “o Sr. Marcos Valério na qualidade de consultor do Presidente do Brasil e a pedido de Miguel Horta e Costa, Presidente da Portugal Telecom, uma empresa de um setor tutelado por mim”. Classificando encontro de visita de cortesia, garante que durou apenas de 10 a 15 minutos e versou apenas sobre conversas de circunstância. Não houve nenhum toque específico, muito menos algo que não tinha nada a ver com a sua função de Ministro.

V. S<sup>a</sup> confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não; não confirmo. Essa ...

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – O Sr. Antonio Mexia mente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. O Sr. Antonio Mexia confirmou que me recebeu, mas nunca como representante ou consultor do Governo brasileiro, até porque eu nunca iria me apresentar assim.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fls: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



Em segundo lugar, a Portugal Telecom é a maior empresa portuguesa. Seria um conto da carochinha eu me apresentar para o Presidente da Portugal Telecom, a maior empresa portuguesa, e ele acreditar que eu sou representante do Governo brasileiro.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Mas, com a amizade que V. S<sup>a</sup> ainda tinha no núcleo do Governo, com o ex-ministro José Dirceu e com o Sr. Delúbio Soares, ele poderia supor que realmente funcionasse a sua representação como representante do Brasil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sou amigo do Sr. Ministro José Dirceu.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – V. S<sup>a</sup> é o que o dele, então? Considera-o um inimigo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Diria que sim, hoje.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – E no passado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conhecido.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Falando mais sobre as idas de V. S<sup>a</sup> a Portugal. Manteve V. S<sup>a</sup> contatos com o Banco Milenium, banco comercial português?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não; nenhum contato.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Nunca tentou nenhuma negociação com esse banco?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nenhuma.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – À época, V. S<sup>a</sup> levou ao ex-ministro José Dirceu o Presidente do Espírito Santo de Portugal. Confirma?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmando.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Essa reunião foi marcada por V. S<sup>a</sup> para tratar de assunto...

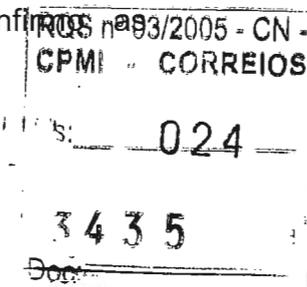
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Essa reunião foi marcada pelo Sr. Delúbio Soares a meu pedido, e é aonde o Banco do Espírito Santo colocou os investimentos que ele tem no Brasil: na área de hotelaria, em fazendas de pecuária e ele era dono de 2% do Bradesco e investimentos na Uol. Foi isso tudo que ele colocou lá.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – A SMP&B fez várias teds acima de dez mil reais. Eu tenho aqui uma relação de 35 acima de dez mil e duas que ultrapassam em muito esses recursos. A Athenas Trading, com R\$1.967.403,00 e a By Brazil Trade, com R\$976.887,00. V. S<sup>a</sup> confirma?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmando.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Do Banco Rural para o Banco Schahin?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei se é Banco Schahin, mas, quanto ao nome das empresas, eu confirmo as transferências.





**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – E os valores também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmando.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Esses recursos se destinaram a quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Estão lançados na contabilidade. Como é uma empresa com a qual eu não tinha muito relacionamento, eu vou chutar, mas penso que, a partir de amanhã, V. Ex<sup>a</sup> tem tudo isso descrito na contabilidade.

Eu acho que foi um contrato de mútuo firmado entre essas duas empresas, Sr. Deputado.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Quase três milhões de reais e V. S<sup>a</sup> não se lembra de quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, porque lá nós dividimos. Na verdade, eu ficava muito mais por conta do PT.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – E quem tratava desses assuntos das Teds?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eram os sócios. São três sócios e a Diretora financeira, que é quem executava o pedido.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Qual dos sócios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nesse caso, eu teria que verificar, mas, com certeza, eu te dou por escrito, em cópia, Sr. Deputado.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – V. S<sup>a</sup> sabe onde fica esse Banco Schahin?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sei sim, senhor. Em São Paulo.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – A revista **IstoÉ** desta semana diz que, em relatório encaminhado ao Ministério Público, V. S<sup>a</sup> diz ter contraído seis empréstimos que somariam 55 milhões, mas a CPMI dos Correios já localizou doze empréstimos.

É uma análise contábil, realizada por peritos do Ministério Público, nos extratos bancários, mostra que, somente a título de empréstimos bancários, entraram 210 milhões nas contas da SMP&B, no banco Rural, no período de 2000 a 2005. V. S<sup>a</sup> confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu vou separar então. De 2000 a 2002, os empréstimos que eu tive na minha empresa são empréstimos normais, de capital de giro, e foram pagos literalmente. Alguns pequenos e não somariam nunca 210 milhões.

De 2003 para frente, penso que há uma pequena confusão porque os empréstimos foram renovados e, a cada renovação, o empréstimo era de um valor diferente, uma vez que os juros eram agregados e a CPMF era cobrado novamente.

Então há uma pequena confusão aí, não diria nunca que é por má-intenção nem nada, mas a minha contabilidade vai provar que os valores atuais dos empréstimos são esses que estão aqui. Nada mais do que isso.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Para o PT. E os outros empréstimos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Os outros foram do PSDB no ano de 1998. O resto para partido nenhum.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – E de 2000 a 2005, que é o que os peritos do Ministério Público constataram?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não; eu tive empréstimos normais, nunca de valores astronômicos, em hipótese alguma, até porque, se tivesse, estariam lançados na minha contabilidade, e, lá, não consta isso.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Quer dizer que V. S<sup>a</sup> discorda dessa análise contábil realizada pelo Ministério Público?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza, Deputado, com todo o respeito.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Então, qual o total, de fato, dos empréstimos feitos ao PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – R\$55.217.271,02.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Qual é a origem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Banco BMG e Banco Rural.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – E para quem o dinheiro foi destinado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para as pessoas que estão nessa lista, a pedido do Sr. Delúbio Soares.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – O Sr. David Rodrigues sacou dinheiro no Banco Rural para quem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para Zilmar da Silveira e Duda Mendonça.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – E entregou a quem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aí nós temos que perguntar ao Sr. Duda Mendonça e a Dona Zilmar onde eles puseram o dinheiro.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – O Sr. David Rodrigues entregou o dinheiro a quem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Zilmar Silveira e a Duda Mendonça.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Porque ele, em seu depoimento à CPMI dos Correios diz que entregou à sua Diretora Financeira, Sr<sup>a</sup> Simone.

V. S<sup>a</sup> confirma ou desmente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu desminto e volto a falar: eu li uma reportagem que saiu hoje no **Correio Braziliense**, onde mostram as ligações dele com um doleiro – não sei o nome do doleiro, não me lembro agora. Então, eu confirmo que os cheques que eu assinei ou que meus sócios assinaram foram entregues nas mãos da Dona Zilmar da Silveira, e a ordem que foi dada ao Banco Rural para pagamento desses cheques foi em nome da Zilmar, a pedido, ou em nome das pessoas que a Zilmar mandou pagar

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
025
3435
Doc:



**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> conhece o Sr. Ricardo Machado?**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Conheço sim, senhor. Foi meu ex-sócio na empresa chamada MultiAction e saiu um pouco magoado da empresa.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) –** O senhor conhece o Dr. José Augusto Dumont?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Conheço sim, senhor, foi meu amigo e morreu num acidente de automóvel, era o Vice-Presidente do Banco Rural.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) –** Há uma reserva no Hotel Grand Bittar da suíte VIP, 15º andar, para o senhor e o Sr. José Augusto Dumont em setembro, no dia 30 de setembro, terça-feira. V. S<sup>a</sup> confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Não sei a data. Eu confirmo que eu já fiquei hospedado nesse hotel.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) –** Com o Sr. José Augusto Dumont?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Com o Sr. José Augusto Dumont talvez. Eu confirmo que eu fiquei. Eu vi a reportagem envolvendo a cafetina e eu nego que eu tenha participado de alguma festa de orgia ou outro tipo de coisa.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) –** Mas não é isso que eu estou...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Não, não, eu só estou te falando que eu vi a reportagem. Eu queria deixar isso claro.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) –** Não é isso que eu estou perguntando.

E V. S<sup>a</sup> confirma que no dia 7 de outubro alugou o 15º andar do Grand Bittar, o senhor com o Sr. Ricardo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Não, não confirmo. Eu confirmo o quarto que eu aluguei, que está no meu nome.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) –** Está na agenda da sua ex-secretária Somaggio, uma reserva do 15º andar, fechado para o senhor e o Sr. Ricardo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Eu confirmo o quarto em que me hospedei, agora a agenda da minha secretária é dela.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) –** Eu queria dizer que o tempo terminou, se V. Ex<sup>a</sup> quiser se reinscrever, nobre Deputado José Rocha...

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) –** Sr. Presidente, eu tenho várias perguntas não feitas. Quero ser fiel ao tempo e me reinscrevo.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) –** Agradeço a cooperação de V. Ex<sup>a</sup>.

A última pergunta.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) –** Para quem destinou os 21 milhões sacados em dinheiro vivo da sua conta do Banco Rural?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Para as pessoas que estão nessas listas aqui. Foi para quem eu destinei os 55 milhões, e alguns foram depósito em conta, como no caso da Garanhus, Bônus-Bonval. Outros



09/08/05

foram saques, e é importante deixar claro, o dinheiro... E foram passados cheques para a pessoa. No caso da Zilmar, foram cheques que foram passados para ela, e outros foram recebidos dentro das agências. Se o senhor quiser, eu leio os nomes.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, essa lista já está disponível, nós passaremos a V. Ex<sup>a</sup>...

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Toda hora se fala dessa bendita lista, nós precisamos saber porque nós não temos...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então pode ler. Vamos atender a uma reclamação geral, e eu peço ao depoente que faça a leitura.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Número 1

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Só a última pergunta dessa primeira fase, e depois ele lerá a lista.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> já fez a última pergunta. Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela cooperação, que V. Ex<sup>a</sup>, tão bem, com civilidade o fez.

Com a palavra o nobre depoente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Número 1: Jacinto Lamas, PL; Valdemar Costa Neto, celular 61-99825899, através também da Garanhus Empreendimentos Intermediações e Participações S. A., na Avenida Paulista, e através do Antônio Lamas. Valor: dez, oitocentos e trinta e sete e quinhentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Dez milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dez milhões.

Número 2: Zilmar Fernandes da Silveira, Duda Mendonça, telefone 61-3664885 ou 3665017, através das pessoas Antônio Kalil Curi, RG 10266537; Davi Rodrigues Alves e Luís Carlos Costa Lara. Valor: R\$15,5milhões

Número 3: Paulão, PT, Nordeste, Alagoas, R\$160mil.

Deputado Paulo Rocha, PT, telefone 61-99785483...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não é necessário telefone porque poderá haver uma enxurrada de telefonemas desnecessários.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desculpa Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. S<sup>a</sup> pode continuar a leitura do nome e do valor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado Paulo Rocha, Anita Leocárdia, Charles Santos Dias. Valor R\$920mil.

Márcio Lacerda. É importante ressaltar que o Márcio Lacerda foi o contato, mas o pagamento foi feito a uma pessoa que prestou serviço na campanha do então Ministro Ciro Gomes. O Márcio Lacerda em si não recebeu. Ele foi só um contato, e a pessoa que recebeu foi o Sr. Francisco Borges Cavalcanti e Teresinha. Valor: R\$457mil.

José Carlos Martinez. Através do Sr. Jair dos Santos. Valor R\$1 milhão. Deputado Guimarães, do PT do Ceará, R\$250mil.

03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: 026

3435

Doc.



Marcelino Pias e Sr. Jorge e Paulo Antônio Bassotto, R\$1,2milhão.

João Ferreira dos Santos, R\$260mil.

Mauro Santos, R\$300mil. Esse Mauro Santos está junto com a Sr<sup>a</sup> Eristela.

Deputado Romeu Queiroz, Charles dos Santos Nobre e José Rés, R\$350mil.

João Magno, Paulo Vieira Abrigó, R\$350mil.

Professor Luisinho, Crislene e José Nilson dos Santos, R\$20mil.

Manoel Severino, Luís e Henrique Pizzolato, R\$2.676.660,67.

Émerson Palmieri, Alexandre Chaves e Luís Carlos de Miranda Faria, R\$2.468.600,00

Raimundo Ferreira da Silva Júnior, PT do Distrito Federal, R\$370mil. PT Nacional, que foi entregue ao PT Nacional e eles distribuíram R\$4.932.467,14.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O Sr. não falou os nomes do PT Nacional.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Posso citar todos?

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Delúbio Soares, Sílvio Pereira, Marcelo Sereno, Edilene, Solange Pereira Oliveira, Lucas Bisato, Aristides Junqueira e campanha de São Bernardo e Osasco.

João Cláudio de Carvalho Genu, PP, Deputado José Janene, R\$4,1milhões.

Deputado Vadão, R\$3,7milhões.

José Adelar Nunes, tesoureiro PT Santa Catarina, R\$50mil

Carlos Magno e Rodrigo Barroso Fernandes, R\$774 mil;

Deputado José Borba, Carlos, Maria Sebastiana, R\$2,1milhões;

Wilmar Lacerda, Sinval Monteiro de Mello, R\$235 mil;

Deputado Josia Gomes da Silva, Bahia, R\$100 mil;

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não está falando o partido, por quê? PT Bahia, PT Distrito Federal, tem que ler tudo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está bom. Desculpa. Peço desculpa.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Tudo bem, está desculpado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> pode ler o que está aí. É uma leitura despcienda.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não é despcienda, não. O povo brasileiro está assistindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ah, o povo brasileiro está assistindo. Mas temos que investigar aqui.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – José Luiz Alves, PL, Edson Pereira de Almeida, R\$1 milhão;

Carlos Gotegoso, Carlão, Ponto Focal, R\$400 mil;

Roberto Costa Pinho, Assessor, Ministério da Cultura, R\$450 mil;

RQS nº 03/2005 - CN  
CPMI - CORREIO

3: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Fala PT, o partido.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, aqui não tem PT. Não, aqui tenho Ministério da Cultura.

Bispo Rodrigues, Célio, R\$400 mil;

Armando Costa, R\$30 mil;

Carlos, Goiânia, R\$250 mil;

João Paulo – há um erro aqui – é R\$50 mil, do PT.

**O SR. (Orador não identificado)** – Esse Carlos, o Carlinhos é o mesmo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu creio que sim, mas não conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o vice.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Acho, Sr. Presidente, até por uma questão de esclarecimento ao povo brasileiro, seria interessante que o Sr. Marcos Valério lesse também a lista de 1998, se pudesse identificar o nome, o partido. O valor da soma, Sr. Marcos Valério, está muito aquém do total dos empréstimos que foram feitos em 1998. Então, o Sr. poderia também nos informar, além desses nomes da lista, para onde foi o resto dos empréstimos feitos em 1998, para que todo o País conheça os nomes e o partido dos que receberam recursos.

**O SR. (Orador não identificado)** – Muito importante, porque a sociedade quer um esclarecimento de todo esse período de tudo que foi repassado, desde 1998 até agora. Então, é importante fazer a leitura do ano de 1998, naquelas eleições, para que a sociedade brasileira possa ver o aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos fazer oportunamente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A lista de 1998 está aquém, mas existe um valor maior, de que eu não tenho comprovação. São maiores nomes, são nomes maiores até, e o Sr. Cláudio Mourão poderia vir aqui dar essas explicações.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O Sr. terminou a leitura da primeira lista?

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não foram.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. S. terminou a leitura da primeira lista? Então, agora fica suspensa a reunião.

**O SR. (Orador não identificado)** – A segunda lista, Sr. Presidente.

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A nossa suspensão é por dez minutos. Espero que não passe de quinze.

*(Suspende-se a reunião às 14 horas e 20 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Declaro reabertos os trabalhos. Inicialmente, concedo a palavra ao depoente, Sr. Marcos Valério, para que proceda à leitura dessa lista e peço que faça breves explicações sobre cada nome, porque talvez nem todos saibam de quem se trata. Pode falar, Sr. Marcos Valério.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Nº: 027
3435
Doc: _____



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Junia Marise. Junia Marise foi Senadora pelo Estado de Minas Gerais e Vice-Governadora do Estado.

**O SR. (Orador não identificado)** – O partido, Sr. Presidente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – PMDB, eu acho. Uma das pessoas que pegaram o recurso foi Antônio Marum, depois Junia Marise, novamente, e Maria Cristina Cardoso de Melo. Depois, Fábio Valença e o Sr. Jorge Calábria. Não precisa falar o valor não, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode falar o valor, pode falar tudo que consta na lista.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Então, voltando, Junia Marise, R\$25 mil. Junia Marise, R\$175 mil.

Fábio Valença, R\$91.459,28.

Jorge Calábria. Maurílio Borges, R\$125 mil, de Uberlândia.

Márcio Luiz Murta, R\$25 mil, eu acho que é Deputado.

Vilda Maria Bittencourt, R\$10 mil.

Arnaldo Francisco Pena, R\$15 mil.

Marcelo Jerônimo Gonçalves, R\$10 mil.

Marlene Aranda Caldeira, R\$20 mil.

Obede Alves Guimarães, R\$15 mil.

Carlos Wett Pimenta Figueiredo, é Deputado e hoje é Prefeito, R\$12 mil.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, só queria pedir, assim que fosse identificado o mandato, se é Deputado, se é Prefeito, se possível que fosse falado o partido, porque foi falado na outra lista o nome dos membros e a quais partidos eles pertenciam. Se souber.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se souber, eu falarei.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, dizendo que, realmente, se ele puder esclarecer que o faça.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Antes de continuar, eu queria agradecer ao Deputado Eduardo Paz pela gentileza com que tratou a minha esposa quando esteve aqui, pela educação. Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – De nada. Só uma correção: o meu não é Paz. É Paes.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Paes, desculpe.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Paz é o sócio.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nélio Andrade Vilela, R\$12 mil.

Sebastião Navarro Vieira, Prefeito hoje, se não me engano, R\$9 mil.

Maurício Antônio Figueiredo, R\$15 mil.

Clemente Sarmiento Petrone, R\$15 mil.

Martins Adélio Gomes, R\$20 mil.

Rosane Aparecida Moreira, R\$20 mil.

Gilberto Rodrigues de Oliveira, R\$25 mil.

RQS nº 03/2005 - CN  
CPMI - CORREIO

S:

Doc:



Custódio de Matos, R\$20 mil.  
Maria Aparecida Vieira, R\$2,5 mil.  
Maria da Conceição Almeida Alves, R\$2,5 mil.  
José Manoel Hatsan, R\$15 mil.  
José Roberto de Cali, R\$4 mil.  
Grupo Um de Propaganda e Marketing, R\$10 mil.  
Gerusa Pereira Cardoso, R\$12 mil.  
Odair Ribeiro Vidal, R\$15 mil.  
Ricardo Bessote Costa, R\$20 mil.  
Geraldo Magela Costa, R\$40 mil.  
Baldonado Arthur Napoleão, R\$3 mil.  
Onório José Franco, R\$20 mil.  
Antônio de Pádua Luma Sampaio, R\$8 mil.  
Elmo Brás Soares, R\$6 mil.  
Sônia Maria Sales Campos, R\$15 mil.  
Walfrido Albuquerque Oliveira, R\$20 mil;  
Amílcar Viana Martins Filho, R\$6 mil;  
João Batista de Oliveira, R\$7 mil;  
Maria Eustáquia de Castro, R\$11 mil;  
Kemil Said Kumaia, R\$9 mil;  
José Augusto Ribeiro, R\$9 mil;  
Humberto Candeias Cavalcanti, R\$3 mil;  
Nelson Antônio Prata, R\$5 mil;  
Aldimar Dima Rodrigues, R\$10 mil;  
Silvana Vieira Felipe, R\$8 mil;  
Eder Antonio Madeira, R\$12 mil;  
Olavo Bilac Pinto Neto, R\$20 mil;  
Tarcísio Henriques, R\$10 mil;  
Heloísa Helena Barras Escomini, R\$5 mil;  
Wanderlei Geraldo de Ávila, R\$21 mil;  
Olinto Dias Godinho, R\$20 mil;  
Cláudio de Faria Maciel, R\$7 mil;  
Ermínio Batista Filho, R\$25 mil;  
Alencar Magalhães da Silveira Jr., R\$10 mil;  
Maria Olívia de Castro Oliveira, R\$15 mil;  
Maria Angela Arcanjo, R\$20 mil;  
Francisco Ramalho, R\$15 mil;  
Ajalmir José Silva, R\$15 mil;  
Antônio Milton Sales, R\$2 mil;  
Paulo Abi-Ackel, R\$50 mil;  
Cantídio Cota de Figueiredo, R\$40 mil;  
Afonso Celso Dias, R\$50 mil;  
Luiz Flávio Vilela Mesquita, R\$50 mil;  
Cláudio Pereira, R\$25 mil;

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 028
3435
Doc:



09/08/05

Gilberto Wagner Martins A Pereira, R\$25 mil;  
Romeo Anísio Jorge, R\$100 mil;  
Vagner Nascimento Júnior, R\$30 mil;  
Jaldo Retes Dolabela, R\$53,025 mil  
Cantídio Cotta, R\$15 mil;  
José Pinto Resende Filho, R\$7,5 mil;  
Francisco Rafael, R\$15 mil; e do lado, Luciano Claré Gonçalves;  
Renato Fraga, R\$12,5 mil; e Marcus Vinícius Armont Nunes –  
Nei Martins Junqueira, R\$50 mil;  
Roberto Arabe Abdanur, R\$50 mil;  
Alfeu Queiroga de Aguiar, R\$ 25 mil;  
Edson Brauner da Silva, R\$20 mil;  
Ivone de Oliveira Loureiro, R\$20 mil;  
José Pinto Resende Filho, R\$15 mil;  
Rui Resende, R\$10 mil;  
Luciano Claret Gonçalves, R\$30 mil.

Além dessa lista, foram pagos os Srs. Duda Mendonça. Está aqui o recibo. Ele fez a campanha do Dr. Eduardo Azeredo e do Dr. Clésio Andrade. Está aqui o recibo assinado por ele.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Qual é o valor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** - A planilha que eu tenho aqui é de quatro milhões e meio.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY** (PTB – SP) – Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> extraísse cópias das duas listas e as distribuísse a todos os membros da CPMI. E gostaria de sugerir, Sr. Presidente, até para lhes proporcionar o direito à defesa, que todos os Parlamentares citados nas duas listas sejam devidamente intimados para prestar depoimento nesta CPMI.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor solicitou que ele lesse a lista. E não foi explicado qual a origem desses recursos. Seria somente isso? É para esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Sim. Neste momento foi só a leitura. Isso, vamos fazer depois. Temos de fazer no curso das investigações. Neste momento, se alguém desejar fazer perguntas, que as faça.

As listas foram lidas e devidamente explicadas. Creio que todos estão satisfeitos.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Des: \_\_\_\_\_



Quanto ao requerimento de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Deputado Fleury, vamos fazer no momento oportuno.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY (PTB – SP)** – Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos estudar isso, mas é um requerimento que tem razão de ser. Concedo a palavra imediatamente ao próximo orador inscrito, que é o Deputado, com a palavra pelo prazo regimental.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Depoente, antes de eu fazer algumas observações, eu gostaria de saber se a lista que V. S<sup>a</sup> trouxe hoje envolvendo esse valor maior, se é esta a lista que ficou na Procuradoria da República, ou se a que ficou lá é uma lista mais ampla?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, é essa que ficou na Procuradoria.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Esta aqui mesmo. Porque ela já era de conhecimento público desde a semana passada?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Inclusive pela imprensa.

Sr. Marcos Valério, eu gostaria de iniciar os meus questionamentos pegando uma frase que o senhor disse alto e bom tom aqui na CPMI fazendo a vinculação entre as empresas e o caixa dois, dizendo que isso é o que acontece no Brasil. V. S<sup>a</sup> de fato não está em companhia muito simples.

Essa idéia do caixa dois é, na verdade, muito cruel, porque ela dá a idéia de que o crime é menor, um pequeno delito, uma pequena contravenção para recursos que são desviados do Erário com a mesma falta de cerimônia. E nesse aspecto V. S<sup>a</sup> tem a concordância do Delúbio Soares; da sua mulher, D. Renilda; do José Genoíno; do José Dirceu; do Presidente Lula, numa entrevista em Paris, e isso começou a correr o Brasil inteiro dando a entender que é um grande biombo que foi construído por uma tese de um bom advogado, de um competente advogado que faz com que, inclusive, o ex-Ministro e Deputado Ricardo Berzoini fale em ilegalidade eleitoral e que o Delúbio fale em recursos não-contabilizados.

Eu quero dizer, Sr. Marcos Valério, que isso é uma espécie de banalização de um crime hediondo quando tudo se vincula, tudo cai na vala comum do caixa dois.

E outros delitos, outros crimes que passam do pagamento de advogados para atender ao primeiro escalão do PT, no caso do ex-Procurador da República, até das bacantes aqui dos hotéis cinco estrelas. Saques presumidos de Ministros. Enfim, dívidas partidárias. Tudo isso cai na vala comum do caixa dois.

E quero dizer ao senhor que eu divirjo de V. S<sup>a</sup> porque acho que isso sim é a prática do Brasil apodrecido, corrupto, mas não é a prática do Brasil global, do Brasil geral. Não. Não é essa prática, não.

Nesse aspecto, eu gostaria de perguntar ao senhor sobre uma descoberta da CPMI dos Correios que dizem que o Procurador da Fazenda Nacional Glênio Guedes foi também beneficiário de polpudas somas depositadas nas

3005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
029  
3435  
Doc.



09/08/05

família Guedes, totalizando R\$2,5 milhões, para que ele, que era membro, que fazia parte do Conselho de Recurso do Sistema Financeiro, o tal do “conselhinho”, adocicasse, amolecesse as investigações que o Banco Central já estava promovendo acerca dos valores bastante elevados que passaram a ser identificados por aquela autoridade monetária. Então, esta é a primeira pergunta que quero fazer a V. S<sup>a</sup>: se esse elemento, esse novo dreno está meio fora do mensalão. Sei que V. S<sup>a</sup> não gosta do termo mensalão, mas, tenho certeza absoluta de que o povo brasileiro, de norte a sul e de leste a oeste, sabe que o mensalão existiu claramente pelos pagamentos feitos por V. S<sup>a</sup> inclusive aos representantes, aos líderes ou aos presidentes de Partidos, conforme V. S<sup>a</sup> já explicitou aqui.

Então, a minha primeira questão é essa. O que significa esse pagamento ao Procurador da Fazenda Nacional? Ele mesmo, junto com a família, está envolvido em várias falcatruas, em várias irregularidades, inclusive investigado, e tendo saído do tal “conselhinho”.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiramente, quero deixar claro que o dinheiro que movimentei não é dinheiro público. Tomei na iniciativa privada e passei ao PT, e meus contratos de publicidade estão totalmente abertos à auditoria, totalmente. E se tiver alguma coisa errada, eu tenho que ser punido. Concordo com isso. Mas, tenho certeza absoluta de que não há nada de errado nos meus contratos de publicidade.

Outra coisa, Sr. Deputado, com todo respeito, com toda a fidalguia com que o senhor me tratou, vou lhe dizer: o Sr. Glênio Guedes tem um pai chamado Ramon. E tenho um escritório de advocacia, apesar de não ser advogado, com o Sr. Rogério Tolentino e o Sr. José Roberto de Melo. E foi feito um depósito, não em nome do Sr. Glênio Guedes, mas, do Sr. Ramon, pai dele – e, por acaso, eles têm conta conjunta. Vou passar ao Presidente os contratos de advocacia que foram assinados com o Sr. Ramon. É disso que é oriundo esse depósito. Confirmando o depósito, sim. Não, nunca, em hipótese alguma, o Sr. Glênio Guedes julgou qualquer processo do Banco Rural. Isso ele me falou depois que estourou o processo, esse escândalo todo, e conversei com ele.

Conheço, sim, o Sr. Glênio Guedes de montar a cavalo, de ir ao Cepel. E a Corregedoria da Procuradoria esteve no Cepel verificando se ele esteve lá realmente.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – Sr. Marcos Valério, causa muita espécie esse pagamento ao Sr. Duda Mendonça, que contesta a posição de V. S<sup>a</sup> e diz que não aconteceu.

Tenho duas perguntas a fazer nesse caso do pagamento de R\$15,5 milhões ao Sr. Duda Mendonça, através de sua sócia e de outros elementos. Esse dinheiro era para pagar... (Pausa.)

Eu aguardo, sou paciente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desculpa, Sr. Deputado.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
S: _____
Deo: _____



**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Não, fique à vontade. O Presidente depois vai me descontar o tempo, com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Só para informar a V. Ex<sup>a</sup>: realmente os contratos são com o Sr. Ramon Guedes. Pelo menos aqui no papel está assim.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Ok, Sr. Presidente.

Gostaria de desdobrar a questão do Sr. Duda Mendonça. A primeira pergunta é se esse dinheiro era para o pagamento da campanha de 2º turno e de 1º turno que o Sr. Duda Mendonça havia firmado com o candidato Presidente Lula. Essa é a primeira questão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não saberia, com toda sinceridade, Sr. Deputado, não saberia te dizer se é ou não é. Só recebi autorização do Sr. Delúbio Soares para pagá-lo. Agora, dizer especificamente para o que era, não saberia te falar, até porque é uma intimidade deles lá.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Mas, o senhor não acha que é absolutamente um contra-senso que o empresário, o publicitário Duda Mendonça, que foi um publicitário que triunfou numa campanha eleitoral bastante expressiva, tenha que usar de V. S<sup>a</sup> quando ele próprio, proprietário de várias agências, poderia fazê-lo diretamente. Não é um contra-senso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Honestamente, eu acho que é sim.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Se é um contra-senso, se o senhor não sabe se esse recurso era para pagar ainda as contas da campanha, porque, inclusive, o Partido dos Trabalhadores não logrou muito êxito nos Estados em segundo turno, apenas três Estados, inclusive o meu.

Eu queria também saber se o Sr. Marcos Valério utilizou do expediente da nota fria, porque os lucros das faturas de serviço são pequenos em nível de mercado, 15%; alguns falam em 20%; enfim, de 10% a 20%.

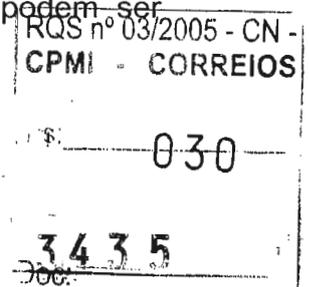
Houve casos em que a sua empresa emitiu pura e simplesmente nota fria para ficar com o total do valor e fazer face ao mensalão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. É importante salientar que, além de propaganda e *marketing*, a empresa também, junto a seus clientes, presta serviços de projetos, estudos, pesquisas, isso é inerente da comunicação.

Não, eu nunca emiti para qualquer um dos clientes nota fria.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Obviamente que V. S<sup>a</sup> tem certeza que as empresas resistirão a uma auditoria cotejando faturas e serviços realizados? V. S<sup>a</sup> tem certeza que suas empresas suportarão esse tipo de investigação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A partir de hoje, já está sendo entregue à Receita Federal esses disquetes e disponibilizados os documentos. Amanhã eu entregarei à Comissão os disquetes que entreguei hoje à Receita e darei o endereço de onde estarão os documentos que podem ser verificados fisicamente pela Comissão, que estarão disponíveis.





**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) –** Perfeito.

Sr. Marcos Valério, V. S<sup>a</sup> trouxe aqui duas listas, uma que já era conhecida, cujos pagamentos vão somar dezenas de milhões de reais e uma lista pequenina, ainda que pequena mas de valores extensos, que remetem ao PSDB de 1998, são 79 pessoas, se não me falha a memória, nesta lista aqui. A impressão que passa é que aquilo ali foi um protótipo, foi um exercício, um treinamento de bala de festim. Ali, V. S<sup>a</sup> aprendeu a como, depois, fazer um treinamento com bala real, para falar em linguagem militar. Ou seja, o que era protótipo no PSDB de 1998 tornou-se uma produção em série explosiva no PT a partir do início de 2003.

V. S<sup>a</sup> disse que levou, inclusive, um calote do PSDB. O PSDB não pagou toda essa soma e aí eu gostaria, sinceramente, a mais completa lisura de V. S<sup>a</sup>: todos nós sabemos...

Sr. Presidente, está tumultuada a minha...

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) –** V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra, continue. Eu já lhe dei um minuto.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) –** Já me deu um minuto? Veja bem, Sr. Presidente, há uma compreensão de que V. S<sup>a</sup>, ainda que não tenha curso superior, é um empresário profundamente agressivo do ponto de vista da busca de horizontes, na abertura de horizontes. V. S<sup>a</sup> trabalhou em bancos, inclusive, no Banco Central, foi trazido aqui...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Não trabalhei no Banco Central.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) –** Mas houve alguma conexão de V. S<sup>a</sup> com o Banco Central...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Eu prestei uma consultoria a pessoas que trabalhavam como Banco Central.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) –** O que não é pouca coisa. V. S<sup>a</sup>, por conseguinte, não é uma pessoa leiga, ainda que não tenha o formalismo do curso superior.

V. Ex<sup>a</sup> acha que cabe na cabeça de um brasileiro medianamente informado que o senhor pode fazer um empréstimo, alocar os recursos para um partido político, sem que haja nenhum tipo de garantia material para esse empréstimo? E que esse empréstimo, na verdade, estaria fadado a ser pago? Ou – e é esta a pergunta que quero fazer a V. S<sup>a</sup> — os empréstimos que V. S<sup>a</sup> tomava, tanto aqueles que foram avalizados pelo PT quanto, especialmente, aqueles que não foram avalizados pelo PT, e, sim, pelos sócios, eles não eram tomados para não serem pagos? Cairiam, ao final, na contabilidade Restos a Pagar e seriam pagos pelo contribuinte brasileiro até que a farsa foi descoberta. Quero perguntar a V. S<sup>a</sup> se: essa história do pagamento da dívida, que supostamente o PT teria, não é, digamos assim, uma farsa, inventada pela explosão dos fatos que chocaram a opinião pública nacional?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Não, porque os empréstimos são contabilizados, entram no meu extrato bancário e estão no meu

RGS Nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Dec: \_\_\_\_\_



extrato bancário para serem comprovados. Espero e pretendo entrar na justiça para receber. Se vou lograr êxito ou não, não sei.

Mas, na verdade, é isso, Deputado. Não foi nada para lesar ninguém. Tomei na iniciativa privada e passei para o PT.

É importante também a gente deixar de hipocrisia: que havia um aval superior, havia. Isso está claro.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Então, esse aval superior, na medida em que não se realizou, foi por conta da descoberta dessa grande fraude, senão V. S<sup>a</sup> continuaria a fazer novos empréstimos, cada vez maiores, para que fosse atendido o grande esquema do mensalão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não acredito no mensalão, não. Estou falando isso do fundo do coração, até porque também não estou aqui para defender ninguém, e ninguém tem autorização para defender ninguém.

Eu, Marcos Valério, não acredito no mensalão, não.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, só para concluir, porque a minha intervenção foi tumultuada, infelizmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Conclua com brevidade.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – V. S<sup>a</sup>, do fundo do coração, acha que não existe o mensalão, mas, se V. S<sup>a</sup> fizer qualquer pesquisa do povo brasileiro, pela sua leitura labial, o povo brasileiro sabe que existiu o mensalão e que ele ainda é maior do que conhecemos.

Mas veja só: V. S<sup>a</sup> compartilhou com Delúbio Soares, com Marcos Sereno, com José Genoíno, com José Dirceu, com Silvio Pereira e foi várias vezes, inclusive, à Casa Civil. V. S<sup>a</sup> acha que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela intimidade que V. S<sup>a</sup> expressou com esse politburo do PT – temos, na verdade, um politburo –, V. S<sup>a</sup> acha que o Presidente Lula não sabia exatamente o que estava acontecendo debaixo do seu nariz?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei explicar a V. Ex<sup>a</sup>, eu não tinha intimidade com o Presidente Lula, não tenho intimidade com o Presidente Lula e também não sei te falar se ele tinha ciência ou se não tinha. Para mim, não tinha. Eu não tinha nenhuma intimidade com ele. Nenhuma, nenhuma, nenhuma.

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, concedo a palavra à nobre Senadora.

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, eu sei que só teria direito de falar para questionar o depoente após os titulares e os suplentes. Entretanto, acabei tendo de comparecer à CPMI – solicito licença a V. Ex<sup>a</sup>, ao Relator e ao Plenário –, porque eu já estava pensando, Sr. Marcos Valério, que eu viria aqui para quebrar os seus dentes!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Aqui, isso seria impossível!

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPA - CORRÊIOS

031

3435



09/08/05

**A SRª HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Não, não seria, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Aqui há ordem.

**A SRª HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Não, não tenho dúvida de que é a ordem, desde que não toquem na minha honra.

Eu soube que o senhor havia dito que havia uma Heloísa Helena que recebeu R\$5 mil. Aí começaram a me ligar. Como o meu nome é Lima de Moraes, e há uma tal de Barras Escomini, que recebeu R\$5 mil, eu me senti na obrigação de vir aqui para saber. Mas, depois, li que há uma moça chamada Barras Escomini, que não tem nada a ver com o meu nome simplório, Lima de Moraes. Ela é de Minas Gerais, eu sou de Alagoas. Só para deixar claro.

Senador Amir Lando, eu tenho que esclarecer, até porque isso não é uma coisa qualquer. Porque, depois, as pessoas vão me ligar para dizerem: "Heloísa, disseram..." Heloísa Lima de Moraes.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, não estamos aqui para fazermos discursos!

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, eu cheguei às 8 horas para me inscrever. Eu não aceito isso!

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Só ela é honesta aqui. Só em Alagoas há uma Senadora honesta.

**O SR. (Orador não identificado)** – Ela está certa. Claro que está!

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Fique quietinho, eu não falei contigo!

**O SR. (Orador não identificado)** – V. Exª que não pode falar nada!

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Fique quietinho, aí, rapaz!

**O SR. (Orador não identificado)** – Fique calado!

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Fique quietinho! Fique calado! Vamos ver a lista. Estou inscrito. Vamos seguir a lista.

**O SR. (Orador não identificado)** – Cuidado para V. Exª não aparecer!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço que a ordem seja mantida.

Peço ao depoente que leia o nome novamente e diga de onde é essa pessoa para deixar claro perante todos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES SOUZA** – Pelo tratamento digno que a Senadora deu à minha esposa, eu sou-lhe grato. Em respeito, vou ler novamente. A lista está com o senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu já enviei à Secretária.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES SOUZA** – Heloísa Helena Barra Escomini. É de 98, é de Minas Gerais, e não tem nada ver com a Senadora.

**A SRª HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Obrigada pelo esclarecimento.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES SOUZA** – Senadora, pode fazer o documento.

**A SRª HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Já fiz o documento e solicitei que V. Sª assine.

09/08/05 = CN =  
CPMI - CORREIOS

\_\_\_\_\_

Ass: \_\_\_\_\_



09/08/05

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Prossigamos.

Concedo a palavra a próxima oradora inscrita, Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Júlio Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados e Senadores, depoente Marcos Valério, estive analisando licitações das quais V. S<sup>a</sup> participou e, quanto a termos como “cinco anos aditivos, respeitados os 25%”, o senhor cumpriu, no Governo anterior e neste, todas as formalidades. Tenho, aqui, as razões, em função do depoimento de sua esposa. O senhor não tinha necessidade de prestar os serviços que prestou ao Sr. Delúbio Soares, ao PT, para estar hoje, aqui, praticamente com as suas vidas empresarial e pessoal destruídas. Quero saber se a partir das declarações da sua senhora, aqui, quando perguntada qual a vantagem que o senhor estava tendo em colocar todo o seu patrimônio em risco, a sua senhora respondeu: “Não, ele falou que vantagem nenhuma; que ele se preocupou em só não ter desvantagens. O medo dele seria perder as contas que já possuía há anos com o Banco do Brasil, como acabou perdendo. Quer dizer; não adiantou nada”.

Eu gostaria que a Assessoria, por favor, não tirasse a atenção do depoente.

Eu quero saber se o senhor se sentiu chantageado para tomar essas atitudes que o senhor tomou, em fazer a distribuição de recursos e tomar empréstimos para o PT, ou o senhor fez isso de livre e espontânea vontade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES SOUZA** – Eu não diria chantageado. Eu diria receoso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor se sentiu pressionado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES SOUZA** – Receoso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Receoso não quer dizer...o senhor tinha medo que alguma coisa poderia lhe acontecer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES SOUZA** – Sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Está bom. Muito obrigado.

Quando o senhor começou a emprestar o seu nome para fazer empréstimos, o senhor foi ao banco – o senhor já havia feito isso em 1998. Naquela ocasião, pelas suas palavras, quem pediu foi o então sócio à época, para que o senhor tomasse essa providência, de fazer financiamento de campanha, por meio de financiamento, que foi o Sr. Clésio de Andrade. Correto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES SOUZA** – O telefonema que eu recebi, à noite – quero deixar este episódio bem claro – foi do Sr. Clésio Andrade. E, na manhã seguinte, eu recebi a visita do Sr. Cláudio Mourão, responsável pela Tesouraria da campanha dele e do Sr. Eduardo Azeredo.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor não recebeu nem telefonema nem visita do Sr. Eduardo Azeredo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não recebi.





09/08/05

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Tá bom. Da lista dos setenta e poucos nomes que o senhor passou, da campanha de 98, valores pequenos perto dos valores que o senhor distribuiu agora sob os auspícios do Sr. Delúbio Soares, que é quem ordenava a distribuição de recursos. O senhor conhecia ou tinha relacionamento com o Deputado Custódio Mattos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nenhum. Ao contrário, através da DNA Propaganda, o Dr. Francisco Castilho, que é o presidente da empresa, conhecia o Sr. Custódio de Mattos, sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Mas o senhor não conhecia.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas eu não o conhecia.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Nunca lhe trouxe nenhum benefício?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nenhum.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor fez isso automaticamente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Automaticamente, a pedido do Sr. Cláudio Mourão.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Correto.

Quero ir um pouco adiante: o senhor disse, no seu depoimento, aqui hoje, que o senhor deixou um recado. O senhor é um homem muito inteligente e veio preparado para cá. O senhor deixou um recado que estranhava que os empréstimos tomados... Eu pediria silêncio ao Plenário, Sr. Presidente, solicitando que desconte o tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Vou pedir especial favor a todos, devolvendo-lhe um minuto, porque, realmente, uma interrupção quebra o raciocínio e perde-se tempo. Vamos ouvir o inquiridor, Deputado Júlio Redecker, e o depoente, que está fazendo um esforço para responder. Vamos ouvi-los.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor disse em palavras formais suas... – tomei nota aqui para não me esquecer. O senhor não é uma pessoa que não conheça negócios, o senhor é um ganhador de dinheiro, o senhor é um homem competente. O senhor falou que os avais – eu não vi garantia real nos avais... O senhor tinha noção de que estava dando um aval sem garantias reais ou o senhor deu garantias reais aos avais para os empréstimos do PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu tinha noção de que estava dando o meu aval.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O seu aval. O senhor apresentou lista de bens, patrimônio, avaliação, tudo, para o banco?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tudo, tudo para o banco.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Correto. E o senhor disse também aqui que os bancos renovaram sem cobrança de juros. Isso é verdade?

RQS nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Plenamente, verdade.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor conhece ou telespectador, alguém aqui ou algum banco que renove empréstimo sem cobrar juros? O senhor conhece?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, Deputado, mas eu...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor conhece. O Banco Real e o BMG, que emprestaram para o senhor dar ao PT.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, nós temos de ser muito francos um com o outro e muito honestos um com o outro. Se foi renovado, é porque alguém deu a devida garantia. É o que eu sugiro que é. Estou deduzindo.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Foi em função do senhor que foi dada a renovação sem a cobrança de juros? O senhor acredita nisso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Lógico que não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor credita a quem o fato de os bancos terem renovado sem cobrar juros esses empréstimos para as suas empresas, já que o senhor estava repassando ao PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eles cobraram os juros e agregaram ao novo financiamento. Por isso, a diferença que eles sempre falam, que o financiamento foi aumentando o valor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não, aumentou, mas o senhor disse que eles renovaram sem cobrar juros. O senhor disse.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não é sem cobrar juros. Eles agregaram... por exemplo, o financiamento é de R\$10,00...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor está se contradizendo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não estou não. Estou não. Não estou me contradizendo, não, Deputado. Desculpa, com todo o respeito. É R\$10,00. Aí, eles renovaram o financiamento com R\$11,00, já embutindo os juros.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas o senhor disse textualmente – está gravado aqui – que os bancos renovaram sem cobrar juros.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se eu fiz isso...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Agora, eu entendi. Só quero que fique registrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já está registrado isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Esses empréstimos foram destinados – peço aos comentários que se resguardem –... O senhor disse que esses empréstimos foram renovados e que havia, na ocasião, uma carta do Sr. Delúbio, dizendo da garantia desses valores. Isso é correto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É correto, já passei a carta...

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
s: 033  
3435  
Doc:



09/08/05

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Para ambos os bancos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para ambos os bancos.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor poderia apresentar a carta que foi enviada ao Banco Rural?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, está guardada no cofre do Banco Rural, pelo menos é o que...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Porque a carta do BMG nós temos; a do Banco Rural não apareceu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, a do Banco Rural foi assinada na minha frente e guardada no cofre lá.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor tem...claro que no depoimento da sua senhora aqui, ela dá aqui uma resposta dizendo, à época, que os valores relativos aos empréstimos dados teriam a garantia do Sr. José Dirceu e que, para isso, segundo o depoimento que está aqui escrito da sua senhora, teria havido uma reunião no Hotel Ouro Minas com o Sr. José Dirceu e a direção dos bancos, e outra aqui em Brasília. O senhor confirma que, nessas reuniões, foram tratadas as garantias por meio do Ministro Chefe da Casa Civil, conforme afirma a sua esposa no seu depoimento a esta Comissão, e que o senhor presenciou que esses empréstimos teriam tido a garantia do Sr. José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu confirmo o depoimento da minha esposa. Não confirmo a íntegra da conversa, mas a informação que me foi passada logo em seguida pelo Sr. Delúbio Soares é que a conversa aconteceu.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – No depoimento, sua senhora, em resposta ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto – “Propriamente em relação ao então Ministro José Dirceu” –, disse: “O então Ministro José Dirceu, depois que foi julgado isso, a minha preocupação foi ver como será pago o Marcos. Foi quando ele me revelou que houve reunião com a direção do Banco Rural. Eu não sei precisar a data”. “Certo”, diz o inquiridor, “acho que foi ano passado a reunião da direção do Banco Rural com o então Ministro José Dirceu para acertar sobre o pagamento do empréstimo. Isso foi em Belo Horizonte e em Brasília, da BMG”. O Sr. ACM Neto: “Certo, então foi uma reunião dos dirigentes do Banco Rural e BMG com o Ministro José Dirceu, mas o Marcos Valério não participou?” “Certo, mas o Ministro José Dirceu participou”. Quer dizer, ela afirma que havia dado, pela sua palavra a ela, a garantia de que o Ministro José Dirceu teria feito contato nessas duas reuniões para garantir empréstimo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Correto. Muito obrigado.

Eu quero agora perguntar uma outra coisa, Sr. Marcos Valério. Há uma questão relativa a um assessor do Sr. José Dirceu, que se chama Roberto Marques. Normalmente, segundo a Sr<sup>a</sup> Simone, sua diretora financeira, a Geisa... O senhor conhece a Geisa, não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Muito.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – É da sua confiança. Que a Geisa mandava um para a agência do Banco Rural, ao Sr. Bruno, dizendo quem poderia sacar os valores e enviava os valores. No caso, foi enviada uma autorização para o Sr. Roberto Marques, com o número do cheque, de R\$50 mil. Isso é verdadeiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Temos documentos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Posteriormente, esse dinheiro não foi retirado pelo Sr. Roberto Marques, foi retirado por outra pessoa, o Sr. Luiz Mazano. Como foi feita essa autorização para que não fosse sacado pelo Sr. Roberto Marques, assessor do Ministro José Dirceu, homem das relações do Ministro José Dirceu, e, sim, pelo Sr. Luiz Mazano?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiramente, gostaria de estender essa resposta. Eu não quero cometer, apesar de todas as minhas posições pessoais, nenhuma injustiça com ninguém. Eu não sei se esse Roberto Marques é o Roberto Marques do Ministro José Dirceu. Então, tenho que deixar claro isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Correto.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não posso ser leviano ao ponto de dizer que é o Roberto Marques...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Mas...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Segundo: na minha opinião, o nome foi passado e, logo em seguida, trocaram para esse Luiz Carlos Mazano. Isso é que deve ter acontecido. Essa foi dedução minha, da época, tá?

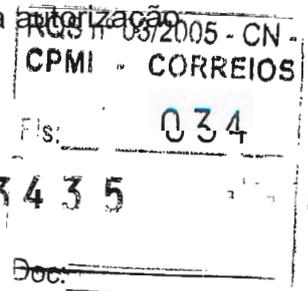
**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Bom, o fato é que veio uma autorização da Sr<sup>a</sup> Geisa para o Sr. Bruno autorizando o Sr. Roberto Marques. Roberto Marques não foi ao guichê retirar o dinheiro. Normalmente, a D. Geisa fazia as autorizações nominando as pessoas – “troca o fulano de tal pelo beltrano” –, mas, nessa ocasião, para o Sr. Luiz Mazano, que era do Bônus Banval...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, verdade.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – ...que todo dinheiro da Bônus Banval, segundo depoimento da Sr<sup>a</sup> Simone, era para o PT... Seu advogado está concordando, não sei se o senhor concorda também...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Mandou um para o Sr. Bruno, no dia 16 de junho de 2004 – está aqui a cópia –, dizendo o seguinte: “Bom dia, Bruno. Gentileza transferir o valor de R\$50 mil, conforme cheque 414270” – vejam que é dado o número do cheque e não é mais citado o nome do Sr. Roberto Marques. Certamente, dando-se conta de que era o assessor do Ministro José Dirceu e, portanto, não podia receber, decidiu trocar o sacador. Colocaram o nome do Sr. Luiz C. Mazano, carteira de identidade 8942453-0 – está aqui a





da Sr<sup>a</sup> Geisa Dias. Por que esse procedimento nominando só o número do cheque e trocando o nome do beneficiário?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, volto a falar, com toda sinceridade: não sei se esse Roberto Marques é o Roberto Marques do Deputado José Dirceu. Quanto à troca do nome: deve ter sido passado primeiro esse nome e, logo em seguida, se decidiu que não deveria ser essa pessoa, e foi a outra. Agora, se é o Roberto Marques – eu gostaria até de esclarecer –, eu não tenho condição de esclarecer. Eu não posso aqui fazer afirmativa taxativa, mesmo com todas as restrições que possa ter ao Deputado José Dirceu.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor poderia me informar uma outra coisa? O senhor foi quatro vezes a Portugal; o senhor disse que ficou amigo do Sr. Roberto Espírito Santo, que o acompanhou para tratativas junto à Casa Civil com o Ministro José Dirceu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ricardo Espírito Santo.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Ricardo Espírito Santo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor foi, inclusive, na Casa Civil junto com ele tratar de assuntos de interesse dele, dos investimentos e da ampliação desses investimentos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Se o senhor me permitir...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro, fiquei amigo do Ricardo Salgado Espírito Santo. São dois Ricardos, sabe? E como o Ricardo Salgado Espírito Santo é um banco grande no Brasil e está investindo pesado aqui no Brasil, pedi a ele a oportunidade de atender à conta de publicidade dele. Aí ele pediu que eu procurasse o Ricardo Espírito Santo, primo dele, que fica na Av. Faria Lima, 8º andar. Estive com o primo dele e ele me falou que estava tentando agendar uma reunião com o então Ministro José Dirceu. Eu pedi ao Sr. Delúbio Soares, que agendou essa reunião.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Correto. O senhor foi quatro vezes tratar junto a Ministérios em Portugal, junto a clientes que estariam comprando a Telemig, e numa delas, para descansar – quem conhece viagem internacional, logicamente foram de primeira classe, não tenho dúvida disso, vi nos autos – o senhor vai no dia 24, fica no dia 25, volta no dia 26, com o Sr. Emerson Palmieri. É correto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não fui descansar...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Não, ele.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele foi...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Ele estava estressado...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele...

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Ele foi descansar no avião.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele foi descansar no avião.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – E o senhor acha que eu posso acreditar que não havia nenhum outro interesse... Porque na agenda do Ministro o senhor está sendo recebido como representante do Governo brasileiro, está na agenda.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. O Ministro já confirmou...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Não, não. Mas estava na agenda à época.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, não senhor. Nunca me apresentei como representante...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor não se apresentou, mas chegou para o Ministro como tal e estava na agenda, porque os jornais todos circularam.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, eu não.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Quero fazer ainda uma pergunta ao senhor, melhor, duas perguntas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Voltando ao caso Emerson, porque também tem que ficar muito claro isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tenho uma intimidade com o Emerson e o Emerson estava extremamente pressionado. E para falar a verdade, vou usar o português claro, com todo o respeito, Deputado: ele correu do Roberto Jefferson.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Ele pode ter corrido dentro do avião, que não pega celular, mas fora, com a tecnologia, ninguém corre, ninguém fica falando com ninguém pessoalmente. Quer dizer, em Portugal, na Espanha ou na Itália fala por celular. Não é uma boa desculpa. Eu queria dizer o seguinte: esses empréstimos do Banco Rural e do BMG, o senhor não pode ter sido usado só como laranja, com contas garantidas em contas *offshore* do próprio Banco lá fora e repassados aqui dentro sem garantias. Isso porque as garantias analisadas por qualquer comitê de crédito de banco – e eu já trabalhei em banco – são muito frágeis, porque a renovação de empréstimo com uma carta para um banco e a outra carta ainda não apareceu, quando o Sr. Delúbio Soares não tem qualidade patrimonial para garantir nada e ele garantiu em torno de uma instituição, que é um partido político que está no Governo, mas que não tem patrimônio para garantir empréstimo. O senhor concorda com isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não concordo, porque eu já tinha um histórico, perante esses bancos, de empréstimos e de pagá-los. Se pegar o histórico das minhas empresas, no período de 1998

QSTP 03/2005 - CN =  
SPM - CORREIOS

035

3435

Doc:



09/08/05

até... aquela que levei o cano e paguei, eu já tinha um histórico. Então, tinha um histórico de ser cliente desses bancos.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O seu patrimônio supera R\$55 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não supera os R\$55 milhões.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Como é que o senhor garante um empréstimo no valor total de R\$55 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aí é que devemos separar em duas questões: a primeira são os empréstimos iniciais que eu tinha condições de pagar; depois, foram feitos outros empréstimos com outros avais, que eu deixei claro aqui de quem são.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Por final, o senhor distribuiu dinheiro para o PT, para os diretórios estaduais. Aconteceu um repasse de R\$1,2 milhão para o PT do Rio Grande do Sul? O senhor tem na sua lista? É verdadeiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. Verdadeiro.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Segundo documentos que o senhor passou ao Relator, eu passei os olhos sobre eles, dois cheques da sua empresa pagaram despesas de campanha de 2002 com duas gráficas no Rio Grande do Sul. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. O dinheiro que passei para o Rio Grande do Sul é este que está aqui.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Não. Estou perguntando dos dois cheques de R\$75 mil que foram para o Rio Grande do Sul e que fizeram pagamentos para duas gráficas: Impresul e uma outra gráfica. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Tenho conhecimento do dinheiro que passei, que deve estar por aqui...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Correto.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esse eu não tenho não.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Correto. O senhor sabe que esse dinheiro, segundo alegam dirigentes do PT do Rio Grande do Sul, foi para pagamento da campanha nacional do PT do Presidente Lula?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não tenho conhecimento nenhum, Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Outros dizem que é para pagar a campanha do Presidente interino, Tarso Genro.

Além disso, o senhor entregou para o Sr. Bassotto ou a alguém, à D<sup>a</sup> Geiza ou à Simone, R\$200 mil para o Sr. Bassotto levar em dinheiro para o Rio Grande do Sul?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza, devo ter entregue.

CPF nº 03/2005 - CN -  
CPA - CORREIOS

Ass: \_\_\_\_\_



**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Está ali na declaração o recibo. Não sei se o Relator tem o recibo. Gostaria de ter o recibo em mãos. Falta o recibo, Sr. Relator, dos R\$200 mil. Aqui estão os cheques das duas gráficas. Está aqui um cheque da SMP&B nas duas ocasiões.

Esse dinheiro foi apreendido no aeroporto e o PT, na ocasião, disse que esse dinheiro era enviado para pagar contas. Causa-nos espécie que o dinheiro na cueca foi parar na mídia nacional. Quanto a esse dinheiro apreendido no aeroporto e depois liberado, ninguém se manifestou. A nossa Polícia Federal, pela qual tenho o maior apreço, naquele momento não foi republicana, pois o caso foi abafado. Chegaram R\$150 mil ao Rio Grande do Sul e R\$50 mil tomaram Doril, sumiram. Mas foi liberado o dinheiro, e nada mais aconteceu.

Quero saber do senhor – porque não há os documentos – onde estão R\$200 mil mais R\$150 mil, que dão R\$350 mil, menos R\$1,2 milhão, chegamos a R\$850 mil, que o senhor disse que depositou para o PT do Rio Grande do Sul. Foram em dinheiro, por mala ou cueca – não sei –, ou esse dinheiro foi repassado por depósito? O senhor tem a lista desses nomes?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esse dinheiro deve ter sido entregue em dinheiro vivo.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – E o senhor tem o controle sobre quais as pessoas, quais as “mulas” que retiraram esse dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – As pessoas que o retiraram são essas que estão aqui nesta listagem.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Então, só temos a indicação de que uma vez, quando foi pego pela Polícia – e nós descobrimos agora –, o Sr. Paulo Bassotto, se não me engano... Qual é o nome do tesoureiro do PT do Rio Grande do Sul, à época, Deputado Pimenta? Qual é o nome do tesoureiro Bassotto?

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – O Bassotto nunca foi tesoureiro do PT do Rio Grande do Sul.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Mas ele carregava o dinheiro do PT. Como é o nome dele? Eu só quero o nome, não quero tecer considerações.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Está escrito aí o nome dele.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Não, não há aqui. Mas acho que é Paulo Antônio Bassotto.

Quer dizer que o Sr. Paulo Antônio Bassotto, que era a figura autorizada – o outro nomeado ali é Jorge, que foi identificado como Jorge Garcia, advogado que defendeu o Sr. Bassotto... O senhor, então, diz que quem retirou os R\$850 mil foi o mesmo cidadão, o Sr. Paulo Antônio Bassotto, se não me falha a memória?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quem retirou todos os recursos que estão aqui, que somam R\$1,2 milhão, foram o Sr. Marcelino, o Sr. Jorge e o Sr. Paulo Antônio Bassotto. Agora, quanto um tirou, quanto o outro tirou, eu não sei de cabeça, Deputado.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: 036

7435

Doc: \_\_\_\_\_



09/08/05

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Então, o Sr. Marcelino pegou os cheques, o Sr. Bassotto pegou o dinheiro, dos quais R\$200 mil foram pagos. O senhor confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmando.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Sr. Marcos Valério, agradeço pelas respostas. Gostaria que o senhor pudesse dar sua colaboração – o senhor está tentando colaborar – para que esta CPMI esclarecesse tudo. Custa-me acreditar que não haja uma operação maior envolvendo o Banco Espírito Santo e a Portugal Telecom, no sentido de que, a partir deles, pudesse ter havido financiamento de campanha ou financiamento utilizado para o mensalão. É muito incrível, na cabeça de qualquer pessoa de negócios, que o senhor vá quatro vezes a Portugal, gaste com o Ministro de Estado quinze minutos falando de coisas comuns, variedades, futilidades. O senhor é um homem de negócios, Sr. Marcos Valério. O senhor vai a Portugal para fazer *business*, o senhor foi buscar conta. Mas o senhor estava lá credenciado pelo PT, segundo palavras de Roberto Jefferson, juntamente com Emerson Palmieri, para resolver o problema de caixa do Partido dos Trabalhadores e do PTB.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, com todo respeito e todo o entendimento das suas colocações, eu acabei de assinar para a Senadora Heloísa Helena autorização para S. Ex<sup>a</sup> pegar a Interpol, a Polícia Federal, rastrear minha conta no meu nome, tudo... Não tenho conta no exterior, não fui ao exterior para fazer nenhuma transferência de recursos.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Só quero encerrar, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Se a cada resposta houver uma nova pergunta...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Agradeço, Sr. Presidente, só quero encerrar. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, que é a Deputada Zulaiê Cobra.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Sr. Presidente, pela ordem. Não vou pedir para passar na frente de ninguém. Só quero dar uma explicação para as pessoas que ouviram. Fui rapidamente ao meu Gabinete – aliás V. Ex<sup>as</sup> são testemunhas de que eu estava presente desde o início –, para buscar uma informação que iria subsidiar melhor meu questionamento e, quando eu já estava voltando, avisaram-me pelo telefone de que eu fui chamada.

Então, Sr. Presidente, vou ficar para depois; não estou pedindo para... há outras inscrições. Não há problema algum. Só estou dando uma satisfação, até porque V. Ex<sup>a</sup> sabe que são normalmente 12 horas e é impossível que alguém fique por esse tempo todo; isso é normal. Aliás, às 18h30 tenho uma audiência com prefeitos do meu Estado, com a prefeita de Santarém e eu terei que ir.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Pois não, nobre Senadora, está justificada devidamente.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Obrigada.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Volto a palavra à Deputada Zulaiê Cobra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Sr. Marcos Valério, ficamos aqui o tempo necessário. Para ouvir o ex-Ministro José Dirceu, levamos nove horas e meia e eu não levantei nem para comer, porque precisamos ouvir e saber tudo.

Aliás, Sr. Marcos Valério, palavras o vento leva, infelizmente. O senhor está dizendo agora que foi para Portugal e conversou. Não sei como é que o senhor conseguir falar com o Ministro, porque eu, como Deputada, junto com dois Senadores, fui a Lisboa e não consegui falar com nenhum Ministro. Porque lá, para falar com Ministro, precisa ter cabedal, justificativa, precisa ter alguma coisa por trás. Portanto, o senhor, para falar com o Ministro Mexia, tinha alguém por trás. Essa história de que o senhor foi e falou com ele sem ter por trás alguém poderoso... É crível se o senhor falar que teve alguém poderoso por trás.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A senhora quer ouvir a história?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quero, quero ouvir. Eu não consegui falar com nenhum Ministro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com todo respeito, Deputada. É o seguinte: quem me apresentou ao pessoal da Portugal Telecom – aí, é uma história um pouquinho longa, mas vou contar detalhes para que fiquem mais claros todos os episódios – foi o Dr. Ângelo Calmon de Sá.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sim, isso o senhor já contou hoje.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E eles tinham vindo para a Bahia, onde ficaram, depois daquela Revolução dos Cravos lá em Portugal. Então, eles ficaram muito amigos, e quem me credenciou a ir a Portugal junto ao Dr. Miguel Horta e Costa e fez a minha imagem junto ao pessoal da Portugal foi o Dr. Ângelo, a quem agradeço. E, por acaso, eu estava com o Miguel, nós estávamos conversando, e ele tinha que ir ao Ministro e fui com ele, acompanhando-o ao Ministro.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas nas quatro vezes em que o senhor foi a Portugal...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu fui ao Ministro uma vez só.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Uma vez só. Nas outras vezes...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na outra vez, não fui ao Ministro.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Onde o senhor foi nas outras vezes?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ao Dr. Miguel Horta e Costa...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Só com Portugal Telecom?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – ... e ao Dr. Ricardo Espírito Santo. O Dr. Miguel Horta e Costa é acionista do Banco Espírito Santo.

09/08/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

037

3435 - 2 2 2  
Doc.



09/08/05

Santo e trabalhou no Banco Espírito Santo. E o Dr. Miguel é presidente hoje da Portugal Telecom, e o Banco Espírito Santo é o maior acionista da Portugal Telecom.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor falou há pouco, e quero voltar ao assunto, do Roberto Marques. Há um jornal chamado **Correio Braziliense** e um jornalista chamado Josemar Mendes, que é um jornalista muito idôneo e que fez uma reportagem, em que o senhor teria falado para ele, no **Correio Braziliense**, em uma entrevista, que o Roberto Marques a que o senhor se referia era o Roberto Marques do ex-Ministro José Dirceu. Aí, quando o senhor foi à Procuradoria, o senhor negou que esse Bob Marques seria o Bob Marques do ex-Ministro José Dirceu. O senhor confirma o quê? Aquela entrevista não foi verdadeira, então?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu não afirmei ao senhor...

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – A entrevista existe.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu não li a entrevista, desculpe-me, Deputada. Mas eu não afirmei, com certeza absoluta, ao Sr. Josemar que é o mesmo Roberto Marques. Eu acho muita coincidência, vou deixar claro, mas não posso afirmar incisivamente que é o mesmo.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – A partir do momento em que houve toda essa troca de nome, troca de situações, dá-se bem clareza de que é o mesmo Bob Marques.

O senhor fala muito do nosso ex-Ministro José Dirceu. O senhor disse hoje que ele é arrogante. Como o senhor o via lá atrás, quando começou essas negociações, esses empréstimos do PT? Ele era um superpoderoso? Como ele era como Ministro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Era um Ministro poderoso e arrogante.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Poderoso e arrogante. O senhor falou que tinha um pouco de receio. Aliás, eu o estou achando hoje bem descontraído; o senhor tem ficado descontraído. O senhor tinha um pouco de medo de alguma coisa que poderia acontecer a V. S<sup>a</sup>. O senhor não tem que ter medo de nada. O senhor é o intermediário, foi usado; se é que posso dizer isto, o senhor foi usado. Então, o senhor não tem de temer nada, porque o usaram muito e agora o jogaram fora, essa é a verdade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A história mostra que eu tenho que ter medo.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, V. S<sup>a</sup> pode ficar tranqüilo e falar o que quiser, porque a grande verdade é que o senhor foi usado. O senhor sabia fazer os negócios, e veio o Sr. Delúbio. E quem mandava no Delúbio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiramente, a história mostra que tenho que ter medo, e eu tenho medo. Segundo...

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Medo de quê?

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Medo de tudo. A história mostra isso. Não devemos também nos iludir aqui, não, e ficar tampando o sol com a peneira, que a história mostra muito bem o que acontece às coisas.

O Sr. Delúbio Soares, na minha opinião – deixo claro, minha, pessoal, nunca assisti, nunca vi –, tomava as decisões, mas ele mantinha a cúpula do PT informada. Cúpula do PT, entenda-se o seguinte: acho que ele nunca falou com o Presidente. É a minha opinião, a minha, mas acho que o Sr. *Silvio Pereira* sabia; acho que o Sr. Marcelo Sereno sabia; e acho que o Sr. Ministro José Dirceu sabia, sim.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o Sr. Genoíno?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esse, eu tenho dúvidas.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quem presidia o PT, o Sr. Genoíno ou o Sr. José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não saberia falar.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não?

Continuando, o senhor falou que pagou os honorários do Dr. Aristides Junqueira, mas disse que não sabia para que era. É muito importante esse seu esclarecimento. O senhor depositou dinheiro na conta do advogado. O senhor sabia que ele era advogado de um Ministro do Governo Lula?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, não...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Do Ministro Olívio Dutra?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não sabia. Para falar a verdade, só recebi autorização...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer, o Delúbio falava, e o senhor cumpria as ordens, sem saber?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O dinheiro era dele. Para mim, o dinheiro era dele.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Dele quem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dele, Delúbio, PT. Está lançado na minha contabilidade assim.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o senhor pagava sem saber...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sabia para que era o Aristides Junqueira.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor falou que deu os nomes de 1998; de 2002 não fez a campanha. Mas em 2003 o senhor pagou muito dinheiro para campanha. O senhor tem esses nomes também de 2003, das campanhas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A lista que paguei é essa aqui.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Essa aqui, de 2003 e 2004?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso. É essa a lista que paguei.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

038

3435

Doc



09/08/05

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – E, por falar nessa lista, se o senhor for observá-la, vai ver que há quantias de datas muito próximas. No caso específico do Jacinto Lamas, por exemplo, 16 de setembro, 23 de setembro, 7 de outubro, 15 de outubro, e isso aqui caracteriza muitíssimo bem o mensalão. O senhor acha que não existiu o mensalão, mas, se esse dinheiro foi dado para presidentes de partidos ou tesoureiros de partidos, com datas próximas, no mesmo mês – no caso, por exemplo, do PT nacional, o senhor tem vários depósitos –, então, esse dinheiro todo foi distribuído.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu diria à senhora que foi distribuído, sim, mas vou reportar à Srª Deputada o que veio a mim.

Para mim, o seguinte: acaba-se a eleição de 2002, e vem um estoque de dívida muito grande dos partidos, do PT e de certos partidos de que o PT tinha interesse em ser aliado. Esse estoque de dívida muito grande é distribuído, no decorrer do ano, para pagamentos. Aí, entra o ano de 2004 – estou falando o que eu sei, pode não ser verdade, mas estou falando o que eu sei e não vou inventar –, Deputada, e começam as pré-campanhas, os interesses de fazer coligações, e aí, para sair um candidato tem que pagar... Vou dar um exemplo de uma rádio: ela tem que pagar o programa desse cara na rádio para ele não ser candidato. E aí foi. Foi a eleição de 2004. E termina a eleição de 2004 com mais dívida ainda. Para mim, é isso.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – E de 2004, aqui também há vários depósitos. Agora, eu queria saber o seguinte: o senhor falou uma hora que “os bancos” – palavras suas – “os bancos sabiam para onde iam os empréstimos”. O senhor afirmou aqui, ficou uma frase meio jogada no final da sua fala. Eu queria que o senhor confirmasse isso. Quando alguém perguntou para o senhor porque eram renovados os empréstimos, o senhor falou: “Mas é claro que os bancos sabiam para onde iam os empréstimos”.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputada, eles poderiam até não saber, num primeiro momento, mas, depois, num segundo momento, com toda a franqueza, eles sabiam, porque é só você acompanhar os DOCs, é só você acompanhar para onde foram os DOCs, é só você acompanhar... e, depois, na renovação, banqueiro não ia renovar, com os juros e tudo, à-toa porque é o Marcos Valério, não.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Quer dizer que eles sabiam que esse dinheiro era para o PT, que era o Partido do Governo e que, por trás, havia a figura do Ministro José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu tenho quase certeza absoluta, Deputada, até porque... da figura do Zé Dirceu. Agora, que era para o PT, eu tenho certeza absoluta.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Eu me perdi aqui.

Em 2004, a campanha de 2004, o senhor tem algumas questões para serem esclarecidas: campanha de 2004, São Paulo, campanha de São Paulo

Rúbs nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não... A campanha de São Paulo... Vou passar aqui, Sr. Presidente, as campanhas de que fizemos estudos, daquela empresa chamada Estratégia.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Esses documentos o que são?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – São os estudos...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – São todas as campanhas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É o estudo de todas as campanhas, mas nós não fizemos todas, só fizemos...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – A de São Paulo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em vários lugares do Brasil. Para a Marta Suplicy, nós não fizemos campanha.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas deram para o Duda Mendonça, deu na mesma. Vou completar...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª tem o tempo. Até vou devolver o tempo porque são várias indicações que temos aqui. Depois passaremos aos membros para consultarem e, se tiverem interesse, tiraremos cópia.

Mais um minuto a V. Exª.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu me perdi aqui no raciocínio, mas gostaria de saber: o senhor teve muitos encontros com o Ministro José Dirceu? O senhor falou que o conhecia. Como é que o senhor conhecia o ex-Ministro? Como é que eram esses encontros?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A senhora quer que eu coloque todos...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Nós precisamos saber... A nossa preocupação, Sr. Marcos Valério...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quer que eu coloque todos? Eu coloco todos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – ... porque precisamos saber de onde surgiram esses esquemas? Alguém bolou isso, alguém arquitetou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, com o Ministro José Dirceu, eu não tratei sobre esse assunto. Eu vou colocar os meus encontros com o Ministro José Dirceu. Seria leviano da minha parte falar que eu tratei esses assuntos com o Ministro José Dirceu, porque eu não tratei, mas eu vou colocar para você todos os meus encontros.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Senhora.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Senhora, desculpe. Deputada, desculpe. Primeiro, tive um encontro com o banco BMG e a diretoria do banco BMG para convidá-lo para a inauguração de uma fábrica em Luziânia, Goiás. Tive um encontro com a Diretoria do Banco Rural, que estava começando um investimento de mineração no Amazonas. Tive um encontro com o Presidente da Usiminas, Dr. Rinaldo Soares, que foi discutir siderurgia nacional e internacional, discutir preços do aço, dólar, a situação, discutir a conjuntura





econômica da siderurgia. E tive um encontro com o Banco do Espírito Santo, Dr. Ricardo Espírito Santo. Esses foram os meus encontros.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Nesses encontros todos o senhor esteve junto com o Sr. José Dirceu. É isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Nesses bancos todos? Isso foi em que ano?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esses empresários todos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Em que ano?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tudo no decorrer de 2003 e 2004.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Onde?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na Casa Civil.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Todos os encontros na Casa Civil?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Todos os encontros na Casa Civil.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Então, quer dizer, em todas essas oportunidades, o senhor foi à Casa Civil e fez esses encontros com todos esses homens de bancos na presença do ex-Ministro José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. Não é banco. A Usiminas é uma siderurgia.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Então, desculpe-me. Até a siderurgia e os bancos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E os bancos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Sempre na presença do ex-Ministro José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sempre na presença.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Depois, o senhor nunca mais teve contato?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não tive.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – O senhor só falava com o Delúbio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só com o Delúbio. Falava com o Silvinho, falava com o Marcelo. Só.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Então, quem mandava mesmo no Partido era o Sr. Delúbio, na Executiva do Partido?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu diria que o Delúbio era a pessoa que cumpria as ordens.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Ele cumpria as ordens? Era isso o que eu queria ouvir.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Ass: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É. Na minha opinião.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ele cumpria as ordens de alguém superior a ele.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Estou falando a minha opinião, pessoal. Não estou falando...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o Ministro Gushiken?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não conheço.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Nunca viu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nunca vi.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o Presidente Lula, já viu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nunca vi.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Também nunca viu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nunca, nunca, nunca.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Nunca?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Já vi no jornal, não é? Na televisão.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ah, puxa. Que progresso! Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Queremos agradecer a pontualidade de V. Exª.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu sou uma mulher e mulher sempre obedece em tudo aos homens. É claro que não todas as mulheres, mas algumas mulheres.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Muito obrigado, nobre Deputada.

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Parece haver um rubor machista aqui na reunião.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Agnaldo Muniz, pelo prazo regimental.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, eminente Relator, nobre depoente, colegas...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço silêncio a todos os presentes, se não, o nobre orador não poderá se manifestar. Vou conceder-lhe um minuto por conta desse atraso.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Obrigado pela paciência de V. Exª.

Srªs e Srs. Parlamentares, população brasileira, quero iniciar já de forma direta, nobre depoente, fazendo as perguntas sem rodeios.

Quando e como foi a primeira vez que V. Sª ou suas empresas se envolveram com órgãos ou entidades dos três poderes, seja a União, os Estados,

PROS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
040  
3435  
Doc: \_\_\_\_\_



09/08/05

o Distrito Federal, os Municípios, o Judiciário ou o Legislativo, com a máquina pública?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A empresa, a SMP&B tem 25 anos e a outra tem 23 anos. Há uns quinze ou vinte anos.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – V. S<sup>a</sup> tem ou teve relacionamento pessoal ou comercial com o Sr. Duda Mendonça ou com a sua sócia, Sr<sup>a</sup> Zilmar Fernandes?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nenhum relacionamento comercial, além desses pagamentos e pagamentos na campanha do Sr. Eduardo Azeredo.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – V. S<sup>a</sup> tem negócio no exterior?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nenhum negócio.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Já teve?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também não.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Só mesmo viagens?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só mesmo viagens ao exterior.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Familiares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Como eu falei, eu assinei um documento agora, passei para a Senadora, ela pode pesquisar tudo. Dei toda a autorização para ela.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – O Sr. Cristiano Melo Paz e Ramon Hollerbach, seus sócios, estão a par de todos os negócios e acordo feitos entre V. S<sup>a</sup>, partidos, bancos, empresas e vice-versa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Assinaturas, sempre com duas assinaturas os cheques. É evidente que todos têm que estar a par de tudo o que aconteceu e estar a par de tudo o que vinha acontecendo.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – V. S<sup>a</sup> tem ou teve qualquer relacionamento pessoal ou comercial com o Sr. Daniel Dantas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Sr. Daniel Dantas é dono da Telemig Celular. Uma conta que a DNA Propaganda tem desde 1998. É verdade.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Esse relacionamento seu com ele, V. S<sup>a</sup> pode nos detalhar melhor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu o conheci em duas ocasiões: uma, no Rio de Janeiro; e outra, em São Paulo, no prédio do Banco Opportunity, junto com o Sr. Carlos Rodemburgo, a quem me apresentou o Daniel Dantas.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – O total ou parte dos repasses referentes a empréstimos concedidos pelas empresas de V. S<sup>a</sup> ou entregues na forma de pagamentos de caixa dois de campanhas foi enviado a alguma conta no exterior? Em caso afirmativo, quero que V. S<sup>a</sup> nos detalhes.

REQ n° 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Ass: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu nunca mandei dinheiro para nenhum paraíso fiscal, para nenhuma conta no exterior. Eu não tenho conta lá fora em nenhum lugar.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Ilhas Cayman?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu dei autorização para a Senadora. Podem vasculhar à vontade; nenhum problema.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Há empréstimos vencidos, feitos pelas empresas de V. S<sup>a</sup> ainda não quitados?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Há o do Rural, em que estou começando uma discussão judicial. Eles entraram com uma notificação; eu entrei, agora, com uma contranotificação – o advogado lhe explica isso –, e estou me preparando para discutir judicialmente com a BMG, agora, e com o PT também.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – V. S<sup>a</sup> pode nos dizer os valores, os prazos e os bancos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É o Banco BMG, e vou ler para o senhor os valores originais: Banco BMG, no dia 25/02, R\$12 milhões; Banco BMG, dia 14/07, R\$3.516.080,56; Banco BMG, 28/4, Graffiti, R\$15.728.300,00; Banco BMG, 26/04/04, Rogério Lanza Tolentino, R\$10 milhões; Banco Rural, 26/05/2003, SMP&B, R\$18.929.111,00; e Banco Rural, 19/09/2003, Graffiti, R\$9.975.400,00. Sendo que foi feito um empréstimo, no dia 28/01/2004, em nome da Graffiti, no valor de R\$14.931.620,00, que matou uma parte dos empréstimos de cima para renovar. Ele fez um outro empréstimo para renovar o outro, dando um total de R\$55.217.271,02.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Nos depoimentos anteriores, constatou-se que V. S<sup>a</sup> abre e encerra empresas, assim, com certa facilidade. Até maio deste ano, existiam pendências de V. S<sup>a</sup> ou de suas empresas com a Secretaria da Receita Federal?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Existe, ainda, uma ação na Receita Federal contra a DNA, e, se não me engano, contra a SMP&B.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – V. S<sup>a</sup> pode nos detalhar quais são essas pendências?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Uma discussão sobre o bruto. Vou dar um exemplo. Eu recebo o total, por exemplo: R\$80,00 são para a comunicação, para pagar a televisão; a minha comissão é de R\$10,00. Então, eu recebo R\$90,00, pego meus R\$10,00 da minha comissão e repasso R\$80,00, e a Receita tributa sobre os R\$90,00, nunca sobre a minha comissão. Então, estamos numa disputa sobre isso, porque ela tem que tributar sobre a comissão e não sobre o dinheiro que não é meu, o dinheiro é do veículo, não é da empresa.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Considerando que a empresa tem noticiado que a nova direção partidária do PT não reconhece certos empréstimos

ROS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: 041

3435

Doc:



feitos pelo ex-tesoureiro do Partido e avalizado por suas empresas, de que documentos ou instrumentos dispõe V. S<sup>a</sup> para reaver esses valores?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Sr. Delúbio Soares era o tesoureiro oficial eleito do PT, e ele vai em público e reconhece as dívidas. Isso, para mim, é uma forma que eu posso usar, meus advogados entendem que essa é uma forma que eu posso entrar judicialmente, cobrando.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – No Paraná, a Polícia Federal entende que já ficou caracterizado o caixa dois de campanha. Inclusive, o delegado que estava acompanhando essas questões no Paraná foi exonerado do cargo após ter dado essa declaração na imprensa.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Eu pediria ao Presidente que pedisse aos nobres colegas que nos ajudassem neste momento em que estamos fazendo as inquirições.

Então, o delegado que declarou isso na imprensa, inclusive, foi exonerado do cargo. Assim, pergunto: houve saques em Curitiba autorizados por V. S<sup>a</sup>?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, os saques foram sempre feitos em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Então, no Paraná, não houve?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não houve.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – O senhor depositou recursos para ajudar candidatos que perderam a eleição no primeiro turno de 2002 e que, no segundo turno – a pessoa participou da campanha no primeiro turno e perdeu a eleição – apoiaram o candidato do PT, lá no Estado do Paraná? Foi feito algum repasse para essas pessoas, para candidatos que perderam e, no segundo turno, apoiaram?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, me 2002, não.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Ou depósito ou repasse pessoal ou em outras agências bancárias, em outros Estados, alguma coisa nesse sentido?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em 2002, Deputado?

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Em 2002.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Em 2002, não.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – O PTB afirmou, através de seu tesoureiro – é até amigo de V. S<sup>a</sup> – e até pelo próprio Roberto Jefferson, que declarou aqui que recebeu quatro milhões. Ocorre que esse recurso não consta da relação de V. S<sup>a</sup>. Eu gostaria que V. S<sup>a</sup> falasse sobre esse assunto. Parece que há uma certa divergência com relação a essa questão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O único recurso que eu passei para o PTB foi através do Sr. José Carlos Martinez e, depois, através do Sr. Emerson Palmieri. E o único recurso que passei são esses que estão aqui.

RGS nº 03/2005 - CN =
CEMI - CORREIOS
IS: _____
Doc: _____



**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Esse que V. S<sup>a</sup> coloca aqui na...?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – São R\$2.468.600,00 ao Emerson Palmieri. Nº 15.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – É o nº 15, não é? São R\$2.468.600,00?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Então, V. S<sup>a</sup> entende que o Roberto Jefferson, o Deputado Roberto Jefferson mentiu, quando falou desses quatro milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não quero ser...

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Ele inventou uma história bonita para apresentar aqui?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não quero ser levado pelo fígado e nem quero destilar meu ódio ao Sr. Deputado Roberto Jefferson, mas uma pessoa que inibe as pessoas, chantageia as pessoas com documentos, joga documentos na mesa para que as pessoas não façam as devidas perguntas que devem ser feitas a ela, eu acho que não merece nenhuma credibilidade. É uma pessoa que vive intimidando as pessoas. E volto a falar: ele intimidava o Sr. Emerson Palmieri, sim.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – O Palmieri, como V.S<sup>a</sup> mesmo colocou, é um amigo pessoal da sua pessoa. Por várias vezes, vocês viajaram juntos, tinham um relacionamento estreito de amizade. Inclusive, V.S<sup>a</sup>, no início deste depoimento, até declarou bens e gostos dele declarados no **Correio Braziliense** de hoje. Em uma dessas viagens, ele teria ido a Belo Horizonte e recebido dinheiro – lá, no seu Estado, lá, em Belo Horizonte – para o PTB?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Belo Horizonte, eu não lembro de ele ter ido lá, não, Deputado. Com toda sinceridade, eu não me lembro.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Algum outro Líder, Líder de Partido, teria ido a Belo Horizonte receber alguma quantia?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Sr. Jacinto Lamas foi a Belo Horizonte, o motorista do Martinez foi a Belo Horizonte, o Sr. João Magno é de Belo Horizonte, o pessoal do Rio Grande do Sul foi a Belo Horizonte, José Adelar Nunes também foi a Belo Horizonte e o Sr. Edson Pereira de Almeida também foi a Belo Horizonte – que eu lembre de antemão, tá!

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Houve transferência ou depósitos ou repasses de qualquer forma, através de mala ou pasta ou alguma coisa nesse sentido, de recursos para o PTB no período de outubro de 2004 a abril de 2005?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro, que não eram feitos em malas; eram dentro das agências bancárias. E para o PTB, não. Em outubro não teve nem em 2005. Eu acho que foi por isso que o Roberto Jefferson ficou nervoso.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

042

3435

Doc.



09/08/05

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – O senhor confirma as anotações constantes da agenda de sua secretária Karina?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não vi a agenda. Se eu tivesse essa aqui agora, eu confirmaria ou não para vocês.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Mas teve alguma coisa, assim, que foi divulgada na imprensa que o senhor contesta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Muita coisa, Deputado. Muita coisa eu acho que foi ficção. Muita coisa, Deputado, eu acho que foi enchendo o balão; uma série de coisas que vão ser provadas agora. Primeiro, os movimentos milionários. Eu estou aqui com o faturamento das minhas empresas que vão aparecer na contabilidade. Se os senhores quiserem um xerox, está disponível.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Seria importante.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vai estar na contabilidade do disquete de amanhã. Porque aí vocês vão ter toda a conciliação bancária, os Sr. Deputados, e poderão verificar os cheques para onde foram, que contas foram. Eu vou pedir para tirar um xerox para os senhores, por favor.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Na semana passada, foi manchete nos principais jornais que V.S<sup>a</sup> estava sumindo com alguns documentos. Eu pergunto: é verdade isso? E, se for verdade, quais são esses documentos que estariam sendo sumidos ou queimados ou jogados? Foi até uma pessoa de um prédio que descobriu isso e passou para a imprensa.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Burro eu não sou. Eu poderia, Deputado, com toda a sinceridade, com todo o respeito, com toda... O senhor entende muito mais de lei do que eu. Burro eu não sou. Seria a única coisa que eu seria preso literalmente, a destruição de provas. Eu nunca, em momento algum, fiz isso. Acho uma coisa interessantíssima, ou seja, todas as vezes em que eu venho depor, pegaram o lixo da minha casa, pegaram cheques meus, rasgaram e deixaram na porta de um condomínio. O próprio jornal noticia o seguinte: deixaram aqui para servir de prova contra o fulano. O próprio jornal noticiou isso lá em Belo Horizonte.

Então, com toda a sinceridade, eu acho que há interesses no sentido de que eu não venha depor.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Quero alertar o nobre Deputado para o fato de que o tempo já acabou.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Para encerrar, Sr. Presidente, eu quero fazer uma última pergunta.

Todos os valores recebidos pela 2S Participações decorrem de sua atividade comercial?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. Há um empréstimo que eu fiz para um amigo e que ele me devolveu. Também tem um contrato de mútuo e o senhor vai poder verificar isso no Imposto de Renda dela que está sendo entregue amanhã aqui.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Da mesma forma a DNA?

RQS nº 09/2005 - CN =
GPMI - CORREIOS
F's: _____
Doc: _____



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Da mesma forma a DNA.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – SMP&B?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também SMP&B.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, eu me reinscrevo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> será reinscrito.

Concedo agora a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Romeu Tuma, que cede a palavra à Senadora Ana Júlia.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero, primeiro, agradecer ao Senador Romeu Tuma pela gentileza. Eu já disse que fui ao meu gabinete pegar algumas informações. Eu sou Relatora de uma medida provisória que trata de crédito para o Ministério da Integração Nacional. Eu estava vendo isso.

Quero ser direta e tentar esclarecer algumas coisas que a sociedade quer saber.

Eu tenho em mãos um processo do STF que faz referência à situação de 1998, que, pelo tamanho, não é um protótipo. Aqui a ação do STF que o Ministério Público faz, inclusive contra o ex-Governador de Minas, o Sr. Clésio Andrade e várias outras pessoas, inclusive V. S<sup>a</sup> e seu sócio: Marcos Valério, Cristiano Paz, Eduardo Azeredo. Ele tem inclusive como advogado Aristides Junqueira. Aristides Junqueira é advogado aqui do...

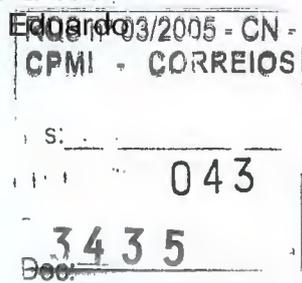
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Do Senador.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Do Senador. Esse é um processo que está correndo. Nesse processo se fala que são R\$18 milhões, ou seja, R\$9 milhões do empréstimo, naquela época, mais R\$9 milhões que seriam de outros repasses. Quer dizer, na época os R\$9 milhões de empréstimo mais os R\$9 milhões somam R\$18 milhões. Quem procurou V. S<sup>a</sup> para fazer essa operação que na verdade não é um protótipo, mas é o início? Isso porque foi em 1998. Essa é a primeira vez que ouvimos falar em algo dessa forma, ou seja, um empréstimo para um partido político que tem como base contratos com o Governo do Estado, no caso o Governo do Estado de Minas, Governo do PSDB. Eu queria saber quem foi que lhe procurou para que fizesse esse empréstimo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só para me situar. Esse processo é...?

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Do STF, processo do Ministério Público Federal contra Eduardo Brandão de Azeredo e outros réus. Os outros réus são: Clésio, Leonardo Mendonça, Eduardo Pereira Guedes Neto, várias outras pessoas. Entre elas estão Cristiano de Melo Paz e Marcos Valério Fernandes Souza.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Agora me situei. Desculpe-me, Senadora. Quem me procurou na época foi o meu ex-sócio, o Dr. Clésio Andrade Soares, num telefonema que ele me deu à noite, na minha casa. Ele era o então presidente do PFL na época, candidato na chapa do Sr. Eduardo Azeredo, do PSDB.





09/08/05

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Quero ressaltar isso até porque o Sr. Clésio Andrade, inclusive... Mas quem o procurou, com quem o Senhor conversou foi o Sr. Cláudio Roberto Silva Mourão...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – No dia seguinte apareceu o Sr. Cláudio.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – ...que era o tesoureiro. V. Sª costuma ter relações com os tesoureiros.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não o conhecia.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – O senhor não o conhecia. O contato foi o Sr. Clésio Andrade, seu ex-sócio, aquele ex-sócio que entrou numa sociedade de uma empresa que o senhor alterou, em uma empresa que estava falindo e que conseguiu recuperação.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Quero deixar até claro isso porque aqui estamos tratando...É importante a sociedade saber a origem, porque senão daqui a pouco estaremos agindo sobre as conseqüências e não vamos agir sobre as causas. Não estamos falando de algo que é novo. Essa situação pode ter sido alterada um pouco, os repasses foram feitos àquela época através de docs bancários, mas tem uma cabeça que pensou esse processo e a cabeça que, parece-me, para todos, pensou esse processo, que fez essa proposta de fazer esse empréstimo, foi o Sr. Clésio Andrade. O senhor agora confirmou que foi ele que lhe pediu para receber e fazer esse empréstimo. Se formos ver pelos valores que constam da ação do Ministério Público Federal, de 18 milhões, 9 milhões de um empréstimo e 9 milhões que seriam de outros repasses, inclusive de outros contratos que o Ministério Público aqui questiona, vamos ver que é uma operação gigantesca, considerando que se trata de um único Estado brasileiro, mesmo sendo um Estado tão grande quanto Minas Gerais. Então, acho que é bom que a sociedade perceba que essa história absurda, essa história que para nós, do PT, constrange, porque fomos surpreendidos por isso, por essa situação que foi feita por um grupo de pessoas do PT que, com certeza, pagarão, serão punidas pelas suas responsabilidades, todas, mas, como não estamos num tribunal de exceção, vivemos numa democracia, ainda bem, todas as pessoas terão seu direito de defesa, o que é absolutamente natural, porque acho que terão responsabilidades diferenciadas, com certeza. Com certeza, tem gente aí que foi envolvida de forma até, pessoas que talvez tenham ido pegar recursos para a campanha sem saber as origens desse recurso, do que se tratava, enfim, na confiança, mas a gente percebe que esse esquema já funcionava. Ele foi alterado em alguma coisa, mas ele já funcionou em 98, num único Estado. Foi copiado. Por isso, digo que é uma Operação Paraguai, porque acho que é uma cópia ruim. Mas queria...

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Peço para retirar esses termos, com referência ao Paraguai. É um país amigo.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Peço desculpas, Sr. Presidente, retiro imediatamente. Nem é meu estilo fazer esse tipo de questão. Esta retirado.

PROS nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS  
S: \_\_\_\_\_  
Doc: \_\_\_\_\_



09/08/05

Quero até pedir desculpas, inclusive ao embaixador. Quis dizer que foi uma cópia de um esquema que nasceu em 1998. Foi aí. Quer dizer, o Sr. Marcos Valério diz que essa é uma situação que acontece. O Deputado Roberto Jefferson, que também já veio aqui, diz que ele sempre trabalhou com caixa 2. Até o Deputado Pimenta o questionou por que só agora ele reclamou. Ele disse que isso era normal, ele disse que recebeu quatro milhões, distribuiu para as campanhas do PTB, com certeza algumas vitoriosas e que são recursos que ele não está escondendo e disse que são situações que já existiram.

Isso no meu entendimento não justifica absolutamente nada do que foi feito, porque um erro não justifica outro, um erro não justifica outro. Agora, também não podemos esquecer a história. Quando a gente quer passar o Brasil a limpo, não podemos deixar uma sujeira só porque ela está mais antiga – aliás está mais incrustada a sujeira sem ser limpa. Para passarmos o Brasil a limpo, temos de limpar tudo. E temos que atuar inclusive nas causas. Hoje acho que temos que discutir com a sociedade, com as entidades democráticas da sociedade, a reforma política em nosso País. Se não o fizermos, estaremos frustrando a sociedade. Se só punirmos, e podemos cassar 100 deputados, prender quantos quisermos, mas, se não dermos como consequência que essa situação não aconteça mais, ela vai continuar acontecendo. E ela vem acontecendo há tanto tempo. Está aí: a cabeça do processo é o Clésio Andrade na campanha de 98 do PSDB. Essa é a verdade. Devemos isso à sociedade brasileira. Devemos a punição exemplar, mas devemos também a alteração desse processo.

Acho que é uma grande responsabilidade. Temos que fazer a limonada do limão. Sei que isso já foi até colocado, Sr. Marcos Valério, mas o senhor fez um empréstimo naquela época para o PSDB e o senhor já falou aqui: levei calote. Não sei se foi esse o termo que o senhor usou, mas foi mais ou menos isso. Mas o senhor não cobrou. E senhor respondeu que era porque o PSDB era Governo Federal e o senhor já tinha contratos em vários órgãos Federais: com o Ministério dos Transportes, com a Eletronorte.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Transportes não.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Do trabalho?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ministério do Trabalho.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Do trabalho, Eletronorte.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Banco do Brasil.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Banco do Brasil que o senhor...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esportes.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – E Ministério dos Esportes. Quer dizer, então, aí o senhor ficou no prejuízo. Nada lhe garantiu isso. Nada lhe garantiu. Sua empresa continuou no prejuízo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiramente, Senadora, eu quero dizer a alguns petistas e tudo que, apesar de ter feito isso a pedido do Sr. Delúbio, do Sr. Silvío, quero dizer que eu não me considero uma

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
S: 044
3435
Doc:



pessoa feliz, mas me considero uma pessoa muito arrependida de ter feito o que eu fiz.

Então, eu me dirijo agora aos petistas – e eu não sou petista, quero deixar claro que não sou, não sou hipócrita a esse ponto de falar isso para vocês, porque eu não sou mesmo.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Quem o senhor apoiou em 2002?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi o Ciro Gomes. Então, com toda a sinceridade, se essa minha atitude envergonhou o seu Partido, envergonhou as pessoas do seu Partido, é importante saber que não é a minha empresa a primeira a ajudar ninguém, a minha empresa não é a primeira a ajudar os políticos. E também eu não sou a palmatória do mundo aqui para falar que...Olha, a única coisa que eu posso falar para vocês é o seguinte: desculpa, eu não faria mais, mas fiz.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Não. Nós sabemos, o senhor já disse aqui que o senhor não é o único, não é o primeiro. Por isso é importante a sociedade entender. Eu acho que é a primeira vez que vem às claras à sociedade. Acho que essa é a importância desse processo, porque às vezes temos que expor tudo para que daí possa nascer algo novo e melhor, com esperança para o Brasil.

Mas é importante dizer e é importante mostrar a situação. Apesar de o senhor se dizer arrependido, o senhor fez de novo – já tinha feito em 98. O senhor já tinha feito em 98, já tinha tomado o calote em 98. Mas fez. E o senhor explicou por que. Mas eu não vou aqui... São questões subjetivas, acho que não interessam. Interessam fatos concretos. Foi feito em 1998. Aí foi a origem da situação. Foi feita de uma forma um pouco diferente, mas foi feita para o Brasil.

Gostaria também de lhe perguntar, Sr. Marcos Valério, se o senhor conhece o Ricardo Sérgio.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não conheço o Ricardo Sérgio, mas já o vi pela imprensa.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** - A empresa SMP&B e a Grafitti funcionam em prédio alugado. O senhor sabe a quem pertence esse prédio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esse prédio, que eu saiba, eu vi pela imprensa, pertence a uma empresa que tem a ver com essa pessoa que a senhora citou o nome. E, na época, quando nós estávamos lá, pertencia à Petrus.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** - Certo, mas o senhor sabe que pertence ao Sr. Ricardo Sérgio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele comprou o prédio e eu pago aluguel para ele.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** - Ah, então, o senhor conhece ele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, estou falando, pela imprensa. Eu pago aluguel para ele.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Está certo.

QST nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



Eu, na verdade, não teria outras perguntas neste momento. Vou ter que depois ir ao plenário, porque sou relatora – já falei – de uma medida provisória. Mas quero dizer que nós vamos aqui, Sr. Presidente Deputado Paulo Pimenta, quando tivermos uma reunião administrativa, se não me engano na quinta-feira, aprovar os próximos requerimentos, que acredito sejam na direção de ouvir as pessoas que estão listadas nas diversas listas. Inclusive, vejo pessoas da outra situação também de compra de votos, porque é para isso que estamos aqui e para mostrar que precisamos fazer algo diferente neste País. E esse algo diferente, com certeza, vai ser a reforma política.

Desde 98 é o que estamos conhecendo, mas, com certeza, devem ter outros **modus operandi** que nós não conhecemos, como V. S<sup>a</sup> falou aqui que outras empresas fazem e como é que fazem.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Senadora, obrigado.

Próximo orador a usar da palavra, Senador Sibá Machado, pelo tempo de 15 minutos. Vou tentar ser bastante rigoroso com o controle do tempo, Senador.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Marcos Valério, a segunda vez que V. S<sup>a</sup> vem a esta Casa, segunda comissão. Sou titular das duas, sendo a segunda oportunidade que temos de inquirir V. S<sup>a</sup>.

E quero pegar exatamente pelo final dessa fala, quando afirma que está arrependido do que fez. Mas deixou muito claro, em outros momentos, que esta relação das empresas de V. S<sup>a</sup>, a relação de V. S<sup>a</sup> com políticos, é uma coisa corriqueira, normal até. Isso não é uma contradição?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Temos que ser muito francos um com o outro, Senador. Toda grande empresa de propaganda tem relacionamento com políticos. Toda grande empresa de propaganda tem alguma ligação com política ou já fez campanha de político.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Ou seja, em 98, V. S<sup>a</sup> trabalhou ajudando a políticos, conforme essa relação de 79 nomes. Em seguida, passou a trabalhar também com o pessoal do PT. Então, o método é o mesmo, igual?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não diria que o método é o mesmo. Se o senhor pegar o Sr. Duda Mendonça, ele fez a campanha do Paulo Maluf e depois foi fazer do Senhor Lula.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não, mas quero falar se existe uma diferença da forma que eu quero perguntar. A diferença que eu quero perguntar é a seguinte: uma coisa em relação à empresa, que presta um serviço e não importa quem seja o cliente, não dá para pegar pelo rótulo do cliente. Isso aí, para mim, não é o que eu quero saber. Quero saber daquilo que V. S<sup>a</sup> está sendo acusado: ser operador de dinheiro, de facilitar essas coisas todas por que estamos aqui. Estamos aqui investigando ilicitudes. É a isso que estou me reportando. Portanto, de 98 até o presente momento, V. S<sup>a</sup> admite que o método o mesmo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, preste a atenção. A primeira coisa que eu quero dizer: não sou operador de dinheiro.





09/08/05

O primeiro empréstimo de 98 foi pedido por um ex-sócio meu, que era candidato numa chapa junto com o Sr. Eduardo Azeredo. Ele me pediu ali.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Certo. Empréstimos...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está. E ele que me pediu o empréstimo...

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – ...da forma que o Delúbio pediu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Da forma que o Delúbio pediu.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – E V. S<sup>a</sup> admitiu as mesmas garantias, as mesmas condições?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, o Delúbio deu uma assinatura, que está ali a carta.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Ele não teria dado essa assinatura?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele não deu e não garantiu e foi palco de uma discussão judicial que todo mundo...Em Belo Horizonte foi, foi noticiado.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Está até agora.

Outra coisa é o seguinte: a sua esposa, a Sr<sup>a</sup> Renilda, antes de vir a esta Comissão, aliás à Comissão dos Correios, a imprensa inteira noticiava que ela não teria muita coisa a acrescentar. Que era uma pessoa tida como uma senhora apenas do lar, que não tinha nenhuma referência quanto à administração dos negócios e que, portanto teria passado uma procuração a V. S<sup>a</sup>. Quando ela veio à Comissão, seu depoimento deve ter durado, parece-me, mais de dez horas – não me lembro aqui direito, metade desse tempo de fato. E ela deixou para mim, para todo mundo, a impressão de que era isso mesmo, que era uma pessoa que não participava do gerenciamento de nenhum dos seus negócios.

Porém, de um determinado momento em diante, ela deixou parecer para todos nós que ela sabia exatamente o que estava fazendo ali e começou a levantar algumas hipóteses. Alguns momentos ficaram claros para a gente. Alguns até disseram que ela estava fazendo recados.

Diante disso, eu quero comparar agora com a fala de V. S<sup>a</sup> hoje. Quando V. S<sup>a</sup> diz que não teve nenhum tipo de conversa com José Dirceu nos moldes que teve com o Delúbio, que em nenhum momento ouviu do Deputado José Dirceu, enquanto era Ministro, qualquer tipo de orientação, determinação sobre os negócios que o Delúbio executava em nome do PT com V. S<sup>a</sup>.

E aí eu fico pensando, porque o senhor acabou de dizer que não morre de amores pelo Deputado José Dirceu. Então, somando a fala de sua esposa, D. Renilda, com essa observação que V. S<sup>a</sup> faz, que tipo de ligação tem? É recado contra o Deputado José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nós temos que separar duas coisas Deputado. Quando você é casado... Senador. Perdão, Senador. Desculpa. Quando você é casado e a sua mulher vê você sofrendo e vê que as pessoas que estiveram do seu lado te viraram as costas, ela se revolta e você tem que se submeter e ouvir o que ela está falando. A minha mulher tem

09/08/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS  
Fls: \_\_\_\_\_  
Doc: \_\_\_\_\_



todo o rancor do mundo e eu dou todo o direito do mundo para ela. Um, pelo idiota do marido dela ter feito o que fez. Outra, por ser traído. (Pausa)

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Eu queria ainda que o senhor pudesse comentar o seguinte para nós. V. S<sup>a</sup> disse que, além dessa lista de 98, de 1998, que tem aqui setenta e nove nomes, há outros grandes nomes envolvidos fora dessa lista e que não poderia citar porque não tem o comprovante. Certo? Mas lembrou que o Sr. Cláudio Mourão poderia esclarecer melhor sobre esses nomes. Aí eu gostaria de saber por que V. S<sup>a</sup> faz essa afirmação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque que ele era o Tesoureiro com procuração do Sr. Eduardo Azeredo e era a pessoa que administrava todas as campanhas do Eduardo Azeredo desde o tempo de prefeitura. Eu acho que, muito melhor do que eu para explicar a campanha de 98, é ele...

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Será então...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – ...que fez, se não me engano, três, quatro campanhas do Sr. Eduardo Azeredo.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Então, já faço até esta observação ao Relator: parece que se trata de uma pessoa importante. Devemos conversar com ele para saber se há mais nomes além desse que o Sr. Marcos Valério está informando.

Sobre o Sr. Emerson Palmieri, eu queria que o senhor pudesse falar um pouco mais. No momento em que o Relator fazia inquirição, V. S<sup>a</sup> lembrou um nome aqui que eu gostaria de ouvir melhor: Nescau. Eu ouvi, se não estou enganado, que V. S<sup>a</sup> se refere a uma pessoa chamada Nescau. E eu gostaria que você pudesse falar melhor quem é esse Nescau.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu vou me referir ao que o Dr. Emerson me falou e à expressão que ele me usou: que o Nescau é o genro do Sr. Roberto Jefferson, e ele me falou que ele estava operando por conta própria, no IRB e ele queria que o Emerson fosse buscar um recurso lá, e o Emerson se recusou a ir. E ele usou o seguinte termo comigo: que esse Nescau é “chave de porta de cadeia”.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Então, foi Emerson Palmieri que se reportou sobre essa pessoa chamada Nescau.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – E que acha que Nescau é “porta de cadeia”?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Mas o senhor, então, não conhece essa pessoa com o nome de Nescau?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu nunca o vi. Eu estou reportando ao que ele me falou.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Quem poderá esclarecer melhor, então, só se for o Emerson Palmieri.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
046
S: _____
3435
Doc: _____



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E se ele confirmar porque, agora, está o seguinte: ninguém confirma nada.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – O senhor acha que o Sr. Emerson Palmieri estava cumprindo ordens expressas de Roberto Jefferson, o tempo inteiro ou se, em algum momento, ele desobedeceu essas ordens?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que o Sr. Emerson Palmieri tem pavor do Sr. Roberto Jefferson. Eu vou usar o termo correto...

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Pavor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Pavor.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Portanto, foi com V. S<sup>a</sup> até Portugal, fugindo. Fugindo de Roberto Jefferson. Eu quero saber o seguinte: V. S<sup>a</sup> citou, aqui, muito claramente, uma opinião sobre José Dirceu. Qual é a sua opinião sobre Roberto Jefferson – o Deputado Roberto Jefferson? Só para lembrar, V. S<sup>a</sup> foi muito claro aqui – sobre José Dirceu não morrer de amores.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu sei. Eu estou medindo a palavra para não ser chulo e não ser uma pessoa grosseira. Mas vou plagiar o Presidente: eu não daria um cheque em preto para o Roberto Jefferson.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Não daria um cheque em preto para Roberto Jefferson. Se V. S<sup>a</sup> nunca recebeu orientação do Deputado José Dirceu, por que faz um juízo de valor de que ele tem o comando de todas essas operações?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu vivi, por dois anos, com o senhor... Eu fui elegante: eu não daria um cheque enlameado para ele. Eu vivi, por dois anos, acompanhando o Sr. Delúbio Soares e vi toda as atitudes do Sr. José Dirceu. Todas em termos de....

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Ouvia como?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ouvi dele – ouvi os telefonemas, ouvi....

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Nas conversas que tinham, é isto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu ouvi o Delúbio comentando comigo, ouvi... Eu vou te dizer a minha opinião sobre o Ministro José Dirceu – e não muda em nada do que eu falei: arrogante e não é amigo de ninguém.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – E sobre o Deputado Roberto Jefferson, é o cheque enlameado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Então, vamos fazer, aqui, uma observação sobre isto. V. S<sup>a</sup> está sentado nesta cadeira, acusado de ser um operador, desde – vamos dizer – 1998 e que operou em Minas Gerais, para o Governo de Eduardo Azeredo, operou para o Eduardo Azeredo e, depois, se tornou amigo de Delúbio e passou a operar para o PT nos mesmos moldes. Tem essa referência do José Dirceu, tem essa referência do Deputado Roberto Jefferson. A minha pergunta é que, no meio de gente tão antipática, assim, é

09/2005 = CN =  
CPMI - CORREIO6

S: \_\_\_\_\_

Loc: \_\_\_\_\_



09/08/05

apenas pelo medo de perder negócios ou tem, de fato, uma outra coisa que V. S<sup>a</sup> poderia esclarecer aqui para gente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nós podemos dizer o seguinte – e eu volto a falar e vou medir muito as palavras, mas os Deputados, aqui, vão entender: toda a empresa de propaganda está relacionada a algum tipo de político ou Partido político. Eu te daria um exemplo, mas eu daria, assim, com o maior respeito: 1 – vou dar do passado e do futuro. No passado, a DM-9 fez a campanha do Sr. Fernando Henrique Cardoso e atendeu às melhores contas do Governo. Hoje, o Duda fez a campanha do Lula e atende às melhores contas do Governo.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – E fica de fora...

Sr. Presidente, ainda eu precisava remeter a V. Ex<sup>a</sup> um requerimento a respeito do Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira, por quê? Embora o depoente tenha sido pouco enfático a respeito dessa pessoa, acho que o que acerca sobre ele é muito forte e que eu acho que essa Comissão poderia convidar, no meu entendimento, as duas pessoas: o Sr. – desculpe, aqui só vem o sobrenome – Mourão... Cláudio Mourão e o Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira, que eu gostaria de fazer chegar às mãos de V. Ex<sup>a</sup> este requerimento. (Pausa.)

Eu ainda tenho dois minutos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Pimenta. PT – RS)** – ...Pedi licença... como V. Ex<sup>a</sup> começou a encaminhar o requerimento, eu achei que já tinha...

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Não, não encerrei, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Pimenta. PT – RS)** – Tem dois minutos ainda.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Enquanto ele volta, deixe-me só dizer a justificativa desse requerimento.

O economista Ricardo Sérgio de Oliveira, 56 anos, atuou durante cerca de trinta anos no mercado financeiro antes de entrar no Governo. Por dezessete anos trabalhou no Crefisul, quando este banco era associado ao Citibank. Foi vice-presidente do Citibank em Nova York durante dois anos. Em 95 ingressou no governo, no cargo de diretor na área internacional do Banco do Brasil e lá ficando até 1998. Na sua declaração de renda de 95, Ricardo Sérgio apontou um patrimônio de 1,4 milhão. Possuía apartamento em São Paulo, era proprietário de duas companhias, sendo a empresa de consultoria Planefin e a corretora de valores RMC. Em 95, ao ingressar no governo, o economista passou a administração de suas empresas a sua esposa, Elisabeth, e a seus dois sócios Henrique Molinari e José Sthephan Gril. Em 96 sua declaração de renda apontava um patrimônio maior de 1,5 milhão. Em 97 havia crescido em mais 1,1 milhão e totalizava 2,6. Em 98 no ano em que foi demitido do governo, seu patrimônio já era mais que o dobro do registrado no ano em que atuou no Banco do Brasil, o resultado de 3,3 milhões e, em 2000, atingiu a cifra de 4 milhões e por aí vai.

Então, Sr. Presidente, eu queria que V. Ex<sup>a</sup> pudesse analisar junto com o Relator com carinho o requerimento porque acho que essas duas pessoas poderiam elucidar bastante e aguardo o retorno do Sr. Marcos Valério para concluir o pensamento.





09/08/05

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> dispõe ainda de...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Dois minutos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Dois minutos cravados.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Exato.

Sr. Marcos Valério, esta Comissão tem a missão de analisar compra de votos e o tal do mensalão, palavra agora nacionalizada pelo Deputado Roberto Jefferson. Quanto à compra de votos tratada aí no período da emenda à Constituição alguma vez V. S<sup>a</sup> participou de algum tipo de reunião para tratar de dinheiro para compra de Parlamentares para votarem nesta emenda?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nunca.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Nunca. Absolutamente, nunca.

E agora, no atual momento, toda essa onda de recursos que V. S<sup>a</sup> reiteradas vezes tem dito que foram empréstimos oficiais, embora com dúvida de por que um gerente tenha feito empréstimo dessa natureza, porém fala que é recursos oficiais para partidos políticos e parlamentares principalmente. A pergunta que essa Comissão insiste em reiterar é: estes recursos, ao seu olhar, **era** para pagamento de parlamentares para **votar** com o Governo ou o chamado mensalão, que o Deputado Roberto Jefferson tanto insiste em dizer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu vou ter que ser muito pessoal nessa resposta e tentar transcrever o que eu vivi. Para mim não existe mensalão, pra mim existem, sim, acordos políticos que foram gerados compromissos financeiros e esses compromissos financeiros foram pagos, não para votação – deixar claro – não para votar emenda, não para votar... e volto a te falar: os Deputados que aparecem na ponta pegando os recursos como o Deputado Borba, outros Deputados, era para pagar as despesas inerentes da base do Partido que estava endividada. Eu não acredito em momento nenhum...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Consonante a campanhas eleitorais...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – ... a campanhas eleitorais...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – ... ou passadas ou futuras.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Como eu não acredito que era “mensalão”. Eu acredito que era para pagar despesas dos colegas deles, que estavam endividados.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Deixa eu só, por conta do meu tempo... Só por conta do meu tempo. E alguma vez o Deputado...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu estou dando a minha opinião pessoal.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Uma única vez, para encerrar, porque o meu tempo está esgotado. V. S<sup>a</sup>, alguma vez, se sentiu extorquido ou pressionado pelo Deputado Roberto Jefferson ou por qualquer outra pessoa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Pelo Deputado Roberto Jefferson, não, até porque eu não tive contato com ele.

RQS nº 03/2005 - CN =  
CPMi - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Loc: \_\_\_\_\_



**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Ele pressionava Emerson Palmieri, mas nunca diretamente a V. S<sup>a</sup>.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Seu tempo está concluído, Senador.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu concluo. Obrigado, Presidente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, na condição de Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Com a palavra, o ilustre Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, parece-me necessário lembrar que o Sr. Marcos Valério aqui se encontra para prestar esclarecimentos, esclarecer dúvidas, defender-se de acusações. Contudo, determinadas perguntas lhe têm sido dirigidas, permitindo-lhe emitir julgamento sobre o caráter das pessoas, sobre a conduta de terceiros, sobre a honra de outras pessoas.

Desejo advertir que vou pedir a exclusão das notas taquigráficas de todas essas referências pessoais, porque o Sr. Marcos Valério não está aqui para julgar ninguém. O Sr. Marcos Valério está aqui para ser julgado pela Comissão.

De sorte que eu pediria – e isso não se refere, absolutamente, ao ilustre Senador Sibá, por quem tenho o maior respeito, cuja inteligência admiro –, mas para prevenir que as nossas perguntas têm que ser orientadas no sentido de acumular fatos, esclarecimentos, que permitam um relatório conciso, mas concludente.

Eu vou solicitar ao Sr. Relator, se o Sr. Presidente me permitir, que não emita mais juízos sobre o caráter de terceiros, sobre a honra, sobre a conduta de quem quer que seja, porque o Sr. Marcos Valério não está aqui para julgar pessoa alguma. O Sr. Marcos Valério está aqui para ser julgado pela Comissão, segundo atos que porventura tenha cometido.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Muito obrigado ao Sr. Relator. Eu quero solicitar aos ilustres Deputados e Senadores, que, no caminho sugerido pelo ilustre Relator, abstenham-se desse tipo de pergunta, porque, na medida em que elas são feitas, cria-se um constrangimento para a pessoa que está aqui, sendo inquirida. Da mesma forma que a gente acolhe a solicitação do Relator, vamos também solicitar que os ilustres Senadores e Deputados evitem este tipo de colocação.

Pela ordem, com a palavra, Senador Almeida Lima. Tempo de 15 minutos. A palavra está à sua disposição.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Sr. Marcos Valério, é fato que V. S<sup>a</sup> esteve, salvo engano, por duas vezes, na Procuradoria da República, objetivando uma transação jurídica, visando o benefício da delação premiada.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu estive à Procuradoria, fazendo depoimento de livre e espontânea vontade.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPM - CORREIOS

048

3435

Doc:



**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Não é esta a pergunta. Eu quero saber se é fato, como a imprensa noticiou, e ouvimos e vimos, inclusive, o Procurador-Geral se pronunciar que V. S<sup>a</sup> lá esteve, além de outros objetivos, com o objetivo específico de, numa transação jurídica, serem beneficiada a delação premiada.

O Procurador-Geral mentiu ao prestar essa declaração à televisão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Não mentiu.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Então, é fato?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É fato.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Ok.

S. Ex<sup>a</sup>, o Procurador-Geral disse que não era oportuno, não era o momento e, quem sabe, mais na frente pudesse tratar da questão. V. S<sup>a</sup> pretende retornar à Procuradoria para renovar essa proposta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu pretendo voltar à Procuradoria, sim, Senador, inclusive para entregar o Imposto de Renda e todo o movimento das minhas empresas.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Pediria a V. S<sup>a</sup> que respondesse exatamente aquilo que eu pergunto.

Com este objetivo, com o objetivo de renovar a proposta de benefício da delação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não saberia te explicar. Eu teria que consultar o meu advogado, se o senhor me permitir, Senador.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Pode consultá-lo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com licença.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Com a permissão da Mesa. A minha é total.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor. Desculpe-me, Senador.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – O que significa dizer que V. S<sup>a</sup> retornando à Procuradoria Geral da República para tal proposta, transação jurídica no sentido do benefício da delação, existem mais fatos que V. S<sup>a</sup> omitiu ou mentiu. Há ainda alguma contribuição a prestar que ainda não foi prestada? Conclui dessa forma? Caso não conclua, não seria contraditória a afirmativa com a resposta anterior?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não porque, com todo respeito, Senador, eu já tinha dado um monte de informações que vieram a público serem comprovadas. E, dentro do entender do meu advogado e do meu, eu acho que já merecia esse benefício, com todo respeito.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – A pretensão, então, é enganar ou amolar esta Comissão, o Congresso Nacional ou a Procuradoria-Geral da República?

RGS nº 03/2005 - CN =  
CPMI - GORREIO6

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Estou aqui para falar estritamente a verdade e o que perguntarem.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Mas se percebe, pela conclusão, que se está pretendendo enganar a um ou a outro. Ser beneficiado pela delação premiada, sem fato novo.

V. S<sup>a</sup> conhece o patrimônio do Sr. Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Não conheço.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Procurou conhecer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também não, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Não procurou conhecer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – A garantia por ele oferecida foi a V. S<sup>a</sup> ou aos bancos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aos bancos.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Esta garantia foi aval ou fiança?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que é aval.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Aval. Ele assinou pessoa física ou representando a pessoa jurídica Partido dos Trabalhadores?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na minha opinião – e aí vamos ter que... Está ali o documento –, o tesoureiro do Partido.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – A questão não é de opinião.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O documento está ali.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – A Presidência, por gentileza, ou o Relator têm essa informação que poderia me auxiliar neste instante?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando) – Qual é o documento, Sr. Marcos Valério?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O que o Dr. Delúbio assinou.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – A garantia bancária.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando) – A carta, ilustre Relator, assinada por Delúbio.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. (Orador não identificado)** – Foi de manhã. De manhã ele passou. Foi o primeiro documento passado. O senhor estava aqui no início dos trabalhos pela manhã?

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Estava no Congresso Nacional, com a presença registrada, e acompanhando todo o depoimento do meu gabinete.

**O SR. (Orador não identificado)** – Senador, não foi com essa intenção. Perguntei pelo seguinte: porque ele repassou a carta, o Relator já juntou a sua documentação. Se for possível, vamos localizá-la.





**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Na hipótese de o tesoureiro do Partido ter assinado, V. S<sup>a</sup> conhece os estatutos do Partido? Sabe afirmar se ele tinha representação legal?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, não sei.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Teve acesso a alguma ata da diretoria da Comissão Executiva Nacional outorgando a ele o direito a essa representação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, não tive.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Assumiu ônus pelo Partido?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também não.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – A garantia foi oferecida ao senhor ou ao banco?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ao banco.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – O banco tem conhecimento do patrimônio do Sr. Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Depois reclamam deste País. Um País tão bom em que se consegue chegar a uma instituição financeira, tomar um financiamento de R\$55 milhões, ou principal, mais juros e correção, sem o tomador principal conhecer o patrimônio do avalista ou do fiador, sem saber se assinou como fiador pessoa física ou representante da pessoa jurídica, a pessoa jurídica não sabe se o estatuto assim orienta, um empresário de escol, com referências, não conhece os mínimos trâmites bancários, de uma operação bancária, financiamentos neste montante sem qualquer cadastro, onde ali vai a relação de bens patrimoniais, este é que é o País. Na hierarquia estatutária, partidária, quem é o superior do Sr. Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Presidente?

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – V. S<sup>a</sup> se referiu aqui algumas vezes a que ele apenas lhe passava as ordens superiores, as ordens que ele recebia de seus superiores.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – O Presidente...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Genoino? Ou então o Sr. Ministro José Dirceu. Não sei. Para falar a verdade, não sei.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – E na hierarquia política, quem era o superior de Delúbio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ora, Senador, eu creio que seja o Ministro José Dirceu, não?

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Na hierarquia política?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu creio.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – V. S<sup>a</sup> não conhecia o patrimônio dele?

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Dee: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Conhecia o patrimônio do PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também não, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Essa garantia foi posterior aos primeiros contratos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi posterior aos primeiros contratos. Sim, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Quem se preocupou, então, posteriormente à assinatura dos contratos, sem qualquer garantia, sem qualquer cadastro, sem conhecer a história patrimonial nem de um nem do outro, da pessoa jurídica ou física?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que o empréstimo ao Partido num dado momento se tornou político, não é?

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Eu não sabia que havia essa natureza jurídica no sistema jurídico pátrio: “empréstimo político”. Daqui a pouco, devemos criar também a “nota promissória política”.

De quem foi a preocupação, então, de, mesmo após ter realizado os contratos, sem qualquer garantia, buscar a fiança ou o aval do Sr. Delúbio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dos bancos.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Aquele empréstimo da campanha de 98 para o Estado de Minas Gerais foi com o Banco Rural ou o BMG?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Banco Rural.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Que não foi honrado e foi executado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. Não foi honrado e foi executado.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Executado, V. S<sup>a</sup> fez uma composição.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor. Fiz uma composição.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – O montante, salvo engano, chegou a 12, 13 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que foi 13, né, Senador?

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – E V. S<sup>a</sup> pagou apenas dois?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – E em serviços o restante?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Isso foi em 1998?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em 1998, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – E esse mesmo Banco Rural continuou a emprestar a V. S<sup>a</sup>?

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

050

3435

Doc.



09/08/05

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu continuei a trabalhar para o Banco Rural, a prestar serviços, tive empréstimos normais e paguei normalmente, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Estes também já estão pagos, os de 55 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Esses não.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – E o Banco Rural ainda emprestou a V. S<sup>a</sup>?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Nessas mesmas condições?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Empréstou no passado. Não nessa condição agora. De 2003 para cá, não.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Não, não, não, não, não, não. V. S<sup>a</sup> em 1998 tomou um financiamento ao Banco Rural para a campanha em Minas Gerais.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Não pagou ao banco executor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Na execução, V. S<sup>a</sup> fez uma composição, pagou dois milhões e o restante em serviços.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Algo em torno de nove a dez milhões em serviços para o Banco Rural. Confesso até que eu nunca vi propaganda do Banco Rural.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas tem, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Eu sei. Bom, posteriormente o Banco Rural, em 2003 – na história 2003, 2004, porque V. S<sup>a</sup> já disse hoje aqui, embora eu não estivesse fisicamente aqui, mas estava lhe acompanhando, que em 2002 não houve financiamento. Houve, sim, empréstimo em 2003, salvo engano 2004, para cobrir campanha de 2002. É verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Débitos de 2002 que invadiram 2003. Sim, senhor. Verdade.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Depois do episódio de Minas Gerais, em que o Banco esteve obrigado a contratar uma empresa de *marketing*, de comunicação, para não ficar com o furo, o rombo de 10 milhões, este mesmo banco ainda financiou, emprestou a V. S<sup>a</sup>. Ele sabia que era para Partido, porque foi ele quem buscou o aval, e o avalista foi o tesoureiro nacional do Partido dos Trabalhadores. Esse mesmo banco ainda financiou V. S<sup>a</sup>?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Repito: este que é o grande País. Isso não acontece nem com o microcrédito que o Governo Federal, este mesmo governo do Presidente Lula, espalhou para o País. Isto não é feito nem com o

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



09/08/05

pipoqueiro da esquina, aquele cidadão que tem um carrinho que vende algodão-doce. Acho que ainda estamos brincando de CPMI.

V. S<sup>a</sup> disse que citou, salvo me engano, umas três, entre órgãos e entidades da administração federal, três ou quatro onde a sua empresa não venceu as licitações.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Acha isso uma prova suficiente, um indício, um elemento que argumento a seu favor para que possa atribuir às licitações que V. S<sup>a</sup> ganhou, que suas empresas ganharam correção, seriedade, legitimidade o fato de não ter ganho duas, três ou quatro licitações?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Primeiramente, eu gostaria de deixar claro que não precisamos ficar também se baseando na forma jurídica. Esse foi um financiamento político. O resto é bobagem.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Eu não estou falando em financiamento agora.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu quero voltar lá atrás para chegar lá na frente. Com todo respeito, Senador, não estou querendo faltar com respeito nenhum.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Por gentileza, para que haja um esclarecimento perfeito. V. S<sup>a</sup> disse aqui pela manhã – embora eu não estivesse aqui fisicamente, mas o ouvi muito bem – que perdeu licitação, justificando a seriedade daquelas nas quais o senhor ganhou. Disse que não ganhou em três ou quatro. Não é fato? O senhor não disse isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É fato.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – E acha que esse fato depõe favoravelmente ao ponto de as pessoas, no seu livre convencimento, daí deduzirem que as outras obedeceram ao processo legal nesse sentido, com esse objetivo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, com esse objetivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Muito obrigado, Senador. Seu tempo está esgotado. Para concluir.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – V. S<sup>a</sup> desejava ganhar todas? Se assim fosse, o escândalo não seria maior e as próprias concorrentes já não teriam denunciado há mais tempo? Ou, talvez, essas licitações sejam feitas pactuadas, inclusive com os demais concorrentes?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Posso responder, Senador, com todo respeito? Eu queria ter ganhado a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, como uma agência já ganhou dentro deste Governo. Eu queria ter atendido as contas que a DM9 atendeu no Governo passado. Eu trocaria todas as minhas contas pelas contas que o Duda Mendonça tem hoje. Então, Senador, com todo respeito, com toda tranqüilidade, não fui beneficiado em nada neste Governo, não.

RGS nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

051

3435

Doc:



09/08/05

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Sr. Presidente, para concluir, por gentileza. Eu gostaria que V. S<sup>a</sup> – farei aqui as três últimas perguntas – possa responder rapidamente. Quais os diretórios estaduais e municipais do PT e de outros Partidos que receberam por seu intermédio recursos desses autorizados pelo tesoureiro nacional do PT?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Sr. Senador, por gentileza, essa pergunta que o senhor fez inclusive já foi respondida. As outras duas, por gentileza, rapidamente.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE) – V. S<sup>a</sup> disse que tem medo, que o senhor tem medo pela história, que a história mostra que o senhor deve ter medo. Salvo engano, V. S<sup>a</sup> estava respondendo aqui à Deputada Zulaiê Cobra. Gostaria de saber que tipo de história é essa de que V. S<sup>a</sup> tem medo. Tem medo de quem, e de que tipo de fato? Que história faz o senhor ter medo?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Senador, por gentileza, está havendo mal-estar de todos Deputados e Senadores.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE) – Eu não fiz aqui nenhuma questão de ordem. Estou sendo muito objetivo e muito prático. Se me permitir fazer a última pergunta, eu a farei. Se não me permitir, tome a minha palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – O seu tempo está esgotado.

O Sr. Marcos Valério está com a palavra para responder.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Senador, com todo o respeito, eu sou de carne e osso e tenho medo. Quando fico sozinho, também tenho medo. Acho que o tamanho que as coisas tomaram é muito para mim. Com toda sinceridade, quando vejo o passado do Brasil e vejo o passado das pessoas, tenho medo, sim, e morro de medo. E te falo com toda sinceridade: eu morro de medo.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Qual é a questão, Senador?

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE) – Eu tenho uma questão que decorre de uma dúvida deixada pelo depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Sr. Senador, todos os parlamentares gostariam de fazer mais perguntas. Quero consultar o Plenário.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE) – Solicito de V. Ex<sup>a</sup> apenas 15 segundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Ilustre Senador, não quero ser deselegante com o senhor, já lhe concedi três minutos a mais. A opinião do Sr. Relator é de que deve ser cumprido o horário e a minha também.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE) – Há necessidade de um esclarecimento, em 10 segundos eu faço a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> pode se reinscrever e usar mais 15 minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Devanir.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem, peço a minha inscrição, diante da falta de generosidade de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Eu não estou aqui para ser generoso. Estou aqui para cumprir o Regimento.

Concedo a palavra ao Deputado Devanir.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, na reinscrição, fala-se por três minutos e não 15.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado.

Deputado Devanir, seu tempo está assegurado.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, depoente Marcos Valério, ouvindo aqui o depoimento de V. S<sup>a</sup>, cheguei a uma conclusão: política é política; negócio é negócio. E não dá certo. Parece que não está dando certo.

Antes de entrar propriamente dito nas perguntas, tentarei conferir uma lista. Tenho aqui uma lista que nos foi fornecida pelo senhor. Há aqui, nas páginas 1, 2, 3: campanha de São Bernardo e Osasco. Aqui há duas datas que coincidem. Eu queria saber se são as mesmas pessoas ou se são diferentes. A data de 05/07/2004 aparece duas vezes, uma de R\$300 mil e outra de R\$556.940,00. Depois, há uma outra, de 05/08/2004, R\$500 mil; e, depois, embaixo, 03/08/2004, mais R\$400 mil. São as mesmas pessoas, São Bernardo e Osasco? Como sou da região, queria saber se foi para Osasco ou para São Bernardo, embora eu seja da capital.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, com todo respeito, essa lista não quer dizer que está nessa ordem que foi para São Bernardo e Osasco, não. Do lado de cá, eu só coloquei o nome para onde eram os destinatários que poderiam ser. Mas os valores não correspondem exatamente ao que foi para São Bernardo, R\$500 mil, R\$1 milhão. Isso não corresponde. Esse recurso era passado ao diretório nacional, e eles o distribuía de acordo com a necessidade. E uma das necessidades foi Osasco e São Bernardo. Eu não sei o valor que foi para São Bernardo e Osasco.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Obrigado. Primeira pergunta: V. S<sup>a</sup> responde a algum processo de improbidade administrativa em São Paulo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – O senhor poderia, se for possível...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com o maior prazer. É um processo em que discuto com a antiga Fundacentro uma cobrança de serviço. Ela fala que não entreguei e eu falo que entreguei. É isso.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – O senhor também poderia relacionar, se for possível, os contratos firmados pela DNA Propaganda com o Banco do Brasil, desde 1994 – os contratos existentes entre o Banco do Brasil e a DNA desde 1994? Ainda persistem?

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
S: 052
3435



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, senhor. O contrato foi cancelado, e a DNA atendia o Banco do Brasil desde 1994. O contrato foi rescindido.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Em 1994, se não me engano, o Governo era Fernando Henrique Cardoso. É isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Acho que era do Sr. Itamar Franco.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Itamar Franco?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Itamar Franco.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – No Governo Itamar Franco também, os contratos de produção e de veiculação de matéria publicitária firmados anteriormente com o Governo de Minas Gerais foram mantidos ou rescindidos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Como apoiamos a candidatura do Sr. Eduardo Azeredo com o Sr. Clésio Andrade, no Governo Itamar Franco não atendemos nenhuma conta do Governo dele.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Então, isso prova que V. S<sup>a</sup> tem certa razão no que fala: dependendo de quem os empresários de comunicação apoiarem, eles podem perder as contas, é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza. É verdade.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – A DM9 ganhou, então, as contas do Governo passado porque apoiou o Governo? O senhor confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu afirmaria isso, até porque ela não atende neste Governo nenhuma conta, mas, no Governo passado, atendeu todas.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Pergunto isso, até para os Pares, porque há uma conversa na mídia – infelizmente, na mídia também – de que Duda Mendonça ganhou as contas porque apoiou, porque foi o marqueteiro, vamos dizer assim, da campanha do Presidente Lula. Então, isso não é novidade. Se todos que apóiam ganham as contas, isso não é novidade. Não inventamos a roda, não é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza, os senhores não inventaram a roda.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – O Sr. Sérgio Esser foi publicitário da SMP&B?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi, foi, com certeza.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Ele foi diretor de *marketing* do Banco Rural, não é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi, foi, foi.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – E qual é a participação dele no Governo Aécio Neves? O senhor sabe me dizer?

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: _____
Doc: _____



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele ocupa um cargo de assessoria junto ao Governo Aécio Neves. Agora, o cargo eu não saberia dizer-lhe, não, mas que ele trabalha com o Governo Aécio Neves, trabalha, Sr. Deputado.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Ele é publicitário, não é?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele é publicitário, Sr. Deputado.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Quais os contratos que a SMP&B têm em vigor com o Governo Federal?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nenhum.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Nenhum?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nenhum.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Mas existem os contratos com empresas, como Banco do Brasil, Caixa Econômica, Correios.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, todos foram cancelados.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Não existem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Eu pensava que havia essas contas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Havia, mas o Governo cancelou as contas.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Cancelou agora?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Cancelou agora.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Está feio o negócio.

Desde quando o senhor tem contas com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, se é que a Câmara não cortou também as contas de V. S<sup>a</sup>?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – No segundo semestre do primeiro ano do Deputado João Paulo Cunha.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Não. Falo da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ah, do Distrito Federal. Perdão. Desculpa. Três anos.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Ainda está em vigor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ainda está em vigor.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Está em vigor. Obtive também algumas informações do seu sócio, Sr. Cristiano Paz. O senhor disse que havia encontrado uma vez o Aécio Neves – hoje Governador Aécio Neves –, mas depois o senhor o encontrou em Brumadinho, na inauguração de um centro artístico – Centro Artístico Bernardo Paz –, que é um patrocínio, que recebe apoio cultural do Governo do Estado de Minas Gerais? Lá o senhor encontrou-se também com o Governador?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor.





**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Não?**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Eu não fui convidado para essa inauguração.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Não?**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Acho que não sou pessoa muito bem grata ultimamente, não.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) –** O Cristiano Paz, que é seu sócio, não o convidou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Não, não me convidou.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) –** Outra pergunta: por que a SMP&B fez transferências recentes de recursos para a conta titular do Sr. João Heraldo Lima, Diretor do Banco Rural? Fez uma transferência das suas contas para as contas do Sr. João Heraldo de Lima, que é Diretor do Banco Rural?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** João Heraldo de Lima. Realmente, é verdade. Procede. Foi um empréstimo feito a ele.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) –** O senhor fez por meio de um TED?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Não. Foi a compra de um lote. Era um empréstimo que, depois, virou a compra de um lote no Morro do Chapéu, porque a família dele detém o loteamento do Morro do Chapéu. Quem conhece Belo Horizonte conhece esse loteamento, que é da família do João Heraldo de Lima há muitos anos. Procede e é verdade.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) –** E qual é a motivação das transferências dos TEDs para o Sr. Ulisses Nascimento, da conta da SMP&B? Houve transferências e movimentações da conta de V. S<sup>a</sup> para a do Sr. Ulisses Nascimento?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Ulisses Nascimento?

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) –** Ulisses Nascimento, cuja esposa é Maria Olívia, Deputada Estadual do PSDB de Minas Gerais.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Está na lista de 1998.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) –** A outra CPMI também identificou um saque de R\$203 mil em favor de Paulo Menicucci contra a sua empresa e tomou conhecimento desse membro, que é do PSDB de Minas Gerais, ex-Secretário Executivo do Ministério das Comunicações no Governo anterior. Ele continuou nesse Governo e, depois, foi demitido ou foi responsável pela publicidade da empresa dos Correios. O Senhor se recorda desse fato?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Não, ele não foi responsável pela publicidade da empresa, mas eu me recordo da doação feita para a campanha do Deputado João Leite. Era o coordenador, se não me engano.

Esse saque procede sim, senhor.

RQS nº 63/2005 = CN =
CPMI - CORREIOS
Fis: _____
Doc: _____



**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – E qual a finalidade também dos saques efetuados do Sr. Nilton Vieira Filho?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nilton Vieira Filho?

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – De Nova Lima.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se não me engano, deve ter sido uma doação que fizemos para candidato a prefeito em Nova Lima, que é uma cidade do lado de Belo Horizonte.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – É um candidato do PSDB?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Acho que é. Não me recordo, mas procede também.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Cristiano Paiva Neves também, de R\$300 mil, de Contagem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. O nome é Valquíria.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Aqui, consta Cristiano Paiva Neves. Foi um depoimento...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. É Valquíria. Em contagem, foi Valquíria.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Aloísio Espírito Santo, do PSDB também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Valquíria é a irmã da candidata Vanessa Lucas. É Valquíria. Desculpe-me, Sr. Deputado.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Tudo bem.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Procede também.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Como o senhor explica também – o senhor já havia falado, mas vai vir para a nossa CPMI – esses repasses da Telemig Celular e da Amazônia Celular para a DNA, que ultrapassa um nível grande? Há várias contas e até valores mensais. Entre 2001 e 2005, há cerca de R\$800 mil mensais. Existe da Telemig para o Banco Rural, existe para as contas do senhor e há também da Amazônia Celular. O senhor tem conhecimento disso? Foi um depoimento também do senhor na outra CPMI.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Telemig Celular é uma das maiores contas de publicidade do Estado de Minas Gerais. Todo depósito que ela fez nas contas da SMP&B e da DNA Propaganda, empresas de que participo, foi por propaganda, nada mais do que propaganda, até porque ela é auditada. Se não me engano, foram cerca de R\$100 mil durante cinco anos, mas a Brasil Telecom, a que o Sr. Duda Mendonça começou a atender em 2003, atinge mais de R\$200 milhões.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – V. S<sup>a</sup> confirma que a sua empresa também atendia ao Governo de Minas Gerais desde a gestão de Hélio Garcia?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo, sim, senhor.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

054

3435  
Doc.



09/08/05

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – E que o senhor também vem ganhando licitações normais do Governo de Minas Gerais desde o Governo Eduardo Azeredo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmando, sim, senhor.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Muito bem. Eu queria dizer o seguinte: confesso – o senhor está aqui depondo, já depôs na outra CPMI, já esteve em outros departamentos, seja no Ministério Público ou na Procuradoria Geral da República – que não ouvi novidades. Acho que o senhor confirmou tudo aquilo que vem falando.

Hoje, eu até aguardava uma Adin, uma boataria. Desde domingo que ouvi essa conversa, desde o meu Estado, que o senhor ia trazer uma fita, que ia ter fatos novos, que ia ter uma grande revelação. Pensei assim: “Bom, então, agora, vamos resolver o problema de vez”.

Confesso que não fiquei decepcionado porque eu já sabia algumas coisas que não sabíamos, mas coisas mínimas. Por exemplo – não quero entrar em detalhes: “Eu não gosto de fulano. Eu gosto de sicrano”. Negócio é negócio. Gostar de pessoas não importa. Na política, a gente junta pessoas para fazer política. Não é porque a gente gosta das pessoas. E, aqui, somos políticos. Às vezes, os maiores inimigos, os nossos adversários estão dentro do nosso Partido, porque concorreremos com nós mesmos.

Então, vejo que não houve grandes novidades.

Eu gostaria, se fosse possível e se houvesse alguma novidade – para a gente não ser pego de sobressalto. Hoje, há uma novidade; amanhã, há outra; depois, outra –, que V. S<sup>a</sup> nos esclarecesse, porque, pelo menos, teríamos que tomar o nosso rumo.

O senhor repete aqui; depois, volta outra vez na outra CPMI; depois, volta não sei onde, e fica esse vaivém, com o qual não chegamos a lugar nenhum. Depois, a mídia anuncia: “Olha, estão tentando transformar numa grande pizza”. É esse que é o problema nosso. Estamos entre a cruz e a espada. Se não explorarmos o máximo do senhor, acham que estamos fraquejando; se exploramos demais, estamos sendo chatos. E, aí, temos uma conta a pagar para a sociedade, porque quem faz a mídia são os grandes jornais, a televisão, o rádio. Eles têm que ficar investigando e nos investigam também.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Pimenta. PT – RS)** – Muito obrigado, Sr. Deputado, pela participação.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Há novidades ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, há uma coisa que tem de ficar clara: posso até não receber os empréstimos que fiz, posso até ter que arcar com isso, ter execução e ter tudo. Amanhã, estou entregando toda a minha contabilidade ao Relator e ao Presidente. E, lá, na minha contabilidade, todos os mistérios, todas as insinuações que foram colocadas vão estar reveladas.

RQS Nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Joc: \_\_\_\_\_



Em momento nenhum, vou aceitar o rótulo de chantagista; em momento nenhum, vou aceitar o rótulo de operador do mensalão. Não sou chantagista, não vim aqui chantagear ninguém, não quero nada do Governo, não quero nada das pessoas. Se eu conseguir resolver o problema com o PT na justiça, vou resolver. Não vai ser na bravata, não ser na ameaça. O senhor não vai me ver ameaçando ninguém.

Deputado, com toda a sinceridade: não espere de mim: "Vou falar que o fulano de tal estava ali", porque não é verdade. Não vou fazer isso nunca.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Muito obrigado.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Um momento, Senadora.

Deputado Chico Sardelli.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Sr. Presidente, recebi em mão uma nota de esclarecimento do Sebastião Navarro Vieira Filho, Prefeito Municipal da cidade de Poços de Caldas, contestando esse relatório que o Sr. Marcos Valério passou para a Comissão de um recebimento de R\$9 mil.

Vou passar o documento ao Relator para que ele tome conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Perfeito. Como é o nome?

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Sebastião Navarro Vieira Filho, Prefeito Municipal da cidade de Poços de Caldas.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Vamos receber na Mesa.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Senador, estou me inscrevendo para...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Um momento, Deputado Devanir.

Senadora, qual é a questão?

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu queria solicitar um minuto, até para que não haja mal-entendido. Registro o respeito que tenho pelo Senador Azeredo e creio que, assim como ele foi à CPMI e disse que não conhecia essa situação, o Presidente Lula também, eu creio que não conhecia essa situação.

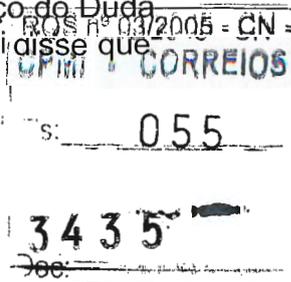
**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Muito obrigado, Senadora!

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Então quero só aqui fazer o registro do respeito que eu tenho ao Senador Azeredo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Muito obrigado!

Ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá, a palavra está com o senhor, por 15 minutos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Marcos Valério, no depoimento da Simone, ela disse que o Davi não tinha relação com a SMPB nem com a DNA, que o Davi seria alguém a serviço do Duda Mendonça e da Zilmar. No dia seguinte, no depoimento do Davi, o Davi disse que





estava a serviço da SMPB. E a impressão que dá é que um dos dois mentiu: ou a Simone ou o Davi. Como o Marcos Valério é a pessoa que conhece a coisa profundamente, eu queria saber de Marcos Valério quem mentiu? O Davi ou a Simone? O Davi estava a serviço do Duda e da Zilmar?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Davi estava a serviço do Duda e da Zilmar. Quem mentiu foi o Davi. O Davi nunca esteve no meu prédio.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O que leva Marcos Valério a afirmar que quem mentiu foi o Davi? Qual é a afirmação que pode servir a nós outros?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque os cheques que foram feitos foram repassados a Zilmar. E foi dada autorização ao Banco Rural, via email, quem iria sacar em nome dela. E quem iria sacar em nome era o Davi. E não sei para onde levaram os recursos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Então eu queria reafirmar uma informação que foi dada agora. Os cheques foram emitidos e entregues a Zilmar. A Zilmar que repassou ao Davi para descontar. Não foi a SMPB?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não foi a SMPB que passou ao Davi para descontar.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Eu queria chamar a atenção da Comissão, porque é uma coisa extremamente grave o que o Marcos Valério está falando e que coloca em dúvida as afirmações que foram colocadas até agora.

Dessa lista de 98 que foi entregue à Comissão, tem uma pessoa, através do blog do Noblat que está me cobrando: o nº72, Roberto Abdenur. Quem é essa pessoa? É embaixador brasileiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Abdenur.... De 98?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – É. O nº72 da lista.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para falar a verdade, eu não conheço, viu, Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Está nessa lista do senhor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, eu sei, mas....

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Roberto Arabe Abdanur. R\$50 mil reais. Nº72 da lista.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Toda essa lista tem um recibo aqui.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – É o 72. Roberto Árabe Abdanur.

Eu pediria para o senhor pedir para o seu advogado olhar, porque, enquanto isso, eu vou continuar, porque o tempo está correndo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desculpa, Deputado.

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fis: _____
Doc: _____



**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Os contratos que foram apresentados à Comissão, os seis contratos, eu estive vendo agora há pouco na mesa, nenhum deles tem o aval do tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Por que esses contratos que estão na mesa têm o aval de Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque foi feito numa carta à parte, *a posteriori*.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Então, no documento oficial, não tem aval do Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Como também o Rural também foi feito uma carta à parte, que foi guardada no cofre do banco.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Os documentos que estão em poder da Comissão, em nenhum deles o Delúbio Soares é avalista.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, no contrato, não! Só numa carta à parte que está com o Sr. Relator.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Na Comissão de CPMI dos Correios, V. S<sup>a</sup> entregou as procurações que tinha da sua esposa, D<sup>a</sup> Renilda.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O senhor não entregou procuração pessoal, de pessoa física da Renilda ao Marcos Valério. Não tem essa preocupação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não tenho.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não tem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu tenho a procuração dela me dando poderes.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Mas procuração pessoal ou procuração da ....

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Da empresa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Da empresa. Procuração da pessoa física Renilda.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, não.

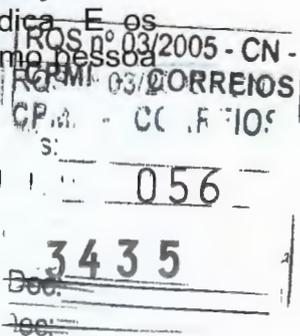
**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não tem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não tenho.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Relator, então eu acredito que tem alguma coisa errada aí. Porque ele assina, pela Renilda, como procurador pessoa física. E ele está dizendo que ele não tem procuração da Renilda. Está aí. Está na sua mão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deixa eu explicar, porque eu também não sou advogado. Eu tenho procuração para assinar contratos dela, dentro da empresa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – São procurações de pessoa física? Não, as procurações entregues são de pessoa jurídica. E os contratos estão com o Sr. Relator. Pode dar uma olhada. A Renilda como pessoa





física, e a assinatura é de Marcos Valério, como procurador, e ele não tem procuração dela.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu assino como avalista Marcos Valério.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não, assina como Renilda.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – As cópias dos contratos de penhor, de mútuo, estão no meu poder, vou levar ao depoente para que ele possa explicar.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem, só um minutinho, enquanto eles estão olhando ali.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Renilda não assinou como avalista.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Não podemos interromper. (Pausa.)

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Relator, então o segundo empréstimo, celebrado pelo BMG, quem assina, como avalista solidária, é Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza. Na verdade, a assinatura é do Marcos Valério. E ele diz que não tem procuração para essa assinatura.

Quero chamar a atenção da relatoria para essa finalidade.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Marcos Valério...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, o Sr. Abner o senhor quer saber?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Quero. Obrigado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O nome da pessoa é Roberto Árabe Abner. O DOC que foi emitido para ele é o 58883. O número da conta é 06...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Eu só queria saber se ele é o embaixador. Se o senhor não sabe, não adianta.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O senhor disse aqui anteriormente que esteve quatro vezes em Portugal.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade, sim senhor.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Das quatro vezes em que o senhor esteve em Portugal, nenhuma delas teve resultado concreto, todas foram infrutíferas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, porque acabou e a Telemig Celular não foi vendida para a Portugal Telecom nem para a Vivo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – E a única coisa de que o senhor estava tratando em Portugal era a Telemig Celular e a Portugal Telecom?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Era a única coisa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O senhor intermediou o encontro do pessoal do BES e da Portugal Telecom com a Casa Civil?

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Intermediei o encontro do Banco do Espírito Santo com a Casa Civil.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Do BES.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – E da Portugal Telecom?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O Delúbio Soares, na minha opinião, é a segunda pessoa mais importante em todo esse imbróglio. Eu não acho que o senhor seja a pessoa mais importante.

Na sua opinião, quem é a pessoa mais importante depois do Sr. Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu já não posso emitir parecer pessoal. O Sr. Relator e o Sr. Presidente pediram para não... Mas, com certeza, não é ele.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Eu também tenho certeza disso. Que, sem dúvida nenhuma, vai acabar havendo complicações para o seu lado. E como vai ficar a sua situação depois que esses 55 milhões, de valor original, não forem resgatados e a execução recair sobre o senhor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu vou entregar para os advogados, para executarem o PT também. E cada um paga pela sua burrada. Infelizmente, foi isso o que eu fiz.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Por que o senhor acha que fez uma burrada?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Receio, falta de coragem na hora.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O senhor está sendo chantageado por alguém?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Eu não tenho dúvida de que o senhor também, contrariamente, não tenha procurado chantagear ninguém. Mas por que há pessoas que poderiam ter parte da responsabilidade nesse imbróglio todo e só a Marcos Valério está sobrando a confusão toda?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não quero nada de ninguém. Se o PT resolver pagar o empréstimo, ótimo; se não resolver, vou entrar na Justiça. Não quero favor de ninguém, de ninguém do Governo. Sou empresário e vou começar minha vida de outra forma. Não quero nada de ninguém, não quero chantagear ninguém e não quero mandar recado para ninguém.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – De que outra forma você pode recomeçar sua vida, em que atividade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou ser muito franco com o senhor, de uma forma muito simples, muito tranqüila: Deus me deu dois braços. Se ninguém me der emprego, e se eu tiver que vender banana na porta da esquina, vou vender e vou criar meus filhos.

11/08/2005 - CN -  
3435  
057  
700:



09/08/05

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Parabéns pela sua determinação de buscar a forma mais simples de recomeçar.

Você disse que não está sendo chantageado, mas está sendo pressionado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que, depois dessa cagada toda, desculpem o termo...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – À vontade.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT– RS) – Sr. Marcos Valério!

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Perdão, perdão, perdão!

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – À vontade, à vontade. Não me ofendi com a resposta. Pode continuar.

Sr. Marcos Valério, não me ofendi com a resposta. Pode continuar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Peço desculpa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Quero saber se o senhor está sendo pressionado por alguém.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Não estou, não.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – A resposta anterior que o senhor me deu leva ao entendimento de que o senhor está sofrendo alguma pressão. Não estou pressionando o senhor a responder, mas eu gostaria de saber se o senhor está sofrendo alguma pressão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, o senhor não está me pressionando. O senhor até tem sido uma pessoa muito educada. Desculpa, mas não estou sendo, não.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O que quero saber é se alguém está pressionando o senhor ou à sua família, se há algum problema nesse sentido.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Não, senhor.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – A partir da expressão usada pelo senhor, o senhor não está utilizando da mesma serenidade que o senhor vinha utilizando. Alguém está lhe pressionando, e o senhor sentiu isso, quando fiz a pergunta. E o senhor agora está querendo falsear. Eu gostaria que o senhor tivesse a mesma postura de antes: “alguém está me pressionando”. Quem está lhe pressionando, Sr. Marcos Valério?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Acho que, até agora, fui muito verdadeiro com os Deputados; acho que, até agora, procurei ser transparente, o que não fui na outra CPMI. E pedi desculpa a todo o Brasil aqui.

Agora, com toda sinceridade, também sou de carne e osso, também tenho sentimento, a minha filha também vê as coisas, a minha filha também assiste ao pai na televisão. O peso é muito grande.

Eu queria pedir ao Presidente um minutinho, por favor.

RQS Nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Suspendo os trabalhos por cinco minutos. O senhor tem ainda dois minutos, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator.

*(Suspende-se a reunião às 17 horas e 51 minutos.)*

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Marcos Valério, insisto na pergunta que houvera sido feita antes da interrupção: quero saber quem o está pressionando, ou o senhor ou a sua família, por meio de telefonema, de carta, de intimidação, qualquer tipo de pressão, porque tenho convicção de que alguém o está pressionando, e quero que o senhor tenha o apoio da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que o senhor não teve da Procuradoria, que o senhor não teve da Polícia Federal. Aqui, o senhor vai encontrar esse apoio para dizer quem o está pressionando.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ninguém está me pressionando, Sr. Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Alguma pressão o senhor deve estar sentindo. O senhor acabou de dizer aqui para nós que o senhor tem medo de morrer. Por que, então, se ninguém o está pressionando, o senhor tem medo de morrer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ninguém está me pressionado, Sr. Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Já entendi que o senhor não está sendo pressionado. Por que o senhor está com medo de morrer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ninguém está me pressionado, Sr. Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Eu não estou afirmando isso, já aceitei a sua afirmação. Por que o senhor está com medo de morrer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Normal. O tamanho das coisas, depois de tudo o que aconteceu, do histórico do Brasil, do histórico da vida, é normal.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O senhor leu os jornais de hoje? Há uma matéria que disse que o senhor levou dinheiro para o exterior por meio de *trades* ou por meio de paraísos fiscais. Isso é verdade, Marcos Valério?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Senador...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Ainda não sou!

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Torço para ser.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Obrigado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Passei para a Senadora Heloísa Helena um documento. Nesse documento, autorizo a Senadora a utilizar todos os meios, no meu nome, para localizar qualquer conta no meu nome. Não tenho conta no exterior e nunca mandei dinheiro para o exterior.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Acho que a sua atitude é prudente, mas ela deve ser feita à CPML, não a um Parlamentar da CPML. **CORREIOS**

058

3435

100



senhor deve autorizar a CPMI a ser tornar credora de todos os recursos no exterior que eventualmente estejam em seu nome ou em nome de terceiros que lhe beneficiem.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está aqui a minha identidade. Pode fazer isso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> tomasse a termo essa manifestação do Sr. Marcos Valério, que disse que qualquer dinheiro dele que esteja no exterior, das empresas dele, de terceiros, sejam transferidas a favor desta CPMI.

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. (Orador não identificado)** – Tem que ser devolvido aos cofres públicos. Aí é que o povo vai matar os membros da CPMI. Aí é o mensalão, o mensalão geral.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu talvez não tenha me explicado. Na verdade, à disposição da CPMI para ser revertido aos cofres da União. Essa é...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – A Presidência já tinha compreendido que essa era a intenção de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria a agradecer a generosidade do Presidente e dizer ao Sr. Marcos Valério que nós, da CPMI, estaremos à disposição para atender qualquer reivindicação, qualquer solicitação da sua parte se a qualquer momento houver uma pressão pessoal contra Marcos Valério, contra a D<sup>a</sup> Renilda, contra a sua família, porque, na verdade, queremos esclarecer todos esse problemas.

Reafirmo que não entendo que Marcos Valério tenha sido o maior culpado de tudo isso. Ele foi o operador. O maior culpado vai aparecer, e é obrigação nossa achá-lo.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Só um momento, Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Quero dar oportunidade final, 30 segundos, ao Marcos Valério.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, vou falar do coração para o senhor. Quando minha esposa esteve aqui, eu fiquei com uma impressão até um pouco ruim do senhor. Estou falando de coração. Hoje falo com sinceridade que o senhor é um homem de bom caráter. É só isso.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Sr. Deputado, qual é a questão de ordem?

**O SR. (Orador não identificado)** – Não, é pela ordem, Sr. Presidente. O nobre Deputado Chico Sardelli leu uma notificação do Sr. Sebastião Navarro Vieira, dizendo que ele não tem nada, que não recebeu dinheiro. Gostaria de contestar, porque estou com documento do banco, página sete, que acusa recebido de DOC, débito em conta corrente da agência 107/588.308-1.

ROBESON 2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



Sebastião Navarro Vieira, compensação 018, banco 001, da agência 0309, conta 23.038, no dia 22/10/98, no valor de R\$9 mil. Gostaria de questionar esse detalhe. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Obrigado. Sua questão foi muito esclarecedora. Com a chegada do ilustre Presidente, devolvo a ele a condução dos trabalhos.

O próximo inscrito é o Senador José Jorge, a quem concedo a palavra por 15 minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhor depoente, senhores advogados, na realidade, estamos diante de uma situação grave, uma situação difícil para o Congresso Nacional, difícil para o Governo, difícil para a sociedade brasileira, e temos que fazer todo o esforço no sentido de apurar da melhor forma possível, punindo os culpados e evidentemente absolvendo os inocentes.

Vou fazer algumas perguntas ao Sr. Marcos Valério e peço desculpas aos Senadores e Senadoras e ao depoente se alguma já foi bastante discutida, mas, na realidade, vou tentar levantar três ou quatro aspectos que considero não foram suficientemente discutidos.

Em primeiro lugar, em relação à questão das agências de publicidade. Na verdade, com toda essa estrutura que o depoente falou, de que sempre a agência que faz a campanha do vitorioso pega as melhores contas, com essa dificuldade, com toda essa dificuldade que a agência SMP&B e a DNA entraram por conta desses favores prestados aos poderosos do dia...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu quero pedir aos Srs. Parlamentares o silêncio, porque está um orador com a palavra, e vamos garantir a plenitude dela.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de perguntar em relação a outras agências, porque V. S<sup>a</sup> é um importante agente do mercado e, portanto, conhece todos os meandros que ocorreram neste Governo em relação aos serviços de outras agências. Pergunto a V. S<sup>a</sup> se essas outras agências agiram dessa mesma forma no sentido de conceder empréstimo, de dividir serviços em relação às empresas de V. S<sup>a</sup> ou em relação mesmo à empresa do Sr. Duda Mendonça, porque foram as duas que se tornaram as principais durante esse processo. Por exemplo, a Agência Giacometti tem uma conta do Sebrae. O Sebrae é dirigido pelo Sr. Paulo Okamoto, que era uma espécie de tesoureiro antigo do PT. O que V. S<sup>a</sup> diz sobre isso?

Em segundo lugar, há uma agência chamada Casablanca, uma agência que tem diversas contas do Governo. Depois uma chamada Ogilvy, que tem a conta do Banco do Brasil e que dividiu com sua agência, se não me engano, a conta do Banco Popular. Há outra chamada Fischer. São agências que, na verdade, trabalham mais para o Governo do que para o setor privado. Quando verificamos o *ranking*, verificamos que as agências do setor privado são outras.

V. S<sup>a</sup> tem conhecimento de que essas agências também agiam do ponto de vista de captação de recursos, distribuição de recursos com políticos a partir

RGS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Nº: 059
3435
Doc: _____



09/08/05

dos serviços que realizava? O que V. S<sup>a</sup> sabe dessas quatro agências? Poderia dizer para nos ajudar a resolver a questão aqui, que está ficando muito ruim para as agências.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É um problema que tenho de saber conversar e saber me explicar muito bem, porque, senão, cometo aqui um ato criminal.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. S<sup>a</sup> tem o tempo que desejar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Volto a falar, repito: não vou citar nomes. O mercado de publicidade, as agências sempre estão, de uma forma direta ou indireta, ligados a partidos ou a políticos. Não de uma forma ilícita, não de uma forma escusa e não em forma de empréstimo.

Eu não sei de nenhuma outra agência que tenha emprestado dinheiro, mas digo que elas convivem com o poder político, sim. Agora, sobre empréstimo ilícito, não sei e não sou a pessoa que poderá dar a V. Ex<sup>a</sup> esse tipo de informação, Sr. Senador.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Em relação a questão das agências neste Governo, porque, a partir deste Governo, houve uma centralização muito grande, maior do que nos governos anteriores, em nível da Secom, com o Ministro Gushiken e alguns auxiliares dele.

Quem eram os contatos, quem fazia a divisão do bolo dentro do Governo? Era o Ministro Gushiken? Quem fazia isso? O Sr. Delúbio? O Sr. José Dirceu? Quem era a pessoa que era o contato das agências dentro do Governo?

Há agências, por exemplo, como essa agência QUE, que trabalha para a Petrobrás. Eu, pelo menos, nunca tinha ouvido falar dela. No entanto, trabalha para a Petrobras, uma das maiores contas, a maior empresa brasileira.

Quem fazia essa divisão era o Sr. Gushiken ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu creio que obedeceu o mesmo sistema do Governo passado. Creio, porque era dividido. Na época, era o Sr. Andrea Matarazzo e o Sr. Luiz Aurélio. Acho que, neste Governo, era o Sr. Guishiken e o Sr. Marcos Frota.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É isso o que V. S<sup>a</sup> diria sobre esse caso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Outra questão é a seguinte: V. S<sup>a</sup> teve algum contato ou teve algum trabalho com a Shain, aquela empresa construtora e operadora de sistema de linhas de transmissão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço, sim, o dono da Shain, porque um amigo meu trabalha lá dentro, o Dr. Sandro Todin(?). Ele é o Vice-Presidente da Shain. Eu o conheço. Ele era antigo bemgiário também; trabalhou no Bemge, e eu trabalhei no Benge.

Eu o conheço, sim.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E a Alusa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMi - CC. REIOS

3: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Mas V. S<sup>a</sup> sabe que essa Shain é uma das grandes operadoras de linhas de transmissão no Brasil. Ela ganhou diversas concorrências de construção de linhas, inclusive uma grande linha que se chama Tucuruí-Vila do Conde, que é exatamente a segunda linha de Belém.

A notícia que se tem, inclusive o Deputado Roberto Jefferson, em um dos seus depoimentos, falou que havia uma idéia de que essa linha fosse reestatizada e que V. S<sup>a</sup> teria, em uma das viagens a Portugal ou em um dos contatos com o Banco Espírito Santo, negociado para que o Banco Espírito Santo financiasse as estatais, a própria Eletronorte ou a Chesf, para que comprasse essa linha da Shain e da Alusa. A partir daí, então, poder-se-ia resolver os problemas financeiros pendentes do PTB e do PT, a partir da negociação da compra de uma linha. Uma linha dessa é cara, representa um investimento de 500 milhões, 600 milhões.

Então, eu gostaria de saber se V. S<sup>a</sup> tem conhecimento desse tema e se V. S<sup>a</sup> manteve algum contato com o Banco Espírito Santo ou com a Shain, ou na Eletronorte.

V. S<sup>a</sup> conhece o Sr. Valter Luiz Cardeal de Souza, que é Diretor de engenharia da Eletrobrás?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não conheço.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – E é Presidente do Conselho da Eletronorte?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não conheço. O fato é o seguinte: uma das minhas empresas detinha a conta da Eletronorte, a DNA Propaganda.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Exatamente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ali, o meu contato foi com o Sr. Lourival, que era o Diretor que a gente reportava, e com o Presidente também, o Dr. Salmeron, na época. Não conversamos nada sobre venda de linha, reestatização de linha. Nada sobre esse assunto. E, em relação ao Banco do Espírito Santo, também nunca conversei sobre esse assunto com ele. Até sei que o Banco do Espírito Santo, no Brasil, é um banco de investimento, não é um banco de comprar ativos, de fazer operações bancárias, não.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – É, na realidade, ele não ia comprar o ativo. Ele ia financiar para que a estatal comprasse. Por isso que ele está no processo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que ele não financia no Brasil. A idéia que eu tenho é que o banco não tem esse tipo de carteira no Brasil, até porque os investimentos dele no Brasil se restringem a UOL. Eu estou te falando, porque eu conversei isso com o Dr. Ricardo Espírito Santo. A UOL, onde eles aumentaram a participação, em sociedade com a Folha, 2% do Bradesco e rede hoteleira. É a única coisa que eu sei.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Vamos ver se tem algum documento sobre isso. Aparentemente, tem um documento da Eletronorte para a Eletrobrás, 2/2005 - CN =

CC REIOS

060

3435



09/08/05

discutindo essa questão dessa reestatização. É uma coisa que, na realidade, surgiu, porque, na época,.....

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não é através de mim, Senador!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Está bom! Obrigado!

Outra pergunta em relação à lista que V. S<sup>a</sup> entregou aqui, essa lista dos 55 milhões que foram depositados. O item nº10. Esse item nº10 diz o seguinte: Mauro Santos, Recife, Pernambuco. CI, Carteira de Identidade. Secretaria de Segurança de Pernambuco. Telefone. Bandeirantes Outdoor. E Eristela, telefone. Está aqui citado, não vou dar o número. Dois telefones da Sr<sup>a</sup> Eristela. E há uma liberação de R\$300 mil reais, três prestações. Em 17/07, 25/08 e 22/09. Três prestações mensais. Uma espécie de “mensalinho” trimestral. Então, na realidade, esse dinheiro foi para a Bandeirantes Outdoor, a empresa mais importante de *outdoor* de Recife, Pernambuco. E, na verdade, a Sr<sup>a</sup> Eristela, e isto saiu na mídia no dia 3, até ontem, ela não tinha falado nada. Ontem, ela falou que, na realidade, não recebeu esse dinheiro, não tem conhecimento dele, e o Sr. Mauro Santos também disse que não recebeu esse dinheiro, não sabe por que é que esse dinheiro foi pago, e que, na verdade, ela acha que deve ter sido para uma campanha de filiação que o PT estaria fazendo ou iria fazer.

Ora, eu moro em Recife e não me lembro de ter havido nenhuma campanha de filiação do PT, logo depois da eleição, 6 meses depois da eleição. Via *outdoor*. Pode ter havido via boca-a-boca, mas, via *outdoor*, na realidade, não houve. Esses R\$300 mil reais foram pagos, está dizendo aqui, à Bandeirantes Outdoor. Então eu queria perguntar a V. Sr<sup>a</sup> se V. S<sup>a</sup> tem mais informação sobre isso. Se o Sr. Delúbio....

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tem o recibo ali.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Tem o recibo, não é?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tem, está lá no meio do que eu passei para o Relator.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O recibo é assinado por quem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mauro Santos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mauro Santos.

E essa Sr<sup>a</sup> Eristela era o contato.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Era o contato.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. S<sup>a</sup> conhece ela, porque ela disse lá que conhecia o senhor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, por telefone.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Conversou com ela por telefone.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Por telefone.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ela disse que, uma vez, foi apresentada ao senhor, numa reunião, pelo Sr. Delúbio.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Pode ser, Senador. Eu posso....

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Ass: _____
Doc: _____



09/08/05

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Às vezes, era uma reunião grande, aparentemente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Pode ser. Mas se eu vê-la na rua, realmente, eu não conheço. Pode ser, sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – “Secretária do PT em Recife diz que indicou empresa a pedido de Delúbio.” Aí, diz aqui: “É uma decepção muito grande saber que Delúbio.....”. “Feitosa”, que é ela, porque o nome dela é Eristela Feitosa, “diz que viu Marcos Valério, apenas uma vez, na sede nacional do PT, em 2003. Publicitário afirmou que foi apresentado a ela por Delúbio. Naquele dia, lembra, acontecia no local uma reunião de secretários regionais de finanças e de organização.” Mas V. S<sup>a</sup> lembra-se de que falou com ela por telefone.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu lembro que eu falei por telefone, sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, por conta desse recurso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Por conta desse recurso, sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E V. S<sup>a</sup> se lembra pra que era esse recurso de R\$300 mil de *outdoor*? Porque tudo parece crer que era dívida da campanha.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que é, sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Porque realmente ele diz aqui, o candidato, que é o Ministro Humberto Costa, que ele gastou R\$44 mil reais de *outdoor* na campanha. Olha, todos os nossos participantes de campanha sabem que R\$44 mil reais de *outdoor* para uma campanha de governador, no Estado de Pernambuco, é muito pouco. Então R\$44 mil reais eu não sei se vocês acham muito, mas eu acho pouco. Sabe V. S<sup>a</sup> melhor do que eu, pois trabalha com esse material. Esses 300 mil, aparentemente, pela época de junho, foram para pagamento de dívida da campanha.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Acho que é sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Acha que é isso mesmo. Não houve nenhuma campanha de filiação do PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei, senhor. Não posso fazer essa afirmação.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – A última pergunta, Sr. Presidente, pois o meu tempo já está terminando, é sobre a questão do Banco do Brasil e do contrato da DNA. Na verdade, o contrato de 2002 com o Banco do Brasil foi de R\$65 milhões, o custo total – não é o faturamento da empresa. Em 2004, um ano depois, subiu para R\$110 milhões. O que foi que mudou tanto no Banco do Brasil? Não notamos que o Banco do Brasil tenha tido uma campanha maior do que a anterior. Por que o gasto de uma empresa como Banco do Brasil, de um ano para outro, aumentou de R\$65 para R\$110 milhões? Teve alguma campanha, alguma novidade?

RGS Nº 09/2005 - CN -  
CEM - BORREIOS  
Nº: 061  
3435  
Doc:



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esses R\$110 milhões em que ano, senhor?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Foi em 2004.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Houve uma campanha, porque o Banco do Brasil faz parte de um grupo, de um *pool* de bancos chamado Visanet, Visa. Nesse ano, houve o lançamento desse cartão Visa e houve uma concorrência; nessa concorrência, a DNA ganhou. É por isso que aumentou. Essa verba é desse *pool* desse chamado Visa. Não sou *expert* nisso, mas trata-se desse *pool* de venda de cartão de crédito.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Está bom. Sabemos também que, no caso do Banco Popular, se gastou mais em publicidade do que fazendo empréstimos. Já foi levantado antes que o Banco Popular emprestou menos do que gastou em publicidade.

Portanto, Sr. Presidente, nesta CPMI, além dessa descoberta dos problemas que ocorreram, vamos ter que encontrar uma legislação para essa questão das agências de publicidade. Penso numa legislação que permita tornar isso mais claro, que não deixe as agências sob o poder do poderoso do dia, para que se possam melhorar os custos, para fazer com que as agências líderes no setor privado possam ser líderes também no setor público. Essa é uma obrigação nossa na CPMI.

Agradeço a todos.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, não estava aqui presente há bem pouco tempo. Mas, para nós, que estávamos acompanhando, sendo dirigidos o Deputado Paulo Pimenta, é claro que fica evidente que o depoimento do Sr. Marcos Valério fica extremamente prejudicado. O depoente afirmou aqui ter medo e, pelas razões que expôs na ante-sala, realmente ele deve ter cuidado. Sabemos o que ocorreu no caso de Santo André.

Acredito que, para que haja um maior êxito por parte da apuração da CPMI, seria importante que a direção dos comandos do trabalho, V. Ex<sup>a</sup>, o Vice-Presidente e o próprio Relator, pudesse, em reunião secreta, agora ou depois, inquirir o depoente, para poder saber se ele, em reunião secreta, não teria mais liberdade, ao final, para poder esclarecer e enriquecer todo o detalhamento das apurações. Haja vista que, no meu entendimento, de quem estava presente e de quem pode acompanhar o depoente, ficou evidente que ele tem medo.

Ficamos extremamente preocupados com essas informações. É claro e evidente que ele deve ter lá as suas razões.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, para um esclarecimento importante.

Eu acompanhei o Sr. Marcos Valério, na sala ao lado, quando ele solicitou alguns minutos para poder se recompor. O Sr. Marcos Valério não acrescentou nenhum fato, não acrescentou nenhuma informação aos parlamentares que estavam na sala ao lado, diferente ou novidade com relação àquilo que foi dito

2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



09/08/05

aqui. Eu, inclusive, tive a preocupação de perguntar a ele se gostaria de falar de maneira reservada, se tinha algum fato específico que ele pudesse salientar, e não foi falado nenhum fato diferente daquele que foi dito aqui para todos os Srs. Deputados e Senadores.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Pode ser, Deputado Paulo Pimenta, que ele tenha até medo de V. Ex<sup>a</sup>, então nós precisamos...

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Sr. Presidente, o Deputado João Fontes é um provocador.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ouvi com atenção o Parlamentar quando falou que era uma questão de ordem. De certa forma, ela tem um sentido porque visa ordenar os trabalhos. Eu ouvi, e ouvi a contradita.

Para decidir, eu faria publicamente uma pergunta ao Sr. Marcos Valério, se ele está se sentindo inseguro, se ele faz algum requerimento de garantia de vida ou de garantia de qualquer natureza. Poderemos, em nome do Congresso Nacional, oferecê-lo. Mas isso fica a exclusivo critério de S. S<sup>a</sup>.

Pergunto a V. S<sup>a</sup> se está se sentindo constrangido ou se deseja que haja uma reunião secreta. Nós a faremos, como já dissemos no início.

Pergunto a V. S<sup>a</sup> se necessita desses procedimentos de qualquer providência por parte desta CPMI?

Estamos à sua disposição.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Estou aqui para esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Assunto encerrado, então.

Ouvi a palavra, todos os senhores a ouviram, e não vamos mais discutir essa matéria. Na hora que ele quiser deverá solicitar.

**O SR. MIGUEL DE SOUZA** (PL – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos ouvir V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MIGUEL DE SOUZA** (PL – RO) – Sr. Presidente, o Sr. Marcos Valério apresentou a esta comissão uma relação de nomes que teriam recebido recursos, com a relação de DOCs em anexo, e uma outra relação que não está acompanhada dos DOCs, que, segundo informação, estaria com o Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estão com a Mesa.

**O SR. MIGUEL DE SOUZA** (PL – RO) – Solicitaria a V. Ex<sup>a</sup> que fossem providenciadas cópias para todos ainda nesta reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Farei providenciar e chegar aos membros da CPMI, ainda nesta reunião.

Vou continuar. Haverá agora uma permuta da Senadora Ana Júlia com o Senador Romeu Tuma. Penso que S. Ex<sup>a</sup> deve estar presidindo a reunião do Senado. Fica prejudicada essa troca.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Fleury.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Marcos Valério, gostaria primeiramente de fazer a seguinte pergunta ao Sr. Marcos Valério: o senhor afirmou que prestava serviços ao Governo de Minas na





muitos anos, desde o Governo Hélio Garcia, e que, a partir de 1998, quando houve a derrota política do candidato que o senhor apoiou naquele momento, o senhor teria interrompido os seus serviços. Correto até agora?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Corretíssimo.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – O senhor já disse que, a pedido do Sr. Clésio Andrade e do Sr. Cláudio Roberto Silveira Mourão, fez um empréstimo de R\$9 milhões, empréstimo esse que não foi pago. Pergunto ao senhor: a partir de quando o senhor começa a prestar serviços também ao Governo Federal?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi no primeiro mandato do então Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Primeiro mandato. A partir de 1995?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Agora, a conta do Banco do Brasil não era da minha época – eu entrei em 96 –, a conta do Banco do Brasil começou em 94, e era o Governo Itamar Franco também.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Pois não. A pergunta que eu faço ao senhor é a seguinte: a partir de 1998 aumentaram as contas que o senhor passou a ter com o Governo Federal? O senhor perdeu as contas de Minas. Eu pergunto: aumentaram as contas do Governo Federal?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi renovada a conta de uma outra licitação, a do Banco do Brasil, e a DNA veio a ganhar novamente, e também a Eletronorte. Aumentaram sim, senhor.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Vou relembrar: o senhor, na Procuradoria, disse que, a partir de 1998, as empresas DNA e SMP&B ganharam um terço da conta de publicidade do Banco do Brasil...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – E já atendia... Quantos o senhor atendia antes?

**O SR. MIGUEL DE SOUZA** (PL – RO) – Sr. Presidente, por favor. O Sr. Relator...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Há um orador com a palavra.

**O SR. MIGUEL DE SOUZA** (PL – RO) – O Sr. Relator não quer dar a relação dos DOCs.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não há nada disso. Nós já determinamos...

**O SR. MIGUEL DE SOUZA** (PL – RO) – Eu que tenho que ir lá procurar?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, nós já determinamos a reprodução.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Eu gostaria que compensasse o meu tempo, Sr. Presidente.

Então, o senhor disse aqui que, a partir de 1998, o senhor ganhou um terço da conta de publicidade do Banco do Brasil...

REQ N° 03/2005 = CN =  
CPMI - CORREIOS



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – E já atendia desde 1994. Qual era o percentual anterior?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, é porque são três agências que atendem o Banco do Brasil...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Fica mais ou menos um terço para cada um.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Sim, mas antes o senhor atendia um terço também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Atendia um terço também. Sempre três agências.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Mas por que o senhor colocou “ganharam um terço”? Porque, se o senhor já atendia, o senhor não ganhou, foi renovado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, teve uma nova licitação no Governo e...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Aí o senhor ganhou também metade da conta do Ministério do Trabalho, uma parte da conta do Ministério dos Esportes e uma parte da conta da Eletronorte. O senhor detinha essas contas anteriormente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, senhor, não detinha.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Então, o senhor disse que não pagou o empréstimo. Está certo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade, sim, senhor.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Não foi pago o empréstimo...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O senhor teve que assumir e, depois, pagou com serviços.

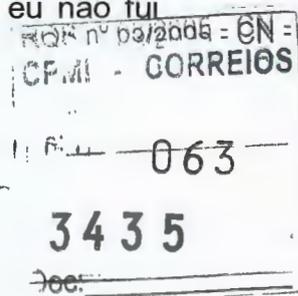
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O senhor disse que não tinha interesse em romper com ninguém naquele momento.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Evidentemente que não.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Um dos motivos de não ter interesse de romper era exatamente por obter essas contas, já que o Partido era o mesmo do Governador que o senhor apoiou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado Fleury, eu te diria que não houve um benefício, não houve um malefício. Eu participei de uma licitação pública normal, com todos os concorrentes, tudo, mas eu não fui





09/08/05

carimbado de inimigo, como fui carimbado de inimigo pelo Governador Itamar Franco.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) –** Perfeito.

Outra coisa. No ano de 2000, o senhor constituiu a empresa MG5 Participações, voltada para a organização de eventos...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Verdade.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) –** ... que atua por meio da empresa MultiAction, em sociedade com Renato Villamarin. Entre os eventos organizados pela MultiAction está o Agrishow, que é realizado na cidade paulista de Ribeirão Preto. Quero saber a partir de quando a MultiAction passou a produzir o Agrishow.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Era uma concorrência interna do Banco do Brasil. Essa MG5 foi criada para participar dessa MultiAction, e nós ganhamos, se eu não me engano, duas vezes. Como também a Ogilvy tem uma empresa de eventos que é presidida pelo filho do Presidente da Ogilvy, que também atende o Banco do Brasil, que também já fez o Agrishow.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) –** Mas, então, o senhor fez o Agrishow pelo Banco do Brasil e não ligado à Prefeitura de Ribeirão Preto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Não ligado à Prefeitura de Ribeirão Preto.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) –** Por coincidência, temos, na Prefeitura de Ribeirão, os dois Partidos, até 2000, o PSDB, a partir de 2000, o PT. Por isso, fiz essa pergunta ao senhor.

Vou adiante. O senhor afirmou que os bancos BMG e Rural passaram a ter conhecimento oficial da natureza e finalidade dos empréstimos a partir de 2004, julho de 2004, mas disse que é fato que, a partir da movimentação bancária ocorrida em 2003, em março de 2003, os bancos já tinham conhecimento da destinação dos recursos emprestados às empresas do declarante. O senhor afirma, portanto, que o Banco Rural... O senhor afirmou na Procuradoria que o Banco Rural e o BMG tinham conhecimento de que eram empréstimos feitos para sua agência, mas destinados ao Partido dos Trabalhadores?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Afirmo.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) –** Afirma.

O senhor disse também que eles foram renovando esses empréstimos, sem cobrar os juros, inclusive, incorporando os juros, é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Verdade.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) –** Quando normalmente se cobra o juro para se fazer. Está certo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Verdade.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) –** Então, isso ocorreu em razão de terem conhecimento da natureza dos empréstimos, sabendo que não eram para o senhor e para suas empresas, e, sim, para terceiros, que o senhor estaria intermediando.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Ass: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu estaria repassando *in cash* e na minha contabilidade está contabilizado os juros que o PT teria que pagar. Está tudo legalmente contabilizado. A partir de amanhã, estará disponível ao Sr. Relator.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Sr. Marcos Valério, o Banco Rural e o BMG autorizaram saques em dinheiro, que, como todos sabemos, devem necessariamente ser comunicados ao Banco Central. Em algum momento, o senhor teve oportunidade de discutir esse aspecto e de dizer que não deveria sacar em dinheiro porque apareceria a qualquer hora? O Banco Rural, sabendo disso, fez os saques e deixou de comunicar ao Coaf e ao Banco Central?

Gostaria que o senhor dissesse algo a esse respeito, uma vez que nos chama a atenção o fato de haver movimentações em dinheiro por dois anos e o Coaf não funcionou, o Banco Central não fez nada. O senhor trocou idéia sobre isso com o Banco Rural ou com o Sr. Delúbio Soares.

**SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não troquei idéia sobre isso com o Banco Rural, nem com o Delúbio Soares.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Mas o senhor sabe que, para qualquer saque em dinheiro acima de determinado valor, tem que haver comunicação a esses órgãos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sabia. Mas também sabia quem eram os tomadores. Para mim, com toda a sinceridade, era um empréstimo que estava fazendo para o Partido dos Trabalhadores. Como tal, segui a orientação do contador e contabilizei como empréstimo ao Partido dos Trabalhadores.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Não é isso que estou querendo saber, Sr. Marcos Valério. Acho importante chamar a atenção para o que o senhor disse: “No que se refere aos empréstimos contraídos em benefício do PT, as informações que lhe foram detalhadamente repassadas por Delúbio Soares eram no sentido de que esse dinheiro não entraria na contabilidade oficial do partido e, portanto, ele, Delúbio Soares, indicaria ao declarante os destinatários de parcelas do montante total”. O senhor confirma essa declaração?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo plenamente.

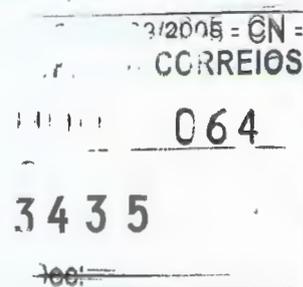
**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Então o senhor sabia que era ilegal a transferência que o PT mandou o senhor fazer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não diria que eu sabia não, Deputado.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Como não sabia?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu achava...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Se não vai constar na contabilidade oficial, se o senhor sabia que eram destinados a pessoas, que não vai entrar na contabilidade oficial, isso é caixa dois. O senhor sabia que era caixa dois?





**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sabia. Eu achava que o Sr. Delúbio Soares ia regularizar isso, como eu regularizei na minha contabilidade e vai estar aqui. Na verdade, vou ser muito franco com o senhor: pensei que o Delúbio ia gerar o caixa dentro do PT por meio de arrecadação. E ele estava fazendo uma campanha de arrecadação e tinha até declarado que ia comprar uma nova sede – disso todo mundo estava sabendo. Pensei então que ele ia legalizar lá dentro e me dar oficialmente. Porque, para pagar, tinha que ser oficial. Eu não podia receber se não fosse oficialmente porque contabilizei esse empréstimo.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Mas é isso que queria de saber do senhor. Não seria o contrário? Entraram recursos na sua conta e o senhor fez os empréstimos para “legalizar” esse dinheiro e repassar para o partido, esquentando o dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Nunca. E pode ser verificado em todas as faturas que foram emitidas.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O senhor conhece o Sr. Ricardo Bispo Monteiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. De nome, não.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Conhece a empresa Probank Ltda?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também não.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – É uma empresa que presta serviços, por coincidência, só a bancos oficiais?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não conheço.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O senhor disse que essas listas são aquelas em relação às quais o senhor tem comprovantes. Mas que existem pessoas – e o senhor até disse gente importante, gente alta – a quem o senhor fez pagamentos, mas que não tem comprovantes desses pagamentos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu falei da lista de 98.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Sim. A de 98. É isso que eu quero saber.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O que tenho de comprovante de 98 – e até o Sr. Sebastião Navarro viu o comprovante dele ali, pois eu não seria leviano de colocar pessoas que não tenho como comprovar – , o que posso comprovar está ali comprovado. O que eu não posso comprovar, o Sr. Cláudio Mourão é que poderia comprovar de 1998, eu mesmo...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Mas o senhor afirma que, além dessas pessoas de 1998, outras pessoas receberam. O senhor não tem recibo, não tem comprovante?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu afirmo que ouvi do Sr. Cláudio Mourão.

RGS nº 0572005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

s: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Sim. Mas o que ele disse para o senhor? Que outras pessoas receberam e não tem recibo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas eu não tenho comprovante.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Não. Mas eu quero que o senhor me responda.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Ele me falou de outras pessoas...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – De outras pessoas que não estão contabilizadas aqui.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade, verdade.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – É isso que estou querendo saber. É simples.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Outra afirmação que o senhor fez no início de seu depoimento é que, quando foi procurado pelo Sr. Delúbio Soares, o senhor confiou plenamente porque ele lhe mostrou a arrecadação do Partido dos Trabalhadores, que era de 50 milhões, e disse que o Partido ia dobrar a arrecadação a partir dali. O senhor confirma essa afirmação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmando essa afirmação.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Então, ele disse que ia dobrar. Como?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, porque o pessoal que estava no Governo do PT pagaria o dízimo para o partido.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Ah, era através do dízimo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Era. Dízimo, o nome que fala, né? É isso, né?

**A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO)** – Contribuição partidária, por favor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Perdão, desculpe-me. É contribuição partidária, Deputado. Não é dízimo, não.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O senhor, numa entrevista ao jornalista Expedito Filho, do Jornal **O Estado de S.Paulo**, algum tempo atrás, afirmou que os pagamentos foram feitos para cobrir despesas de campanha. Vejo aqui que as datas são variadas e não constantes. Disse também que, além disso, tinha um tal de picadinho. O senhor se lembra dessa afirmação que fez nesta entrevista?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Lembro.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – E o que é o picadinho?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eram despesas do dia-a-dia. Se o senhor pegar aqui o PT nacional, eu passei muito recurso em espécie direto para o PT nacional.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Que era para o picadinho?

SE Nº 03/2005 - CN =
SE Nº - CORREIOS
065
3435
Doc: _____



09/08/05

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Que era pagamento de despesas para o PT nacional. Era isso que eu queria falar.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O senhor disse nessa mesma entrevista que houve reuniões com Deputados para tratar de cartões de créditos vencidos. O senhor se lembra disso? Está na mesma entrevista.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não diria. Não é cartão de crédito vencido, Deputado. Aí vou voltar à minha primeira fala do porquê acho que não existe o mensalão, e aí poderei explicar melhor. Que os Deputados tinham saído das eleições com cheque especial estourado. Na verdade era isso.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Era isso. Mas o senhor teve contato pessoal com esses Deputados?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não tive.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O senhor afirmou na entrevista que sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Tive contato com o Delúbio, e o Delúbio me contou essas histórias todas.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Estou apressando porque o meu tempo está se esgotando.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ok, Deputado.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Só tenho duas questões mais. Na outra CPMI, apareceram pagamentos feitos a uma empresa chamada Fatos, Textos e Idéias. O senhor conhece essa empresa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não conheço, Deputado.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Não conhece?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não conheço.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – E houve pagamentos feitos através do Banco do Brasil? Nós estávamos falando do BMG e Banco Rural, e não apareceu nada do Banco do Brasil até agora?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. O Banco do Brasil... foi um ou outro pagamento, mas foi empréstimo que a DNA fez a SMP&B, e está na contabilidade e vai ser verificado. E a SMP&B é que fez os pagamentos.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – A última pergunta que farei: o senhor participou de um encontro com o Sr. Carlos Rodenburg, na cidade de São Paulo, juntamente com o Sr. Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade, participei.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Quem propôs esse encontro foi o Dr. Carlos Rodenburg? Qual o motivo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade, foi ele que propôs o encontro, já que o Grupo Opportunity tinha um relacionamento

2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Is: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



09/08/05

difícil com o PT e com o Governo. E o Delúbio atendeu o Sr. Carlos Rodenburg; conversaram longamente, mas parece que não deu nenhum efeito...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O senhor não sabe se ele abriu algum canal de comunicação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não abriu não, porque o Governo, ao contrário, endureceu muito mais o jogo com eles.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Essas foram as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Na seqüência, concedo a palavra, pelo tempo regimental, ao Senador Wellington Salgado. V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Marcos Valério, eu tinha conversado anteriormente com V. Ex<sup>a</sup>, na hora do cafezinho, e, realmente, eu já tinha decidido que eu não ia fazer pergunta. Acredito também que não há o mensalão, mas aí tive acesso à lista da campanha de 98, né? E o que eu fiz? Fui lá para o Senado, onde estava sendo votada lá uma medida provisória. Comecei a fazer umas ligações citando o nome das pessoas que estão aqui. Eu fiquei muito... Só tem gente importante aqui, muita gente importante aqui, Sr. Marcos Valério. Realmente, o senhor escolhe bem aqui pessoas para investir, não sei. Eu fiquei numa situação difícil para analisar essa lista com o momento que estamos vivendo agora. Digamos assim, o modelo é o mesmo. O modelo é o mesmo. Sobre a dívida de 1,805 milhão, eu conversava com V. S<sup>a</sup>, que disse que foi paga essa dívida.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Essa dívida faz parte do pacote de 9 milhões. Isso aqui foi por meio de um doc. E não fui eu que escolhi essa lista não. Quem escolheu essa lista e quem passou essa lista foi o Sr. Cláudio Mourão, que então era o tesoureiro da campanha do Sr. Eduardo e do Sr. Clésio Andrade.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Mas eu quero dizer o seguinte: o modelo é o mesmo, aplicado em momentos diferentes? A idéia era a mesma, aplicada em momentos diferentes?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não diria, porque é importante a gente saber a história. O Dr. Clésio Andrade já era sócio da SMP&B e ele saiu em 98. Quando ele sai em 98, eu recebo um telefonema dele, no qual ele diz que a campanha estava passando por momentos difíceis, Senador. E me manda o Sr. Cláudio Mourão no dia seguinte. O Sr. Cláudio Mourão vem junto com ele... vem sozinho e me pede um empréstimo para a campanha. Eu vou ao Banco Rural e falo com o então Dr. José Augusto Dumont, que autoriza o empréstimo. Mas é importante saber que havia um relacionamento de amizade entre o Sr. Clésio Andrade e os sócios da empresa.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Sei. Veja bem, Sr. Marcos Valério. O que quero dizer é o seguinte: a essência da operação é a mesma. Ou seja, V. S<sup>a</sup> pega um dinheiro no banco e repassa os

REGISTRO Nº 03/2005 - CN.
CPM - CORREIOS
Nº: 066
3435
Doc:



valores. A essência não é a mesma? Sendo que, nesse empréstimo aqui, até acredito que, pelos valores, V. S<sup>a</sup> teria crédito para pegá-lo, sem aval, com as suas próprias garantias.

Já a operação que estamos vivendo neste momento é uma operação muito maior, que, como V. S<sup>a</sup> falou, o banco foi pegando o principal mais juros e mais alguma coisa e foi rolando a dívida. E V. S<sup>a</sup> sempre sustenta que alguém dava esse aval, de tal forma que V. S<sup>a</sup> pudesse continuar faturando e distribuindo esse dinheiro, digamos assim.

Agora o que quero dizer é o seguinte: a essência da operação, embora os valores sejam diferentes, a essência é a mesma. V. S<sup>a</sup> pega o empréstimo e distribui para atender pessoas citadas por alguém, pessoas indicadas por alguém. É isso que aconteceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Então, ou seja, quando a gente volta a 98, V. S<sup>a</sup>, naquele momento, eu acho que ainda era aprendiz de feiticeiro, então, o valor era menor. Aí, quando chega agora, foi algo que deu certo. Eu pensei que V. S<sup>a</sup> tinha pago essa dívida de 1,800 milhão. V. S<sup>a</sup> disse que não. E aí começa a correr o mesmo modelo, faz-se agora junto ao PT, digamos assim, e antes foi junto ao PSDB, é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Essa dívida de 9 milhões eu paguei com um depósito de 2 milhões, um acordo judicial de 2 e, depois, fizemos as propagandas do Banco Rural para acabar de liquidar o resto. Essa de 55 milhões do PT ainda está em aberto.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Veja bem, olha só. Eu quero dizer o seguinte: eu acho que V. S<sup>a</sup> já tem passado por muita pressão, mas quero analisar as duas operações. Para mim, a essência das duas operações é igual, ou seja, um empréstimo que alguém manda pegar, distribui; que alguém mandou distribuir: Dr. Marcos Valério, mande agora para essas pessoas aqui, tais, tais, tais. Pegou o empréstimo, esse primeiro empréstimo nem sei em que banco foi, mas alguém pegou, quer dizer, V. S<sup>a</sup> pegou e distribuiu e conseguiu pagar. E já nessa agora é um valor muito maior. Mas a essência da operação é muito maior. O senhor concorda comigo ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Concordo plenamente, Senador.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Bom, aí eu não sei mais o que eu faço. É tudo a mesma coisa, só que os valores são diferentes, os partidos são diferentes. E nós vamos julgar pessoas agora e não podemos julgar pessoas no passado. É isso que nós estamos vivendo aqui. A operação para mim é a mesma. Os valores são diferentes. Porém, a operação é a mesma. E agora estamos aqui e vamos julgar algo chamado mensalão, que, naquela época, não tinham batizado – a imprensa gostava de chamar de “mensalão”. Mas estamos agora julgando pessoas, políticos da nossa classe, sendo que aconteceu o mesmo no passado com outro partido. É isso que está acontecendo aqui, agora. É isso que está acontecendo aqui, agora.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fls: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. (Orador não identificado)** – Que simplicidade!

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não é simplicidade, não.

**O SR. (Orador não identificado)** – Que partido era o outro, Senador?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não é simplicidade, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Há um orador com a palavra. Vamos garanti-la.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não estou defendendo o PT e acusando o PSDB. Estou dizendo que o senhor já foi usado no passado, sendo que no passado foi diferente. Por quê? Porque o candidato que o senhor apoiou perdeu a eleição. Então, V. S<sup>a</sup> perdeu as contas do Governo de Minas, que o Itamar assumiu. Está certo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** - É verdade.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Agora o candidato ganhou as eleições. O senhor se sentiu desprotegido naquele momento, ou seja, o mesmo dinheiro que liberta é o mesmo que exorciza, digamos assim. V. S<sup>a</sup> disse: “Eu não posso perder as contas. Então, vou pegar o empréstimo, para dar para o PT. Com isso, eu não perco as contas do Banco do Brasil e vou entrar no jogo, porque, no passado, eu já resolvi com outro Governo...”

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu peço silêncio.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – “...Eu acho que, nesse, vou conseguir resolver”. A essência é essa, Sr. Marcos Valério?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, mas não dessa maneira.

**O SR. (Orador não identificado)** – O Clésio era o dono....?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. O Clésio foi sócio da empresa. Não em 98. Ele já tinha saído, já

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu peço aos Srs. Parlamentares que façam silêncio e deixe o depoente responder como ele bem entender. Não vamos auxiliá-lo. Ele não precisa de auxílio.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Eu, com os telefonemas, Marcos Valério, olhei aqui e realmente até parei. Acho que até a imprensa vai levantar isto, ou seja o que as pessoas que estão nessa lista de 1998 são hoje. Consta Tribunal de Contas, há prefeito, há deputado, há irmão de pessoas da Caixa Econômica. Isso foi só nos telefonemas que eu dei sentado no café, perguntando.

Então, Sr. Presidente, eu fico realmente preocupado, porque, na verdade, para mim, Sr. Marcos Valério, o modelo é o mesmo. A única coisa que aconteceu é que, no mercado, o Sr. Clésio Andrade é um homem inteligente. Só que se ele pular de um penhasco, o senhor pode pular atrás. Mas cuidado, pois, às vezes, ele pode vir correndo, parar na beira e o senhor pular. Eu acho que o que aconteceu foi isso. O Sr. Clésio viu, usou essa operação à época da operação de 1998; depois deu certo. O senhor aprendeu a operação, utilizou a mesma

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI "CORBEIOS"  
067

S:  
3435 - 2 | 2 |  
Doc:



09/08/05

operação agora. Só que não teve controle sobre ela e chegou a 55 milhões a 100 milhões, e está nas mãos do senhor para o senhor pagar essa conta. A verdade é essa. O senhor vai acionar o PT. Os bancos vão acioná-lo para cobrar, porque não tem outra solução. Agora, para mim, a operação é a mesma. Uma operação feita antes por um partido e feita hoje com outro partido.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Senador, não tinha votação por trás, Senador. Agora tem votações no plenário.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Espere aí. Por favor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu peço a todos que se abstenham. Quem quiser falar, se inscreva ou se reinscreva. Nós temos de garantir ao depoente a resposta e ao inquiridor que faça as perguntas. As perguntas guardam pertinência. Elas não são ofensivas. Elas têm relação...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não, não são. E eu não estou acusando ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Portanto, eu lhe garanto a palavra.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Obrigado, Sr. Presidente. Vejam bem. Eu não estou acusando ninguém. O que precisamos saber é que é o mesmo modelo anterior aplicado agora. Não venham me dizer...Eu acho até, Sr. Presidente, que estamos falando aqui em remuneração com dinheiro. Agora, você pode remunerar, para conseguir o voto, de várias outras maneiras, não só com dinheiro. Já que estamos falando de dinheiro, e o Sr. Marcos Valério apareceu com essa relação de 1998, para mim, Sr. Marcos Valério, o modelo é o mesmo. V. Sª foi usado da primeira vez. Porém, deu certo e conseguiu sair da confusão. Não sei como o senhor resolveu, se pagou e a quem pagou. Não há como se ver isso, a Comissão é que poderia ver.

Hoje, temos a mesma operação; e, hoje, estamos chamando essa operação de mensalão, que, para mim, é um tapa-buraco. É o que o senhor falou: gente com cheque especial, depois de uma campanha, e, aí, montou-se uma operação para tampar o buraco. E o senhor fez um empréstimo no qual eu não acreditava. Passei a acreditar depois de ouvi-lo. Achei que era uma grande armação, para poder pegar um crime menor, mas, realmente, estou começando a acreditar que foi realmente um empréstimo ao PT para se pagar dívida.

A operação é a mesma de 1998, que é a mesma de agora. Podem falar que não há voto por trás ou que não há, mas a operação é a mesma. É isso o que eu quero dizer.

O senhor acha que é a mesma operação? Era a única pergunta que eu queria fazer para o senhor. Não ia nem fazer pergunta, porque já tinha falado para V. Sª lá dentro, conversei com V. Sª.

A única coisa que aprendi, em Minas, é que nunca vi mineiro distribuir dinheiro. O senhor é o primeiro que eu estou vendo. Mineiro sempre foi muito seguro. Estou lá há nove anos e nunca vi mineiro distribuir. O senhor foi o primeiro que distribuiu dinheiro.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



Realmente, eu queria dizer o seguinte, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr. Presidente: precisamos ter muito cuidado com o que está acontecendo aqui. Não estou aqui para defender PT, nem quero acusar o PSDB, nem quero acusar quem foi o Governador. Só estou dizendo o seguinte: o que temos aqui é a mesma situação de anos atrás, entendeu, Sr. Marcos Valério? Para mim, o senhor foi usado da vez passada.

Eu só queria perguntar para o senhor: é a mesma operação ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que, em moldes diferente, em situações diferentes, em colocações diferentes, elas são similares, sim, senhor. Eu não sou hipócrita de mentir isso para o senhor.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Então, Sr. Presidente, realmente, não sei a que ponto nós chegamos. Não sei o que vai acontecer daqui para frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estamos começando.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Estamos começando, mas esse não é um problema de agora.

Quero deixar bem claro o seguinte: não estou defendendo os Deputados José Dirceu, Roberto Jefferson, não estou defendendo ninguém. Estou dizendo o seguinte: essa operação já vem sendo usada e culminou nesse escândalo do qual estamos todos participando.

Então, quando julgarmos os nossos companheiros, digamos assim – não companheiros, porque todo mundo vai falar: “Não, mas não estou no mensalão que estão criando aí” –, de dentro do Parlamento, teremos de ter cuidado, porque senão vamos ter de voltar em 1998 e pegar todo mundo.

Para mim, a operação é a mesma, Sr. Marcos Valério, e o senhor foi usado de alguma maneira. Consegui resolver da primeira vez; desta vez, agora, o senhor não conseguiu resolver, entendeu?

A primeira vez que ouvi falar do senhor, achei que V. S<sup>a</sup> era um gênio. Pensei: “mandou muita grana pra fora, liberou, alguém vai pagar essa conta”. E, realmente, estou vendo agora que o que o senhor tinha era: aprendeu um sistema e foi jogar um jogo que era grande demais para o senhor. A verdade é essa. O senhor estava acostumado a jogar campeonato de bairro e foi jogar na liga nacional.

Não sei se é o José Dirceu. Estou dizendo o seguinte: a essência da operação é a mesma, Deputada. A essência é a mesma. Se alguém é corrompido com um milhão e oitocentos ou com cinquenta e cinco milhões, ou se foi em 1998, ou se está sendo agora, precisamos só ter cuidado na hora de julgar. Só isso que eu estou falando.

Foi um prazer conhecê-lo, Sr. Marcos Valério. Quero ver o senhor pagar essa conta agora, que já deve estar em cem milhões.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo a palavra ao nobre Senador Suplicy, pela ordem.

ND n° 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS  
068  
3435 - 3 2 3  
Dee: \_\_\_\_\_



09/08/05

Eu queria pedir para os presentes que não adianta nenhum juízo sobre uma inquirição. Vamos deixar cada um inquirir com liberdade, desde que as perguntas sejam feitas de maneira correta, que não sejam ofensivas e que tenham pertinência. Não vamos emitir juízo, senão, em vez de inquirir, vamos fazer o julgamento de um ou de outro inquiridor.

**O SR. EDUARDO SUPLY (PT – SP)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLY (PT – SP)** – Venho transmitir uma solicitação urgente do Ministério de Relações Exteriores a respeito de uma importante retificação. O nome Roberto Arabe Abdanur, constante da lista dos sacadores, apresentada pelo Sr. Marcos Valério, não é a do Embaixador do Brasil em Washington, cujo nome é Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur. Considero da maior importância, Sr. Presidente, que seja feita essa retificação para que não paire dúvida alguma.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RR) – A retificação foi feita e afastada assim qualquer ilação com relação ao Embaixador do Brasil em Washington.

Concedo a palavra, na seqüência, ao próximo inscrito, Deputado Fernando Coruja.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RR) – Vou conceder a palavra antes ao nosso Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel) – Antes que o Deputado Fernando Coruja formule suas questões, queria pedir ao ilustre companheiro, que está com a lista de pagamentos de 1998, por obséquio, queira devolvê-la à Mesa, porque ela foi confiada a um Parlamentar para fazer perguntas e não retornou à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RR) – Portanto, a pergunta está colocada, aliás, a solicitação está feita. Peço que, com diligência, seja devolvida a lista daqueles que tiveram benefícios na campanha eleitoral de 1998.

Concedo a palavra agora ao nobre Deputado Fernando Coruja e começo a contar o tempo.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Relator, Sr. Depoente, essa é a CPMI do Mensalão. Ela está procurando averiguar as fontes desses recursos e seu destino, para ver se realmente os Parlamentares receberam recursos em função de votação no Congresso Nacional.

Há toda uma argumentação de que a fonte fundamental desses recursos é desses empréstimos. E aqui está se levantando muito que é uma operação que já começou em 1998 e agora teria se sofisticado. Evidentemente que essa operação se sofisticou. Em 1998, o dinheiro era passado por DOC. Agora, é em dinheiro vivo. Então, alguém percebeu que passar por DOC deixava um rastro muito forte e agora a tecnologia mudou e passou a se passar dinheiro vivo.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



Continuo achando que a fonte não era só essa. Aqui quer se negar muito que haja dinheiro público e que haja dinheiro de outras empresas. Acho que, por exemplo, esses recursos claros que vêm dos próprios bancos, pois nessa operação se colocam recursos dos bancos. Quando se vê, por exemplo, o lucro do BMG que em 2003 lucrou R\$90 milhões; em 2004, R\$275 milhões. Esse lucro foi produzido pelos empréstimos consignados, que foram dados de mão beijada pelo Governo Lula e por um tempo grande ao BMG. É claro que ninguém está colocando dinheiro de graça. Alguém me perguntou aqui: mas, os bancos fizeram isso? Os Bancos fizeram isso sabendo que poderiam perder, porque o lucro já veio por outro lado. Há também recursos que me parece que vieram de outras empresas.

E estamos diante de um grande esquema, sem dúvida nenhuma. Hoje mesmo, na capa dos jornais, diz que o Bradesco lucrou mais de R\$2 bilhões e 600 milhões. Esses são os que mais desviam dinheiro público, na verdade, porque ganham aparentemente e honestamente, mas, por uma política econômica. Assaltaram o Banco Central, em Fortaleza, e foram R\$150 milhões. Esse, acho que está abaixo do esquema – não é o maior do Brasil, porque evidentemente está abaixo de outros como esse mesmo que estamos discutindo aqui. E tem um coitado que foi preso porque roubou não sei o quê, alguma coisa qualquer, um desodorante ou coisa parecida.

Gostaria de perguntar o seguinte: o senhor falou que levou várias pessoas à Casa Civil. Como o senhor conseguia essas audiências se aqui ninguém do Congresso Nacional conseguia audiência com o Deputado José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com o Sr. Delúbio Soares.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Ele é que marcava?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, Senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então, evidentemente que ele conversava com o Deputado José Dirceu que iria levar o senhor lá?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Creio que sim, porque a agenda estava marcada. Creio que sim.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor falou que não simpatiza muito com o Deputado José Dirceu. Entretanto, o senhor ajudou a ex-mulher dele a vender um apartamento e a conseguir um empréstimo. A troca de quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade, sim, senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas, sem mais nem menos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Na época, o Dr. Sílvio Pereira me pediu que ajudasse a ex-mulher dele a arranjar um financiamento de um apartamento e, paralelamente, arranjar um emprego para ela. Tanto o emprego foi no BMG como o apartamento foi financiado no Banco Rural.

E é verdade, sim, senhor.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Nº: 069
3435 -
Doc: _____



**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – É muita coincidência, o valor do dinheiro que o senhor coloca aqui destinado às pessoas é igualzinho ao dos empréstimos, R\$55 milhões, e eles ainda guardam sintonia com...A sua diretora financeira disse que não sabia quem fazia esse controle. Era o senhor que controlava o saldo para saber se havia saldo desse empréstimo que, em tese, era do PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O saldo era controlado por mim e pelo Sr. Delúbio Soares, Sr. Deputado.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Ele tinha o extrato da conta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Existe uma afirmação de alguns Deputados de que receberam dinheiro que foi da Usiminas ou de outras empresas, que passariam pela conta. Era R\$150 mil e eles receberam para a campanha R\$100 mil e alguma coisa. Como é que o senhor explica isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Usiminas é cliente da SMP&B há 21 anos. É importante e eu vou ser muito franco na minha resposta, sem rodeios, tá? É mais fácil falar que é da Usiminas do que da SMP&B se não o Deputado acha que vai ser cassado. Mas o depósito foi feito pela SMP&B, sim, o cheque é da SMP&B e a doação é da SMP&B, sim.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Não era da Usiminas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não era da Usiminas.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Mas nesse dinheiro que foi destinado a parlamentares, assessores e outros, há uma compatibilidade entre os empréstimos e o dinheiro que foi destinado. V. S<sup>a</sup> tirava muitos cheques, como foi mostrado pela CPMI, que eram sacados por V. S<sup>a</sup>. Segundo a Simone disse, ela entregava na mão esse dinheiro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – E esse dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Passava para o PT na mão do Sr. Delúbio Soares.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Mas está nesses R\$55 aqui?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está, sim, senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Mas não é apenas o dinheiro que as pessoas foram pegar nos bancos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, esse do PT Nacional mesmo foi passado direto.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Foi passado diretamente.

Esse empréstimo relativo ao PSDB foi para a Justiça. Quando é que foi feito esse acerto na Justiça?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se eu não me engano – e é fácil a Comissão apurar, é só pedir a cópia do processo –, foi no ano de 2000, Deputado.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – No ano 2000?

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Ass: _____
Dee: _____



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se não me engano.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então, é evidente que esse empréstimo, se foi no ano 2000, valia muito mais do que...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A execução ficou por muito tempo e discutimos na Justiça por muito tempo.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Veja bem, Sr. Marcos Valério, o senhor disse que R\$10 ou R\$12 milhões, com essa pequena correção...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – São 9, o original é 9.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O original, mas, depois, pelo menos, foi para 13 ou até mais; 13 é o que falam por aí, mas em dois anos poderia ter ido para mais. Dois teriam sido pagos e o resto teria sido na troca de serviços. Mas o serviço pressupõe também o pagamento da veiculação na mídia. Então, tinha que ser uma veiculação de mídia, já que V. S<sup>a</sup> diz que ganha 15%, de uns R\$60 milhões, é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Além desse serviço, nós fizemos uma reestruturação – se as pessoas vão lembrar – da marca do Banco Rural mudou todinha. Fizemos um reestudo da marca do Banco Rural todo, fizemos um reestudo completo da reestilização do Banco Rural e fizemos tudo isso de graça, sem cobrar serviço interno, sem cobrar serviços da Agência e, por muito tempo, eles pagaram só os fornecedores e nunca a comissão da Agência.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Só pagavam os fornecedores?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Muito bem.

Outra pergunta: há um pagamento feito ao repórter que teria feito a entrevista com a Fernanda Karina. O que o senhor diz desse pagamento?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não é o repórter que fez a entrevista de Fernanda Karina, mas o Sr. Gilberto Lipi Mansur, que é um assessor de imprensa que presta serviço para a SMP&B e para a DNA. Isso está na contabilidade, em um contrato devidamente registrado do Sr. Gilberto Mansur com a DNA e com a SMP&B. No disquete, V. Ex<sup>as</sup> poderão observar isso.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – É verdade que, quando lhe foi perguntado aqui sobre o Sr. Glênio, V. S<sup>a</sup> já falou que há contratos. Para tudo há contratos, e é evidente que os contratos podem ser feitos a qualquer hora. Eles não precisam ser feitos, necessariamente, **a priori**. Eles podem ter sido feitos depois.

Inclusive, esses contratos de empréstimo feitos com o Banco Rural e com o BMG, a CPMI vai ter que verificar, porque, com as facilidades que existem hoje, com a relação que existe entre os bancos – vimos aí o Coaf, o próprio Banco Central, e eles não tomaram nenhuma medida contra a movimentação desses milhões todos –, é possível – eu estive verificando – que isso pode ter sido

03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS  
070  
3435 - a a  
Doc: \_\_\_\_\_



montado depois, quando estourou. Com as facilidades que se têm de relacionamento com o Banco Rural, com o BMG, creio que isso tudo também é preciso inclusive verificar.

Há várias acusações, Sr. Marcos Valério, de que, na verdade, V. S<sup>a</sup> funcionou em muitas campanhas políticas como lobista. E é desta forma que fazia: captava recursos – houve aqui, inclusive, depoimentos – de alguém que os pudesse repassar, esses recursos eram repassados – e aí a afirmação dos Deputados que receberam recursos pela Usiminas –, passavam pela sua agência, o senhor ainda dava um recibo, montava lá um esquema, tirava recursos da prestação dos impostos e repassava os recursos que sobravam, porque senão não é possível, não é crível que a agência repasse recursos de cem mil e quatro reais, como foram repassados.

O que o senhor diz disso, das acusações que lhe fazem de ser lobista de campanhas políticas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro, acho uma fantasia; segundo, a agência de propaganda ajuda, sim, político. Nós já ajudamos vários em Minas Gerais. Vários. Não vou citar os nomes aqui para não comprometer esses políticos. Mas, em Minas Gerais, eles sabem que nós já ajudamos sim.

Lobista, não. Acho que sou uma pessoa que defende os interesses – defendia – das empresas. Nunca lobista. Defendi, sim, os interesses das empresas numa concorrência feroz. Quem é de Brasília sabe: as empresas paulistas sempre dominaram a propaganda no Governo Federal. Uma ou outra empresa de outro Estado é que tem influência e consegue prosperar aqui, tanto que vou dar alguns exemplos a V. Ex<sup>a</sup>: a Giovanni, que começou no Rio de Janeiro, teve que sair do Rio de Janeiro e se mudar para São Paulo, porque senão não conseguiria espaço; o Duda Mendonça teve que sair da Bahia e ir para São Paulo; o Nizan Guanaes teve que sair da Bahia e ir para São Paulo. O bairrismo é muito grande.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas isso não é a mesma coisa.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Estou querendo explicar a V. Ex<sup>a</sup> que eu defenderia os interesses das minhas empresas numa guerra feroz. E não é uma guerra de gente pequena, não; é uma guerra de gente grande.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Bom, nessa lista de sacadores, para mim fica clara uma questão: aqui se discute muito se o dinheiro era para campanha política ou para mensalão. Há um perfil claro mesmo nisso que V. S<sup>a</sup> mostra: no começo, há recursos que aparentemente vão para pagamento de campanha política. O próprio PL, que é o Partido do vice-Presidente da República, pega recursos no início do ano de 2003. Há vários recursos que, aparentemente, são para campanha política. Mas chega em setembro, outubro de 2003 e começa a haver repasses sistemáticos para o PP e para o PL, às vezes, coincidentes: R\$1 milhão para um e R\$1 milhão para o outro.

REC-006/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



09/08/05

Ao que me parece, não era o José Dirceu nem o Delúbio que diziam para pagar aquele Deputado, ou àquele outro. Quem fazia isso eram os presidentes de Partidos, que recebiam recursos. Esses recursos serviam, claramente, para votações no Congresso Nacional. Não era, necessariamente, um mensalão, pago mês a mês, com carteira assinada, mas algo mais ou menos sistemático: pagavam para votar ou para trazerem os Partidos para a Base de Apóio, o que é a mesma coisa. Ou seja, dava-se o dinheiro, o qual servia para algumas coisas.

Voltemos à questão inicial, Sr. Presidente. Há duas situações: estamos investigando o mensalão; mas isso não quer dizer que outros recursos também não tenham sido repassados para outras coisas de forma ilícita, e que outras Comissões não possam enviar isso para o Conselho de Ética; elas podem, sim!

Sr. Presidente, concluindo o meu questionamento, fica evidente – para mim, porque, realmente, não me satisfaço com as explicações dadas pelo Marcos Valério em seu depoimento – que a idéia desse dinheiro vir apenas dos empréstimos – e agora, parece-me, há um pacto entre o Sr. Marcos Valério e o Sr. Delúbio para que, quem sabe lá na frente, possam receber esses recursos como se fosse mesmo um empréstimo, porque muitos do PT, que agora estão na direção, até acreditam que esse dinheiro era do empréstimo –, fica evidente, que não veio. Ninguém faria um empréstimo dessa natureza, acreditando que receberia depois. Já passava pela cabeça dos bancos que não receberiam. Esses recursos vinham de outras fontes: de dinheiro público, no meu entendimento. Mas, agora, parece-me que há um pacto entre V. S<sup>a</sup> e o Delúbio, que estão juntos a partir de agora, e com a idéia – eu acho – de, quem sabe, lá na frente receberem o dinheiro do PT, seja na Justiça ou não. Eu não me satisfaço, sinceramente, com o que V. S<sup>a</sup> disse aqui. Não acredito. Não posso acreditar.

**O SR MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, com todo o respeito – e o senhor foi muito gentil –, mas, com todo o respeito, eu não fiz pacto nenhum com o Sr. Delúbio, não tenho motivo nenhum para fazer um pacto com ele. Eu devo ter feito um pacto com ele para ele destruir a minha vida. Eu não fiz pacto com ele em momento nenhum. Porque já mandei todos os funcionários irem embora, isso está claro, já está sendo noticiado em Minas Gerais, em Belo Horizonte. Eu já estou com um processo de execução no Banco Rural. Pacto com o Sr. Delúbio, de espécie alguma!

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Foi tudo coincidência a ida ao Procurador, a montagem da história, agora em sua segunda parte, foi tudo foi coincidência?

**O SR MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu segui a orientação dos meus advogados; se o advogado dele deu orientação para ele, com todo o respeito, Deputado, é o advogado dele. Agora, eu teria que ser uma pessoa muito insana em mandar mais de 200 pessoas embora, pais de famílias, famílias na rua, para que a minha filha me veja no jornal como o ladrão número um do Brasil – porque é assim que a imprensa me colocou. Eu deveria ser um idiota em achar que a minha filha de 13 anos, 14 anos, tivesse orgulho do pai que está tendo ali. Esse pacto com o Sr. Delúbio, eu não faria nunca!

CPF nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

071

3435 - 3 2 1

Doc: \_\_\_\_\_



09/08/05

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Presidente; Sr. Relator; Sr. Marcos Valério. Hoje, o senhor está tendo a oportunidade ímpar de mostrar ao Brasil que o senhor veio aqui para abrir o coração e falar toda a verdade que o senhor sabe. Tenho, aqui, o depoimento dado por V. S<sup>a</sup>, no dia 02 de agosto de 2005, na Procuradoria-Geral da República, em que V. S<sup>a</sup> disse que, na campanha de 1988, por solicitação do Sr. Clésio Andrade, seu ex-sócio, o senhor solicitou ao vice-presidente do Banco Rural um empréstimo de R\$9 milhões, que era para a campanha, que iria parar, do então candidato a Governador de Minas Gerais. E o senhor passou esses R\$9 milhões, perdeu a campanha e não lhe pagaram esses R\$9 milhões. É isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Verdade. Então, não lhe pagaram esses R\$9 milhões e passaram o cano no senhor. Depois, o senhor fez um acordo com o banco, pagou R\$2 milhões – essa dívida montava a R\$12 ou R\$13 milhões, e o resto o senhor pagou em serviços da própria empresa DNA ou da...É, da DNA.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, DNA Propaganda e SMP&B Comunicação.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – O senhor diz também, no seu depoimento, que não possuía contato algum com a direção do Partido dos Trabalhadores, cuja campanha estava sendo administrada de forma centralizada pelo Sr. Duda Mendonça e que, em razão do conhecimento pessoal com o Deputado Virgílio Guimarães, conterrâneo do declarante, o mesmo apresentou a Delúbio Soares e a Silvio Pereira pessoa ligada à cúpula do PT; que o declarante passou a acompanhar, juntamente com os mesmos, o andamento do segundo turno da campanha presidencial; ou seja, nós estávamos aí de outubro para novembro de 2002. Bom, e aqui o senhor diz, mais adiante, que, em janeiro de 2003, o Sr. Delúbio Soares iria permanecer como tesoureiro do PT e que, em conversas com o senhor, disse que o Diretório Regional do PT referia à necessidade de deputados federais, estaduais e governadores necessitavam saldar algumas dívidas. Aí, procurou o senhor, e o senhor tomou empréstimos para o PT.

O senhor não acha que, de novembro a janeiro, não se faz uma amizade tão sólida, em apenas dois ou três meses, para o senhor tomar os empréstimos e passar ao Sr. Delúbio Soares para passar para o PT? Em tão pouco tempo, não se faz uma relação de amizade e de confiança, porque a confiança não se impõe. Adquire-se com o tempo. E dois ou três meses não seria muito pouco tempo para que essa confiança pudesse estabelecer-se e o senhor tomasse os empréstimos que tomou para repassar ao PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É...Deputado... Perdão, esqueci o seu nome.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – José Carlos Araújo

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: _____
Doc: _____



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado José Carlos, é muito subjetivo e também depende muito da condição em que foi feito o pedido.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Amizade à primeira vista?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não diria amizade à primeira vista. Eu não seria tão hipócrita a esse ponto de falar amizade à primeira vista, mas a condição que você...te pede e o que você teria a perder. Estou sendo muito claro.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Ou a ganhar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ganhar, não, porque ganhar eu não ganhei.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Bom, eu, ouvindo o seu relato, cheguei à conclusão de que o senhor, realmente, é um homem muito inteligente, a ponto de ver claramente V. S<sup>a</sup> criou, no ramo da propaganda, várias empresas, e isso tem um endereço certo, claro – quatro ou cinco empresas que V. S<sup>a</sup> tem ou que criou, o endereço é muito certo: entrar nas concorrências com várias empresas para ganhar um mercado maior. Isso é claro. É evidente, e ninguém aqui é menino para não ver que foi isso o que aconteceu. V. S<sup>a</sup> entra em determinado órgão com quatro, cinco empresas, e tem muito mais condição de ganhar a concorrência do que um cidadão que entra com apenas uma empresa. Isso está óbvio, é claro. É esperteza e sabedoria que V. S<sup>a</sup> soube colocar muito bem as coisas, como fizeram.

Então, eu tive o cuidado de somar aqui o montante dos recursos das listas apresentadas por todos os sacadores do suposto mensalão, e isso dá exatamente R\$55.841.227,81, e V. S<sup>a</sup> fala que tomou emprestado cinquenta e cinco mil, seiscentos e alguma coisa... Veja se não é isso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É. Só um minuto, que vou dar o valor ...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Cinquenta e cinco milhões, cinquenta e cinco milhões. É mais ou menos isso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu posso dar o valor...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – É mais ou menos isso. Há diferença a menor dos empréstimos em duzentos e poucos mil reais...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É isso mesmo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Com a diferença única que o Deputado Roberto Jefferson fala que recebeu quatro milhões da mão de V. S<sup>a</sup>, e V. S<sup>a</sup> diz que repassou para ele apenas – ao Sr. Emerson Palmieri – a importância de R\$2.468.600,00. Ou seja, eu prefiro ficar com a versão do Deputado Roberto Jefferson dos quatro milhões, porque ele não ia dizer que recebeu a maior se recebeu a menor. Então, isso, somado aos 55,8 milhões, vai dar 57 milhões, ou seja, o senhor recebeu de empréstimos 55,6 milhões e deu, pagou, aos sacados 57 milhões. Isso quer dizer que o senhor está no prejuízo de dois milhões, sem contar esses empréstimos que o senhor não vai receber nunca – está claro que

RQS nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS  
072

S:

3435

Doc:



09/08/05

não vai receber. Eu queria saber que mágica é essa que o senhor faz para sobreviver com as suas empresas. Eu vejo que o faturamento é muito alto, é realmente um faturamento descomunal, é uma empresa que vive muito bem, que fatura muito bem. Agora, ninguém pode perder dinheiro da forma como aqui nos papéis está claramente mostrado, não é verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu respeito o raciocínio do senhor...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Não, é matemática, é só somar, são números. Vamos somar e ver.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu respeito e só vou discordar no caso do Sr. Roberto Jefferson. Vou passar ao Relator a minha semana em que o Roberto Jefferson disse que encontrou comigo. Eu estava nos Estados Unidos, ele não se encontrou comigo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – O senhor conhece o Sr. Ricardo Bispo Monteiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não conheço.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – O senhor respondeu ao Deputado que fez perguntas anteriormente, o Deputado por São Paulo, Fleury, que não o conhecia. E eu quero dizer que eu esperava que o senhor viesse aqui abrir o coração e falar a verdade, mas o senhor está mentindo...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Posso estar, eu não...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Está mentindo deliberadamente: o senhor se hospedou no Hotel Gran Bittar, nos dias 13 e 14 de 2003, junto com o Sr. Ricardo Bispo Monteiro. O senhor se hospedou junto com ele no mesmo hotel. Ninguém se hospeda junto com alguém num mesmo hotel – foi numa suíte – e esquece, os senhores ficaram juntos...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se o senhor me...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Ninguém se hospeda junto com alguém que não conhece, Sr. Marcos Valério.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se o senhor me falar quem é Ricardo Bispo Monteiro, eu falo se conheço ou não.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Mas o senhor não sabe pelo nome? O senhor se hospeda no mesmo hotel com alguém que não conhece? Fazem ficha juntos, chegam juntos, se hospedam juntos e não conhece?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ricardo Bispo Monteiro eu não conheço.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Pois é. Vamos adiante que nós vamos chegar lá.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando)** – Vamos esclarecer esse ponto. Vamos ver quais são as diferenças de nome que existem entre a pergunta e quem o senhor fala só para esclarecermos.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Ass: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



V. Ex<sup>a</sup> pergunta, nobre Deputado José Carlos Araújo, se ele conhece quem? O nome inteiro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Olha, é...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Estou com o depoimento do Ricardo aqui. Há confusão de nome mesmo. Se me permitirem...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando) – Não, vamos esclarecer porque estamos conduzindo... Evidentemente é importante firmar a verdade.

**O SR. (Orador não identificado)** – É Ricardo Machado...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ah, aí, sim, Deputado, eu já estive hospedado no Gran Bittar, é verdade, é fato. Estive com o Sr. Rogério Tolentino no Gran Bittar, é fato e é verdade. O Ricardo Machado foi meu sócio na MultiAction ...

**O SR. (Orador não identificado)** – É Monteiro...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – É Bispo Machado?

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – É Pena Machado. A informação que recebi do Deputado Fleury – alguém deu a informação ao Deputado Fleury e ele passou para mim – era Ricardo Bispo Monteiro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nós tivemos um término de sociedade não muito amigável. É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando) – Portanto, trata-se de pessoas distintas.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – A pessoa que me deu a informação vai me dar a confirmação se há confusão de nomes ou se realmente é isso mesmo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** (PL – BA) – Por favor, Deputado, eu estava querendo ser plenamente...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Vamos deixar... Vamos deixar em suspenso a resposta...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quero deixar claro que quero ser verdadeiro.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Na dúvida, eu prefiro acreditar no senhor. Na dúvida, tá bom?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desculpe.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – A DNA tem um terço do contrato do Banco do Brasil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Verdade. Ela gastou, no ano de 2004, R\$769.606,95 de brindes.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quanto Deputado, perdão?

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – R\$769.606,95 em brindes.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Do Banco do Brasil ou dela pessoalmente?

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Do Banco do Brasil.

RQS Nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

073

3435

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Para o Banco do Brasil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Banco do Brasil compra brindes. É verdade.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Exatamente. Neste ano, já temos oito meses, o Banco do Brasil gastou apenas R\$28.035,00 em brindes. Por que essa diferença tão grande? Por que o ano passado era ano de eleição?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Vou explicar.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Aliás, o ano de 2004 foi ano de eleição?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Já não tenho mais a conta do Banco, mas vou explicar.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Mas em 2004 tinha.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas vou explicar. É porque o Banco do Brasil deixa para comprar os brindes sempre no final do ano ou no início do ano. E aí é o valor maior das compras. Com certeza o senhor vai ver que o faturamento é maior no final do ano. Com certeza.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – E há também um valor muito grande na área de produção. Mas aí não posso discutir com o senhor porque o senhor é *expert* realmente no ramo...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sou *expert* em propaganda...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Mas foi perguntado também ao senhor. O senhor conhece a Athenas Trading, que é do banco... o senhor fez a exportação de R\$1.967.403.000 por meio da Athenas Trading?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu fiz um empréstimo que está contabilizado dentro da empresa com o contrato de mútuo e que vai ser verificado a partir de amanhã. Esta CPMI vai ser a primeira a ter a contabilidade. A CPMI dos Correios ainda não tem e a Receita tem a partir de hoje. Amanhã, esta CPMI será a primeira a ter a minha contabilidade; depois, levarei à PGR.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Então, entendo, já que esses empréstimos que V. S<sup>a</sup> fez foram empréstimos oficiais, o senhor deu entrada no banco da contabilidade... o dinheiro entrou na empresa.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Certeza absoluta.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Absoluta. Está na contabilidade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está e o senhor vai verificar.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Então não é caixa dois?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Claro que não. Ela deu entrada oficialmente; não é caixa dois.

RGS nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

\_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza  
**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Ela deu saída através...  
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Da conta PT.  
**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Através do Sr. Delúbio Soares.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conta PT. Eu lancei como Conta PT

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Mas não tem um documento legal... o senhor não tem um documento legal de saída desse dinheiro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tenho os sacadores que... através de uma conta que intitulei Conta PT.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Mas o senhor como empresa sabe que para dar saída desse dinheiro teria que ser por meio de um documento contábil e esse documento contábil seria uma nota fiscal contra a prestação de serviço.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu acho que também poderia ser em nome do PT, um cheque que eu... lancei como PT. Até porque...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Nominal ao PT e o PT daria entrada lá.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Até porque a origem toda... o destino todo está sendo comprovado.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Mas...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não entendo de contabilidade...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Mas as pessoas, mas as pessoas...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Por isso que estou... Acho que estou discutindo com o senhor um assunto que não entendo bem.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Mas as pessoas que receberam esse dinheiro, muitas receberam e não foram as próprias pessoas, mas outras. Então, não teria, de forma nenhuma, como dar entrada da saída desse dinheiro oficialmente. Então o senhor sabia, fez parte, está mancomunado com o Sr. Delúbio Soares para a saída desse dinheiro. Claro! Evidente! Porque não tem como dar saída oficial desse dinheiro da forma como foi dado. Porque foi mandado sacar, as pessoas sacaram sem dar recibo; outros deixaram apenas os nomes; tem Carlos, tem Rodrigo, tem fulano, tem beltrano. Ou seja, oficialmente não tem como dar saída desse dinheiro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sou *expert*, mas vou tentar falar o que o meu contador falou para mim: isso está lançado em uma conta chamada Conta Empréstimo PT, então tudo o que saiu relacionado a isso foi lançado nessa Conta Empréstimo PT.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

074

3435

Doc:



09/08/05

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Mas se fosse empréstimo ao PT, alguém do PT teria que assinar o documento legal, pessoas que tivessem autoridade para assinar, e não ser da forma que foi, picado, retalhado, como V. S<sup>a</sup> fez, mandando o Banco Rural pagar “a”, “b” ou “c”.

Outra pergunta que lhe faço: só o Banco Rural e o BMG fizeram esse tipo de pagamento ou outros bancos também fizeram?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, só o Banco Rural...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – O senhor só usou o Banco Rural?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só o Banco Rural.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Exatamente o mesmo Banco que, lá atrás, tomou prejuízo – não tomou prejuízo porque o senhor pagou depois –, mas que teve uma pendenga judicial com V. S<sup>a</sup> de R\$9 milhões e que V. S<sup>a</sup> teve dificuldade de pagar. E o Banco incorreu no mesmo erro: emprestou R\$9 milhões e, agora, R\$55 milhões, como diz V. S<sup>a</sup>, sem garantia real, sem nenhuma garantia, a não ser os contratos de serviço que o senhor tinha com o Governo Federal e que teve, no passado, com o Governo do Estado. O senhor acha isto justo: um banco qualquer poderia emprestar esse dinheiro ao Sr. Marcos Valério sem ter nenhuma garantia real? Ou teria alguém maior que estava avalizando e falou diretamente com o Banco sobre isso? Porque Marcos Valério não teria crédito sozinho para tomar tão vultosa quantia de dinheiro, a não ser que alguém estivesse realmente por trás disso tudo para autorizar esses empréstimos.

E outra coisa...

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – O tempo de V. Ex<sup>a</sup> acabou e já tive uma tolerância de um minuto.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Só para concluir. E outra coisa, Sr. Presidente, o Sr. Marcos Valério sabe que o PT não tinha condições de pagar esse dinheiro, que só poderia ser pago de alguma forma que não fosse diretamente pelo PT ou se fosse dinheiro de faturamento de outras empresas que o senhor, por acaso, viesse a fazer.

Era isso, Sr. Presidente, e aproveito para me re-inscrever, caso tenhamos outra rodada de perguntas.

Só para concluir, o dinheiro que a Telemig Celular passou para V. S<sup>a</sup> que destino teve?

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – V. Ex<sup>a</sup> já falou muito além do tempo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Telemig Celular é cliente desde 1998 e, se pegarmos todos os lançamentos – é importante isso, acho que a Comissão tem que fazer isso – não tem nenhuma nota calçada ou nota fria que chama, não sei, de que eu fiz na Telemig Celular. Primeiro, porque é uma empresa muito auditada. Então, a Telemig Celular, desde 1998, um Deputado apresentou o faturamento de mais de R\$100 milhões. Começo desde

CPMI - CORREIOS  
S: \_\_\_\_\_  
Doc: \_\_\_\_\_



1998, ela faturou um pouco mais de R\$100 milhões e é a maior anunciante de Minas Gerais. Se pegar o *ranking* do Ibope, a maior anunciante de Minas Gerais é a Telemig. Agora, eu atendendo a Telemig estou levantando essa suspeita. Mas se você pegar o Sr. Duda Mendonça, ele atendeu a Brasil Telecom a partir de 2003 e faturou um pouco mais de R\$200 milhões. É só pegar esse levantamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado...

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Narcio Rodrigues.

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – É só para fazer um reparo, Sr. Presidente. Eu gostaria de chamar atenção do Plenário. Estamos fazendo uma série de questionamentos e tratando de biografias importantes, sem ter o cuidado de, muitas vezes, fazer referência. Agora há pouco, o Deputado Devanir Ribeiro fez uma referência sobre a presença do publicitário Sérgio Esser, no Governo de Minas Gerais. Quem conhece a biografia, o currículo de Sérgio Esser sabe que ele foi vítima aqui de uma grande injustiça. Ele foi Secretário-Adjunto de Comunicação do Governo Hélio Garcia, foi redator e editor do jornal **O Estado de Minas**, do **Diário do Comércio**, trabalhou na Vale do Rio Doce, na Fundação Dom Cabral, foi Superintendente do BDMG e hoje é funcionário contratado da Cemig. A sua biografia fala por ele. Ele foi tratado aqui como se fosse mais um bandido nisso que está virando a prática preferida hoje no Brasil, o esporte preferido, que é falar mal dos mineiros. Então, eu queria fazer um reparo e chamar a atenção do Plenário, porque estamos sendo ouvidos pelo Brasil inteiro. Então, precisamos ter muito critério ao falar de pessoas que estão em atividade profissional e que merecem de nós, no mínimo, o critério de saber de quem efetivamente estamos falando. O Dr. Sérgio Esser é um dos orgulhos que Minas tem na área de comunicação. Não posso deixar de fazer esse registro para o Plenário. Ele está contratado pelo Governo hoje por critérios de absoluta competência, e tenho a obrigação de chamar a atenção do Plenário para que usemos esse exemplo e evitemos, no futuro, começar a rasgar biografias que foram construídas com muita dedicação, denodo, competência, respeito e profissionalismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero registrar, para conhecimento de todos os presentes, que tenham esses cuidados. O fato de um Deputado perguntar ao depoente se ele conhece determinada pessoa não é nenhuma agressão, quer dizer, entendo que, se ele fez essa pergunta, tinha uma razão lógica para fazê-la. Evidentemente, é lamentável se procedeu de maneira a simplesmente fazer uma menção, a lançar sob suspeita o nome de pessoas honradas.

Quanto a essa relação que foi lida, referente a 1998, não é necessária a leitura. Eu apenas a coloquei e o Plenário, unanimemente, se manifestou pela leitura, e eu diria que essa questão está no Supremo Tribunal Federal. Há uma

2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

075

3435

Des:



ação correndo no Supremo Tribunal Federal, em que esses nomes ou grande parte deles e outros nomes estão sendo mencionados. É uma ação pública que está já em curso perante o Supremo Tribunal Federal. É por isso que a segunda lista que está aí e de que todos estão falando surgiu aqui, mas nada mais é do que cópia de algumas folhas, inclusive pode ser uma montagem, mas veio como sendo uma ação, menos a capa, e noticia uma ação em curso perante o Supremo Tribunal Federal, que, pelo que vi, foi acessada no *site* do Supremo. Em situações dessa natureza, evidentemente, precisamos ter cuidado, porque, senão, colocam-se sob suspeita nomes importantes, nomes honrados. Mas, infelizmente, depende da consciência de cada um. Procuro conduzir isso com absoluta isenção, como um magistrado. Não tenho, talvez, esse título, mas procuro fazê-lo como magistrado, para não tomar partido de nenhum lado, a não ser o partido da verdade, do Regimento e da legislação que rege essa matéria.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Moroni Torgan, no prazo regimental.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, antes de entrar nas minhas arguições, tenho uma arguição do Deputado Onyx Lorenzoni acerca dos R\$1,2 milhão que foram para o Diretório do PT do Rio Grande do Sul. Dizem que identificaram lá os dois cheques de R\$75 mil, uma para a Impresul e outro para a Impress, e R\$200 mil, que o mensageiro Paulo Bassotto teria pego. Eles não estão identificando os outros R\$850 mil. Quero saber se V. Ex<sup>a</sup> sabe como foram entregues os R\$850 mil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em dinheiro vivo, Deputado.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – E a quem? O senhor lembra?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza, a um desses três. Era sempre um deles que pegava o dinheiro em Belo Horizonte, em Belo Horizonte.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Em Belo Horizonte, em dinheiro, a um desses três.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Por uma questão de consciência, quero saber se para o PT do Ceará teve alguma coisa mais do que aqueles R\$250 mil para o Deputado Guimarães.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Só o Deputado Guimarães.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Porque teria saído uma outra notícia de que haveria mais R\$250 mil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, não. Da minha parte, só. Agora, não posso garantir o que foi para o PT Nacional, se houve outros repasses...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Que podem ter...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Que podem ter ido. Aí não posso garantir.

REG Nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



09/08/05

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – É só uma questão de esclarecimento de dados, acho muito tranqüilo.

Em primeiro lugar, quero dizer que da última vez fiz um apelo para o senhor dizer a verdade, e esse apelo foi reiterado. Acho que o senhor está no caminho. Penso que, desta vez, o senhor está dizendo muito mais do que disse da primeira vez na CPMI dos Correios. Mas ainda há algumas coisas que não batem, e vou tentar colocar para o senhor onde estão as minhas dúvidas nesse sentido.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E eu tentarei tirá-las, Deputado. E peço desculpas ao senhor pela CPMI passada.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Pois não. Pode ficar tranqüilo. Antes, uma pergunta. O senhor teve alguma coisa a ver com o Banco de Crédito português num contrato com a Caixa aqui, não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei dessa operação. Não sei.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Outra coisa, teve um funcionário da Secom, que saiu da Secom e foi trabalhar para o senhor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Teve uma senhora que trabalhava para mim, a D. Telma, que era esposa do Marco Antônio Silva, que trabalhava na Secom. Mas a Telma já tinha experiência na área de propaganda e tudo e foi trabalhar numa empresa de eventos. Essa empresa chamava-se Multiaction, que acabou fechando as portas, porque perdeu os clientes.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Então, o marido é que era Assessor do Ministro Gushiken?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Era subalterno. O Assessor principal era o Dr. Marcus Flora, e ele estava no terceiro escalão. É verdade.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Eu tenho algumas dúvidas. A coisa que mais me preocupa é a origem do dinheiro que sai. Por exemplo, o caso de 1998, na minha opinião, é diferente do atual, porque havia um ex-sócio da empresa, que estava candidatando-se, e ele mesmo pediu à empresa: faça um empréstimo para a minha campanha. E ficou muito nítido que era só para a campanha. Ou eu estou pensando errado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade.

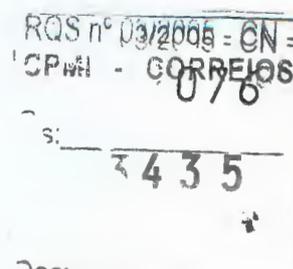
**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – É verdade. E aí não havia empréstimo com aval de partido político ou coisa nenhuma disso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, o garantidor eram os créditos da Secretaria de Comunicação do Estado de Minas Gerais. No contrato, aparece esse garantidor.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Esse garantidor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aparece.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Então, isso encerrou-se com a campanha, e não houve mais continuidade. Só ficou a dívida que o senhor disse que pagou posteriormente.





**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E houve uma disputa judicial com o antigo sócio, inerente a essa dívida.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Dessa dívida que, no fim, foi para ajudar a campanha dele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso, justamente.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É uma coisa diferente pegar dinheiro depois da campanha – foi depois de 2002 esse esquema de empréstimo – e durante as atividades do Congresso esse dinheiro ser distribuído. Pode ter sido para pagar conta de campanha, o que seria um erro menor, mas pode ter sido para direcionar votações no Congresso, o que seria um erro muito maior: corrupção explícita.

O dinheiro de 1998 não dava para esse fim, só para o primeiro fim. Já o dinheiro de 2003 e 2004 já pode ser encarado para esse outro fim, o de direcionar votações no Congresso, de acordo com o dinheiro que foi pago ao Parlamentar. Aliás, esta CPMI existe justamente para analisar isso, para termos a certeza de que isso aconteceu ou não.

Há uma coisa que fica difícil de entender: o senhor foi para Portugal com o Palmieri, para ele passear com o senhor e dizer para o Roberto Jefferson... dar uma expectativa de receber dinheiro pelo Roberto Jefferson e o senhor ter passado em Portugal. Deixou lá um portfólio da sua empresa na mesa do Presidente...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – ... e isso foi tudo que aconteceu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Dessa última vez, não fui atendido. E, na verdade, o Sr. Roberto Jefferson, o Sr. Emerson Palmieri – vou usar o português claro – foi de intrometido, porque não tinha nada que estar lá. Ele foi simplesmente para dar uma fuga da pressão do Sr. Roberto Jefferson, que o estava pressionando aqui.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É isso que fica meio... Quer dizer, vou-me mandar para Portugal, para fugir de uma pressão. Por quantos dias vocês viajaram?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Três dias.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Pois é...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dias 24, 25 e 26.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – ...vai fugir de uma pressão por três dias? Quer dizer, dois dias em avião e um dia lá? Diga-me: como ele vai fugir de pressão em três dias? Não...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que essa pergunta...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Isso é coisa que não bate.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com toda a sinceridade, Deputado, e neste momento quero...

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Porque aí bate mais aquela informação de direcionar verba do IRB, de o Banco Espírito Santo querer as verbas do IRB, essas coisas. Quer dizer, aí dá para entender.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, mas essa posição...

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Agora, ir só para o senhor botar o portfólio lá... nem conseguiu a audiência e volta... Pelo telefone, não era mais fácil isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, essa posição que o senhor colocou do IRB foi muito importante. Se analisarmos um editorial do Sr. Luís Nassif sobre o Banco do Espírito Santo e sobre as comissões – o Dr. Roberto Jefferson vem aqui e fala que são 100 milhões de comissões –, vamos ver que tudo é fantasia. Se você analisar e ler, desculpe-me, Deputado...

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Quer dizer, o IRB não tem... tanto faz. O IRB não tem US\$600 milhões, para investir, tirar de um banco e botar em outro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E mesmo que tivesse, não poderia nunca aplicar em um único banco. E nunca um banco de primeira linha, europeu ou mundial, iria pagar um nível desse de comissão. O próprio Luís Nassif escreve isso com o maior brilhantismo.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Agora, deixa eu entender uma coisa: o senhor trabalhou vinte anos em banco, inclusive no Bemge?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Então, o senhor tem noção desse trabalho bancário?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Burocrático, sim; não com...

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Vamos no burocrático. Aqui houve uma linha investigatória que eu gostaria de trocar em miúdos com o senhor: a questão do investimento dos fundos de pensão. Esse investimento dos fundos de pensão, quando é feito num banco... Estou muito mais preocupado de onde o dinheiro pode vir e por que os bancos, de repente, têm uma boa-vontade tão grande em dar dinheiro assim para partido. Então, a aplicação dos fundos de pensão pode determinar um lucro bom para um banco?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sei, Deputado, até porque...

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Dentro da sua experiência bancária.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dentro da minha experiência – e eu também não sou hipócrita –, vou responder a essa pergunta, mas primeiro quero deixar claro uma coisa: eu não visitei nenhum presidente de fundo de pensão, eu não estive em nenhum fundo de pensão, não falei com nenhum fundo de pensão e eu não intermediei nenhum negócio de fundo de pensão com nenhum dos bancos aí citados.

Q.S. nº 03/2005 - CN =  
CPM - CORREIOS

077

3435

Doc:



09/08/05

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Certo, eu não perguntei isso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vamos deixar isso à parte, isso claro: que eu não fiz isso, e vamos agora responder o português claro dessa pergunta. É evidente que bancos pagam comissão. Se ficarmos enganando um ao outro nisso, vão achar que nós dois estamos contando um conto da carochinha um para o outro. Evidente que banco paga, mas, para mim, nunca, porque eu nunca estive com nenhum fundo de pensão.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Então, basta o movimento do dinheiro de fundo de pensão para aparecer esse tipo de comissão, não é?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nós dois não podemos ser hipócritas de achar que não, senão nós dois vamos estar aqui mentindo um para o outro.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – É isso o que eu estava pensando, porque outra coisa que pegou mal para mim foi o seguinte: eu não sei se eu tive só experiência ruim com banco, mas, toda vez que eu fiquei devendo com banco, é juro, é não sei o quê, é tudo o mais. Só no cartão, se a gente ficar devendo, estoura, quase que duplica o negócio que está devendo ali com o banco, e não abre um centavo. E, de repente, vi o Banco Rural assim muito bonzinho, uma benevolência incrível que eu nunca vi na vida, e com milhões e milhões de reais. Quer dizer, eu até gostaria que os micro e pequenos empresários tivessem esse mesmo tratamento. Quando não se paga a dívida, aí rola, não precisa pagar nem os juros, embute mais tarde lá e deixa rolando a dívida. Quer dizer, é um pensamento muito benevolente dos bancos para a gente acreditar que esse tipo de empréstimo não teve a direção dos bancos concordando também. E eu acredito que sim, porque inclusive V. S<sup>a</sup> intermediou reuniões das direções do Banco Rural e do BMG com gente do Governo, não é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Procede, mas não nessas reuniões, necessariamente, nós nunca tocamos nesse assunto. Volto a falar – e não vou ser também, como eu estou aqui para falar estritamente a verdade...

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Nas reuniões com gente do Governo, nunca disseram que iam dar um empréstimo para o PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Agora, eu vou contar, eu vou falar para o senhor o que o Sr. Delúbio me falou, e o que eu acho, e o que aconteceu. Eu acho que teve um aval de uma pessoa de alto nível, e eu citei o nome de quem eu acho, que o Delúbio tinha-me falado, que é o ex-Ministro José Dirceu, e acho que os bancos...

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Mas isso o senhor não precisava nem achar, porque o senhor se dava com os diretores dos dois bancos, inclusive o falecido vice-presidente do Banco Rural era seu amigo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, mas...

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Então, o senhor devia ter perguntado: “Olha, eu estou fazendo este negócio aqui, mas vocês sabem o que que é, não é?” Porque a outra coisa que eu vejo é que a sua esposa estava muito

ROS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fls: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



mais desesperada com isso do que o senhor, porque imagine dever R\$50 milhões. Se vender tudo o que o senhor tem, dá mais ou menos quanto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ela não está tão desesperada quanto eu não, que eu perdi dez quilos.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Perdeu dez quilos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Perdi dez quilos.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – É que eu estou vendo aqui o senhor mais tranqüilo nesse negócio de uma dívida, para quem está devendo R\$50 milhões. Essa tranqüilidade só pode ser porque essa dívida já está mais ou menos equacionada com os bancos e tudo o mais.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – A idéia que passa para a gente – estou dizendo que essa é a idéia que passa para a gente – é que os bancos já estão mais ou menos tranqüilos de botar aquilo como despesa de uma dívida não paga, porque eles já ganharam em outro lado. “Foi inadimplente o devedor, e eu vou ganhar do outro lado, ou já ganhei do outro lado.”

O senhor não acha que é mais ou menos isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Se fosse isso, eu acharia até bom; sabe por quê? Eles não estariam me cobrando judicialmente. Eu estou falando sério. Se fosse isso, eu acharia bom.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Eles estão lhe cobrando judicialmente desde quando?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desde a semana passada.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Ah, semana passada, depois do rolo. Até o rolo estourar, nunca houve essa cobrança?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, é porque venceu o do Rural, e o do BMG vence agora em setembro.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Vai ver venceu da outra vez, e eles só rolaram.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, mas, desta vez, agora, não.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Quer dizer, agora já não estão rolando?

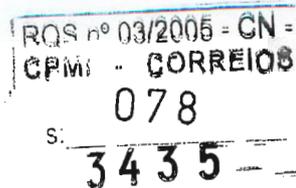
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não estão rolando. Já estão cobrando.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Porque agora eles estão sentindo que vão botar na inadimplência e vão descontar no Imposto de Renda...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas o meu nome vai ficar sujo.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Eu só vi banqueiro perder dinheiro quando ele bota no bolso. O banco...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O meu nome vai ficar sujo; e, um dos exemplos, os meus cartões de crédito todos foram cortados.





09/08/05

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É verdade.**

Para encerrar, eu gostaria de dizer algo: o senhor passou para a Comissão uma idéia de que está temendo alguma coisa, não sei se chantagem ou pressão. Vejo que, só de falar isso, o seu semblante mudou. Então, eu posso até ser meio duro – muitas vezes o pessoal me acha meio duro –, mas eu acho que a família temos de preservar, e sempre da melhor maneira. Eu tenho o maior respeito sempre pelas pessoas. Eu só quero dizer ao senhor que arquivo que as pessoas querem apagar é arquivo vivo, ou seja, aquele que não contou. O que não contou é que sofre todo tipo de risco. O que conta deixou de sofrer o risco, porque já contou. Se contou, não tem mais razão de sofrer o risco, a não ser que estejam com algum refém seu em algum lugar. Ai eu até entendo.

Se não for assim, eu lhe dou um conselho, que eu daria para o meu irmão, para o meu pai, para qualquer um: conte tudo o que tem que contar aqui na CPMI. Nós podemos chamar o Ministério Público, podemos chamar o Judiciário e dar-lhe todas as garantias para que o senhor possa contar tudo o que tem que contar. Enquanto o senhor guardar um segredo na sua cabeça, tanto o senhor quanto a sua família correrão risco. No momento em que o senhor botar esse segredo para fora, deixou de haver risco. Podem ficar com raiva, com isso ou com aquilo, mas deixou de ter razão de ser o risco, porque o senhor deixou de ser um arquivo vivo.

Então, este é o apelo que lhe faço neste momento, em respeito a tudo, até mesmo em respeito aos padrões que temos. E vejo que o senhor tem um amor especial pela família, e respeito isso. Respeito todos os que defendem e cuidam da sua família. Em respeito a isso, eu gostaria de dizer: peça uma reunião reservada para o Presidente ao final - não precisa ser agora, mas ao final - e coloque tudo na mesa. Vamos colocar tudo na mesa para a sua garantia, muito mais por isso, porque talvez isso que o senhor não esteja contando agora descobriremos com o passar das investigações. Talvez descubramos. Enquanto não descobriremos, o risco é seu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Deputado, tudo o que ocorreu dentro das minhas empresas, tudo, tudo o que ocorreu de saques, de depósitos, que têm origem, não tiveram nunca origem de dinheiro público; foram empréstimos. Tudo o que ocorreu dentro das empresas, a CPMI já vai ter acesso total.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) –** Mas eu quero o que ocorreu dentro da sua mente. Desse arquivo é que tem gente que vai ter medo. É esse arquivo que coloca o senhor e os seus familiares em risco. Isso que está ocorrendo e que ocorreu na sua mente é o que a CPMI quer receber.

Eu lhe dou um conselho: peça uma reunião reservada ao término, e vamos conversar abertamente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Não, obrigado, Deputado. Eu prefiro reunião aberta. Obrigado. Agradeço as suas palavras. Agradeço mesmo, com todo o respeito.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) –** Passo a palavra ao próximo orador inscrito. Antes, porém, concedo a palavra ao Vice-Presidente.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



Paulo Pimenta; em seguida, ao Senador Romeu Tuma, em substituição à Senadora Fátima Cleide.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs., Sr. Marcos Valério, vou procurar aproveitar bem os meus quinze minutos para tentar equacionar o conjunto de dúvidas que tenho. Vou tentar percorrer esse caminho desde o seu início para chegar até hoje.

Sou daqueles que fiquei com a firme convicção de que, de fato, o episódio da eleição de 1998 é muito semelhante. Trata-se de um empréstimo no mesmo Banco Rural, que foi repassado integralmente para campanhas eleitorais, as pessoas que receberam não contabilizaram, e a garantia apresentada aos bancos foram contratos que o senhor possuía com o Governo do Estado de Minas Gerais. Está correto esse meu raciocínio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Correto, Deputado.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Quem era o avalista do empréstimo que o senhor fez para a campanha do então candidato a Governador Eduardo Azeredo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tinha um penhor de crédito, direitos creditórios. É uma operação bancária com a Secretaria de Comunicação do Estado de Minas Gerais.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Quem assinou como avalista?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Os sócios. E o Governo assinou como cedente de direitos creditórios.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – O Governo do Estado assinou como avalista?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não diria avalista. É uma operação de direitos creditórios.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Anuente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – São direitos creditórios. É uma operação corriqueira dentro do mercado financeiro.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Tinha conhecimento sobre a destinação do recurso?

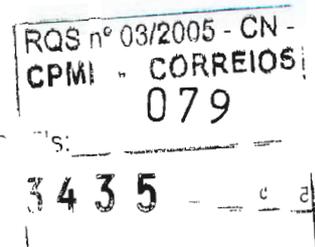
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, tinha conhecimento. Creio que sim.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Perfeito. Esse dinheiro não foi pago; o banco não executou o fiador?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, entenda bem: acabou-se o Governo Eduardo Azeredo, o Governador Itamar Franco decretou uma moratória. Então, não recebemos esses direitos creditórios, e tive que fazer um acordo com o banco para pagar o banco. Houve uma moratória no Estado de Minas Gerais. Isso foi público e notório.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – O empréstimo foi da ordem de R\$9 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.





09/08/05

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Em valores corrigidos para hoje, a título de esclarecimento a quem possa interessar, segundo cálculos que recebi aqui, daria alguma coisa em torno de R\$58 milhões. Coincidentemente, um valor muito semelhante ao que chega o cálculo de hoje. No entanto, observando aqui esta lista, dá R\$1,805 milhão, considerando os 79 nomes. Mais R\$4,5 milhões que, segundo entendi, o senhor pagou à agência de publicidade que fez a campanha do Sr. Eduardo Azeredo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu repassei para o Sr. Cláudio Mourão, e ele pagou à agência, de acordo com nota que está aí, assinada pela Sr<sup>a</sup> Zilmar.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Na época, a empresa Duda Mendonça fazia a campanha do Sr. Eduardo Azeredo, e foram pagos R\$4,5 milhões com o dinheiro desse empréstimo, não contabilizado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Dinheiro do caixa 2; é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Mas R\$4,5 milhões mais R\$1,8 milhão dá R\$6,3 milhões. Faltam ainda R\$3 milhões e pouco. Onde estão os R\$3 milhões e pouco que faltam? Quem recebeu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Dr. Cláudio Mourão, tesoureiro da campanha na época.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – O Dr. Cláudio Mourão. Esses R\$3 milhões também foram repassados para a campanha?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Mas não consta na lista dos 79 e não consta também nos R\$4,5 milhões. Então, são R\$3 milhões que nós não sabemos aonde foram parar. Correto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Correto.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Eu recebi este documento, que diz o seguinte: “Autorizamos o Banco Rural debitar, em nossa conta-corrente número [...], o valor de R\$95 mil [na época], transferindo para as contas abaixo-relacionadas”. Aí há cinco pessoas que receberam. Tem o número das contas, os valores. São cinco pessoas, que não constam na lista dos 79. Este documento confere? Foi feita, de fato, essa transferência? Essas pessoas receberam?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, eu teria que conferir. Este documento aqui, com folha e tudo, eu não conheço. Mas eu teria que conferir.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Eu vou lhe dar esta cópia.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está ok.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – O senhor pode ficar com esta cópia até para...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu lhe darei resposta, Deputado.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fis: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Aí, passa a eleição, o Eduardo Azeredo não vence a eleição, surge o Itamar, o senhor começa a melhorar os seus contratos também com o Governo Federal. Correto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Correto.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Fernando Henrique é reeleito, e o senhor passa a trabalhar mais na esfera federal - o Itamar tinha dado a moratória lá.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade. Quem atendeu o Governo Itamar Franco, além de outras empresas, foi a empresa que fez a campanha dele.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Aí, veio a eleição de 2000, e o senhor não participa. Esse processo criativo de financiamento não contabilizado não funcionou em 2000?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não; não trabalhamos na campanha eleitoral de 2002.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – E, na eleição de 2002, também não funcionou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também não.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – As empresas não repassaram recursos para candidatos durante o processo da eleição de 2002?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nós fizemos algumas pequenas doações, Deputado.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Contabilizadas ou não contabilizadas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Contabilizadas, que estarão no disquete. Com certeza, algumas pequenas doações nós fizemos.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Contabilizadas, pelo menos pelo senhor. Não se sabe se os candidatos contabilizaram.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É; aí eu não sei, até porque nós éramos uma agência muito conhecida em Belo Horizonte e em Minas Gerais.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Então, a lista das pessoas que receberam recurso na eleição de 2002 vai estar no disquete, que o senhor entregará à Procuradoria e também a nós?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. Mas é pouca coisa.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Perfeito. Pouca coisa é quanto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É R\$300 mil.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Trezentos mil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para vários Deputados.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Perfeito.

A doação, pelo menos na sua contabilidade, está contabilizada. Não se sabe...

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

080

3435

Doc:



09/08/05

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei nas outras.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Aí vem a eleição de 2002, primeiro, para o segundo turno; o senhor conhece o Delúbio nesse processo...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – E de onde é que surge a idéia? Quer dizer, como é que o Delúbio sabia dessa possibilidade de obtenção de empréstimo no Banco Rural? Quem é que teve essa idéia de recuperar o esquema lá de 1998?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É importante salientar que o Banco Rural já trabalhava com a Prefeitura do Estado de São Paulo. E o BMG também.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Perfeito.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aí, o Dr. Delúbio Soares... Vou voltar lá atrás para explicar. O Dr. Delúbio Soares, no início de 2003, me contou que tinha alguns companheiros, algumas pessoas com dificuldades, e me perguntou qual a solução que achava que eu poderia dar. Aí, falei: "Olha, Delúbio, a única solução que eu vejo, já que você não quer se comprometer com ninguém, é um empréstimo".

Aí, sugeri... Aí, eu mesmo contei para ele – quero deixar claro isso –, eu mesmo contei para ele que, em 1998, eu tinha financiado a campanha do então Governador Eduardo Azeredo e Clésio e eu tinha levado o cano, literalmente. Eu falei isso com ele. E eu disse: "Olha, daqui para a frente, eu prefiro o seu aval". E foi o que procedeu. Ele deu o aval no decorrer do processo dele.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Então, seria correto eu afirmar que o senhor sugeriu, que o senhor propôs ao Delúbio que utilizasse do procedimento semelhante àquele que o senhor tinha aplicado na eleição de 1998, com a ressalva de que, naquela outra oportunidade, o senhor tinha levado cano e agora queria uma segurança de que não iria, de novo, ficar no prejuízo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, seria correto falar que nós dois sentamos e discutimos que a melhor forma de viabilizar um recurso seria através de um empréstimo.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Através de um empréstimo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A verdade foi essa. Isso foi discutido dentro do PT.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Perfeito.

Há uma informação de que o volume de recursos que circula por dentro das contas das suas empresas é muito superior à soma dos contratos que o senhor possui e também dos empréstimos realizados. Essa é uma informação que procede? (Pausa.)

Vou fazer a pergunta de outra forma.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu entendi a pergunta.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – O faturamento, receita. O volume de recurso que circula dentro das contas...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Fora o volume de recursos que circulou de faturamento, o único volume extra que circulou – V. Ex<sup>a</sup> vai verificar isso pela contabilidade – foi o relativo aos empréstimos e mais nada.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Os empréstimos. Nenhum outro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nenhum outro.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Alguns Deputados, alguns Parlamentares têm justificado na imprensa o recebimento de recursos das suas empresas com o seguinte argumento: “Eu pedi um apoio [vamos pegar um exemplo] para a Usiminas e não sei por que razão recebi um dinheiro da empresa do Sr. Marcos Valério, porque, na realidade, quem colaborou com a minha campanha foi a Usiminas”.

Eles estão dando a entender que ocorreria uma operação triangular, em que a Usiminas depositaria recursos na sua empresa e o senhor faria repasses a candidatos. O senhor já deve ter escutado publicamente essa tese. Essa tese é razoável?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Bom, aí eu vou ter que explicar o que é a minha empresa dentro de Belo Horizonte. Nós já tivemos relacionamento – vou citar um exemplo – com o Sr. Roberto Brant. Nós já tivemos um relacionamento com ele, na nossa empresa SMP&B e na empresa DNA, muito grande. E não é só de uma campanha não.

Então, quando estourou o processo de escândalo que envolveu todas as empresas e a minha pessoa, fica muito mais fácil hoje falar que recebeu de outro do que de mim. Mas, na verdade, Deputado, o cheque que entrou na conta dele é da SMP&B. Não é da Usiminas.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Não foi um repasse que o senhor fez?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não foi um repasse.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Foi uma contribuição da empresa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi uma contribuição da empresa.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Para a campanha dele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para a campanha dele.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Não foi então uma operação triangular, digamos assim, para lavar dinheiro de um terceiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nunca.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – O senhor alguma vez tratou esse assunto com alguém do Partido dos Trabalhadores que não fosse com o Sr. Delúbio, com o Sr. Silvio Pereira ou com o ex-Presidente José Genoíno?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com o Sr. Marcelo Sereno. Ele sabia.





**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Com o Marcelo Sereno.  
O senhor teve várias oportunidades de ter contato direto com o Ministro José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Em alguma oportunidade, o senhor tratou desse assunto com o Ministro José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele não dá espaço para você conversar esse tipo de assunto com ele.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Repito a pergunta: em alguma oportunidade o senhor tratou esse assunto com o Ministro José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, porque ele não dá espaço para você conversar com ele.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – O senhor nunca tratou esse assunto com o Ministro José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – O senhor supõe que ele poderia ter conhecimento - segundo foi informado ao senhor -, mas nunca tratou esse assunto com ele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nunca tratei e suponho – e acho que a minha suposição é a verdadeira –, porque os bancos renovaram os empréstimos.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Mas, à medida que o senhor diz aqui que tem hoje o Ministro José Dirceu como seu inimigo...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu não tenho o Ministro José Dirceu nem como amigo nem como inimigo. E também não tenho motivo para gostar dele.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Perfeito. Estou me reportando a uma afirmação que o senhor fez. Faço a seguinte ponderação, para concluir, e me socorro, inclusive, das transcrições coletadas. Quando lhe foi perguntado: “Que tipo de relação o senhor estabelece? É seu amigo?”, o senhor respondeu: “Não, era conhecido; agora é inimigo”. O senhor disse isso hoje mais cedo. Isso não descredencia qualquer afirmação que o senhor faça a respeito da participação dele nesse episódio, na medida em que o senhor, publicamente, declara que não nutre por ele nenhuma relação de amizade, de afeto, muito pelo contrário?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, não vou ser hipócrita de falar com o senhor que não me descredencia. Realmente, vou falar com toda a sinceridade, e falo mesmo, não vou ficar mentindo para o senhor, Deputado: não nutro nenhum sentimento de afeto e nenhum sentimento de amizade pelo Ministro José Dirceu. Não vou mentir não.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Romeu Tuma.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fis: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, acho que pouco terei a perguntar, porque, a esta hora, com tantos... Estou me fazendo ouvir? (Pausa.)

Acredito que, com o número de perguntadores, esgotaram-se todos os assuntos que poderiam esclarecer mais um pouco esta CPMI do Mensalão sobre a participação do senhor nesse esquema que está sendo levantado.

Perguntaria ao senhor, com todo o respeito: os primeiros negócios de empréstimo foram feitos com o Sr. José Augusto Drummond, funcionário do Banco Rural que veio a falecer por acidente; é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade, sim.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Depois da morte dele, o senhor teve mais alguns empréstimos, além dos que ele provocou e cooptou com a diretoria do banco, por confiança no senhor e com a certeza - falo isso com tranquilidade, pela informação que recebi - dos indicativos de que o Governo, através do José Dirceu, respaldava a sua pessoa na conquista dos empréstimos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com o Ministro José Dirceu eu nunca tratei, mas...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Psicologicamente, dando a entender claramente...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, sim.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ... que o Governo responderia pela garantia dos contratos? A diretoria do banco sentiria isso ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não diria o Governo, Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Governo que eu digo é dentro do esquema do Partido.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu diria que, dentro do esquema do Partido, o Ministro José Dirceu seria o garantidor moral da operação.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Seria o avalista indireto. Moralmente, psicologicamente, o banco provavelmente se sentiu garantido pelo Governo, através do José Dirceu. Então, não se assustou quando os primeiros pagamentos não foram feitos. É isso mesmo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eles renovaram, não é?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não foi feito, porque, para renovar, tem que... Não pagaram.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, parece-me que houve seis contratos, e, com as renovações, chegou a 27. É isso mesmo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – São várias renovações. Na verdade, não contei.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não é importante. Nenhuma vez foi feito pagamento, doutor? Nenhum deles foi pago?

RQS Nº 03/2005 - CN -  
JPM - CORREIOS

082

3435

loc:



09/08/05

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só um, do BMG, que ele transferiu o... Está explicado na folha que passei...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpe-me se eu perguntar novamente o que o senhor já respondeu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Não tem problema nenhum, Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É que, como estão levando duas coisas diferentes, na situação do empréstimo de 1988 e no de agora, no que tange ao aspecto da garantia - como o vice-presidente questionou bem o senhor sobre o de 1988 -, estou querendo buscar a atual operação que foi feita.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não tem problema; eu explico. Houve um empréstimo de R\$14 milhões, que foi feito para matar um pedaço do outro, no BMG. Fora isso, tudo foi renovado automaticamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) - Sem pagamento?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sem pagamento.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Nem os juros? Nada foi pago até?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nada, nada, nada.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Digo isso, porque a porque a sua senhora, com todo o respeito, ela foi, aqui, admirada por todos pelo amor que ela demonstrou pela família e sua preocupação com o senhor, em razão do montante das dívidas, pois não teria como pagá-las se caso forem executadas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ela se baseou na sua certeza, segundo informação do Delúbio, de que o José Dirceu garantiu os pagamentos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Foi o que entendi, conforme as colocações feitas por ela, que o fez com muita tranqüilidade aqui.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ela disse que nunca ouviu ou participou de conversas entre o senhor e o José Dirceu sobre isso. Eu soube – nesse ponto não tenho a certeza fundamentada – que o José Augusto telefonava para o José Dirceu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aí eu não sei.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Algumas vezes conversava com ele e tranqüilizava à diretoria de que os empréstimos seriam pagos oportunamente. O senhor disse que o Delúbio disse-lhe que a arrecadação era de R\$50 mil ou de R\$50 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Cinquenta milhões.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Cinquenta milhões. Então, dava para pagar R\$20 milhões do empréstimo.

Essa arrecadação era por ano ou por mês?

Q5 n° 632005 = CN =
CFM - CORREIOS
IS: _____
Doc: _____



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Acho que é por ano.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só de contribuições?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só de contribuições.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Fora qualquer outra...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Fora qualquer outra...Foi o que ele me falou.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Os contratos do Banco do Brasil, que serviam de garantias, tinham como praça de pagamento Belo Horizonte e o receptor o Banco Rural. Eram pagos ao Banco Rural os trabalhos que o senhor fazia para o Banco do Brasil?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Alguns contratos dele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Certeza absoluta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Absoluta, senhor.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Se chegasse a informação...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Não eram pagos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não estou afirmando; mas a informação que tenho, e ficaram de comprová-la...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu a estou afirmando.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ficaram de me comprovar que os contratos do Banco do Brasil estavam no Banco Rural e os pagamentos eram feitos na praça de Belo Horizonte, no Banco Rural.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Os pagamentos do Banco do Brasil eram feitos no Banco do Brasil, na agência de Belo Horizonte.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E quem sacava era o senhor mesmo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Quem sacava era a agência, para pagar os fornecedores.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Para pagar os fornecedores. Só ficava com o senhor as comissões.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só ficavam, nas agências, as comissões.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quando o senhor fazia algum contrato com órgãos públicos, o senhor era obrigado a ceder alguma comissão ao PT ou a quem quer que fosse; a alguns Parlamentares ou a alguns dirigentes do Partido?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Nunca.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Nunca pagou nenhuma comissão pelos contratos?

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
083

3435



09/08/05

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Nunca paguei nada.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quem fixava os tetos que o senhor deveria dar a determinadas pessoas indicadas nessas listas que o senhor apresentou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, essa lista...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quem fixava esses valores?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Era o Sr. Delúbio Soares.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele mesmo os fixava?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele mesmo os fixava.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Provavelmente tendo em vista acordo anterior com as pessoas que eram responsáveis pelo acordo partidário?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Justamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Isso ele relatou ao senhor, ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não me relatou.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não lhe deu satisfação nenhuma?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. A gente discutia muita coisa, mas os valores, ele que os passava, com o nome das pessoas. E quando não, por exemplo, no caso do PL, foi o Jacinto que trouxe à empresa.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Os contratos feitos com os bancos são repassados, tanto o valor quanto o nome do tomador, para o Banco Central. Alguns bancos deixou de repassá-los para o Banco Central – o Banco Rural ou o BMG?

Além desses dois bancos, há algum outro banco que o senhor fez contratos de empréstimos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, não fiz.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só os dois?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só os dois bancos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E era comunicado ao Banco Central.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza está registrado, como está registrado no meu extrato da época também.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Dá para fazer o cruzamento sem nenhum...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sem nenhum problema. É isso aí.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Obrigado.

RGS nº 03/2005 - CN =  
CPMI - GOV. REIOS

Is: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



O Deputado que estava a meu lado pediu-me que lhe perguntasse se os pagamentos que o senhor fez à pessoa física houve desconto de Imposto de Renda na fonte – que é uma obrigação legal?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu acho que eu vou ter um problema com o Imposto de Renda. Eu não ...

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – O senhor não fazia o desconto na fonte, nem comunicava...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, não. Eu lancei em uma conta chamada Conta Empréstimo PT. Então, ...

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Essa conta, a qualquer hora, a Receita vai fazer o levantamento.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Receita já está fazendo, e eu vou ver o que eles vão apurar: se me cabe defesa na área administrativa ou se vou ter que caminhar para outro tipo de ... e rezar para ver se aparece um refis também.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – A informação que chegou a esta CPMI, e a que tenho, é a de que a movimentação financeira do senhor é de cerca de R\$1,6 bilhão. Refiro-me à movimentação financeira e não à operação de faturamento. Faturamento, tenho aqui, ...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso. Vamos fazer uma soma para que a gente fique sabendo mais.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Pela SMP&B, de 2001 a 2004: R\$286,549 milhões, e receita de R\$100,460 milhões. Na DNA Propaganda, de 2001 a 2004: R\$588,99 milhões.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É bom somar os R\$286...

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Por que essa enorme diferença entre faturamento e receita de uma agência para outra? A DNA Propaganda tinha empresas mais fortes, conforme dito em depoimento?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Justo.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Então, era menor o valor do lucro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque a SMP&B era uma empresa mais enxuta, não tinha tantos funcionários. Ela tinha uma negociação, que agora tem que ficar claro, eu já não sou publicitário, chamada BV: bonificação de volume. E a negociação da SMP&B era melhor do que a negociação da DNA Propaganda. Isso vai estar claro dentro do balanço.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Teve um lucro razoável, mais de 20%.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas é o lucro sem descontar os impostos; é o lucro bruto.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – É o lucro bruto.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Então, se você somar uma com a outra, vamos ter mais ou menos R\$1 bilhão.

Se você entrar, perdão, Senador.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

084

3435

Doc:



**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Não se preocupe. O respeito está sendo mantido.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se o senhor entrar com os empréstimos, aí vai ver que o movimento aumenta realmente.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – A movimentação financeira nada tem a ver com o movimento.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Realmente, não. E aí vai...

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Vejo que a circulação de dinheiro é bem superior à fase de negociação das suas empresas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E aí nós vamos desmistificar tudo via conciliação bancária. Vou entregar tudo e vai-se chegar à conclusão das saídas e das entradas. Como renovavam os empréstimos, entravam e saíam da conta. Entravam e saíam, cobrava CPMF.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – A circulação do dinheiro pode ...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Cobrava CPMF na entrada, na saída.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Sai do BMG, vai para o Rural. Do Rural vai para o Banco do Brasil. Então, essa é a soma.

O senhor conhece Alarico Assunção?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço. Foi o meu funcionário de mídia. Mas eu não o conheço pessoalmente não, porque não era a minha área.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Porque o senhor disse que nunca pegou nenhum funcionário exonerado da Secom. A informação é que ele saiu da Secom e foi trabalhar na SMP&B.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Como não é a minha área, eu posso ter feito esse...

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – O senhor não mentiu, apenas desconhecia o fato?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, foi um lapso. Realmente, eu não mentiria nunca. O senhor citou o nome aí, agora, e eu estou confirmando. Foi meu funcionário, sim.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Tenho aqui, não sei se falaram ao senhor sobre o depoimento prestado ontem, à Polícia, pelo Sr. Ricardo Pena Machado, que era seu sócio.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor, é verdade.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Ele faz, aqui, alusão aos aluguéis do Hotel Gran Bittar, para festas, com contratação de mulheres. Mas diz ele – aí é só para evitar que se confunda Deputados com outros tipos de atividades. Disse – desculpe-me a expressão, sem nenhuma ofensa – que “está todo mundo com medo do surubão, muito menos do mensalão”. Então, o surubão está assustando mais. Para esclarecer, o senhor teria pedido para ele preparar uma festa para um

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Ass: \_\_\_\_\_

Ass: \_\_\_\_\_



grupo de pessoas importantes de São Paulo. Não se fala em Parlamentares. Fala-se de “um grupo importante de São Paulo”, e que queria uma festa muito bem montada, com mulheres, vinhos, champanhes, garçons... Está descrito aqui, depois os outros receberão cópias. Eu vi, em um depoimento, que o senhor desmentiu isso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou ser muito franco com o senhor a respeito desse depoimento.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu já fiquei no Hotel Gran Bittar, não nego. O Sr. Rogério...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Isso eu já vi: que o senhor esteve.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Sr. Rogério também ficou. Agora, no meu nome, eu nunca fiz festa para ninguém em momento algum. O Sr. Ricardo Machado era sócio de uma empresa chamada MultiAction, que promovia eventos. Agora, os eventos que ele promovia, não tenho, a todos, acessos, até porque eu não administrava essa empresa.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Por que, primeiramente, ele contatou a Tuca Baruli? O senhor a conhece? Uma assessora, chamada Tuca Baruli...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não conheço.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...para preparar a festa; aí ela indicou a nossa Jeany, lá (Risos.) Nossa, não, de vocês. Desculpe-me.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desculpe-me, Senador, eu não conheço nem a Jeany, para o senhor ter uma idéia.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ela é famosa. Daqui a pouco ela está faturando alto aí, não é Presidente? A Cassandra da nossa CPMI. (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa área eu desconheço totalmente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O meu amor pela Zilda é permanente. Então, foram duas festas que ele teria programado. Uma outra foi para o Sílvio Pereira, que não compareceu por saber que era uma festa de aniversário.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha)*

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Estou terminando, Presidente.

Então, ele não compareceu, mas dá os valores que recebeu para pagar essas festas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Senador, com toda a sinceridade, eu nunca fiz festa para o Sílvio Pereira.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não? Aqui ele diz: “Foi programada, a pedido...”

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nunca! Em hipótese alguma...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor não participou, mas ele diz que foram oi Marcos Valério, o Rogério Tolentino, o Ivan Guimarães...





09/08/05

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza não participei, até porque a minha estada em Brasília era de um dia para o outro. E, realmente, em português claro, eu e o Ricardo tivemos um problema na saída dele da MultiAction.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Ivan Guimarães, do Banco Popular, tinha muita ligação com o senhor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tinha sim, senhor; é verdade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele fez muita publicidade com o senhor dos R\$25 milhões que ele gastou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Teve uma licitação interna das três agências e a SMP&B ganhou uma vez a licitação. E não foram os R\$25 milhões. Foi um pedaço dessa verba de R\$25 milhões. E, depois, outras agências fizeram também. E é verdade, o Ivan Guimarães teve uma...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Banco do Brasil é que garantia a publicidade do Banco Popular?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É. Porque o Banco Popular não é um Banco; é um apêndice do Banco do Brasil. E as agências do Banco é que atendia esse apêndice do Banco.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O que foi dito no depoimento que ele fez aqui, em um outro segmento, quando da aprovação da medida provisória, é que ele gastou, segundo ele, R\$25 milhões em publicidade e emprestou R\$20.

Qual era o fundamento na sociedade que o senhor tinha com o Dr. Clésio? Houve um rompimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou conceder a V. Ex<sup>a</sup> um minuto a mais para encerrar. Peço silêncio por parte dos demais.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só para eu entender a pergunta...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode formular a pergunta.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Qual era o papel do Clésio, primeiro, na sociedade com o senhor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele era um investidor, Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele participou da sociedade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele participou efetivamente da sociedade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Durante a campanha de 88, ele teve alguma participação na arrecadação, ou já havia saído da sociedade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, não. Ele já tinha saído da sociedade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Já havia saído.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A única coisa que ele...

RGS nº 03/2005 - CN =  
CP:MI - CORREIOS  
r.s: \_\_\_\_\_  
Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Retifico, de 98 não de 88.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A única coisa que ele fez foi me dar um telefonema à noite, na minha casa, e...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas tiveram uma amizade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Num dado momento sim, depois, não. Depois houve uma discussão judicial, que foi noticiada na imprensa...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...que ele pediu R\$6 milhões...? O senhor já disse isso aqui.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso.

É verdade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, está bom. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que ainda lhe sobraram vinte segundos.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador João Batista Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Sr. Presidente; Sr. Vice-Presidente; Sr. Relator; Sr. Marcos Valério.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. Fazendo soar a campainha) – Peço silêncio para que o próximo orador possa fazer as suas perguntas.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – RO) – Sr. Marcos Valério, quero que o senhor me confirme o seguinte: não houve nenhum depósito, nas contas das empresas mencionadas de propriedade de V. S<sup>a</sup>, que não fosse os de empréstimos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não houve nenhum depósito nas minhas contas que não fossem os empréstimos da SMP&B e da DNA. Houve, todos de clientes.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – RO) – Estamos aqui porque o Deputado Federal Roberto Jefferson denunciou ao País que ele estava cansado de levar ao conhecimento de Ministros de Estado, inclusive do Presidente da República, que não ia dar certo esse pagamento de mensalão. Depois, alguns Ministros confirmaram, outros disseram que não era bem assim. Mas, o certo é que estamos aqui, hoje, em razão de um denúncia que Parlamentares recebiam recursos para poder votar nos projetos de interesse do Governo. Nós estamos aqui por isso. E a coisa está mudando. Agora, a gente esta com a idéia de que esses recursos eram para tapar buracos, eram para pagar dívidas de campanha.

O senhor concorda com isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Pelo que eu vivi e assisti – eu agora vou falar o que vi e assisti –, eu não acredito no mensalão; pelo que eu vivi e assisti.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – RO) – Eu também acho que não. Eu cheguei a dizer que eu imagino que um grupo de pessoas foram para dentro do Governo para se apoderarem de recursos públicos, enriquecerem e na

RQS nº 03/2005 = CN =
CPMI - CORREIOS
15.11.05 086
3435
Doc:



hora de arrecadar esses recursos, esse grupo dizia que era, naturalmente, para pagar o voto de Parlamentares. Eu também acredito no que o senhor está falando. Inclusive o Deputado Roberto Jefferson, aqui, respondendo a uma pergunta minha, afirma a mesma coisa: ou foi para ganhar dinheiro, ou foi para um determinado Partido continuar no Governo. Ele confirmou isso aqui. O senhor concorda que não foi simplesmente para pagar o mensalão. Esse dinheiro foi, também, com outras finalidades, até o enriquecimento ilícito de determinadas pessoas. O senhor concorda comigo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Da minha empresa, eu não ajudei a enriquecer ninguém. É a primeira coisa que tem que ficar bem claro, porque, por mais que se comente, as minhas empresas, e eu, pessoa física, nunca fizemos nenhum negócio no Governo; nenhum. Agora, o dinheiro dos empréstimos foram repassados para essas pessoas que estão aqui. O que elas fizeram com o dinheiro, por exemplo, as pessoas citadas aqui, eu não sei.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – RO)** – Veja bem: o dinheiro não saiu apenas para Parlamentares. Segundo consta hoje, saiu para uma empresa chamada Athenas Trading, que, por sinal, é uma empresa do meu Estado, saiu para ela, que é uma empresa, aproximadamente, R\$2 milhões. Saiu também, para uma outra empresa de nome Garanhuns, que o senhor já confirmou; saiu para a empresa do Duda Mendonça. Então, esse dinheiro, que o senhor falou aí, que saiu para diversas pessoas, inclusive para pessoas jurídicas, como acabei de mencionar, não se tratou apenas de dinheiro de recursos para tapar buraco de campanhas, porque são empresas. O Duda Mendonça é um número volumoso: são R\$15 milhões. Qual seria a finalidade desse dinheiro? E essa firma Atenas Trading, lá do meu Estado, o senhor não sabe por que motivos foi ordenado essa remessa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Atenas foi um contrato mútuo que nós fizemos com ela, de empréstimo. Isso está devidamente contabilizado. Agora, Garanhuns, foi para o PL – a Garanhuns. E o Sr. Duda Mendonça, nós temos que perguntar a ele de onde...?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – RO)** – Mas, como o senhor ia pagar o empréstimo da Atenas com o dinheiro que era do PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, Atenas não está lançada na minha lista. Foi direto da minha empresa. Não está aqui.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – RO)** – Sr. Marcos Valério, eu queria que o senhor me confirmasse o seguinte: o Deputado Roberto Jefferson, em entrevista à **Folha de S. Paulo**, afirmou que o senhor lhe confidenciou que a proposta de reestatização das vias de transmissão da Eletronorte envolvia a empreiteira Schaim, que detém a concessão do circuito, ligando as estações de Tucuruí e Vila do Conde, no Pará, uma das mais lucrativas do setor. De acordo com o Deputado Roberto Jefferson, o senhor chegou a dizer que o Banco Espírito Santo – o Banco Espírito Santo de Portugal e não o do meu Estado; o do meu Estado é saneado e é uma beleza – o Banco do Espírito Santo iria comprar, à

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_\_



09/08/05

vista, a concessão da linha da Schaim num negócio já fechado e à vista, e que daria uma comissão entre R\$90 e R\$120 milhões, que seria repartido com o PT e o PTB. O Deputado Roberto Jefferson falou isso. Eu perguntaria ao senhor: é verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro, se eu fosse confessar, eu confessaria com um padre e não com o Deputado Roberto Jefferson. A última pessoa com quem eu iria falar seria o Deputado Roberto Jefferson. Segundo, eu conheço, *an passant*, o Banco do Espírito Santo, e ele não investe nesse tipo de negócio no Brasil, pelo que eu ouvi ele falando com o Ministro José Dirceu. Terceiro, eu nunca tratei isso, nunca, dentro da Eletronorte.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)** – Outra coisa, Sr. Marcos: a Probank, aquela empresa que presta serviço para o TSE, também recebeu um repasse. Foi a título de quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Probank não consta na minha listagem, Deputado. Eu não conheço...

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)** – Essa foi uma publicação do Cláudio Humberto...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não conheço. Ela faz o quê, a Probank?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)** – Ela presta serviço para o TSE, inclusive, uma delas, no fornecimento de urnas eletrônicas, “teria recebido recursos de suas empresas”.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, não, na minha lista ela não consta, Deputado. Desculpe.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)** – Essa nota saiu na coluna do Cláudio Humberto, por isso que eu queria que, se fosse verdade, o senhor pudesse me confirmar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas eu gostaria de anotar esses dados e, no disquete, talvez o senhor localize alguma coisa. Mas eu também tenho o material físico que vai estar disponível. Eu vou passar o endereço, e qualquer um da Comissão pode ir lá.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)** – Então, está bom. Dou-me por satisfeito.

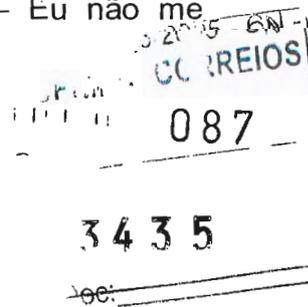
Muito obrigado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – De nada.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Concedo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Sr. Presidente; Srs. Deputados; Sr. Marcos Valério, o senhor disse que, em 2002, o senhor ajudou alguns amigos, que o senhor tem ajudado sempre, e o senhor disse que não iria revelar esses amigos. Em 2002, o senhor fez uma doação em nome da SMP&B para o Sr. Aécio Neves. Correto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não me lembro. Se foi, foi pouca coisa.





09/08/05

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se foi... Não sei.**

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Também foi contratada a SMP&B para fazer campanhas publicitárias no Estado de Minas Gerais nessa época, em 2002.**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nós atendemos a conta do Governo do Estado até a presente data. Não sei se vamos atender para frente.**

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.**

O senhor tem a informação, porque o jornal **Hoje em Dia** diz que a Fiat Automóveis, cliente da DNA – ela é cliente da DNA?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor, não é mais não.**

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...DNA Propaganda, de Marcos Valério, destinou 280 carros Pálio para a campanha de Aécio em 2002. O senhor tem essa informação?**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. E a Fiat deixou de ser cliente da MultiAction e da DNA.**

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem uma relação que foi entregue, em que aparecem diversas pessoas que teriam recebido repasse – e aí tem diversos Partidos, todos os Partidos receberam: PPS, PSB, PDT, PL, PST, PSC, enfim, PSDB, todos...**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Qual a relação, Deputado?**

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, é uma relação que tenho, aqui. Eu queria saber se nessa relação, que o senhor diz que tem alguns nomes, que o senhor tem os dados, mas tem outras que o seu Cláudio teria. Esse dinheiro foi repassado apenas para o PSDB ou tinha outros Partidos que também o senhor repassava ajuda para campanhas políticas?**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O que eu tenho, comprovantes, e posso declarar, está aqui. O restante, de 98, o Sr. Cláudio Mourão é que poderia dar essa explicação.**

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com certeza.**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não tenho condições de, de uma maneira aqui leviana, falar que dei para fulano, para cicrano e tudo.**

O que eu posso comprovar literalmente está aqui.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece um cidadão chamado Miguel Skin?**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Miguel Skin? Skin?**

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É. Skin.**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.**

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a empresa Oscar Skin e Cia Ltda, que atua em São Paulo e no Rio de Janeiro?**

09/08/2005 - CN =  
CPM - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Joc: \_\_\_\_\_



09/08/05

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Oscar Skin?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – É. S – K – I – N.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, não conheço.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas o seguinte: o senhor viajou com o Sr. Miguel Skin para o Japão no dia 20/11/2002.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, eu nunca fui ao Japão. O meu passaporte comprova isso, que está na PGR. É só pedir o requerimento.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O senhor não viajou para o Japão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nunca fui ao Japão.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Nem para os Açores? Nem Açores?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nem Açores.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

O senhor tem informação de que o Sr. Roberto Jefferson, na sua presença, fez uma ameaça ao Sr. Delúbio na sede do PT? O senhor presenciou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não é bem dessa maneira. Eu vou contar o que eu presenciei e o que eu vi. Ouvei; eu não vi. Então, é o seguinte: quem conhece o PT do Edifício Varig, tem uma porta; você entra na porta, tem a recepção, depois tem uma porta de vidro, você adentra a porta de vidro, dá uma volta assim e sai num café, que tem uma porta de vidro. E, do lado, tem várias salas de reuniões e uma sala grande de reunião. Em toda a sala tem uma estrela do PT.

Quando eu cheguei, ela me colocou na última sala. Não na sala do canto, porque existe uma sala no canto e duas salas assim. Ela me colocou numa sala do lado de cá, a pessoa; e, na outra sala, estava em altos tons – como a divisória é de madeira, aquela divisória fina de madeira, eu estava escutando os brandos do Roberto Jefferson com o Sr. Delúbio Soares.

Em respeito ao pessoal, eu não vou citar os nomes de que ele estava chamando o Sr. Delúbio Soares.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Eram ameaças?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza absoluta.

E, depois, ele saiu da sala; o Deputado Roberto Jefferson foi embora; ele não me viu – eu estava na outra sala –, o Delúbio entrou, mais branco do que essa folha de papel aqui, virou para mim e falou: “Nós vamos ter problema com o Roberto Jefferson”.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Em que data aproximadamente isso aconteceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi no início desse ano, março...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Desse ano?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desse ano.





**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Muito bem. O senhor conhece o Sr. Cristiano Paz, né? É seu sócio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, com certeza.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Como é que ele... Como é que o senhor se transformou em sócio do Sr. Cristiano Paz nas empresas? Ou foi o contrário? O senhor é quem... Foi ele que foi seu sócio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, ele era fundador das empresas.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Das empresas...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu é que me tornei sócio dele.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Certo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque havia uma grande dificuldade na SMPB Publicidade e, depois, eu fui... Nós fomos procurar um novo sócio e se criou a SMPB Comunicação, junto com o Clésio Andrade, o Cristiano, o Ramon e eu.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Qual a função dele nas empresas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele é o presidente da empresa.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Presidente.

E qual a responsabilidade do Sr. Cristiano Paz nos contratos de empréstimos, os quais o senhor alega terem sido contraído a pedido do Sr. Delúbio.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele é avalista.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Avalista.

Mas ele tinha conhecimento de tudo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza. Todos os sócios tinham conhecimento de tudo. A assinatura sempre em conjunto.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – As decisões na empresa eram colegiadas, ou era o presidente que decidia e os outros executavam?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, como todo mundo tem um terço, todo mundo tem de concordar com tudo.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Em algum momento, o Sr. Cristiano Paz ou outro diretor se contrapôs à operação de empréstimo a pedido do Sr. Delúbio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Ninguém?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ninguém. Tanto que todo mundo assinou.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – É, ao que parece, há departamento nas empresas que tratam dos clientes privados, dos clientes públicos e das campanhas políticas. Há essa divisão na empresa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, existe um setor de atendimento.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – De atendimento.

REG. Nº 09/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

IS: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Que atende todos os clientes.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Então, quem era o responsável na empresa para tratar dos clientes privados, que fazia atendimentos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Existia um diretor de atendimento.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Quem era?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aqui em Brasília é a Eliana Sederola e, em Belo Horizonte, se não me engano, uma parte foi o Sr. Marcos Vinícius e depois foi o Dr. Ramon Cardoso e William Veloso.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E os clientes públicos eram recebidos por quem? As tratativas eram feitas com quem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – No próprio atendimento, que atendia tanto público como privado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E também as campanhas políticas, ou campanhas políticas tinham uma atenção especial?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quando a empresa fez campanha política no passado, ela fez com uma atenção especial, diferenciada da estrutura da agência.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O senhor disse que sempre ajudou amigos, mas que não iria dizer o nome dos amigos para não prejudicar. Ou seja, essa doação não foi uma doação legal?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu diria que sim, mas não sei se a pessoa contabilizou.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sim, mas o senhor contabilizou.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nós também temos de ser muito francos, Deputado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Hoje, envolver qualquer pessoa e qualquer deputado que tem mandato com o meu nome é ruim para esse deputado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas o senhor contabilizou a doação, ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Alguma coisa, sim, senhor.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Outras não? (Pausa.)

O senhor afirma que os empréstimos contraídos para o PSDB, por intermédio do Sr. Cláudio Mourão, não foram pagos; que o senhor levou um cano, em outra linguagem, um calote. Correto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Correto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Afirma também que, quando o senhor foi cobrar os valores do Sr. Clésio Andrade e do Sr. Eduardo Azeredo, houve negativa, e o Sr. Clésio Andrade teria brigado com o senhor. É verdade, isso?

RQS nº 03/2005 = CN =  
CPMI - CORREIOS  
- s: 089  
3435 -  
Doc.



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade. Foi noticiado em toda a imprensa mineira.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Ainda que queria cobrar do senhor, que o senhor pagasse para ele...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – R\$6 milhões.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Além de dar o calote, queria que o senhor pagasse...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – R\$6 milhões.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Pelo não pagamento daquilo. E qual é a justificativa dele para que o senhor pagasse R\$6 milhões quando eles não pagaram o empréstimo que o senhor fez?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Que a empresa estava com contas e tudo, e que eu já tinha negociado a dívida com o Banco Rural, e que agora eu deveria pagar pela parte que ficou faltando dele, R\$6 milhões. Em compensação, eu já tinha liquidado a parte com a fundação que ele tinha lá, Andrade sei lá das quantas.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – E o Sr. Azeredo sabia desse empréstimo? Tinha conhecimento dele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Com certeza.

O senhor já disse que conhece o Sr. Cláudio Roberto Mourão; que o conheceu quando ele foi solicitar um empréstimo para o PSDB e PFL. É verdade? Foi neste momento que o senhor o conheceu ou o senhor já conhecia o Sr. Cláudio anteriormente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu conheci o Sr. Cláudio Mourão depois de um telefonema do Sr. Clésio Andrade para mim, à noite. No dia seguinte, quem apareceu foi o Dr. Cláudio Mourão.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Ele foi e, nesse momento, o senhor o conheceu pessoalmente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi neste momento.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Muito bem. O senhor e seus sócios realizavam outras tratativas com o Sr. Cláudio Mourão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não entendi, Deputado.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Pergunto se, além desse empréstimo, aconteceram outras tratativas com o Sr. Cláudio.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conversamos muito com o Sr. Cláudio Mourão, sim, senhor.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Mas sobre outros empréstimos também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Sobre outros empréstimos, não.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Sobre o quê?

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
S: _____
Doc: _____



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sobre campanhas políticas, sobre pesquisa. É isso.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

Foi o senhor quem procurou o Sr. Cláudio Mourão para cobrar a dívida do PSDB e do PFL? Qual foi a reação dele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. O Cláudio Mourão até teve um problema. Ele entrou na Justiça contra o Sr. Eduardo Azeredo em um dado momento, e isso foi parar no Supremo.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Então, não foi cobrado dele. O senhor cobrou do...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Do Clésio Andrade. Também já cheguei a cobrar do Sr. Eduardo também.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O Sr. Cristiano Paz conhece também o Cláudio Mourão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Como se deu a entrega dos recursos para o Sr. Cláudio Mourão? Como foi feita a entrega? Em dinheiro vivo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Uma parte foi em dinheiro vivo e outra parte, em DOCs, Deputado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Quanto foi em dinheiro vivo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Uns sete..., quatro milhões, cinco milhões.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo. Mais da metade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mais da metade.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mais da metade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E o senhor tem conhecimento de quais foram as pessoas beneficiadas por esse empréstimo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não tenho. As únicas pessoas... Como é 98, eu consegui resgatar isso.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – É claro que o senhor já disse que conhece o Sr. Eduardo Azeredo, Aécio Neves... Conhece o Danilo de Castro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço o Danilo de Castro, conheço o Eduardo...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Ademir Lucas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço o Sr. Ademir Lucas.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Vanessa Lucas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço a Deputada Vanessa Lucas.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Roberto Brant?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço o Deputado Roberto Brant.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Paulo Menicucci.

RQS nº 03/2005 - CN =  
CPM - CORREIOS

3435



09/08/05

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço o Sr. Paulo Menicucci, sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Custódio de Matos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não o conheço pessoalmente.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Elias Murad?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não o conheço, mas admiro o trabalho dele com drogas.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Pimenta da Veiga?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço, sim; é meu amigo pessoal.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Luiz Carlos de Miranda Faria?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não conheço.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Romel Anizio Jorge?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço pessoalmente, sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sebastião Navarro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não o conheço pessoalmente.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Elmo Braz?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço de vista, mas não tenho nenhuma intimidade.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O Lula conhece?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Não conheço.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E eu pergunto: qual a relação que o senhor tem com essas pessoas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu apenas conheço, Deputado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

O senhor conhece o Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não senhor, não o conheço.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não conhece, não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não senhor.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O senhor é... O prédio onde funcionou a SMPB, o senhor não sabia que era de propriedade do Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu poderia responder com toda a sinceridade esse assunto?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Pode.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esse prédio era da Petros, mas aí, desculpa o termo, quando a pessoa está meio, assim, o pão

RQS Nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fis: _____
Doc: _____



cai para baixo, e depois quem comprou o prédio foi uma das empresas do Dr. Ricardo Sérgio. Eu acho que ele comprou legalmente e, por acaso, eu estava dentro do prédio. É aquele cara que vai morrer e infelizmente está dentro do avião.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O senhor não sabia que ele era o diretor da área internacional do Brasil no Governo FHC?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu não tinha. Eu não conheço ele. Eu não tenho intimidade nenhuma com ele.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Nem que era o arrecadador dos fundos da campanha do Sr. José Serra?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nem sabia disso! Olha, se eu vir o Dr. Ricardo Sérgio na rua eu não sei quem é.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Finalmente, o senhor, nesses repasses, repassou alguma coisa para órgãos de comunicação? Que órgãos receberam repasse da empresa ou das empresas em que o senhor é um dos sócios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Legalmente, que o senhor está falando, assim, de propaganda, e tudo?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Repasse, etc.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Passei para a Globo, SBT, todos os veículos.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Também para a Veja?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também para a Veja, com certeza, todos os veículos.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Todos os veículos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Todos.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado, acabou, nós estamos num...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Faço novamente a inscrição, porque tenho outras questões por fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ao final de todos, V. Ex<sup>a</sup> terá novamente a palavra.

Faço um apelo, pois nem a metade dos inscritos tiveram oportunidade de falar, e já são praticamente 21h. Vamos fazer uma pequena parada para jantar...

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu quero consultar o Plenário. Se o Plenário se dispõe a jejuar...

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não há ordem, estou fazendo antes uma colocação...

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, não há necessidade. Nós estamos em plenas condições físicas e mentais. Vamos trabalhar até quando der. Acho que vão ser mais duas horas, e acaba.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

091

3435

Doc.



**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, possivelmente iremos ainda trabalhar seis a sete horas, no mínimo, ou até nove horas, se continuarmos nesse ritmo. Metade ainda não falou. E nós estamos desde as 11h30min, com um pequeno intervalo de vinte minutos.

**O SR. (Orador não identificado)** – Todo o mundo está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – São 21h. Vamos admitir que meia hora, trinta minutos. Então, estamos exatamente com nove horas de trabalho. Possivelmente, continuaremos por mais nove horas. Não há problema.

**O SR. MÁRCIO FORTES** (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu apenas queria fazer essa colocação. Faço uma consulta: se V. Ex<sup>as</sup> entenderem que não devamos fazer nenhuma interrupção...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Vamos continuar. Vamos revezando.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, vamos tocar direto. De minha parte,...

**O SR. MÁRCIO FORTES** (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não serei eu que proporei essa parada, porque consultei o Plenário, e a maioria assim decidiu.

Prossigo com a lista de oradores, sem incidente algum.

**O SR. MÁRCIO FORTES** (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Só aceitarei questão de ordem que realmente seja fundamentada.

**O SR. (Orador não identificado)** – Pela ordem não é questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Falei em questão de ordem. Só aceitarei questão de ordem realmente fundamentada e, pela ordem, se for algo que realmente se enquadre aqui no Regimento, que também deve dizer respeito a alguma infringência do Regimento.

Por que V. Ex<sup>a</sup> quer falar pela ordem?

**O SR. (Orador não identificado)** – Não é que infrinja o Regimento; é em relação ao Regimento e à própria conduta de V. Ex<sup>a</sup>, que tem conduzido bem esses trabalhos. A questão que eu fiz foi no momento em que V. Ex<sup>a</sup> propôs a suspensão. V. Ex<sup>a</sup> tem sabedoria o suficiente e tem Vice-Presidente e Relator. Para nós, que não fazemos parte da Comissão, estamos inscritos e ansiosos por poder participar, atrasaria muito se tivéssemos a suspensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O assunto já está decidido.

**O SR. (Orador não identificado)** – Isso que estou justificando, porque eu quis fazer a questão anteriormente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Seria um encaminhamento. Não seria uma questão de ordem, nem pela ordem.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
S: _____
Doc: _____



V. Ex<sup>a</sup> quer falar pela ordem, nobre Deputado Márcio?

**O SR. MÁRCIO FORTES** (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, quero falar pela ordem, apenas para fazer um reparo nas colocações feitas pelo Deputado Luiz Couto e esclarecer o Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> falará e terá oportunidade de até contraditar as perguntas feitas. Não há infringência alguma ao Regimento e nem à ordem, porque o nobre Deputado fez perguntas ao seu estilo. Dizem que o estilo é o próprio homem; cada um tem o seu próprio estilo. Ele fez perguntas lógicas, que não foram ofensivas e que tinham pertinência.

**O SR. MÁRCIO FORTES** (PSDB – RJ) – Fez ilações que merecem ser esclarecidas, Sr. Presidente.

Quero apenas comunicar ao Plenário que, em relação à doação que a SMPB fez à campanha de Aécio Neves...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> terá oportunidade.

**O SR. MÁRCIO FORTES** (PSDB – RJ) – Essa doação está na prestação de contas da campanha Aécio Neves feita pelo PSDB. Foram R\$4 mil apenas.

**O SR. (Orador não identificado)** – Eu acho que ele não deve falar quando tiver oportunidade de falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O nobre depoente está pedindo alguns minutos para atender a algumas necessidades dele próprio.

Suspendo a reunião por alguns minutos até a volta dele. Até cinco minutos, no máximo.

*(Suspende-se a reunião às 20 horas e 58 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A reunião está reaberta. E peço que cada um dos Srs. Parlamentares tome seu assento e se reinstale o silêncio, porque vamos ouvir agora o próximo orador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, acho que há um engano. O próximo orador é Leonel Pavan. Eu sou titular.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É que o Senador Eduardo Suplicy está constando aqui como titular.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Eu sou titular também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Um minutinho que já vou dirimir a dúvida.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (PT – SP) – Eu sou titular, mas não há problema algum. Se o Senador Leonel Pavan está na minha frente, não há problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou verificar: Deputado Luiz Couto; em seguida, Senador Eduardo Suplicy.

O Senador Eduardo Suplicy é titular? (Pausa.) Então, como titular, vai falar o Senador Eduardo Suplicy; em seguida, o Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Seguindo o OK de V. Ex<sup>a</sup>.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

092

3435

Doc:



09/08/05

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O OK eu já tinha dado. Estava concedendo a palavra, mas tivemos de suspender a reunião a pedido do depoente.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Está bem. Não tem problema, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Todos viram que o Senador Eduardo Suplicy não falou. Eu exatamente estava conferindo a palavra a S. Ex<sup>a</sup> no momento em que tivemos de fazer uma suspensão em razão de um pedido do depoente, que tem esse direito.

Vamos retomar. Esses incidentes constantes desnecessários é que vão levando a reunião para a madrugada.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Amir Lando, Sr. Marcos Valério, as movimentações de suas empresas, cujas cópias dos cheques estão no âmbito desta CPMI e na CPMI dos Correios, demonstram a existência de inúmeros cheques com valores superiores a R\$100 mil, atingindo uma soma superior a R\$10 milhões, sem que, entretanto, estejam identificados os beneficiários. V. S<sup>a</sup> poderia nos dizer quem são essas pessoas? Quais são os beneficiários?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade, sim, Senador. Essas pessoas estão relacionadas nesta lista aqui, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Que V. S<sup>a</sup> já nos entregou. É isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É isso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, agora, não há qualquer falta no que diz respeito à identificação da soma superior a R\$10 milhões. Agora estão todos identificados?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Estão todos identificados aqui. Devidamente identificados.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Muito obrigado.

V. S<sup>a</sup> poderia nos confirmar se jamais enviou recursos para uma conta da agência do Banco Rural na Ilha da Madeira?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu até assinei um para a Senadora Heloísa Helena e pedi ao Senador para redigir um para esta CPMI. Nunca mandei para lugar nenhum do mundo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Se não tem em seu nome, porventura seja no de sua senhora ou de alguma empresa relacionada a V. S<sup>a</sup>? Por acaso há, mesmo que indiretamente, mas relacionado a V. S<sup>a</sup>, depósitos no exterior?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Eu daria por escrito também da minha esposa e o meu pessoal. Não tenho, não, senhor. O Presidente pode fazer a carta que eu assinarei. Já passei a minha identidade para o senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Chame o secretário para providenciar a redação do documento.

2005 Nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Ass: \_\_\_\_\_



**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Recebi informações, e a imprensa nos últimos dias tem mencionado que V. S<sup>a</sup> teria se encontrado com emissários do Sr. Daniel Dantas, visando como que uma aproximação com o atual Governo. Poderia nos esclarecer qual o real interesse do Sr. Daniel Dantas com respeito a esta aproximação com o atual Governo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso foi logo no início do Governo, numa reunião em que se apresentou o Sr. Carlos Rodenburg ao Dr. Delúbio Soares. Eles queriam ter um relacionamento mais amistoso com a Previ, e isso não aconteceu, porque o relacionamento se deteriorou cada vez mais, até culminar com a saída deles agora da empresa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Agradeceria a sua colaboração, porque V. S<sup>a</sup> acompanhou de perto isso que parece ser um grande quebra-cabeça.

Há algumas reportagens na imprensa brasileira, seja nas revistas **Carta Capital**, **Veja**, **ISTOÉ** e em quase todos os jornais, que têm procurado dar destaque a esse assunto, que, entretanto, para o público em geral, parece ser muito complicado. Haveria, inclusive no Governo, a interpretação, segundo a análise de alguns órgãos de imprensa, de que alguns setores do Governo teriam algum tipo de visão a respeito de como deveria haver a relação do Governo com as empresas do Sr. Daniel Dantas, e outro segmento poderia ter outra visão. É possível, pelo que é noticiado nas reportagens, que V. S<sup>a</sup>, por ter interagido inclusive com o Sr. Daniel Dantas e com outras pessoas que com ele interagiram, teria condição de aqui apresentar uma verdadeira radiografia desse imbróglio ou dessa disputa empresarial. Uma disputa pode ser normal. É natural que haja a vontade de grupos empresariais no setor de telecomunicações que queiram aproximar-se, por exemplo, dos fundos de pensão, de tal forma a atrair o interesse dos fundos de pensão para serem sócios. Desde o tempo em que houve a privatização das empresas de telecomunicações, essa disputa tem sido renhida.

Quem sabe possa V. S<sup>a</sup>, conhecendo bem esses fatos, nos dar o seu testemunho e nos explicar como se deu esse processo todo. Se puder, mesmo sinteticamente, trazer-nos o seu ponto de vista, a sua radiografia sobre o problema...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou dar o meu ponto de vista. Apesar de o Sr. Roberto Jefferson falar que sou embaixador das telecomunicações e tudo, vou dar o meu ponto de vista pessoal. Não vou fugir da resposta, porque não vim aqui para isso. Vim para dar todas as respostas, mesmo que não satisfaçam. É a minha verdade. É o que eu presenciei.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Pois não.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Serei muito franco e muito direto com o senhor sobre esse episódio.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – O objetivo desta CPMI e de todos é ouvir V. S<sup>a</sup> com a sua sinceridade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Daniel Dantas me procurou, por meio do Sr. Carlos Rodenburg, para que eu apresentasse o Dr.

ROS nº 02/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
St 093
3435
Doc:



09/08/05

Delúbio Soares. Por quê? Porque ele queria ter um relacionamento melhor com os fundos. Ele achava que o Dr. Sérgio Rosa o perseguia pessoalmente. Estou repetindo o que foi manifestado na reunião com o Sr. Delúbio Soares.

Não estando satisfeito e vendo que o Delúbio não resolveria, tenho certeza... Logo em seguida, o Sr. Duda Mendonça foi contratado com uma agência dele na Brasil Telecom. Daí para frente, eu não sei. Estou contando os fatos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sim.**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Não estou inventando fatos. Estou contando o que é real.

Sei também que ele contratou um advogado para defendê-lo aqui em Brasília, o Sr. Antônio Carlos, que eu não conheço. Estou reportando os fatos que vieram ao meu conhecimento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pois não.**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Sei também que, logo em seguida, foi noticiado que ele fez um acordo com os italianos. É a única coisa que sei, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) –** Quando ele teria realizado um contrato com Duda Mendonça, isso teria sido uma forma de aproximar-se um pouco melhor do Governo na sua avaliação? É isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Na minha avaliação – estou sendo muito franco, é minha opinião pessoal, sem nenhum compromisso –, e não vou julgar se é bom ou não, se é válido ou não, ele procurou outro caminho com uma empresa competente, que é a Duda Mendonça. Ele, então, uniu o útil ao agradável. É a minha opinião pessoal, deixo claro. Não é a opinião de quem viu ou assistiu algo. É pessoal.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) –** Com as empresas do Sr. Daniel Dantas, V. S<sup>a</sup> teve um relacionamento de negócios também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Sim, tive. Uma das empresas de que eu participo atendeu a conta da Telemig Celular desde 1998.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) –** Anualmente, nos últimos cinco anos, esse negócio era de que valor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** R\$10 milhões por ano.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sim.**

O Sr. Ângelo Calmon de Sá, V. S<sup>a</sup> conheceu? Que tipo de relacionamento teve com ele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Sim, conheci o Dr. Ângelo Calmon de Sá.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) –** E teve relacionamento de negócios também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Sim, de negócios. O Dr. José Augusto Dumont era Vice-Presidente do Banco Rural, que participa de

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
S: _____
Doc: _____



09/08/05

um banco chamado Banco Mercantil de Pernambuco – detém 22% desse banco. O Dr. Ângelo Calmon de Sá era o dono da massa falida – não é massa falida, é do Banco Econômico – e o Dr. José Augusto queria fazer o levantamento da intervenção no Banco Mercantil de Pernambuco e no Banco Econômico.

Foi nesse meio tempo que conheci o Dr. Ângelo. Levou-se a proposta para o Banco Central, que, de acordo com os próprios anúncios de jornal que tenho aqui, recusou a proposta.

Estou passando.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) –** Está bem.

Se V. S<sup>a</sup> já tiver respondido as perguntas que formularei, apenas me informe, que me darei por satisfeito.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Não, senhor. Responderei todas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) –** Como o senhor conheceu a Sr<sup>a</sup> Simone Vasconcelos e como se deu a decisão de admiti-la? Como ela se tornou a Diretora Financeira?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Eu estava procurando uma Diretora Financeira, já que estava deixando o papel de Diretor Financeiro – era muito mais comercial do que financeiro na empresa. Comentei esse assunto com o Dr. Cláudio Roberto Mourão, que disse que tinha a pessoa ideal para o cargo que eu estava pretendendo. Foi então que ele me apresentou a Dona Simone na minha sala da SMP&B. Fiz uma entrevista com ela de quase duas horas e depois a contratei.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) –** Quais eram as competências da Sr<sup>a</sup> Simone Vasconcelos? Quem dava as ordens diretamente a ela com relação, por exemplo, à distribuição de recursos das suas empresas a partir dos políticos ou a políticos diretamente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Muitas vezes, eu mesmo, pessoalmente. Outras, os meus sócios – poucas vezes eles. Mas, no relacionamento com o PT, que o senhor quer saber especificamente, muitas vezes, eu mesmo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) –** Se puder nos descrever, quais são as competências da Sr<sup>a</sup> Simone Vasconcelos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Ela é uma pessoa que sabe organizar muito bem o quadro de RH, o quadro de pessoal, e a agência. É uma pessoa competente, Sr. Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) –** O senhor conhece pessoalmente o Sr. David Rodrigues Alves?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Não, senhor. Nunca vi.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) –** O senhor teria conhecimento de que ele entregava dinheiro sacado ao Sr. Cristiano Paz?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Não. Ele não entregava dinheiro ao Sr. Cristiano Paz. Os cheques que correspondem aos

ROS nº 03/2005 - CN =  
CORREIOS  
Fis: 094  
3435  
Doc:



09/08/05

saques do Sr. David Rodrigues foram repassados a Duda Mendonça por meio da Sr<sup>a</sup> Zilmar Fernandes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Além dos contratos que V. S<sup>a</sup> mencionou que as empresas têm – ou tiveram até há pouco – com o Governo Federal e também com o Governo de Minas Gerais, com governos de que outros Estados as suas empresas tiveram contratos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor, eu vou responder: Distrito Federal e tive alguma coisa no Estado de Goiás, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – A partir de quando no Estado de Goiás e no Distrito Federal?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – No Distrito Federal, ainda está em vigor. Com o Estado de Goiás, eu calculo que tenha sido há uns dois, três anos atrás.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – E com que valor aproximadamente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O valor é pequeno. Se eu não me engano, seis, sete milhões, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Certo. Ao longo das suas respostas, eu percebi que mencionou, a certa altura, que havia votado em Ciro Gomes para a Presidência em 2002, que era do PTB, que havia feito aproximações, por exemplo, com o Governo do PSDB, em coligação com o PFL, que se aproximou do Governo do Partido dos Trabalhadores nos últimos dois anos, mas que não tem afinidade com o Partido dos Trabalhadores.

Fiquei pensando como poderia sintetizar a sua visão e o que deseja para o Brasil. Qual é a sua aspiração? O que deseja para os seus filhos? Que partido ou que idéia, que objetivo tem V. S<sup>a</sup> para o Brasil dos seus sonhos, para V. S<sup>a</sup>, para os seus filhos e para os brasileiros? É minha última pergunta, Sr. Presidente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu gostaria de sintetizar.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Só um minutinho, Sr. Depoente. O art. 213 do Código de Processo Penal diz o seguinte: “O juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas opiniões pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato”. Não há nenhuma relação, mas, por tolerância, vamos ouvir a resposta. Peço, porém, a compreensão de todos para que perguntas desse jaez não se repitam.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Está bem.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Senão, vamos à eternidade. Vou conceder, por deferência...

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Eu agradeço ao Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – ...dada a excelência de Parlamentar que V. Ex<sup>a</sup> é.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Ele pode ser breve, mas eu acredito ser importante essa resposta, até para que compreendamos melhor a

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



maneira como ele se relacionou com tantos partidos políticos, Sr. Presidente. É só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já lhe conferi. Pode responder, Sr. Depoente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu quero sintetizar, com todo o respeito e a admiração que eu tenho pelo Senador.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Obrigado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E eu estou vendo aí o Senador na frente do senhor, o Pedro Simon, a quem eu não conheço, mas a quem eu acompanho pessoalmente. Eu só vou sintetizar com uma coisa... E volto a falar: a minha empresa não é a primeira empresa que ajudou, não será a última, mas a minha pessoa física... Eu só tenho uma coisa a pedir a você e ao Senador... Vou chamar de você...

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Não tem problema. Pode me chamar assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O tratamento respeitoso é V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu vou simplesmente pedir desculpas pelo seu partido pelo que aconteceu, pelo que eu fiz. O Senador, um dia sentado ali, na última CPMI, olhando nos meus olhos, me falou uma coisa: “Por que é que você não fala o que aconteceu?” – refiro-me ao Senador Pedro Simon. Eu peço desculpas ao Pedro Simon por não ter falado naquela ocasião, Senador Pedro Simon, e Senador Eduardo Suplicy, também a mesma coisa.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, na verdade, estamos aqui ouvindo o Sr. Marcos Valério responder – já o fez diversas vezes – as mesmas perguntas.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Mas não falou tudo ainda.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – E agora o Senador Eduardo Suplicy adianta: “Mas não falou tudo ainda”. Certamente, tem algumas coisas a falar e, como mais da metade dos inscritos ainda vai questionar o Marcos Valério, algumas novidades irão surgir.

Mas eu queria, primeiro, dizer o seguinte: infelizmente, alguns parlamentares – e me perdoe essa minoria – tentam confundir a opinião pública desviando o foco das investigações. Quando instalamos a CPMI, seu objetivo era investigar a compra da consciência de determinados parlamentares, alguns já conhecidos pela opinião pública, alguns injustamente – certamente isso será reconhecido futuramente –, e outros já declarados culpados – um já renunciou ao mandato e outros estão prestes a fazer isso. Alguns vão ser cassados, afastados da vida pública.



09/08/05

Mas tentam confundir a opinião pública. Esta CPMI surgiu porque há a notícia do famoso mensalão, de dinheiro de empresa e de dinheiro público destinados a partidos políticos para pagar mesada a alguns parlamentares no período 2003/2004. Esta CPMI surgiu para investigar o atual Governo, que compra votos, que comprou a consciência de alguns deputados – é bom dizer, de alguns deputados, uma minoria, da Base do Governo.

Foram citados aqui pelo Sr. Marcos Valério – depois vou pedir que o faça novamente – os partidos que se beneficiaram dos seus empréstimos. Só que há pessoas que tentam desviar o foco. Estão tentando buscar coisas de 1998, como se fosse o seguinte: “Bom, nós estamos na lama, estamos numa “m” tremenda...Vamos tentar jogar alguém lá do passado para confundir a opinião pública”.

Só que essas pessoas, quando tentam levantar alguns casos de Minas Gerais, como o Senador Eduardo Azeredo, esquecem-se de que Eduardo Azeredo, em 1998, prestou contas ao TRE de gastos de campanha no valor R\$8,5, tendo Minas Gerais 12 milhões de eleitores. E o Lula, em 98 – pasmem –, prestou contas ao TSE de apenas R\$3 milhões para mais de R\$100 milhões de eleitores. Parece que gastou pouco menos de R\$500,00 por município.

O Senador Eduardo Azeredo prestou contas ao TRE de R\$8,5 milhões, e o Lula prestou contas, da campanha pelo Brasil, de apenas R\$3 milhões. Se nós tivéssemos que fazer uma investigação do passado, teríamos que levantar tudo e verificar a campanha do Presidente da República principalmente, porque é impossível, com R\$3 milhões, pagar *outdoor*, santinho, carro de som, combustível, trio elétrico, avião, helicóptero, militância, caminhões, *shows* milionários, restaurantes, hotéis. É impossível pagar isso com R\$3 milhões.

Então, vamos, vamos colocar os pingos nos is. Vamos falar do que está acontecendo hoje no País, no presente. Buscar o passado é levantar a má prestação de contas do candidato a Presidente na época, o Lula, porque ele disse que gastou somente R\$3 milhões. Aliás, candidato do PT em 2002, o Sr. Nilmário Miranda prestou contas de apenas R\$550 mil. Quatro anos depois da campanha de Eduardo Azeredo, Nilmário Miranda prestou contas de apenas R\$550 mil! Por favor, não desviem o foco. O foco é saber de agora. O atual Governo é comandado pelo PT, ao qual Marcos Valério destinou recursos para bancar alguns parlamentares. O Banco Rural já mandou uma lista de pessoas que sacaram dinheiro pessoalmente ou por meio de esposa, secretária, motorista e assim por diante.

Sabem de quantos milhões prestou contas o Sr. Fernando Henrique Cardoso em 1998? De R\$46 milhões. E o Lula, de apenas R\$3 milhões. É vergonhosa essa comparação.

Mas eu queria perguntar o seguinte, Sr. Marcos Valério: V. S<sup>a</sup> entregou para Eduardo Azeredo ou para alguém de sua família alguma quantia em dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor Senador.

RQS nº 03/2005 - CN -
GPMI - CORREIOS
Fls: _____
Doc: _____



09/08/05

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Ele, pessoalmente, pediu-lhe alguma vez recursos para sua campanha? Ele chegou e falou para o senhor “O senhor me dá recursos”?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Senador, o Sr. Cláudio Mourão tinha uma procuração assinada pelo Senador Eduardo Azeredo. E o Sr. Cláudio Mourão, através do Sr. Clésio Andrade, é que me pediu o recurso. E Senador Eduardo Azeredo, com todo o respeito e admiração que lhe tenho – é meu amigo pessoal –, sabia do empréstimo.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Ele perguntou lhe pediu dinheiro pessoalmente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Foi o Sr. Cláudio Mourão.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Ele nunca lhe telefonou ou manteve contato com a sua pessoa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, nunca.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Algum dirigente do PSDB –esse Mourão não era dirigente do PSDB, isso está de acordo com a sua declaração, e sabemos que ele buscou dinheiro – de Minas Gerais foi buscar recurso com V. S<sup>a</sup>?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O tesoureiro era o Sr. Cláudio Mourão, mais ninguém.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Só o Mourão, que não era o tesoureiro do PSDB.

Há pouco, o Deputado Luiz Couto perguntou se V. S<sup>a</sup> conhecia uma séria de pessoas. V. S<sup>a</sup> conhece o Sr. José Alencar?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço, mas não tenho nenhuma intimidade com ele.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Virgílio Guimarães?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, muito.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Fernando Pimentel?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – De vista.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Maria do Carmo Lama.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Lara.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Lara. Essa questão de lama confunde um monte.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, conheço também.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Desculpe, a pergunta é a seguinte, escrevi errado.

Foram feitas perguntas sobre quem V. S<sup>a</sup> conhecia em Minas Gerais, algumas pessoas do PSDB. É comum quem mora em Minas Gerais conhecer dirigentes; até porque V. S<sup>a</sup> participava indiretamente, contribuindo com campanhas políticas.

RDS nº 03/2005 = CN =  
CPM - CORREIOS

096

3435

loc:



- O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.
- O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Quais os partidos que se beneficiaram, em 2003 e 2004, de seus empréstimos?
- O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – PL, PP, PTB e PT.
- O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – O PSDB, em 2003 e 2004, lhe pediu algum recurso?
- O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não.
- O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Quando conversava com o Delúbio, ele lhe falava como uma pessoa comum, simples, apenas como dirigente do PT, tesoureiro do PT, ou ele usava outros termos? Dizia que era ligado ao José Dirceu, que ele tinha um certo convívio com o Governo, que ele tinha alguma influência no Governo? Como ele se comportava?
- O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Como dirigente do PT.
- O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Apenas como tesoureiro?
- O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Apenas como tesoureiro.
- O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – E V. S<sup>a</sup> lhe confiou todos esses recursos apenas por ser ele tesoureiro do PT, não pensou em garantias para V. S<sup>a</sup>?
- O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, quem frequenta Brasília, quem está em Brasília – e não estou falando em Deputado, estou falando como empresário –, sabe que o Dr. Delúbio Soares era um tesoureiro forte, um tesoureiro poderoso.
- O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Quando V. S<sup>a</sup> emprestava dinheiro a ele, fazia-o apenas porque era dirigente do PT, porque era tesoureiro do partido, ou achava que, emprestando a ele, teria alguma influência no Governo?
- O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, ao contrário.
- O SR. (Orador não identificado)** – O senhor já respondeu para mim, na minha pergunta, que quem mandava no Delúbio era o José Dirceu. Já me respondeu às quatro horas da tarde.
- O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Eu ia chegar agora... Ouvimos hoje V. S<sup>a</sup> dizer, o tempo inteiro...
- O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu ia chegar lá.
- O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Ah, bom. Vamos lá então. Continue com a resposta, pode continuar com a resposta.
- O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Perdi a pergunta do Senador, perdão.
- O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Quero saber se o Delúbio tinha influência dentro do Governo, se ele comentava alguma coisa, se alguém o comandava, se alguém estava bem próximo dele e trabalhava com ele a questão da busca de recursos.

RQS nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, a questão de busca de recursos eu tratava exclusivamente com ele como tesoureiro do partido. Agora, ele sempre se reportava ao Ministro da Casa civil.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Reportava-se a José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – A José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele me falava.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – João Paulo, ex-Presidente da Câmara Federal, teve alguma contato com a sua empresa? Fez algum contato com a sua empresa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, nós ajudamos na campanha dele para Presidente da Câmara e uma das empresas de que participo, uma das empresas de que sou sócio, atende a Câmara Federal – acho que ainda atende, não sei.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, para colaborar com V. Ex<sup>a</sup>, não vamos mais perguntar nada ao Sr. Marcos Valério, até porque vamos acompanhar o restante dos depoimentos para fazermos algumas comparações entre o que foi respondido e as novas perguntas.

Gostaria, porém, de deixar registrado que, lamentavelmente, em vez de aqui se trabalhar o objetivo atual, de perseguir o principal motivo da existência desta CPMI, que é justamente a questão atual das confusões criadas pelo atual Governo em relação a todo esse dinheiro distribuído a alguns parlamentares, a pessoas ligadas ao Governo, tenta-se buscar coisas do passado. Se for preciso, vamos abrir investigações para levantar fatos sobre o passado, mas não podemos, em hipótese alguma, perder o foco. Assim fazer é tentar tumultuar, confundir a opinião pública. O povo, o Brasil inteiro está atento às questões relativas a 2003 e 2004 e aos votos dados a projetos do Governo que, infelizmente, coincidentemente, aconteciam – os votos para alguns projetos e as retiradas de recursos no Banco Rural coincidiam.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, questão de ordem de V. Ex<sup>a</sup>. Qual é o artigo da questão de ordem?

**O SR. (Orador não identificado)** – Só para lembrar aos demais membros desta Comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então não é questão de ordem.

**O SR. (Orador não identificado)** – Não, Sr. Presidente, é questão de ordem sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Qual é a fundamentação?

**O SR. (Orador não identificado)** – Esta CPMI foi criada com o objetivo de investigar todas as denúncias de 96 para cá, não é só de 2003 não. A CPMI é da compra de votos, não é de...

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

097 -  
3435

Doc.



**(Interrupção no som.)**

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há questão de ordem a ser respondida portanto. Eu agora...

Vamos manter a ordem, vamos manter a ordem.

Estamos aqui há praticamente dez horas, e começamos essa fase final...

Eu pediria silêncio aos Srs. Parlamentares.

Estamos aqui há dez horas e temos de ser rígidos. Quando começa a parte final, há a repetição de perguntas. Vou intervir. Evidentemente não gosto de ser censor, procuro deixar sempre que o bom senso dirija esta reunião e as reuniões anteriores, mas terei que usar aqui o disposto no art. 212 do Código de Processo Penal: "O juiz não poderá recusar as perguntas da parte, salvo se não tiverem relação com o processo ou importarem em repetição de outra já respondida".

Vou ficar atento, quando for feita pergunta já respondida, eu procurarei pedir que o inquiridor faça outra, porque senão não terminamos nunca.

Quem não quiser fazer perguntas não faça, use seu tempo não para um libelo político, que não é o caso, mas para uma consideração. Não vou censurar ninguém, mas daqui para frente vou usar o Código, que se aplica subsidiariamente aqui.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, tanto faz a pergunta ser repetida ou não, o tempo é o mesmo, são quinze minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É que nós não podemos simplesmente perder o nosso tempo com repetições. Que cada um invente novas perguntas para ajudar a elucidar os fatos. Se querem elucidar, tem que haver perguntas realmente elucidativas.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, entendo que o senhor está cansado, como nós...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu não estou cansado, estou aplicando a norma.

**O SR. (Orador não identificado)** – O senhor é um homem sábio, mas o senhor não pode intervir nos quinze minutos. Se não for o assunto, o senhor pode, sim, intervir usando o Código Processual, mas a questão da pergunta repetida é diferente. Algum colega pode ter ido votar no plenário da Câmara ou no plenário do Senado e não ter ouvido uma pergunta. O senhor estará sendo extremamente injusto, o que o senhor não é, e o senhor não pode levar isso para o seu currículo. E tenho certeza de que o senhor não vai fazer isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não serei injusto aplicando a lei, a norma e o Regimento.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, o senhor está coberto de razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



09/08/05

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Sr. Presidente, vou conceder minha vez e o meu tempo ao nobre Senador Pedro Simon, que é reserva moral desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon em substituição ao Senador Augusto Botelho.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Agradeço ao Senador Augusto Botelho a gentileza e agradeço a tolerância da Comissão de concordar com a cessão.

Estamos avançando em uma questão realmente importante e dramática da vida brasileira. O depoimento do Sr. Valério, junto com as provas que as CPMI's têm, estão deixando tudo muito claro.

Não há dúvida, Sr. Presidente, quanto a certos fatos. São fatos o Sr. Valério, a sua empresa e, a sua secretária; de fato entregaram e receberam o dinheiro via Banco Rural ou num apartamento de hotel aqui de Brasília ou as pessoas foram à sede de sua empresa na cidade de Belo Horizonte. Quanto a isso, está tudo muito claro.

É muito importante a reunião desta Comissão com a Comissão dos Correios para que as duas troquem informações e as duas trabalhem em conjunto para não serem repetitivas, para uma colaborar com a outra.

A questão das pessoas que receberam está esclarecida, mas creio que estamos aqui vivendo um momento que esta Casa já viveu muitas vezes e não conseguiu sair dele.

Com uma atuação brilhante, V. Ex<sup>a</sup> presidiu a CPI do *Impeachment*. Participamos da CPI dos Anões do Orçamento, cassamos muitos parlamentares e até um Presidente da República, mas nós nunca conseguimos chegar ao corruptor. Não me parece que o Sr. Valério seja a figura do corruptor, mas o intermediário entre uma ponta e outra. De onde vem o dinheiro? Qual é a empresa pública que tem ligação com esse dinheiro? Qual foi a empresa particular que teve interesse nesse dinheiro? Até aqui não entramos nisso.

Na CPI dos Anões do Orçamento, quando quisemos entrar nesse âmbito, não nos deram o prazo para prorrogar os trabalhos. Pura e simplesmente, Câmara e Senado encerraram os trabalhos da Comissão. Nós cassamos os parlamentares, cassamos o Presidente da República, tínhamos todas as provas. Tínhamos todas as provas relativas às empresas, às entidades que compraram parlamentares, que participaram da corrupção, mas não nos deixaram investigar. Morreram aqui os arquivos. Não sei onde foram parar.

Há pouco tempo tivemos CPMI do Banestado. Nunca na história do Congresso brasileiro nós chegamos tão perto! Inclusive, a justiça americana mandou para cá. E nos porões do Senado estão as pastas dos dossiês das CC-5 e das remessas de dólares para o exterior.

Mas uma briga criminosa entre PSDB e PT, onde o Relator, o Sr. Deputado Mentor, fazia questão de esconder a matéria, de não fazer as perguntas para as testemunhas.

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fs: 098
3435
Doc:



09/08/05

Inclusive, em seu parecer final, não foi votado o relatório dele, não colocou o Banco Rural, deixou de fora o Banco Rural, porque havia uma disputa. O PT querendo atingir o Presidente do Banco Central do Governo Fernando Henrique; e o PSDB querendo atingir o atual Presidente do Banco Central. Resultado, dois pareceres e não deu em nada.

Acho até, Sr Presidente, que V. Ex<sup>a</sup>, reunindo-se com os outros Presidentes de CPMI, faria um trabalho muito importante se trouxesse, para uma dessas três, os baús que estão aqui, com as contas CC-5 e com os nomes das pessoas que realmente fizeram remessas ilegais de dinheiro para o exterior.

A CPMI dos Correios, o tempo está passando e resolveram decidir não abrir as contas dos fundos de pensão. O argumento é o de que enviaram solicitação e vão aguardar as respostas.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que as respostas vão vir na última hora e sabemos que as respostas vão vir de forma irregular. E sabemos que se não estivermos lá, nada vai acontecer.

É por isso que eu acho que estamos vivendo uma hora muito importante. Em nível de opinião pública, acho que a coisa está satisfeita. Já saiu o nome dos parlamentares, o nome dos partidos, quem pegou dinheiro, onde pegou. Tudo que podia acontecer já aconteceu. Mas não podemos deixar de fazer a segunda parte, que é botar a mão nos corruptores. É ver de onde saiu esse dinheiro, de onde veio esse dinheiro, quem botou esse dinheiro e quais os interesses que estão envolvidos nessa questão.

Seria muito ridículo imaginar que o Sr. Valério, ainda que com a licença do Sr. Delúbio, os bancos estariam dando esse dinheiro, movimentando essa montanha de dinheiro se não tivesse alguém atrás. Se não tivesse alguma coisa atrás disso.

O Sr. José Dirceu disse que não sabia de nada. Petrobras e companhia não sabem de nada. No entanto, o próprio Deputado Roberto Jefferson fez questão de salientar que na hora de escolher os cargos para o Governo, eles eram escolhidos de diretores das empresas estatais em torno dos quais giravam empresas que trabalhavam naquela estatal e com as quais ele tinha afinidade para buscar dinheiro para o Partido.

Isso foi dito com todas as letras com a maior frieza. Essa era a forma pela qual... ele, inclusive, não tinha tanto interesse em pegar Ministério, mas tinha mais interesse em pegar diretores de estatais, com as quais tinha vinculação para pegar dinheiro do seu Partido.

E a afirmativa final, Sr. Presidente, de que V. Ex<sup>a</sup> teria ido a Portugal e de que a empresa portuguesa teria sido consultada no sentido de aportar dinheiro para a tesouraria do PT e para a tesouraria do PTB é algo que vem caminhando.

Por isso, penso que seria muita ingenuidade da nossa parte se fôssemos apenas na primeira parte. Estaríamos repetindo o que já fizemos várias vezes. Várias CPIs tiveram, várias CPIs – e uma coisa é interessante, parece ser difícil cortar na carne do Congresso. Não é. Temos cortado várias vezes. Mas o que é difícil é cortar no setor financeiro do Governo. O que é difícil é cortar no

ROBUSTO  
RGS 11/03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS  
s:  
Doc:



no setor realmente de onde é a origem da corrupção. A rigor, se formos olhar, desde a primeira campanha, antes do Collor, são as mesmas fontes e que permanece em silêncio.

Eu perguntaria, e acho que é um assunto para se discutir, inclusive pode ser tratado à margem desta Comissão: como vamos fazer a campanha do ano que vem? Eu pretendo ser candidato ao Senado, no Rio Grande do Sul. Não tenho coragem de sair de casa, a não ser usar o programa de televisão gratuita, sem nenhuma propaganda, sem nenhuma empresa falar por trás do PMDB e dizer que "eu sou candidato do Senado, quem quiser votar em mim, vote em mim!". Porque qualquer dinheiro que eu pegar, todo mundo vai falar "de onde veio o dinheiro?". Se não fizermos a regulamentação, se não fizermos um esquema para mostrar como é que vai ser no futuro, com que cara vamos sair e fazer a campanha no ano que vem?

Por isso esta Comissão é importante, Sr. Presidente. Por isso nosso trabalho é fundamental. Por isso acho que V. Ex<sup>a</sup>, de todos os Presidentes de comissão, é o que tem mais história, é o que tem mais responsabilidade, é o que tem mais tarimba. E o seu Relator, que é um homem de uma experiência extraordinária, deve fazer reunião com as diretorias das outras reuniões. As três CPMLs devem-se reunir e, em vez de fazerem um trabalho igual, se repetir, distribuir tarefas: vocês vão ficar agora para levar até o fim o problema do mensalão; vocês vão entrar na causa e na origem de como isso veio, de onde veio o dinheiro, onde estão os corruptores; e vocês vão olhar, em termos de legislação, como é que temos que fazer no futuro. Porque, caso contrário, vamos nos repetir e não vamos chegar à conclusão nenhuma.

Era isso, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Alvaro Dias, pelo prazo de 10 minutos, porque os suplentes falam por 10 minutos. É o primeiro suplente.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Parlamentares, o Sr. Marcos Valério adota uma linha de defesa calculada, organizada, que é consequência de uma concatenação que envolve o Poder Executivo e as Lideranças do Partido dos Trabalhadores envolvidas nessa rede sistêmica e organizada de corrupção que se instalou no Governo Federal e que tem, no Sr. Marcos Valério, pelo menos é o que se identificou até aqui, o operacionalizador mais eficiente.

E, nessa linha de defesa, a tentativa é iludir com a fantasiosa versão de que esse esquema de corrupção foi arquitetado para sustentar campanhas eleitorais. E só isso! Na verdade, essa é uma vertente; a outra vertente é aquela que esta CPML explora, a do pagamento de propina para o convencimento de parlamentares no Congresso Nacional nas votações importantes para o Governo.

A arquitetura dessa versão fantasiosa anunciou-se quando de uma entrevista sua à Rede Globo combinada com uma entrevista do Sr. Delúbio Soares na mesma emissora e com uma patética entrevista concedida pelo Presidente Lula em Paris, também veiculada pela Rede Globo de Televisão

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPML - CORREIOS

099

3435



09/08/05

É evidente que houve uma arrumação, uma orquestração. Eu indago do Sr. Marcos Valério: essa arrumação, essa combinação, o senhor tratou diretamente com o Presidente Lula ou usou como porta-voz, intermediário, o Sr. Delúbio Soares ou o Sr. José Dirceu?

Eu faço essa pergunta, porque o Presidente Lula gravou essa entrevista antes que o senhor concedesse a sua à Rede Globo. Certamente, o Presidente da República não tem o poder de premonição. Ele não tinha como imaginar o que o senhor diria em sua entrevista, porque uma entrevista gravada antes da veiculação da sua já anunciava a mesma versão. Da mesma forma, o Sr. Delúbio Soares concedeu a sua entrevista **a posteriori**; a entrevista do Presidente Lula foi gravada antes, na sexta-feira. É por isso que eu indago do senhor. Esta combinação, o senhor fez com o Presidente Lula, diretamente, ou usou os intermediários já citados.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Senador, com todo o respeito, seria uma combinação meio estranha, seria uma combinação mais ou menos assim: olha, vocês vão acabar com a minha vida, eu vou seguir a sua cartilha, vocês vão destruir as minhas empresas, eu vou aceitar vocês destruírem as minhas empresas, eu vou aceitar vocês mandarem todos os meus funcionários embora, eu vou aceitar os bancos me executarem e vou dizer amém a tudo que vocês vão fazer. É isso o que está acontecendo. Eu vou aceitar que a minha filha me veja na televisão, o pai, como ladrão número um do País, vou bater palmas para o Presidente Lula, vou bater palmas para o Sr. José Dirceu...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Mas isso tudo independe dessa combinação que o senhor é, aos olhos da população brasileira...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Então o senhor está me chamando de um homem sem honra, que eu tenho que...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Mas o senhor gostaria que eu o chamasse como?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Então o senhor está me chamando... O senhor está me desculpando... Não vou responder mais porque o senhor está me ofendendo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não. Não estou ofendendo. Estou fazendo uma indagação e o senhor não responde. Sobre essa questão se o senhor tem honra ou não, fica ao meu critério concluir. E tenho a minha conclusão. Ainda não a expus. Não o ofendi por isso. Eu estou indagando: esta arrumação, esta orquestração, o senhor combinou diretamente com o Presidente da República ou o fez por intermediários? O senhor não vai responder?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É evidente que o senhor não pode responder. O senhor não tem resposta para isso. Esta é a realidade visível dos fatos. O senhor combinou essa fantasiosa versão na esperança de iludir a opinião pública e na esperança de orientar os trabalhos das CPIs no Congresso. O que o senhor deseja é que as CPIs esqueçam a essência da investigação. E o senhor, nessa combinação, procura proteger pessoas e blindar setores do Governo.

RGS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



senhor, nessa troca de favores, pretende isentar o Presidente da República, procura colocá-lo distante dessa arquitetura que tinha por objetivo um projeto de poder de longo prazo no País.

E se não responde a essa pergunta, indago se está disposto a responder outras.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu sou um homem de honra, só vou te dizer isto, Senador, com todo o respeito, com toda a dignidade, com todo o coração – e sei que tem muitos votos: peço perdão se faltei com respeito ao senhor, V. Ex<sup>a</sup>. Desculpe, Senador.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – O senhor não falta com o respeito ao Parlamentar; o senhor falta com o respeito ao povo brasileiro, com o cinismo e com essa incrível disposição para mentira. O senhor usa a mentira como arma de defesa. Creio que é uma estratégia equivocada. A mentira é muito arma de acusação para esta CPMI do que arma de defesa.

Eu vou formular a outra pergunta.

Nessa operacionalização desonesta, o senhor usa um instrumento eficiente que é o Banco Rural, entre outros. Mas com o Banco Rural há uma associação de muita intimidade, de muita informalidade: simples bilhetes autorizam o provisionamento de valores significativos; bilhetes singelos autorizam a liberação de recursos significativos na boca do caixa para pessoas que, muitas vezes, sequer se identificam. Tanto é que em uma oportunidade pelo menos houve a entrega do dinheiro para a pessoa errada. E foi o tesoureiro que confessou esse fato. A intimidade é tal que o domínio na Internet da SMP&B foi requerido pelo Banco Rural. As operações estranhas de empréstimos, sem garantias reais, levam-me a supor e até indagar se V. S<sup>a</sup> não seria uma espécie de sócio oculto do Banco Rural com tanta intimidade e com tantas facilidades para operações estranhas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com todo respeito, eu não sou sócio oculto do Banco Rural.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – A pergunta tem muito a ver até porque a movimentação financeira do senhor e das suas empresas, em um País como o nosso, é compatível apenas para banqueiros, e grandes banqueiros.

Indago do senhor: O senhor afirmou à Polícia Federal que firmou um contrato com a empresa Garanhuns para justificar saídas de recursos. Essa afirmativa, o senhor fez à Polícia Federal ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que foi a PGR.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – É, mas fez um depoimento à Procuradoria, então?

Quem intermediou esse entendimento que culminou com essa assinatura de contrato com a Garanhuns?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Jacinto Lamas.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Jacinto Lamas. O PT participou dessa orientação ou não? Ou foi só o Jacinto Lamas, em nome do PL?

RQS Nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

100

3435

Doc:



09/08/05

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O PT indicou o Jacinto Lamas, que indicou a empresa Garanhuns, Excelência.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Então o PT participou dessa operação também, indicando o Sr. Jacinto Lamas?

E qual o representante da Garanhuns que assinou esse contrato?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não me lembro, Excelência.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É José Carlos Batista?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que é José Carlos Batista, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Obrigado, Senador. Seu tempo para concluir.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu quero solicitar ao depoente que encaminhe esse contrato, se possível, a esta Comissão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor, Excelência.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É evidente que tenho outras indagações, mas concluo, Sr. Presidente, apenas afirmando que a realidade dos fatos impõe uma constatação inquestionável: estamos diante de um gigantesco escândalo de corrupção. Há, sim, uma rede sistêmica e organizada de corrupção instalada no Governo, e é isso que estamos investigando. Não simplesmente caixa dois de campanha eleitoral.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o ilustre Deputado Gastão Vieira, por dez minutos.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares e Sr. Marcos Valério, desde que cheguei nesta Casa, em 1995, que me defronto com situações que nunca ficam bem esclarecidas: o caso Sivam, desvalorização do real, privatizações, precatórios, pasta rosa, enfim, tem sido uma seqüência de fatos que eu acho que a maioria desta Casa gostaria que fossem esclarecidos.

Gostaria de saber inicialmente, Sr. Marcos Valério, qual é a sua lógica empresarial? V. S<sup>a</sup> é um empresário, tira um empréstimo para uma campanha política de R\$7 milhões, não lhe pagam o empréstimo, V. S<sup>a</sup> paga R\$2 milhões desse empréstimo e ainda faz trabalhos publicitários gratuitos para o seu credor. Trabalhos que são caros, onde a inflação comparece sempre.

São trabalhos de criação, de gráfica, enfim, há uma série de trabalhos. E V. S<sup>a</sup> abriu mão de tudo isso, pagou o empréstimo e ficou em três anos pagando sucessivamente esses outros débitos. Não consigo entender, V. S<sup>a</sup> nega a essência do capitalismo. V. S<sup>a</sup> não quer lucro, quer prejuízo. Terá sido esse fator de V. S<sup>a</sup>, essa figura tão aberta, que o levou a aproximar-se do Partido dos Trabalhadores? Talvez tenha sido essa a causa que levou V. S<sup>a</sup>, já durante a campanha do Presidente Lula, a financiar alguns gastos de campanha, na certeza da vitória, e ser recompensado em contratos futuros, quando o Presidente assumisse.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Ass: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que em 2003...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – A eleição foi 2002.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, em 2002 foi um relacionamento de conhecimento. Como eu falei, toda empresa de propaganda procura se relacionar com políticos, ainda mais numa campanha eleitoral. E foi isso que eu fiz.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Esses R\$15 milhões que foram pagos para o publicitário que fez a campanha presidencial do Presidente Lula, que V. S<sup>a</sup> pagou e que aparece agora, não têm nada a ver com a campanha eleitoral de 2002?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sei, Excelência, eu não sei se tem a ver, eu simplesmente recebi a autorização, Excelência, para pagar.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – V. S<sup>a</sup>, como publicitário, não teve a curiosidade de saber que campanha foi essa que custou R\$15 milhões, nenhuma curiosidade, nem curiosidade de mercado, curiosidade de companheiro da mesma área de atuação? V. S<sup>a</sup> não teve a curiosidade de saber o que esses R\$15 milhões pagavam?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Português claro?

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tive curiosidade sim, Excelência.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Pagou que campanha, então?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E não tive a resposta, Excelência.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – V. S<sup>a</sup> não teve a resposta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não minto para o senhor que eu não tive a curiosidade. Tive sim, senhor.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Eu quero ir mais longe: no depoimento que V. S<sup>a</sup> prestou no Ministério Público Federal, o senhor afirmou que a área de publicidade tem uma atuação que envolve a submissão a interesses políticos. V. S<sup>a</sup> confirma essa frase?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu diria que envolve interesses... Como eu sou um ex-publicitário, eu já larguei e já quebrei o suficiente, eu diria que envolve interesses de relacionamento político.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – É, não é bem o que está dito aqui, mas eu me satisfaço.

Mas V. S<sup>a</sup> disse para nós, hoje, aqui, que nunca pagou comissão para nenhum político. Não há uma certa contradição entre você ter uma atuação num setor que está muito envolvido com interesses políticos e nunca ter pago nenhuma comissão para ninguém que intermediou esses negócios ou que escolheu a agência? O senhor não acha meio...





09/08/05

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Eu vou tentar explicar o que acontecia no passado. Na verdade, nunca paguei, mas também já fiz campanhas de graça, já fiz *layouts*, já fiz *outdoor*, já fiz santinhos, já fiz bandeirolas. Você está sempre ajudando o que pode numa campanha política.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – V. S<sup>a</sup> fez uma afirmação de que...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E não vou fugir das respostas, Excelência, eu vou responder com toda franqueza.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Estou me dando por satisfeito, V. S<sup>a</sup> não está fugindo das respostas.

V. S<sup>a</sup> também afirmou que, por uma coincidência do destino, toda empresa que faz a campanha do Presidente acaba ganhando os melhores contratos quando este assume. V. S<sup>a</sup> citou, no Governo FHC foi a empresa tal, etc. e etc. V. S<sup>a</sup> confirma isso, que disse isso aqui, durante seu depoimento? Eu estou aqui desde onze e meia da manhã, não me ausentei nem um minuto.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não só citei do outro Governo como citei deste Governo também. Eu acho que é válido pelo trabalho que eles tiveram, mas foi uma licitação pública, normal, em todos os dois Governos.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Mas V. S<sup>a</sup> disse também que nunca dizia “não” ao Delúbio e outro dirigente do PT porque tinha medo de perder o seu contrato. V. S<sup>a</sup> confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmando.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Muito bem.

Que mercado é este que quem ganha uma licitação limpa tem medo de perder o contrato? Que mercado é este em que há uma coincidência de quem faz a campanha do futuro Executivo acabar tendo os melhores contratos? Eu pergunto a V. S<sup>a</sup>: tem realmente licitação para valer ou há um acordo de todas as agências em que mesmo os perdedores que compõem aquela licitação acabam sendo beneficiados com um pedaço de outro contrato? Fale um pouco desse mercado para mim. Estou curioso de saber, porque eu já vi com outros setores, em outros tempos, isso acontecer, com empreiteira, com não sei quê. Mas esse mercado publicitário me chama a atenção. Eu gostaria que V. S<sup>a</sup>, já que não responde outras perguntas, mas pelo menos me dissesse: como é que funciona esse mercado? É um mercado de carta marcada?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Excelência, eu não diria um mercado de carta marcada, mas as empresas que estão fora de São Paulo sofrem muito para conseguir conta dentro do Governo Federal. Se você contar as empresas que estão fora de São Paulo e que estão atendendo à máquina do Governo Federal, direta ou indiretamente, você conta na mão...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Mas a Bahia parece que tem várias empresas que dominaram durante...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Bahia, hoje, só tem uma nos Correios, que é a Bagg, a própria Propeg, que foi uma grande

RGS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



empresa baiana que estava um pouco afastada do Governo Federal. E os baianos tiveram que sair da Bahia para ir a São Paulo para fazer sucesso e ganhar contas no Governo: citamos o Nizan, que é um homem muito competente; o Duda, que também é um homem muito competente. Eles tiveram que sair de seus Estados.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – V. S<sup>a</sup> então não concorda que esse seja um mercado loteado, em que há um acerto prévio em cada licitação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não concordaria com isso, mas concordo que é um mercado disputado no tapa.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Mas se é um mercado disputado no tapa, por que um simples empurrão tira um contrato do mercado de quem o ganhou no tapa, ou seja, na luta? É essa lógica que não consigo entender. Se ganha no pau, por que perde no sopro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou dar um exemplo. Perdi todas as minhas contas com o Governo Federal. Com toda a sinceridade, os meus concorrentes estão batendo palmas porque saí do Banco do Brasil.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Queria fazer uma outra pergunta. V. S<sup>a</sup> disse que aditivou vários contratos já neste Governo, como Banco do Brasil, Eletronorte, Correios, enfim, na minha cabeça funciona assim: eu tenho um contrato e ele é aditivado por prazo, por dinheiro ou por mais recursos, é isso? Essa expressão aditivado significa o quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele vence e você pode renovar por mais cinco anos consecutivos. A lei permite isso.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Isso é prazo. Eu quero saber o valor do contrato.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O contrato pode ser aditivado em até 25% do valor, de acordo com a lei.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Se só aditivar o contrato em 25%, obra 25% e esse setor que V. S<sup>a</sup> trabalha também 25%. Só aditivou prazo e 25% do contrato, como justifica esse crescimento enorme nos contratos de V. S<sup>a</sup>? Ou será que esse contrato veio inchado na origem, ele estava superfaturado quando foi assinado? Eu queria que V. S<sup>a</sup> explicasse isso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro, com todo o respeito, o contrato com o Banco do Brasil é desde 1994; não foi superfaturado e não houve um crescimento. A única conta nova que se agregou no Governo do Presidente Lula foi a conta dos Correios. O resto veio de governos passados, desde o Governo Itamar Franco... Tínhamos uma história dentro dos Governos e hoje não temos mais.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Vou lhe agradecer e permita-me...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode fazer mais uma pergunta para concluir.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Estamos aqui desde às 8h45 da manhã e o tempo ainda é reduzido. Quando V. S<sup>a</sup> lista as empresas que ganhou o

ROS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fis: 102

3435

Doc: \_\_\_\_\_



09/08/05

contrato, também citou dois órgãos governamentais que, na verdade, aqui ninguém está falando de iniciativa privada pura, mas, sim, de empresas estatais e outros órgãos governamentais. O senhor disse: eu perdi em duas. Perdi no Sebrae e na Anatel. Foi isso que V. S<sup>a</sup>...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Perdi também na Secom e entrei na Petrobras e saí.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Um Banco do Brasil não vale Sebrae e Anatel juntas, em termos de verbas publicitárias?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu diria que as melhores contas, com todo o respeito, seriam Secom, Ministério da Saúde e Petrobras.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Secom, porque centraliza toda a verba de publicidade do Governo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Publicidade do Governo.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Mas, fora isso, o grande filé ainda é o Banco do Brasil?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É um dos filés, mas eu trocaria por uma Petrobras.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Eu lhe agradeço. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Odair Cunha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é verdade que esse longo depoimento de V. S<sup>a</sup>, Sr. Marcos Valério, demonstra... e o tema em si fica bastante exaurido. Agora há ainda algumas dúvidas. Queria clarear alguns pontos. Como V. S<sup>a</sup> se apresentava? No dia-a-dia, no seu trabalho, V. S<sup>a</sup> se apresentava como? Como publicitário?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Como publicitário, Excelência.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor poderia nos explicar melhor o que fazia antes de ter as participações nas empresas SPM&B e DNA?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Trabalhei em banco durante muito tempo, depois saí e fui ser consultor financeiro, depois fui trabalhar nessas empresas por onze anos.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor se referiu aqui ao fato de o Deputado José Dirceu ter sido como que avalista nos contratos feitos por V. S<sup>a</sup>. No caso do empréstimo feito por V. S<sup>a</sup> em 1998, quem seria o avalista?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Direito creditório do Estado.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Mas a pessoa que estaria avalizando a ação do senhor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. O volume... a minha empresa comportava tomar o volume, e eu tinha direitos creditórios no Estado a receber. Isso pode ser comprovado na planilha do Estado

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



de Minas Gerais. E que por acaso não recebi, porque houve uma moratória dentro de Minas Gerais, e esse direito foi prorrogado por dois anos, não sei.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – O senhor disse mais cedo que ficava mais por conta dos negócios com o PT. Desse fato podemos depreender que outros sócios do senhor ficavam por conta de outros negócios. Quais seriam esses negócios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Iniciativa privada, Governo do DF, Governo do Estado de Minas Gerais. Era isso.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – E precisamente quem eram esses sócios que cuidavam desses negócios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na SMP&B, era o Sr. Cristiano Mello Paes e Ramon Cardoso. Na DNA Propaganda era o Sr. Francisco Castilho, Margaret Queiroz.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – O senhor sabe nos informar o que fazia a Sr<sup>a</sup> Simone Vasconcelos antes de ser contratada pela empresa de V. S<sup>a</sup>?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ela trabalhava no Governo do Estado de Minas Gerais, na Secretaria de Administração.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – Saiu de lá em que ano?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Excelência, acho que foi me 1999, não é?

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – Não sei.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que é 1999, Excelência.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – Precisamente, no ano de 1997, o senhor realizava que tipo de atividade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – 1997?

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – 1997.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu já estava trabalhando nas empresas, Excelência.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – E o senhor tinha que contas de publicidade precisamente no ano de 1997?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – BH Shopping, Excelência. Era...

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – No Governo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Do Governo do Estado de Minas Gerais também, Excelência.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – No Governo, o senhor tinha, em 1997, somente as contas do Governo de Minas Gerais?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – O senhor não tinha contas outras?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Que Presidente que era, Excelência, só para me lembrar, que eu me situo. Em 1997 era...

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – Fernando Henrique.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

103

3435

Doc:



09/08/05

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, desculpe.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ah, sim.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Não necessariamente. Nós vamos chegar ao Governo do Presidente Lula. Aliás, eu comecei lá.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Vamos lá, Presidente. O senhor tinha que contas em 1997?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na SMP&B, exclusivamente o Governo do Estado de Minas Gerais. Na DNA Propaganda, a conta do Banco do Brasil e, se não me engano, a conta do Ministério do Trabalho. E era só.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor, naquela época, ou no ano de 1997, alguém chegou a lhe fazer algum tipo de pedido de captação de recurso para partido, no ano de 1997?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Nem no Estado de Minas Gerais, nem aqui em Brasília?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, senhor.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Perfeito. O senhor conhece a Sr<sup>a</sup> Elza Guimarães?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, que eu lembre, não.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT - MG) – O senhor conhece o Sr. Paulo Menicucci?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço sim, senhor.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT - MG) – De onde?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele trabalhou com o Ministro Pimenta da Veiga, meu amigo. Ele trabalhou com ele no Ministério das Comunicações.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT - MG) – Nesse processo todo, Sr. Marcos Valério, o senhor julga que o seu papel foi qual nesse processo todo de captação de recursos feito no ano de 1998 e repetido agora, com a participação do Sr. Delúbio Soares? Qual o papel do senhor nesse processo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu queria deixar...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT - MG) – Como o senhor vê o seu papel nisso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu queria deixar uma coisa muito bem clara, independente de partido, independente de disputas políticas.

RQS nº 03/2005 = CN =  
CP:MI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG)** – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu queria deixar a posição do Marcos Valério.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG)** – Qual o papel que o senhor fez?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Um, não me sinto e estou extremamente arrependido de ter financiado o PT e tomado dinheiro emprestado...

**O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG)** – Essa é uma pergunta...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou chegar lá.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG)** – O senhor se julga financiador?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Excelência, eu vou chegar... com todo o respeito.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG)** – Sim, claro. Estou só perguntando.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – No caso de 98, ali eu tenho um amigo. Eu tenho que deixar claro, eu não vou atacar as pessoas. No caso de 98, o Sr. Eduardo Azeredo é meu amigo. Eu considero ele meu amigo.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG)** – Claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E eu o ajudei através de um sócio, Sr. Clésio Andrade, e ali eu tomei um recurso e repassei.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG)** – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – No caso de 2003, eu tive uma convivência com o Sr. Delúbio Soares e eu não desgosto do Sr. Delúbio Soares. Eu tenho que deixar isso claro. Eu não tenho... Eu te diria que ele é meu amigo sim. Eu não nego isso.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG)** – Sim, mas o senhor...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E eu me arrependo de ter financiado o PT e me arrependo também de ter financiado o PSDB.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG)** – Então, o senhor se julga financiador. É isso que eu gostaria...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu julgo que eu tomei um dinheiro emprestado na iniciativa privada e emprestei ao PT e tomei um dinheiro na iniciativa privada e emprestei ao PSDB. Agora, eu não gostaria de estar numa guerra com pessoas que eu respeito.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG)** – Claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu respeito o Sr. Eduardo Azeredo profundamente – deixar claro –, como respeito também o Sr. Delúbio Soares.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG)** – Mas é importante nós percebermos nisso, Sr. Marcos Valério, qual é, realmente, a compreensão que o senhor tem do processo e qual foi a intenção do senhor quando participou desses processos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Agora, Excelência, com todo o respeito, não poupo as pessoas que destruíram a minha vida.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

104

3435 - a a

Doc:



**O SR. ODAIR CUNHA** (PT - MG) – Claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não estou aqui dando uma de mártir nem nada. A minha vida foi destruída. A prova disso é: quem quiser ir à minha empresa vai ver que eu demiti mais de 200 pessoas. Eu perdi todas as contas do Governo Federal. Muitas pessoas me viraram as costas definitivamente. O meu nome não pode ser ventilado a nenhuma pessoa que ela está correndo. O exemplo está aqui. O Sr. Ângelo Calmon de Sá desmente o que falou comigo. E ele viajou comigo para Portugal. É só pegar o meu passaporte e o dele. Eu não estou aqui para mentir. Eu estou querendo te mostrar o que é o nome Marcos Valério hoje.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT - MG) – Sr. Presidente, julgo-me satisfeito, por hora, com essas informações. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Passo a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. membros da Comissão, esta está sendo uma reunião importantíssima. Muitas dúvidas estão sendo aclaradas. Muita luz está sendo atirada sobre desvãos dos quais não tínhamos conhecimento exato, mas devo lembrar que, apesar da importância das revelações aqui feitas, não caminhamos no sentido de apurar os fatos que motivaram a constituição desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Ela tem por finalidade apurar o pagamento regular ou mensal a Deputados Federais para avocar votos favoráveis ao Governo e, em segundo lugar, apurar compra de votos para reeleição do Presidente Fernando Henrique. Desejo lembrar aos ilustres colegas que, infelizmente, a nossa colheita nesses dois aspectos é muito pobre, dado que, em virtude da importância das outras questões, essas finalidades essenciais têm sido praticamente ocultadas em todas as perguntas feitas. Eu rogo que colaborem com o Relator, que se sente cada vez mais preocupado, em virtude da ausência de elementos de convicção e referências de provas, de indicações, e de indícios que possam justificar o seu futuro relatório.

Da forma em que vamos, creio que não atingiremos as finalidades da nossa Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Perondi, eu quero fazer breves comunicações.

Amanhã, haverá uma reunião conjunta com a CPMI dos Correios, a partir das 11 horas e 30 minutos, na sala da Comissão Mista de Orçamento, na Câmara dos Deputados.

Os critérios serão os mesmos. Inscrição a partir das 11 horas, lá mesmo – peço que a Secretaria já esteja presente – até às 12 horas e 30 minutos. Quer dizer, a inscrição iniciará trinta minutos antes da reunião e terminará uma hora depois de iniciada a reunião. Então, esse é o tempo que teremos amanhã para as inscrições.

Amanhã, vamos ouvir o depoimento do Sr. Cristiano Paz.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: _____
Déc: _____



A reunião conjunta será presidida alternadamente: uma hora para o Presidente desta Comissão e uma hora para o outro Presidente.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Como são chamados os Deputados?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – As chamadas serão alternadas também. A ordem de inscrição desta Comissão será o primeiro a ser chamado e segundo a ser chamado é o primeiro inscrito da outra Comissão.

Eu creio que está claro.

**O SR. (Orador não identificado)** – Peço a palavra por uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra para um esclarecimento.

**O SR. (Orador não identificado)** – Se amanhã for obedecida a ordem de que primeiro falariam os titulares, os suplentes e os demais Deputados não irão falar. Ou talvez irão falar somente na sexta-feira, pois vai entrar a quinta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Haverá redução do tempo amanhã. Esse é outro detalhe.

**O SR. (Orador não identificado)** – Ótimo. Mas a minha proposta é a seguinte. Que falassem dois titulares e depois falassem um suplente. Voltasse a falar dois titulares e um suplente, em que haja um pouco igualdade e justiça que brota no seu coração.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não posso alterar uma ordem que foi decidida pelo Plenário. Nós podemos oportunamente discutir o assunto, mas não para amanhã, pois não há mais reunião do Plenário, para que possamos alterar essa regra. Nós podemos rediscutir esse assunto. Nada é definitivo. Só a morte é definitiva. O resto não.

**O SR. ()** - Somente para discutir essa questão da semana. Além do Cristiano Paz, o que está programado para esta semana?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Até agora só isso. Nós temos de trabalhar. Pode ser que amanhã decidamos alguma coisa diferente, em razão de algumas indicações do Plenário ou do Relator ou de qualquer membro. Então, vamos dar seqüência os trabalhos.

Eu concedo a palavra pelo prazo de dez minutos...

**O SR. ()** - Sr. Presidente, é só para uma informação. Está mantida a nossa reunião administrativa de quinta-feira?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Na quinta-feira, teremos ao menos uma reunião administrativa. Essa é outra questão.

Agora, concedo a palavra, pelo prazo de dez minutos, ao Deputado Perondi.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr. Marcos Valério, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, indignação, revolta, desesperança, desconfiança. Isso tudo brota nos corações dos brasileiros a cada dia, a cada hora e a cada minuto. Brasileiros que votaram no Lula não admitem que possa o Brasil ter sido lançado num mar de

RQS nº 03/2005 - CN  
CPMI - CC. REIOS

S: 105

3435 - 2 3

Doc: \_\_\_\_\_



09/08/05

lomas como está. Quem não votou no Lula também está surpreso. Eu estou. E quanto mais vou ao meu Estado, mais volto indignado e revoltado.

Sr. Marcos Valério, com todo respeito ao senhor e à sua família, o senhor está se esforçando para dizer a verdade e ser sincero. O senhor está escondendo muitas coisas. Espero que o senhor possa dizer, não hoje, em outra oportunidade, tudo o que o senhor sabe, porque o senhor, o Delúbio e o Silvinho foram usados nessa arquitetura fraudulenta que atingiu o Brasil, nesses dois anos e meio.

Vamos às perguntas. Vou começar pelo meu Estado. O senhor confirma o repasse de um milhão e duzentos ao PT gaúcho?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Certo.

Existe recibo de todos os repasses?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor.

Todos, não.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Por quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque só alguns assinaram. O resto foi em dinheiro vivo.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Certo, certo.

O senhor conhece quem lá foi buscar os cheques ou o dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Não conheço.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor intermediou a soltura de um assessor do PT gaúcho, em Belo Horizonte, quando foi preso com R\$250 mil?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não foi em Belo Horizonte, foi em Guarulhos, se não me... Guarulhos ou Santos... ou Congonhas, não sei.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Isto. O senhor ou um advogado seu intermediou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Eu, simplesmente... O advogado dele perguntou se poderia falar que era da SMP&B o recurso, e ele falou que era da SMP&B.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor fazia repasses a outros diretórios regionais do PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esses que estão listados, senhor.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Certo. O senhor emprestou diretamente a assessores de Tarso Genro recursos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Excelência, eu não conheço os assessores do Tarso Genro. Eu repassei a essas pessoas que estão aqui. Se eles trabalham com o ex-Ministro Tarso Genro eu não sei, senhor.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O medo que o senhor tem e manifestou é perfeitamente compreensível. O senhor não é de ferro como o José Dirceu. O senhor tem coração. O senhor tem alma. O senhor tem... Esse medo

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S:

Doc:



não se relaciona com a morte dos Prefeitos Toninho e Daniel, da Prefeitura de Campinas e de Santo André?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Não?

Os recursos destinados às empresas de Duda Mendonça, cerca de R\$15 milhões, foram usados para o pagamento dos gastos da campanha do Senhor Presidente da República?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sei, Excelência, eu não sei.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Certo.

Quem pediu para pagar o Sr. Duda?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Sr. Delúbio Soares, Excelência.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O Sr. Delúbio. Sempre o Delúbio, o operador do Palácio do Planalto. Essa é a conclusão minha.

O Sr. Duda Mendonça prestou serviços à sua empresa? E em que datas? Aliás, se prestou serviços à sua empresa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Ele nunca prestou serviços à minha empresa, Excelência.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Notem, Brasil inteiro, notem, nunca prestou serviços e recebeu R\$15 milhões.

Em que datas ele recebeu os R\$15 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – No ano de 2003: 24/2; 23/4; 29/4; 11/6; 18/9.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Eu acho, Sr. Relator, que nós estamos chegando próximos.

O Sr. Duda Mendonça não prestou serviço ao Sr. Valério.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ainda tem outras datas, Excelência.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sim, sim. Sou todo ouvidos, meu caro Marcos Valério.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – 16/4/2003; 28/5/2003; 15/5/2003; 18/8/2003 e 13/11/2003.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sim. O Sr. Duda Mendonça, com certeza, apresentou as contas do serviço que ele prestou ao Presidente Lula. Nós temos que entrar nesse trabalho, meu caro Relator, porque V. Ex<sup>a</sup> é um homem muito experimentado.

Esquema Gushiken. O Gushiken mudou as regras de licitação, de carta-consulta, quando assumiu ser um dos super-ministros do Presidente Lula, ao lado da sala do Presidente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei se ele fica ao lado, com todo respeito, Excelência.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Não é isso que estou dizendo. Estou dizendo se ele mudou as regras; se ele pediu, por meio de um

REGISTRO Nº 09/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_  
106  
3435  
Doc: \_\_\_\_\_



09/08/05

decreto, para o Presidente mudar as regras de carta-consulta, para ter mais domínio de todo o processo de propaganda. E o senhor é um veterano da propaganda; o senhor não é neófito.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu vou responder, Excelência. Não vou fugir à resposta. Ovi dizer que mudou, Excelência, e que passaram a ter três participantes da Secom, Excelência. Não tenho certeza.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS)** – Mudou de fato. Levou para o Presidente Lula, e o Presidente Lula fez a mudança, sim. E o senhor está dizendo a absoluta verdade.

O senhor tem informações, por exemplo, do Diretor de Marketing do Banco do Brasil, que disse que o comitê do Banco do Brasil, o comitê dos Correios, fazia uma seleção inicial e a decisão final era na sala do Gushiken, a cada 15 dias, quando lá se encontravam Petrobras, Caixa Econômica, Banco do Brasil, que são empresas dos brasileiros que estão me ouvindo e não do PT.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Excelência, em que sentido essa reunião?

**O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS)** – Para tomar a decisão final. O Diretor disse numa entrevista domingo retrasado, na **Folha de S.Paulo**. O senhor desconhece?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu desconheço, Excelência. Mas as autorizações vinham da Secom mesmo. Mas, desconheço esse tipo de reunião.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS)** – Precisamos investigar o Sr. Gushiken, meu caro Relator Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

O Sr. Delúbio se encontrava com frequência – com o José Dirceu nem se fala, não precisa responder, ele era operador do super-ministro, do primeiro super-ministro do Sr. Lula, o operador era José Dirceu, encontravam-se muitas vezes – com o super-ministro número dois, por sinal amigo quase de infância do Presidente Lula, sem força de expressão? O Delúbio se encontrava com frequência com o Sr. Gushiken?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não lhe falar, Excelência. Não sei mesmo.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS)** – Então, está bem. O senhor não quer dizer.

Às vezes, acredito no senhor; às vezes, não acredito.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Excelência, não estou querendo fugir de nenhuma das perguntas. Mas, uma coisa que não assisti, fica meio leviano da minha parte.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS)** – Eu o respeito, é evidente. É que o senhor é um homem agoniado, acossado, chantageado.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

RQS nº 63/2005 = CN =
CPMI - CORREIOS
Fis: _____
Doc: _____



**O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup>** vai descontar o tempo. Deu um minuto e meio da sua interferência, mais ou menos.

Para o Brasil, o PT veio aqui para jogar que o problema da propaganda começou em 1998. É evidente que começou há muito tempo. E o Sr. Delfim me disse, no mês passado, quando estourou o escândalo: “Perondi, pegaram o Governo, o esquema mais importante, mais subjetivo de tirar dinheiro do aposentado, do desempregado, do empresário, do doente é a propaganda”.

Aí, o PT veio hoje dizer que tudo foi em 1998, lá em Minas Gerais. Se o PSDB tem que dar explicação, que dê explicação, mas há diferenças substanciais. Vai me desculpar o Deputado que representa o Senador Hélio Costa aqui no Senado; existe diferença temporal. Naquela época, era uma época de eleição. O senhor entrou pesadamente no esquema do Delúbio, do Dirceu e do Gushiken, pós-eleição. Era um ex-sócio que estava pedindo emprestado. Houve garantia, sim, de um contrato frágil, porque de repente perdeu a eleição e não foi assegurado.

E outra garantia substancial, meus caríssimos Deputados e o Brasil inteiro que está nos vendo, é que esse esquema foi montado para, sim, assaltar o Estado brasileiro, na minha convicção; foi montado para ter um projeto de poder de 10, 15, 20 anos, sim. Mas, o projeto de corrupção arquitetado pelo Sr. Gushiken, Lula e Dirceu, com os operadores Delúbio e Marcos, inovou, usou dinheiro para comprar partidos e Deputados – Senador não apareceu ainda. Isso que é nojento, isso que é revoltante. Que o PT faça a sua revisão, que o PT... O senhor não precisa pedir desculpas; o PT tem que pedir desculpas aos seus 53 milhões de eleitores e a todos os brasileiros que talvez ainda acreditem no Lula.

Vamos trabalhar numa agenda nesta Casa, mas vamos investigar meu caso. Eu deposito grandes confianças ao Senador Amir Lando, homem experimentado, e ao Sr. Abi-Ackel, também homem experimentado, que foi ofendido e agredido em outras épocas por essa turma, não desistiu, não recuou, levantou a cabeça, e volta a esta Casa, e volta como Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) –** Suspendo a reunião por dez minutos para fazermos um lanche que está aqui; é decisão monocrática do Presidente. (Pausa.)

Estão reabertos os trabalhos.

Peço aos Srs. Parlamentares que tomem os seus assentos.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Sardelli.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) –** Sr. Relator, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, nobres Pares, eu confesso, Sr. Marcos Valério, que eu vejo hoje depondo nesta CPMI um Marcos Valério muito mais sofrido, muito mais triste, muito mais sentido com tudo isso que está acontecendo. E eu diria ao senhor: se preocupe mesmo.

Eu também ouvi o senhor dizer algumas vezes aqui que o mensalão não existe. Eu acho que ninguém tem mais dúvidas de que o mensalão existe de





09/08/05

verdade. Houve repasses de dinheiro, Deputados sacaram dinheiro, e vão pagar com isso com certeza, tantos os corruptos como os corruptores.

Nesta rápida introdução, eu gostaria de dizer algumas palavras ao senhor e, em seguida, fazer as perguntas. Hoje, eu senti um Marcos Valério com medo, com a voz embargada, emocionalmente abalado, quando foi perguntado ao senhor se o senhor estava sendo ameaçado. E eu repito a pergunta: o senhor está sendo ameaçado? Estão apertando-o, estão jogando-o no canto para que o senhor não revele o que eventualmente o senhor possa revelar ou poder dizer de verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, Deputado.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Esse “não” não me convenceu aquela hora e não me convenceu agora. De qualquer forma, é um “não” seu. Acho que o senhor deveria pensar na verdade, pensar no Brasil, pensar no nosso povo. Vou dizer muito rapidamente: é o caso do PC Farias, é o caso de Santo André, é o caso de Campinas. Se o senhor tem uma família, tem uma história, o senhor tem uma continuidade. E, logicamente, os laços que o unem a esse grupo são meramente financeiros, do capitalismo que impera hoje na nossa Nação. Eles têm um grupo fechado, político-partidário. Por isso, vou dizer ao senhor: pense no senhor, pense na sua família, pense nos seus filhos. E, se isso o assustar, coloque a boca no trombone, diga o que sabe, porque eu acho que não tem nada de mais dizer “eu errei”, você vai pagar por isso. E a história mostra que todos eles pagaram indistintamente.

Segundo a revista eletrônica **Primeira Leitura**, de agosto de 2005, a corretora Bônus Banval, localizada em São Paulo, aliás, um escritório-fantasma, era o ramo do mensalão que abastecia o PT de São Paulo. Isso vem ocorrendo, segundo a revista eletrônica, desde 2003, com grandes repasses realizados durante o ano de 2004, coincidentemente, ano eleitoral para os Municípios. Gostaria de saber, Sr. Marcos Valério, quem são os demais beneficiados pelo episódio Bônus Banval, de que o senhor tem conhecimento e que ainda não relatou à CPMI?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Bônus Banval transferia basicamente para o PT e para o PP.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Para o PT e para o PP paulista ou nacional?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nacional.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Nacional. O diretor da empresa Bônus Banval é Enivaldo Quadrado. O senhor o conhece?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço, sim, senhor.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Prestou depoimento, na semana passada ou retrasada, à Polícia Federal em São Paulo e disse que o senhor usou, de forma indevida, o nome da empresa Bônus Banval, para fazer transferências

ROS n. 03/2005 = CN =  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



de valores para Deputados Federais do PT de São Paulo. Sr. Marcos Valério, quem diz a verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, eu não conhecia...

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – O senhor confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – ... a corretora Bônus Banval. Ela foi-me apresentada. Eu não a trouxe do nada, Sr. Deputado. Ela foi-me apresentada e me autorizaram a passar recursos para ela. Foi isso, Sr. Deputado.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Então... Esses recursos que eram passados para ela abasteciam o esquema de mensalão, que o senhor insiste em dizer que não é?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu, na minha visão e pelo que vivi – tenho que ser muito fiel aos fatos, independente ou não de eu me sentir abandonado, independente ou não de eu me sentir ameaçado, como o senhor mesmo falou, tenho de ser fiel aos fatos –, na minha visão, não existia mensalão. Na minha visão, existia um grupo que saía das eleições extremamente endividado, e essas dívidas eram escalonadas para pagamento. Agora...

**O SR. (Orador não identificado)** – Esse é o mensalão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – ... o Sr. Duda Mendonça, quem tem de explicar é ele. O resto... E alimentava alguns diretórios do PT que também estavam endividados de campanha.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Qual era o relacionamento com o Sr. Enivaldo Quadrado, Sr. Marcos Valério?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu conheço o Sr. Enivaldo Quadrado, Sr. Deputado.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Amigos ainda? Não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não diria amigos.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Relacionamento abalado?

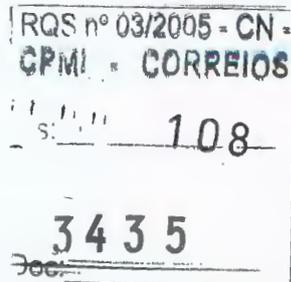
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Relacionamento normal.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Esta pergunta, Sr. Presidente, será um tanto quanto repetitiva, mas preciso concluir o raciocínio que iniciei em outros depoimentos: o senhor conhece o Sr. Marco Antônio da Silva?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço, sim, Sr. Deputado.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Ex-assessor da Secom, Secretaria de Governo de Gestões Estratégicas, chefiada pelo Ministro Gushiken, não é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, sim, Sr. Deputado.





**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – O senhor conhece a Sr<sup>a</sup> Telma dos Reis Menezes Silva?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço, sim. Foi minha funcionária, Sr. Deputado.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Ela foi sua funcionária?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Hoje não está mais lá?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, porque a MultiAction perdeu todos os clientes depois desse episódio. Ela foi demitida, e a empresa praticamente fechou.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – O senhor conhece a empresa Astral?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É dela. Eu ouvi falar que é dela, não é, senhor...

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – O que essa empresa faz?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ela foi contratada. É prestadora de serviço. É dela mesmo. É como a maioria dos funcionários de propaganda. É tipo jornalista. Eles abrem as empresas e são contratados pelas empresas. Pessoa jurídica. É isso aí. Obrigado, Deputado.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – A MultiAction é a empresa do senhor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – MultiAction.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – MultiAction?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Ela foi subcontratada dessa empresa do senhor. O senhor subcontratou essa empresa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Contratei ela como pessoa jurídica, é verdade.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Para trabalhar em contratos de suas empresas para os Correios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não para os Correios, mas para todos os clientes, Sr. Deputado.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Inclusive os Correios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Inclusive os Correios, mas outros clientes também, o Banco do Brasil...

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Mas por que sua empresa precisaria subcontratar uma microempresa, para auxiliá-los nesse contrato, já que o senhor profissionalmente mostrou que opera muito bem, Sr. Marcos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, mas ela não é microempresa; era uma diretora da empresa que usava o... Ela foi contratada como pessoa jurídica. Isso é normal dentro do ramo de comunicação.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – O senhor sabe que a Sr<sup>a</sup> Telma dos Reis Menezes Silva é mulher do Sr. Marco Antônio da Silva?

RQS nº 03/2005 - CN =
CPM - CORREIOS
Fis: _____
Doc: _____



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor. Sei sim, senhor.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Assessor da Secom?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sei sim, senhor.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – O senhor acha que essa subordinação foi pedida ao senhor, foi dita, solicitada ao senhor pelo Sr. Marco Antônio da Silva, para fazer caixa para alguma campanha política?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Não foi, não.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Certeza?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Certeza, senhor.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Gostaria, no meu encerramento... Vou pedir um minuto a mais, porque ele usou um minuto a mais para responder, Presidente.

O senhor aqui usou a expressão, em um momento, “você está achando que sou burro; não sou burro, não”. O senhor se referia ao senhor. Eu também acho que não é. Também existe uma fita gravada entre o seu irmão e o senhor ou entre o seu irmão e o contador da sua empresa, em que seu irmão diz a importância de sumir com documentos, queimar arquivos. O senhor reconhece isso? O senhor ouviu isso? Sabe disso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, meu irmão, não. Eu ouvi uma fita do irmão do meu contador com o meu contador. É um contador que presta serviço fora da empresa, não é um contador contratado da empresa.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Essas fitas são verdadeiras?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Pelo que assisti, parece que sim, mas, em momento nenhum, cita meu nome; em momento nenhum, cita, mandando queimar documentos.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Mas, de fato, é verdadeiro que os documentos do senhor, da sua empresa, foram queimados? O senhor reconhece isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas esses documentos já estavam na minha contabilidade, como vai ser provado via esses disquetes. Já estavam lançados, não tinha motivo nenhum. Olha, o meu próprio advogado, Sr. Deputado, virou para mim e falou: Marcos, a única coisa que te dá cadeia é um negócio desse. Eu não ia nunca, pela felicidade dos meus filhos, fazer um negócio desse.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Mas fizeram?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com algum interesse, não é, Sr. Deputado?

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Ou para queimar um arquivo que possivelmente podia incriminar alguém ou para tentar resguardar o senhor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ou, então, Sr. Deputado, para me tentar tirar da frente.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS 109
3435
Doc:



09/08/05

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Para encerrar, vou insistir. Hoje senti o senhor verdadeiro aqui; senti o senhor falando e com vontade de poder revelar. Preste esse serviço à nação. O povo latino é um povo quente, que vai saber que o senhor errou; o senhor vai ter que pagar por isso, mas eles não vão te mandar para o calabouço. Do jeito que está caminhando – e a história mostra – o senhor vai pagar essa fatura sozinho, o senhor vai pagar essa conta sozinho.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sr. Deputado, esse episódio da queima foi um dia antes de eu vir depor a primeira vez. Agora, quando estava vindo depor, pegaram um monte de documentos, talão de cheque meu rasgado e tudo – não sei se o Deputado conhece o Miguelão – e deixaram na porta do Miguelão, em frente à guarita. O próprio jornalista do **Diário da Tarde** escreveu: parece que deixaram de propósito para incriminar o Sr. Marcos Valério.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Sinto-me satisfeito. O senhor acabou de admitir que está com medo, de fato, que está existindo essa pressão, que essas coisas estão aparecendo. Torço para que o senhor possa, efetivamente, prestar esse serviço à Nação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo inscrito, Senador Nezinho Alencar. Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado José Divino.

**O SR. JOSÉ DIVINO (PMDB – RJ)** – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais colegas de trabalho, Sr. Marcos Valério, até então, na CPMI, temos acompanhado a necessidade de esta Casa, de o Parlamento ter uma legislação que possa corrigir o desvio de conduta dos governantes.

Veja que o Governo atual está gastando mais de R\$1 bilhão só em publicidade. O Governo do meu Estado, o Rio de Janeiro, um Estado que é refém da violência, tem no orçamento, para gastar em publicidade – e o gasta 100% –, R\$100 milhões. Falta remédio, educação, segurança, mas Governo nenhum tem deixado faltar dinheiro para a publicidade. V. Ex<sup>a</sup> é um Parlamentar brilhante. Acho que o Congresso tem que somar; tem que haver uma legislação que possa acabar com essa farra de gasto com o dinheiro público. Quando o Governo faz alguma coisa, é dever dele fazer. Mas ele faz mais propaganda. Gastou muito mais na propaganda do Banco Popular, do que no implemento do recurso direto para chegar às pessoas. Isso é um absurdo! Isso é um crime contra a cidadania, contra quem paga os impostos e deposita a esperança nas urnas!

Mas tenho uma pergunta que gostaria de fazer ao Sr. Marcos Valério, que está aguçando a minha curiosidade. Como ele pôde emprestar uma quantia vultosa – está aqui o relatório que ele forneceu à Comissão; são R\$55 milhões, muito dinheiro –, sabendo que o PT apresentava dívidas, que diretórios estavam devendo. Não conheço nenhum banco, nenhuma instituição que empreste dinheiro para quem esteja devendo e não tenha uma fonte, uma origem da qual pagar.

Então, gostaria de saber de V. S<sup>a</sup> de que forma o PT pensava em pagar esses empréstimos. Qual a previsão, a origem? De onde ia sair esse dinheiro? Como emprestar um valor tão alto? Até agora não posso acreditar que alguém

RS n° 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Ass: \_\_\_\_\_



emprestaria dinheiro a uma pessoa que não tem como dar garantias de pagamento. Ou será que esse dinheiro é sobra de caixa dois de campanhas e essa foi uma forma de lavá-lo, passando pela agência? Ou emprestou, sabendo que iria levar um calote? É um valor vultoso: mais de R\$55 milhões. Qual é a garantia? Ainda que todos os militantes do PT que ocupam cargos de confiança do Governo contribuíssem com o salário integral, isso seria insuficiente para pagar um empréstimo desses. É um valor absurdo! Como emprestou esse dinheiro? Como foi avalista desse montante todo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, Excelência, a informação que me veio – os números me foram apresentados – é que o PT teria condições de honrar com recursos próprios, inclusive com campanhas internas, inclusive com os novos petistas que estariam dentro do Governo e contribuiriam para o Partido. Essa é a colocação que me foi dada pelo Sr. Delúbio Soares.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – V. S<sup>a</sup> é uma pessoa inteligente, um homem que trabalha no mercado publicitário, que sabe fazer conta muito bem. Cinquenta e cinco milhões de reais? Haja militante, haja contribuição! Fora os juros, a correção. V. S<sup>a</sup> falou que o montante hoje suplanta R\$100 milhões.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Teria que praticamente cada brasileiro dar R\$1,00 de contribuição. Nós temos um País de 170 milhões de brasileiros; o País todo teria que ser filiado ao PT e contribuir com R\$1,00 praticamente – seriam R\$0,50, R\$0,70 para cada habitante do País –, para que pudesse ser quitado esse empréstimo que o PT deve a V. S<sup>a</sup>. Eu estranho. O Sr. Delúbio deve ter apresentado a fonte: se ia sair de algum fundo de pensão, de algum órgão público. Qual a garantia?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, ele falava que tinha em torno de 16 mil filiados; fez as contas para mim e mostrou que dava para pagar.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Com 16 mil filiados?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Só se for em muitos anos, não é? Porque é complicado.

A minha segunda pergunta é com respeito à conta da Câmara. V. S<sup>a</sup>, a agência ganhou a conta da Câmara dos Deputados?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Qual foi o valor do contrato? E quem atestava essas notas, essas exibições da conta da Câmara?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se eu não me engano, foi um faturamento, em 2004, de R\$8,2 milhões. Esse ano, ainda, não faturou muita coisa. Mas, em 2004, foi em torno de R\$8,8 milhões – perdão, se não me engano.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Esse gasto foi em quê? O desses R\$8 milhões?





09/08/05

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Propaganda, pesquisa. Eu não vivo o dia-a-dia da conta, mas imagino que seja isso.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Gostaria de pedir ao nobre Relator que solicitasse o envio de todas as peças publicitárias comprovantes desse pagamento, a origem de cada centavo, de cada real. Pagou o quê? Cobriu o quê? Foi exibição em imprensa escrita, falada, televisiva? Nós temos a TV Câmara, a Rádio Câmara. Não entendo por que a Câmara tem que gastar quase R\$11 milhões... Sou Parlamentar fluminense e não me recordo, não me lembro de nenhuma publicidade da TV Câmara ou da Câmara dos Deputados em *outdoor* e nos demais meios de comunicação, televisivo, radiofônico, até porque a Câmara dispõe de concessão do Governo de rádio e televisão. Fiquei muito surpreso, quando foi revelado, na CPMI, que a Câmara teve um gasto tão exorbitante, perto de R\$10 milhões.

É importante, fundamental, que essas peças nos sejam enviadas, para que possamos conhecê-las realmente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, a Câmara já tinha outra agência antes da minha e já faturava com essa outra agência.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Nesse vulto também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Espero que sim, porque o contrato foi simplesmente uma continuação, uma nova licitação com o mesmo valor. A outra agência chamava-se Denison.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Essa é uma revelação importante. Como Parlamentar, acho um absurdo, absurdo, absurdo!

O senhor conhece o jornalista Luís Costa Pinto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor, conheço.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Ele tem alguma relação de trabalho com V. S<sup>a</sup>, com a empresa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Teve com a empresa, sim, senhor.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Nessa relação com a Câmara, ele teve alguma ligação, alguma participação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não, com a Câmara. Mas ele teve um relacionamento de trabalho, sim, com a empresa.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – O senhor sabe se ele é ligado ao ex-Presidente João Paulo Cunha?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. Sei que ele é ligado ao ex-Presidente João Paulo Cunha. Sim, senhor, sei.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito. Só gostaria de ratificar a importância de termos as peças que comprovam esses gastos da Câmara. Tenho a curiosidade de examinar isso de forma minuciosa, porque é muito importante para o País e para a democracia.

Muito obrigado.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fls: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado José Divino. V. Ex<sup>a</sup> foi bastante objetivo. Vamos fazer um apelo para que os demais Parlamentares também atuem dessa forma.

O próximo Parlamentar a usar a palavra é Raul Jungmann.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sr. Marcos Valério, boa noite.

A minha primeira pergunta é a seguinte: através desse relacionamento com o PT, as suas empresas chegaram a um grau de exposição, de certa vulnerabilidade ou de endividamento, como queira, bastante elevado. O senhor tem conhecimento da existência de outro caso semelhante, no mercado de publicidade, ou seja, com esse grau de vulnerabilidade ou de endividamento?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A minha não é a primeira e não será a última. Eu não gostaria de citar nomes. Mas não no ramo de publicidade; não é a primeira e não será a última, Excelência, Sr. Ministro.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Muito obrigado. Mas, com esse grau de exposição, Sr. Marcos Valério...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu deixei uma reportagem com o Relator, com o Presidente, que mostra as eleições no Brasil, publicada pela **Folha de S. Paulo**, em 1993. Ali tem todos os volumes, grandes volumes e grandes contribuições.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Muito obrigado.

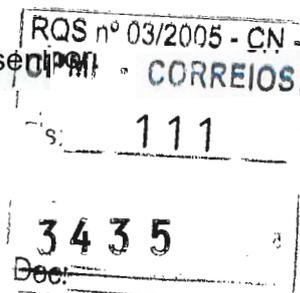
Falando com operadores de mercado, fala-se na possibilidade de que um empréstimo como esse pudesse representar o que se chama de operações estruturadas, ou seja, que ele aqui, internamente, no Brasil, teria garantias frágeis, mas que poderia estar ancorado ou garantido com garantias reais no exterior, em sucursal do banco onde se fez a operação ou em outro banco vinculado especificamente àquele banco.

Outra modalidade dessa operação estruturada seria, por exemplo, o contrato fundado numa garantia de fluxo futuro de recursos, que não teria aparecido e que poderia aparecer. Então, seriam duas modalidades da chamada operação estruturada. Nesse sentido, tenho três perguntas a fazer ao senhor. Primeiro, V. S<sup>a</sup> é parte ou tem conhecimento da existência, ainda que somente por ouvir dizer, de algum contrato, depósito ou garantia de qualquer espécie, no Brasil ou no exterior, em nome do PT ou de qualquer um dos seus operadores, que poderia, eventualmente, ser usada para compensar as possíveis perdas dos bancos nesses empréstimos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, nunca tive.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Muito obrigado. V. S<sup>a</sup> sabe ou tem informações, ainda que sem provas, ouviu dizer ou de alguma forma concluiu que existem de fato recursos do PT ou de membros ou operadores do PT no exterior ou de alguma conta não pública no Brasil?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, não sei.





09/08/05

**O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)** – Hoje, mais cedo, em seu depoimento, se bem entendi, V. S<sup>a</sup> afirmou que poderia haver, nesses contratos de empréstimo, algum aval ou garantia dada por fora. A que V. S<sup>a</sup> se refere, precisamente, e, além disso, mesmo que V. S<sup>a</sup> não tenha provas, será que V. S<sup>a</sup> poderia informar a esta Comissão o que o leva a pensar assim, que elementos de convicção V. S<sup>a</sup> tem a esse respeito?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Uma, a carta que foi assinada pelo Sr. Delúbio para o BMG e para o Banco Rural; outra, o Sr. Delúbio me falou que o Ministro José Dirceu tinha ciência e os bancos renovavam, a posteriori, com juros e tudo.

**O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)** – Parece-me relativamente bem exposto como funcionava o esquema, tendo o Banco Rural como operador. Entretanto, a relação com o BMG e como ele funcionava não é tão clara. Eu lhe perguntaria: o esquema de saques contra o BMG funcionava com base numa lista? Funcionava da mesma maneira que o Banco Rural ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. O Banco BMG emprestava, e eu transferia para a conta do Banco Rural o valor do Banco BMG. Era isso, Sr. Deputado.

**O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)** – Muito obrigado. Uma outra questão diz respeito ao seguinte: publicamente e através de listas, o senhor tem registrado a transferência de recursos da ordem de 15,5 milhões ao Sr. Duda Mendonça. O senhor tem como comprovar essa transferência? Existe algum comprovante dessa transferência de recursos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ministro, não tem comprovante disso, tem a minha palavra. E, hoje, parece que os jornais já publicam o caminho que seguiu esse recurso.

**O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)** – Ainda sobre o mesmo tema, perguntaria ao senhor o seguinte: o Sr. Davi Rodrigues, policial militar de Minas Gerais, que fazia saques no Banco Rural, disse que entregava o dinheiro à Sr<sup>a</sup> Simone Vasconcelos e ao seu sócio, o Sr. Cristiano Paz. Esses valores aparecem na relação de repasse que V. S<sup>a</sup> entregou à Procuradoria da República, com repasses para a Sr<sup>a</sup> Zilmar Fernandes. V. S<sup>a</sup> poderia explicar como se dava a entrega do dinheiro à sócia do publicitário Duda Mendonça? Como se dava essa entrega de dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ministro, para falar a verdade, não sei. Passei os cheques e dava autorização ao Banco para pagar as provisões que eram feitas baseadas nesses cheques. Sei que o dinheiro era sacado pelo Sr. Davi. Agora, para onde ele levava eu não sei, não sei mesmo.

**O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)** – Mas as provisões, no caso, era... ou esses recursos eram destinados a pagamento ao publicitário Duda Mendonça? Isso é claro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza absoluta.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Ass: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)** – Então, devem existir, evidentemente, Sr. Relator, comprovantes. Eu pediria que eles fossem solicitados ao Banco Rural.

Concluindo, as minhas últimas questões são as seguintes: tem V. S<sup>a</sup> conhecimento de visitas feitas pelo Sr. Antônio Moura Santos, cunhado do ex-ministro português Antonio Gutteres, a gabinetes do Governo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não conheço, Sr. Ministro, o Sr. Antônio Moura Santos.

**O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)** – Muito obrigado. Ele é objeto de várias reportagens na imprensa de Portugal. Vou passar ao Sr. Relator o teor dessas questões. Por fim, as seguintes e últimas questões. Alguma vez o senhor viajou em avião particular, portanto, não de carreira, com o Sr. José Mentor, para Curitiba?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, Sr. Ministro, nunca viajei.

**O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)** – O senhor poderia nos dar uma relação, aliás, antes, permita-me, o senhor chegou a realizar transferências de recursos ou pagamentos a Estados?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para diretórios do PT em outros Estados?

**O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)** – E outros?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)** – E a outros Partidos da Base aliada?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)** – Também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também.

**O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)** – O senhor teria a relação desses Estados?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tenho. Eu falaria...

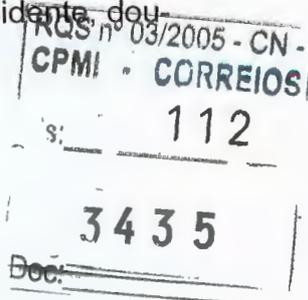
**O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)** – É essa que aqui se encontra?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É essa que está aí.

**O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)** – E a última das questões, Sr. Relator, é a seguinte: considerando o grau de relação que existia entre empréstimos e transferências, que grau de envolvimento os Srs. Presidente do Banco Rural e do BMG têm com todo esse caso, com toda essa questão? Esse tipo de operação, esse montante, esse volume, transferido, emprestado e assim por diante, não envolveria a direção e a presidência desses dois bancos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Creio que sim, Sr. Ministro.

**O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)** – Sr. Relator e Sr. Presidente, dou-me por satisfeito. Muito obrigado.





09/08/05

Muito obrigado, Sr. Marcos Valério.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Próximo orador inscrito, Deputado Renato Casa Grande, pelo tempo de dez minutos.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Muito obrigado. Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Sr. Marcos Valério, Deputados e Deputadas, tentarei ser mais sucinto, para que não tenha que gastar os dez minutos que me são concedidos.

Gostaria, primeiramente, de dizer da importância desta CPMI, que tem a função de fazer uma avaliação e uma investigação de Parlamentares. Aqui Parlamentares investigam Parlamentares, o que é uma responsabilidade muito grande. Já estamos presenciando dois tipos de delito: o delito do recurso de caixa dois para campanha eleitoral, que me parece que se transformou em delito de enriquecimento ilícito, com acúmulo de patrimônio. Então, há situações diferenciadas, e, naturalmente, teremos que fazer averiguação e julgamento caso a caso, para que não sejamos injustos no processo de avaliação e de definição do nosso parecer nesta Comissão.

É fundamental que reconheçamos, Sr. Presidente, a importância desta Comissão.

A vinda do Sr. Marcos Valério hoje, apesar de repetitiva – as perguntas são repetitivas, e é impossível fugir dessa repetição numa CPI –, acrescentou. O Sr. Marcos Valério acrescentou questões fundamentais, especialmente com relação à campanha de 98, porque detalhou a operação feita, em 1998, com o PSDB de Minas Gerais. Detalhou de uma forma importante e também acrescentou dados importantes com relação à operação feita em 2003 e 2004. Apesar da repetição, que é praticamente inevitável num processo como esse, acredito que a vinda do Sr. Marcos Valério está elucidando e consolidando todo o processo como foi feito. Porque nós não o vivemos, temos que ter todos os detalhes. Acho que os detalhes são fundamentais para isso.

A primeira questão que coloco é a de que o senhor tem contrato com o Governo Federal...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tinha, não tenho mais.

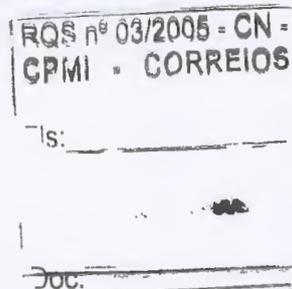
**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Tinha contrato, tem contrato com a Câmara dos Deputados ainda.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Federal? Acho que sim.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Tem contrato em quais órgãos públicos ou em quais governos a mais? Tem contrato com o Governo de Minas Gerais?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tenho, mas está encerrando. E tenho com o Governo do Distrito Federal e Câmara Federal. Só esses.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Câmara Federal. O senhor sabe o valor do contrato do Distrito Federal?





**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O do Distrito Federal, se não me engano, são 12 milhões, o da Câmara, no ano passado, foi de 8.800, e, com o Governo do Estado de Minas Gerais, se não me engano, é em torno de 10 milhões ou até menos.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – O senhor presta, naturalmente, serviços já há algum tempo à Administração Pública Federal; já disse aqui no início e depois repetiu, por diversas vezes, desde o Governo Fernando Henrique Cardoso...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desde o Governo Itamar Franco.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Desde o Governo Itamar Franco.

Então tem experiência, conhece, sabe como funciona a Administração Pública. O processo feito em 1998 é um processo que, podemos dizer, é semelhante, igual, é o mesmo processo, a tomada de empréstimo num banco e o repasse a um Partido, e o Partido financiar a campanha eleitoral. É o mesmo processo feito agora em 2003 e 2004, sendo que agora mais a argumentação do senhor para pagamento de dívida de campanha do PT, de alguns Partidos aliados, algumas lideranças e alguns diretórios estaduais. Então um fato acontecido em 98, um fato repetido em 2003, em 2004, com uma pessoa experiente como o senhor. Acho que o senhor está dando uma contribuição ao nosso processo, mas também posso concluir, pela experiência do senhor e pelo o que o senhor já tinha vivido em 98, e está vivendo agora com um volume de recurso captado, que podemos avaliar que é quase impossível que o senhor tenha admitido contrair empréstimos junto a duas instituições financeiras, se não tivesse a garantia, não vou dizer, mas se não tivesse um ganho com isso, como empresário. Expor as suas empresas nessa relação de tomada de empréstimos. O que me parece é que o senhor prestou um serviço em 98 e prestou um serviço em 2003 e 2004. E, por conseguinte, recebeu ou estaria implícita uma participação percentual desses empréstimos.

É essa a avaliação a que posso chegar porque é muito difícil nós estarmos aqui acreditando nisso. É lógico, isso é da cabeça de cada um, porque é a palavra, é a testemunha, é a interpretação de cada um, mas, no mundo dos negócios – e o senhor é um homem de negócios – raramente vemos alguém assumir uma posição como essa.

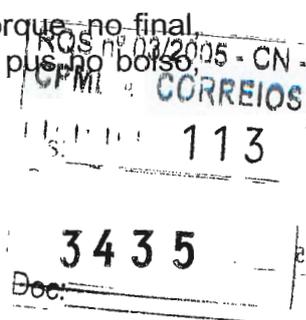
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com licença, Sr. Deputado, com todo respeito.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Pois não.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** - Se eu fosse ganhar uma comissão dos empréstimos, eu era português, no bom sentido, desculpe.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Alguma coisa...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque, no final, Deputado, eu teria que pagar. No primeiro momento eu tirei daqui, pus no bolso,





09/08/05

mas depois vou ter que pagar o copo inteiro. Com todo respeito, Deputado, com toda a... Só para explicar para V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – O senhor emprestou as empresas do senhor para captar os recursos, confiando que as pessoas fossem pagar o empréstimo, e o senhor recebeu um percentual pelo serviço prestado. O problema é que não pagaram o empréstimo, e o esquema foi descoberto, tanto em 98 – não pagaram o empréstimo –, como em 2003 e 2004. Então, pelo menos na minha avaliação, o senhor foi reincidente nessa prática.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA**– Não, aí eu concordo com o senhor que eu realmente fui...

**O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Realmente, não dá para acreditar que por inocência em 98 e por inocência em 2003 e 2004.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA**– Não, senhor, não foi inocência, até não quero passar isso. Em 2003 foi simplesmente para manter o que eu já tinha. Entenda, com todo o respeito, Excelência. Em 2003 foi para manter o que eu já tinha. Em 2004 foi um pedido de um ex-sócio; e depois não valia a pena brigar. Brigar para quê? O Governo Federal já era de outro Partido. É isso que eu quero deixar claro. Em 2003 foi para não perder o que eu já tinha. O que eu já tinha para mim estava de bom tamanho. Eu só queria continuar com o que eu tinha.

**O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Bem, Sr. Presidente, essa questão do embasamento para a tomada dos empréstimos ainda nos deixa dúvidas, para nós aqui da CPMI.

Por que o senhor acha que o Deputado Roberto Jefferson mentiu? O senhor talvez tenha o conhecimento da personalidade dele. Com relação à Portugal Telecom, quando ele fez a afirmativa de que era um contato para fazer pagamento do PTB e do PT.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não tenho intimidade com o Roberto Jefferson; eu tenho visto o Deputado Roberto Jefferson pela televisão. O Deputado quer criar tumulto e caos; quanto maior o caos dentro da Câmara, para o Deputado Roberto Jefferson melhor. Quanto mais caos tiver aqui dentro melhor. Ele quer o caos com algum intuito... Talvez agora ele pense em ser candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, já que ele está sendo tão...

**O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – O Deputado Roberto Jefferson disse que o interesse dele na indicação de pessoas para alguns cargos públicos é para poder receber parte dos recursos para financiar o Partido dele, o PTB. O senhor disse que o Palmieri estava sendo pressionado pelo Roberto Jefferson para poder receber dinheiro no IRB. O senhor sabe se o Palmieri em algum momento recebeu dinheiro em nome do PTB em algum órgão público?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Que eu saiba, não. Mas eu estou lhe dando, Excelência, estou lhe dando a minha impressão e o que ele me falou. Como o Dr. Ângelo, que viajou comigo aqui para Portugal – é só

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Ass: _____
Doc: _____



pegar os passaportes e vamos ver. Não sei se o Dr. Emerson Palmieri confirmará isso. Até porque ele tem pavor do Sr. Roberto Jefferson.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Só para concluir, Sr. Presidente.

Já foi feita essa pergunta. Para esclarecer, o senhor fez uma transferência para uma empresa Athenas Trading, com sede no Estado do Espírito Santo. Essa operação, o senhor disse que não fez parte desse montante de empréstimos contraídos de cinquenta e cinco milhões de reais, confirma essa informação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmando sim, senhor.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Foi uma transação particular, sem...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmando sim, senhor.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Tem alguma explicação, foi um negócio particular ou tem algum detalhe dessa operação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não. Foi...

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Até para excluir a empresa de qualquer dúvida.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não. Não. Foi um contrato de mútuo que eu apresentarei amanhã junto com... Vou pedir para alguém mandar. Não tem nada a ver com o processo.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Obrigado, Sr. Marcos Valério.

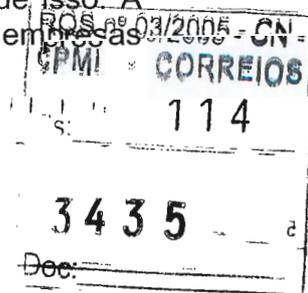
Obrigado Sr. Presidente, Sr. Relator.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Obrigado, Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Mendes Thame.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Depoente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, o Depoente Marcos Valério fez dos mais disciplinados depoimentos aqui de proteção ao Governo.

Tentou reduzir todo esse grande esquema que nós estamos assistindo, esse esquema sistêmico, verdadeiro assalto aos cofres públicos que ocorre no IRB, nos Correios, aparentemente nos Fundos de Pensão, Furnas, o Banco Popular, do Banco do Brasil, que gastou mais em propaganda do que em empréstimos populares... Tentou reduzir tudo isso em centenas de milhões de reais passados numa triangulação pelas contas das suas empresas a um mero conjunto de empréstimos totalizando, na sua versão, cinquenta e cinco milhões para campanha. É claro que essa sua versão não se sustenta, e no seu depoimento há algumas contradições. A primeira, ela está nas suas próprias palavras de que o Sr. Palmieri estava sendo escalado por Roberto Jefferson para ir buscar dinheiro no IRB. Portanto, o que nós estamos assistindo hoje não é apenas um conjunto de seis ou sete empréstimos. É muito mais do que isso. A segunda contradição: a imprensa noticia que a sua empresa ou as suas empresas





09/08/05

foram multadas no final do ano passado pela Receita Federal em mais de sessenta milhões de reais por depósitos sem origem; depósitos de origens não esclarecidas. Gostaria que o senhor anotasse. Isso seria uma primeira pergunta para, se possível, responder.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA**– Não...

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) - Mas depois o senhor responde.

Há uma segunda contradição. No dia 14 de julho o senhor esteve na Procuradoria-Geral da República. Eu tenho em mãos o seu depoimento. O senhor declara que foram efetuados empréstimos, dá o nome, no total, perfazendo um total originário de 39 milhões, que é o total dos empréstimos feitos ao longo de 2003 até o início deste ano, valor repassado ao PT por intermédio ou por indicação do Sr. Delúbio Soares. Depois, no dia 2 de agosto, o senhor entrega lá na Procuradoria uma relação em que a soma dos recursos a pessoas autorizadas a sacar atinge 55,8 milhões. Portanto, bem mais do que os 39 milhões. E, de acordo com o que relata, os empréstimos que foram anunciados, na soma realizada aqui pela assessoria dos Partidos nas CPMLs, o senhor fez um empréstimo de 12, um de 18, um de 9,9, um de 15 – que não conta porque foi para pagar o de 12 – e um de 10, perfazendo na soma 50. Portanto, já há uma discrepância de valores. O máximo que conseguiu justificar em empréstimos, até agora, foi de 50 milhões, e o senhor já excedeu 55, já repassou 55. Por outro lado, a sua afirmação lá na Procuradoria-Geral da República era de apenas 39. Portanto....

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu posso....

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Deixe-me terminar a nota. Depois o senhor explique, por gentileza, na seqüência. Mas há um fato que, na minha opinião é o mais sério de todos e que desmonta completamente toda a sua versão. Em resposta ao Senador Almeida Lima, o senhor declarou que esteve na Procuradoria-Geral da República e lá tentou a negociação para o beneplácito da delação premiada. Consultou antes o seu advogado, que confirmou que o senhor esteve lá tentando. Mas não deu certo. O Procurador-Geral da República jogou para depois; não fez as tratativas para que ocorresse a tal delação premiada. Foi isso que o senhor afirmou hoje aqui e deve estar gravado. Pois bem. Eu queria que o senhor anotasse para depois responder, aí, na seqüência, se o Procurador mostrou algum interesse em transacionar e no final não saiu a tal delação premiada. Não saindo o acordo, o senhor deixou de contar aquilo que poderia ter contado. Esse é o ponto chave do seu depoimento.

Certamente o senhor tem idéia do que é a delação premiada ou, então, o senhor foi lá confiando no seu advogado, certo de que a delação premiada iria contar alguma coisa que ajude e, com isso, o senhor teria redução da pena. Não é isso. A delação premiada é um instituto usado nas democracias consolidadas para combater a criminalidade de alta periculosidade, que coloque em risco questões de Estado, as que são altamente deletérias à sociedade como um todo, as que esgarçam o tecido social. Um dos instrumentos poderosos para combater essa

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

s: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



criminalidade que ameaça o Estado é a delação premiada. Como é que ela funciona? Dá-se o perdão que pode chegar à extinção da punibilidade ou uma redução de pena a quem ajudar a dismantelar um esquema, uma organização criminosa, uma associação criminosa, um bando ou uma quadrilha. Não é o caso de duas pessoas que entram em um supermercado para um roubar uma lata de óleo. Os dois saem correndo, e um é preso. Aí, para que se prenda o outro, se dá o beneplácito da delação premiada para um para pegar o outro. Não é esse caso. É o crime organizado. A delação premiada é um instituto para dismantlar organizações criminosas, um instituto mal compreendido. Há um trecho que diz assim em um dos artigos: "Do ponto de vista sócio-psicológico, a delação premiada é imoral e anti-ética porque estimula a traição, que nós não devemos incentivar nem nos mais vis criminosos".

Quem escreveu isso, logicamente, não entendeu que na relação de custo benefício às vezes se dá a delação premiada, se dá o beneplácito da redução da pena para alguém para se dismantlar uma organização que causa muito mais prejuízos pra sociedade como um todo. O Direito brasileiro tem a delação premiada. Um simulacro, muito fraquinho, inspirado no Direito americano e no italiano. Mas, nesses países, a delação premiada é um direito da pessoa que ajuda a dismantlar. E o que ela negocia com o promotor é quanto ela vai ganhar de redução de pena ou se ela vai ter extinção de punibilidade. Aqui, não; aqui é preciso que haja essa negociação, e aí é que começam as nossas perguntas.

Primeiro, se o senhor tentou... Outra coisa: pra que haja realmente essa configuração de o senhor merecer a delação premiada, o senhor precisa não entregar alguns peixinhos subordinados, o senhor precisa entregar ou co-autores do mesmo nível, ou a *intelligenza* do crime organizado. O senhor não é uma pessoa de última escalão nessa estrutura; o senhor ocupa uma posição-chave; o senhor é quem arrecada os recursos; portanto, há uma convergência para suas empresas e, a partir daí, uma dispersão dos recursos. O senhor precisaria, para receber delação premiada, ajudar ou informando que empresas contribuíram, ou quem é o cabeça, ou pessoas do mesmo nível. Portanto, no momento em que o senhor foi lá e pediu o beneplácito da delação, é sinal que o senhor está pedindo um privilégio previsto no Brasil para quatro crimes. Quatro. Só para quatro crimes no Brasil: para crimes hediondos – o senhor não está se sentindo como autor de um crime hediondo –, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e crime organizado.

Há também a lei de proteção a testemunhas, a Lei 9.807. Mas se o senhor pediu esse instituto, eu gostaria de saber – e já vou encerrar, Sr. Presidente – como é que o senhor está se sentindo, qual é a tipificação que o senhor mesmo atribui ao seu caso. E rapidamente só para encerrar, são as últimas perguntas, nós queríamos saber: o senhor obteve o passaporte azul, concedido pelo Itamaraty? Essa é mais uma pergunta.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Oi?

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – O senhor recebeu o passaporte azul concedido pelo Itamaraty? E em que circunstâncias o senhor esteve recentemente lá na Granja do Torto? São essas as perguntas.

Processo nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS  
115  
3435  
Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem. A regra aqui foi determinada, e todos nós respeitamos, de quinze minutos para pergunta e resposta, depois dez minutos para pergunta e resposta.

O nobre Deputado Mendes Thame, respeitando, claro, o seu saber, ele usou os dez minutos para fazer perguntas, e nós não vamos esperar dez minutos para responder agora. O tempo se esgotou. Eu queria pedir esse esclarecimento à Mesa. Nós vamos perguntar dez minutos e aguardar dez minutos para resposta depois também?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu entendo que essas duas perguntas são pertinentes e são interessantes: se há algum fato a esclarecer, se ele pode esclarecer as duas perguntas de maneira muito rápida.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Posso. Posso esclarecer, sim. O depósito não foi sem origem. A multa da Receita – e eu estou com a cópia aqui e posso encaminhar à Mesa – é sobre o cálculo do PIS. Ele quer calcular sobre o total do faturamento, e, na verdade, é só uma parte que é minha receita. Eu estou com ela aqui e vou passar, Sr. Relator, para o senhor. Então não foi sem origem. Todos os depósitos dentro das minhas empresas têm origem, têm origem mesmo, e vai ser comprovado pelo disquete.

A discrepância no depoimento, na verdade, depois foi feita uma petição, se V. Ex<sup>a</sup> confirmar comigo, todos os empréstimos vão estar listados aí, mas, na hora de somar, nós somamos errado, junto com o Procurador. Eu vou ditar os empréstimos, e o senhor vai ver que todos estão no meu depoimento. Então foi um erro aritmético que depois foi corrigido porque o meu advogado entrou com outra petição.

Os valores: eu tenho um de 12 milhões; outro de 3.516.080; um de 15.728.300; um de 10, um de 18.929.111; um de 9.975.400, e depois foi feito um grande que matou um outro de 14.931. Então, tem que diminuir esses 14...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa parte o senhor...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E aí dará os 55.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa parte o senhor já respondeu por diversas vezes...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, as últimas duas perguntas que eu vejo que são novas

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Esses passaportes, se teve lá...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu não tenho passaporte azul. Meu passaporte está na Procuradoria, grampeado e lacrado; eu deixei com o Procurador. E nunca estive na Granja do Torto, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, que é a Deputada Perpétua Almeida.

**A SR<sup>a</sup> PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu queria, Sr. Marcos Valério, o senhor começou o seu depoimento aqui agora, dizendo que...

RCIS nº 09/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fis: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Presidente Almir... (Pausa.)

Desculpe.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Sr. Marcos Valério, o senhor começou o seu depoimento hoje aqui pedindo desculpas ao Brasil, pedindo desculpas porque considerou que teria omitido informações anteriormente. O senhor usou a seguinte expressão: “Me desculpem por não ter aberto tudo”.

Amanhã, quando o senhor acordar, o senhor vai acordar com essa mesma sensação, essa necessidade de pedir desculpas ao Brasil por ter omitido informações hoje aqui?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, Deputada, não; vou acordar mais leve, com os mesmos receios, mais leve por ter falado, com os mesmos receios, mais tranqüilo para entregar definitivamente todo o meu movimento contábil ao nobre Relator e ao Presidente, mas com os mesmos receios que eu tinha uma semana atrás, duas semanas atrás.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – O senhor considera que pode, mais na frente, falar mais alguma coisa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não considero que eu possa falar mais nada. Eu considero que eu tenho os mesmos receios de vida, os mesmos receios com a minha família...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Ah, entendi.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Os mesmos receios com o meu trabalho e o meu futuro.

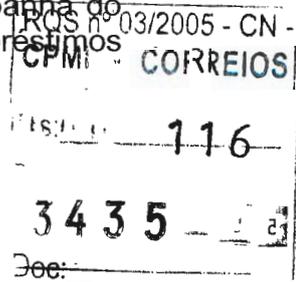
**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Me diga uma coisa: o senhor tem filhos. Eu vi isso pelo depoimento da sua esposa. Com certeza, estão sofrendo nesse momento.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhora.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – O que o senhor tem dito para eles quando eles lhe perguntam? Como o senhor tem abordado esse assunto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A verdade. O pai dela e o ... Como a minha filha tem 14 anos, ela é a única que pode entender. O de 4 não entende. A verdade. O pai dela errou e isso tudo é um erro que foi feito e que, se eu pudesse voltar atrás, eu voltaria.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Está certo. Eu passei o dia inteiro aqui hoje e, para mim, ficou muito claro – eu acho que só não percebeu quem não quis – que esse esquema de que o senhor participou, na minha opinião, ficou claro isso, no princípio, foi um financiamento ao PSDB, por intermédio do seu Presidente Eduardo Azeredo. Num segundo momento, o senhor financiou o PT por intermédio do Sr. Delúbio Soares. Ficou claro que o método utilizado foi o mesmo. O senhor relatou aqui. Foram empréstimos bancários, repassados ao PSDB, a partir de uma prévia lista que, na época, o tesoureiro da campanha do Senador Eduardo Azeredo lhe passou. Agora, também o senhor fez empréstimos





09/08/05

bancários, repassados aos Partidos ou aos Parlamentares, sob uma prévia lista que o Sr. Delúbio Ihe passou. Não é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É isso mesmo.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Claro. Então, no princípio, foi o PSDB, depois foi para o PT. Mudaram apenas os personagens, os Partidos, do PSDB para o PT. É isso? E os valores, claro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Certo. Acho que também vai ser igual o calote. O senhor disse que o PSDB não o pagou e, pelo visto, a atual direção do PT não reconhece. O senhor vai para o segundo calote.

É verdade que o senhor responde a processo na Justiça Federal junto com o Sr. Clésio Andrade, atual vice-Governador de Minas, juntamente com o Senador Eduardo Azeredo, atual Presidente do PSDB?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade, senhora.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – É verdade. Fale rapidamente que processo é esse. O senhor responde a um processo na Justiça junto com o atual Presidente do PSDB e com o atual vice-Governador de Minas Gerais. Como é isso? Que processo é esse?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi um evento patrocinado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, um mundial de motocross realizado por um de minhas empresas em Belo Horizonte. Esse patrocínio veio do Governo do Estado, e o Ministério Público Estadual ou Federal – como ele é Senador, teve que vir para Brasília – entrou na Justiça questionando.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Qual é o valor dessa ação que o Ministério acha que o senhor, o Presidente do PSDB e o vice-Governador de Minas teriam surrupiado dos recursos públicos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não diria, com todo o respeito, Deputada, surrupiado porque esse evento já havia sido patrocinado pelo Governo Hélio Garcia,

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Qual era o valor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – ...pelo Governo Newton Cardoso e pelo Governo Eduardo Azeredo. Era um milhão e meio, se não me engano.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Está certo. O senhor disse aqui também que, quando fez esse montante de empréstimos a pedido do Sr. Delúbio Soares, fez porque era o Partido do Governo e, como o senhor era empresário, ficou com medo de, ao não fazer, ser perseguido. Esse sentimento do medo da perseguição por ser empresário em negar algo ao Partido do Governo foi o mesmo quando o senhor também fez os empréstimos, à época, a pedido do Tesoureiro do Presidente do PSDB?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Ali foi um sócio que foi da minha empresa, o Dr. Clésio Andrade, que entrou em 1996. Ele me deu um telefonema à noite me solicitando que recebesse o Sr. Cláudio Mourão

de nº 05/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Rec: \_\_\_\_\_



porque a campanha dele estava parando e ele era então candidato na chapa do Dr. Eduardo Azeredo. Ali foi mais um relacionamento do que um pedido de perdas e ganhos.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Dr. Marcos Valério, vou apressar um pouquinho por causa do tempo. Faça-nos rapidamente uma descrição de como é sede do PTB aqui em Brasília.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Do PTB?

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Estive lá uma única vez. É um prédio...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – O senhor confirma que foi lá. O que o senhor foi fazer lá?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu confirmei que estive lá uma vez, sim.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Certo. O que o senhor foi fazer lá?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu fui me encontrar com o Sr. Emerson Palmieri, e ali ele me apresentou o Roberto Jefferson.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Foi nesse dia que o senhor levou as malas de dinheiro para o Deputado Roberto Jefferson?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu nunca levei mala de dinheiro para o Sr. Deputado Roberto Jefferson.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – O senhor tem certeza de que quer manter essa posição?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tenho certeza, e está ali a prova: que eu estava viajando no período que o Deputado...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Sr. Marcos Valério, o Deputado Roberto Jefferson, por três vezes – no Conselho de Ética da Câmara, na CPMI dos Correios e aqui na CPMI do Mensalão – disse que, por duas vezes, em um espaço de sete dias, recebeu malas de dinheiro do senhor, a mando do PT, para ajudar nas campanhas do PTB. Isso aconteceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não aconteceu, e eu provo com os documentos que entreguei para o nobre Relator.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – O senhor acha que ele estaria faltando com a verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que o Deputado Roberto Jefferson quer o caos.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Estaria mentindo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E quanto mais o caos... Um Deputado que chega, senta nesta tribuna, com um monte de prestação de contas para ameaçar o colega, acho que, no mínimo, está mentindo.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – O senhor toparia uma acareação com o Deputado Roberto Jefferson?

RGS Nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
117  
3435  
Doc:



09/08/05

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na hora em que a senhora marcar.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Está certo. O senhor acha então que o Deputado Roberto Jefferson inventou essa história, já que ele teria denominado a história do mensalão, para passar a idéia para a opinião pública e para os Deputados de que o PTB estaria fora do mensalão e que aquele dinheiro ele teria recebido para financiar as campanhas do PTB?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Acho que sim. Além disso, nós também temos que ser muito francos, não adianta a gente também tampar o sol com peneira, o Deputado Roberto Jefferson, quando fez a denúncia e envolveu meu nome, envolveu e expôs o esquema do financiamento que foi feito pelos bancos. Não adianta ficar aqui mentindo e falando com a senhora: “Não, o Deputado Roberto Jefferson não acertou em nada”. Acertou sim. Acertou nos financiamentos que foram feitos nos bancos privados para o PT.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Já sabia. Claro. O senhor demonstrou aqui hoje ser amigo do Sr. Palmieri, que é o tesoureiro do PTB do Sr. Roberto Jefferson. Mas o senhor falou aqui que, como estava sempre com ele, pela relação de amizade, ele dizia para o senhor que estava sempre pressionado pelo Deputado Roberto Jefferson para que arranjasse grana para o Partido. Como é que ele ia arranjar grana para o Partido? Como é que era isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sei te explicar, mas eu não sei nem se o Dr. Emerson Palmieri vai confirmar, porque ele é um homem que vive constantemente apavorado pelo Deputado Roberto Jefferson. Não sei se ele vai ter coragem de confirmar, te falo com toda a sinceridade. Um exemplo é o Dr. Ângelo Calmon, que viajou comigo para Portugal. É só pegar meu passaporte e o dele, vocês vão ver que nós fomos juntos a Portugal.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Sr. Presidente, só tenho mais uma pergunta: Sr. Marcos Valério, o senhor tem dito que não era “mensalão”, essa palavra que o Deputado Roberto Jefferson criou. O senhor tem dito que era dinheiro para financiar os Partidos, a pedido já, claro aqui, do Delúbio Soares. Seja lá o que fosse, ou “mensalão”, ou dinheiro para financiar os Partidos, o método, a origem, foi o mesmo utilizado para o PP (Partido Progressista), para o PT, para o PMDB, para o PL e para o PTB do Sr. Roberto Jefferson, através do Palmieri? O método foi o mesmo para todo o mundo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O que foi comigo...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O que eu repassei...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Sim, o que o senhor repassou.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi só de empréstimo...

RGS nº 03/2005 - CN =  
CPMI - GORREIOS

S:

Dec:



**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC)** – Porque o senhor é acusado de ser o pagador do “mensalão”. Pelo que está escrito, pelos seus depoimentos, o senhor passou para o PMDB, para o PP, para o PT, para o PL e para o PTB.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro, eu não sou esse rótulo de “operador do mensalão”, não. Eu simplesmente passava o dinheiro que eu tomei emprestado na iniciativa privada a pedido do Sr. Delúbio Soares.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC)** – Mas o método e a origem eram os mesmos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quem determinava os pagamentos, Deputada, era o Sr. Delúbio, e o método de pagamento, tudo...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC)** – A origem do recurso...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A origem do recurso está clara: foram os empréstimos bancários. E quem determinava os métodos de pagamento e quem pagar era o Sr. Delúbio Soares.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC)** – Mas a fonte, a forma de repassar para os Partidos, de acordo com o que o Sr. Delúbio o orientava, foi a mesma?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi a mesma, sim senhora.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC)** – Está certo, muito obrigada.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nada.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Concedo a palavra à Deputada Iriny Lopes.

**A SRª IRINY LOPES (PT – ES)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Sr. Marcos Valério hoje, por diversas vezes, recolocou aqui a história da participação do Sr. Clésio Andrade no convencimento do financiamento da campanha do então candidato Eduardo Azeredo e da maneira como esse Sr. Clésio Andrade veio a fazer parte, como sócio, da DNA e, posteriormente, da SMP&B.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, é o contrário: primeiro, SMP&B e depois DNA.

**A SRª IRINY LOPES (PT – ES)** – Sim, a ordem pode estar inversa, mas...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Certo. Desculpe, Deputada.

**A SRª IRINY LOPES (PT – ES)** – O senhor e o Sr. Clésio Andrade estão sendo réus em uma ação civil proposta pelo Ministério Público Estadual de Minas Gerais, juntamente com o Sr. Cristiano Paz e Ramon Hollerbach, da SMP&B. Essa ação é uma ação de reparação de danos ao patrimônio público. Confere?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confere. Essa ação é movida pelo Ministério Público, uma ação envolvida é uma dação de

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPM! - CORREIOS

S: 118

3435

Doc:



pagamento ao Banco de Credireal, onde foi avaliada uma jazida de mineração e as terras. Confere, sim senhora.

**A SRª IRINY LOPES (PT – ES)** – Fazenda Santa Rosa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sei o nome, mas deve ser, sim senhora.

**A SRª IRINY LOPES (PT – ES)** – Essa instituição foi privatizada um ano depois desta operação...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhora.

**A SRª IRINY LOPES (PT – ES)** – ...que monta a 1 milhão, 854 mil reais?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhora.

**A SRª IRINY LOPES (PT – ES)** – A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Minas Gerais alega que a agência DNA se associou à empresa CS Andrade Participações S. A. O senhor confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhora.

**A SRª IRINY LOPES (PT – ES)** – Atualmente, a empresa CSA tem a denominação de Holding Brasil S. A. e é presidida pelo Sr. Clésio Andrade. O senhor confirma?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. A DNA é uma empresa independente. A CSA, que virou Holding Brasil, é uma empresa do Dr. Clésio, que, num dado momento, participou do controle acionário da DNA e depois saiu. Ficou uma empresa minha, do Sr. Cristiano, que depois saiu também, e do Sr. Ramon Cardoso. A Holding Brasil é uma empresa do Dr. Clésio, que não tem nada a ver com a DNA hoje.

**A SRª IRINY LOPES (PT – ES)** – Ela não substituiu ao longo do tempo a CS Andrade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Essa empresa é do Dr. Clésio desde...

**A SRª IRINY LOPES (PT – ES)** – Mas são empresas diferentes?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, são empresas dele. Uma é sucessora da outra. Disso sei sim, senhora.

**A SRª IRINY LOPES (PT – ES)** – Então, o senhor confirma que uma sucedeu a outra?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmando sim, senhora.

**A SRª IRINY LOPES (PT – ES)** – A Deputada Perpétua acabou de lembrar aqui outra ação que o senhor responde perante o Supremo Tribunal Federal junto com o Sr. Clésio Andrade e com o Presidente do PSDB, Senador Eduardo Azeredo, que, à época, era Governador do Estado de Minas Gerais. Essa ação se deve a uma transferência de recursos para a empresa dos senhores para a promoção do Enduro Nacional da Independência. É isso? Essa é a origem da ação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Essa é a origem da ação.

RGS nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A pergunta já foi formulada.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Essa é outra ação.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É a mesma ação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quanto a essa ação, já foi devidamente esclarecido aqui o teor dela. Se V. Exª quiser fazer outra pergunta. Faça a pergunta subsequente.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Essa resposta tem seqüência para a pergunta posterior que eu quero fazer, Sr. Presidente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu respondo, Sr. Presidente. Essa ação, o Governo Hélio Garcia patrocinou a primeira vez, depois o Governo Hélio Garcia patrocinou de novo, foi duas vezes no Governo Hélio Garcia, depois o Governo Newton Cardoso patrocinou e depois o Governo Eduardo Azeredo patrocinou. Aí, numa briga política entre o Governador e a Promotoria, houve essa ação. Eu considero briga política.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – A briga é política, mas ela justificaria uma ação? O senhor estaria sendo processado só por uma ação, não há nenhuma irregularidade na transferência?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nenhuma irregularidade, Srª Deputada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou requerer cópia dessa ação, e essas perguntas ficarão prejudicadas. Hoje essas perguntas foram feitas mais de dez vezes. Eu respeito, não posso ser juiz de cada inquiridor.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Seria importante, Sr. Presidente, de fato, que essa ação fosse de nosso conhecimento, porque ela tem importância na compreensão de todo o processo. Não há nenhuma ação que seja feita só por ser feita, até porque o Ministério Público, o Judiciário, todo mundo tem muita coisa para fazer, não pode...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pergunto a V. Exª se exatamente essa ação tem pertinência com o objeto da nossa investigação. Vamos trazê-la para analisar.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Eu acho importante, Sr. Presidente, para que a gente tenha conhecimento do inteiro teor da ação e para que a gente possa estudá-la detidamente.

Hoje já foi perguntado também, diversas vezes, mas eu queria fazer uma pergunta diferente ao senhor sobre o mesmo tema, que é a questão da Athenas Trading. Já foi aqui perguntado por vários Deputados e Senadores. Eu queria saber qual é a relação da SMP&B com a Athenas Trading, que recebeu R\$1.900.000,00 e também a By Brasil, que foi beneficiada, no mesmo dia, com mais R\$970.000,00. Eu queria saber a relação.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É uma relação de empréstimo que fiz e não tem nada a ver com essa lista, não tem nada a ver com nenhuma operação financeira do PT. Foi uma operação de empréstimo

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

11 119

3435

Doc:



09/08/05

contabilizado dentro da empresa, com contratos de mútuos firmados entre empresas.

**A SRª IRINY LOPES (PT – ES)** – O senhor vai enviar este contrato também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Amanhã o disquete está... E os documentos fisicamente... Vou dar o endereço em Belo Horizonte onde vão estar, porque a Receita vai ter que ir lá de vez em quando examinar e se a Comissão quiser ir lá também pegar fisicamente os documentos poderão pegar.

**A SRª IRINY LOPES (PT – ES)** – Essa Athenas Trading tem alguma relação com a Holding Brasil, Sr. Marcos Valério?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não tem.

**A SRª IRINY LOPES (PT – ES)** – Muito obrigada. Estou satisfeita.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Qual é o fundamento da questão de ordem?

**O SR. (Orador não identificado)** – Eu vou formular, depois o senhor analisa.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Mas eu quero, inicialmente, como manda o Regimento, saber em que artigo é baseada.

**O SR. (Orador não identificado)** – O senhor analisa o artigo. Eu vou fazer a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Então eu não analiso o artigo, nem aceito a questão de ordem.

**O SR. (Orador não identificado)** – Então o que eu vou dizer ao senhor é que o senhor não está sendo enérgico na condução dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Isso não é questão de ordem. É uma idéia sua, individual, e a V. Exª...

**O SR. (Orador não identificado)** – Os Deputados estão aqui argüindo assunto de Governo, de Estado, toda hora...

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – V. Exª não pode falar.

*(Interrupção do som do microfone do orador.)*

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Então fala sem microfone.

**O SR. (Orador não identificado)** – Os Deputados ficam argüindo o Governo do Estado de Minas Gerais, o Senador Eduardo Azeredo... Nada tem nada a ver...

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – V. Exª não é censor de ninguém. Peço...

**O SR. (Orador não identificado)** – V. Exª é.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Mas não estou aqui para ser censor de ninguém.

**O SR. (Orador não identificado)** – Está me censurando.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CC:REIOE

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estou-lhe censurando porque V. Ex<sup>a</sup> é impertinente. V. Ex<sup>a</sup> está com absoluta impertinência. Estamos aqui indagando, cada um faz as perguntas que bem entende.

**O SR. (Orador não identificado)** – A CPMI não vai chegar a lugar nenhum, se continuar dessa forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup>, com essa intervenção, realmente não contribui.

**O SR. (Orador não identificado)** – O próprio Relator já disse aí...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço que se comporte. Vou cassar a palavra de V. Ex<sup>a</sup>. Aqui o juiz tem esse poder por uso do que se estabelece no Código de Processo Penal.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que aguarde a sua vez para falar.

Vamos ouvir o orador subsequente, Deputado Neucimar Fraga, que tem a palavra.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Sr. Marcos Valério, queria cumprimentar os Parlamentares desta Comissão, parabenizar aqueles que resistiram ao sono e estão aqui já no dia seguinte participando desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Com certeza, querem contribuir neste momento crítico que vive o nosso país.

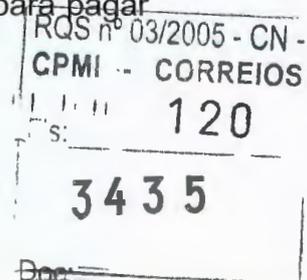
Tenho certeza de que todos que estão aqui estão porque querem colaborar com os trabalhos de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero também dizer ao depoente, Sr. Marcos Valério, das informações que estão sendo prestadas aqui. Percebemos desde o início que V. S<sup>a</sup> chegou aqui com o desejo de colaborar. Eu queria fazer a seguinte pergunta: o senhor respondeu com a pura verdade a todas as perguntas que aqui foram feitas pelos Srs. Parlamentares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dentro dos meus conhecimentos, dentro do que sei, foi com a pura verdade. Posso ter falhado, que eu também não sou perfeito, por não saber. E talvez por não representar a expectativa de muitas pessoas. Mas, dentro do que vi, do que soube, eu procurei responder.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – A tudo que lhe foi perguntado, então, o senhor respondeu com a pura verdade. Existe alguma pergunta que ainda não foi feita e que o senhor gostaria de responder? Existe algo ainda a ser explicado que não lhe foi perguntado, talvez por falta de conhecimento dos Parlamentares, talvez por falta de informações, que o senhor gostaria de acrescentar ao seu depoimento? O senhor acha que é uma informação que pode vazar no dia seguinte e ser motivo de uma nova convocação de V. S<sup>a</sup> a esta Comissão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu queria fazer uma declaração.

Primeiro, o PT pagando ou não, não quero nada do Governo, não quero nada de ninguém do Governo, não quero nada de ninguém do PT, não sou chantagista, não quero chantagear ninguém. Se eu tiver que trabalhar para pagar





09/08/05

as dívidas que vão ficar nas minhas costas, eu vou trabalhar. Não pensem que vou mandar recado para ninguém, porque não vou. Não quero um centavo que não seja meu. Não quero aqui ameaçar ninguém. Não conte comigo para isso. Se eu tiver que pagar à Receita e tiver que enfrentar a Receita pelas dívidas que ficarem e ninguém me ajudar, eu vou pagar, eu vou lutar para isso.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – OK.**

Sr. Marcos Valério, segundo informações que chegaram à sociedade brasileira por meio dos órgãos de comunicação, comunicações, logo após a realização do segundo turno, o senhor foi procurado pelo Sr. Delúbio, foi apresentado ao Sr. Delúbio, que apresentou dificuldades do fim de campanha, despesas contraídas pelo Partido, quem sabe algumas despesas que ainda surgiriam naquele período de transição.

Queria saber o seguinte: entre o encerramento da eleição e a posse do Presidente Lula, o senhor fez alguma doação ou contribuição ao Partido dos Trabalhadores?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.** Começaram em 2003, Deputado.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) –** O primeiro depósito, então, que o senhor fez foi em fevereiro de 2003. Confirma essa informação prestada?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Além de dois outros empréstimos que assinei diretamente para o PT como avalista, para ser exatamente verdadeiro.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) –** O senhor confirma que essas datas do primeiro e do último depósito, registradas por meio desse extrato entregue à Comissão, são as datas reais do primeiro e do último depósito ou da transferência eletrônica feita, seja por doação da empresa, seja pelo empréstimo contraído em nome do PT por V. S<sup>a</sup> e por suas empresas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA –** Confirmando que esses foram os dias dos saques. Em muitos desses cheques que estão aqui, havia um ou dois dias de diferença, mas as datas conferem exatamente com a contabilidade que vai estar na empresa.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) –** Quero chamar a atenção do Sr. Relator, nobre Deputado Ibrahim Abi-Ackel, porque, segundo o Deputado Roberto Jefferson – veja só –, não estamos aqui para formar juízo, mas esta é uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e não se faz inquérito sem investigação. Não podemos fazer também investigação sem levar em conta a veracidade de todos os fatos e buscar a contundência das informações prestadas e as contradições das denúncias feitas.

Segundo o Deputado Roberto Jefferson, a partir do momento que começou a surgir um zunzunzum sobre o “mensalão”, as malas de dinheiro deixaram de entrar no Congresso Nacional. Foi isso? Que a partir desse momento, as operações financeiras começaram a ser feitas na agência do Banco Rural, no Brasília Shopping, no Distrito Federal. Foram essas as informações

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

is: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



prestadas pelo principal depoente até agora e acusador desse esquema. É isso, Sr. Relator?

Percebemos que, na verdade, desde o primeiro empréstimo, desde a primeira transferência, essas operações financeiras já estavam ocorrendo na agência do Banco Rural de Brasília e não apenas, supostamente, como disse o Deputado Roberto Jefferson, depois de surgirem os boates do “mensalão”, quando alguns, com medo – quem sabe? – de serem flagrados, transferiram as operações para a agência do Banco Rural em Brasília.

Portanto, aqui temos a data do primeiro depósito e a do último depósito. A última transferência feita por meio da agência do Banco Rural, Sr. Relator, foi no dia 25 de setembro de 2004. Do dia 25 de setembro em diante, não foi registrada mais nenhuma transferência para a conta de nenhum Partido, nenhuma pessoa mais fez sequer um saque na agência e, segundo o Deputado Roberto Jefferson, o suposto “mensalão” teria encerrado a partir de fevereiro de 2005.

Então, pergunto: se o Deputado Roberto Jefferson estivesse falando totalmente a verdade, durante o período de outubro, novembro e dezembro, quando, supostamente, teria ocorrido o “mensalão”, quem bancou esse “mensalão”? Porque não foi mais o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, de acordo com os documentos apresentados aqui?

Então, ou apareceu outro operador do “mensalão” de outubro a janeiro ou, então, podemos entender, Sr. Relator, que podem ter supostamente ocorrido algumas doações para Parlamentares individualmente. Mas a classificação de mensalão que entendo da forma como foi apresentada, que era a compra de consciência de voto dos Parlamentares desta Casa para votar com o Governo Lula, não ocorreu da forma como foi denunciada pelo Deputado Roberto Jefferson, porque há uma lacuna de cinco meses sem transferências registradas, sem saques realizados – ou então as transferências, ou o “mensalão”, acabaram em setembro de 2004 e não em janeiro de 2005, como disse o Deputado Roberto Jefferson. Após ele falar com o Presidente Lula em janeiro, de fevereiro em diante, o “mensalão” foi encerrado. Portanto, Sr. Relator, peço que fique bastante atento a essas informações.

Sr. Marcos Valério, como o senhor é um operador do sistema de publicidade e ganhou várias concorrências no Governo Lula, no Governo Fernando Henrique Cardoso e no Governo Itamar Franco e já disse que presta serviço publicitário ao Governo do Distrito Federal, ao Governador de Estado e à Câmara Federal – não sei se à Assembléia Legislativa de Minas Gerais prestou serviço também - V. S<sup>a</sup> prestou serviço para mais algum Estado, Governo ou Prefeitura?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Goiânia já prestei serviço, ao Estado de Goiás.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Quem era o Governador na época?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se não me engano, era o Sr. Marconi Perillo.





09/08/05

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – O Sr. Marconi Perillo. Então, o Senhor trabalhou, com a sua agência de publicidade, no Estado de Goiás para o Governador Marconi? O Senhor chegou a fazer alguma doação da sua empresa para o Governador Marconi Perillo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nunca.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Não. Nunca.

Para encerrar, Sr. Presidente, como especialista no assunto, farei duas perguntas rápidas. Diga, pelo menos, uma peça publicitária que o Senhor produziu para o Governo Lula.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para o Governo Lula?

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – É, para as empresas, Banco do Brasil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sedex.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Foi produzida pelo Senhor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É. É uma campanha do Banco do Brasil de cartão de crédito.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Ok. E qual a possibilidade real de uma agência que faz a campanha de um candidato, coincidentemente, trabalhar para esse candidato durante o exercício do seu mandato ou do seu trabalho como conhecedor da área de publicidade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – V. Ex<sup>a</sup> tem um exemplo no passado e um no futuro.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Então, é 100%.

Ok, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Antes de conceder a palavra ao novo Deputado inscrito, farei algumas considerações, que, para mim, são importantes.

Procuró levar a Presidência conforme o Regimento Interno e a ordem. Evidentemente, não posso ser um censor de Deputados que querem fazer as perguntas de um jeito ou de outro. Chamei a atenção, várias vezes, da depoente, porque senti que ela estava saindo do foco das investigações. Mas esse procedimento não dá autoridade a ninguém para adotar uma atitude contrária, de maneira agressiva, à Mesa. Há medidas disciplinares que vou colocar em execução.

O art. 22 do Regimento Interno do Senado Federal, que se aplica subsidiariamente, é explícito:

O Presidente advertirá o Parlamentar – chamarei assim –, usando da expressão 'atenção'. Se essa observação não for suficiente, o Presidente dirá mais uma vez 'atenção', Sr. Deputado ou Parlamentar. Não obstante o aviso nominal, o Presidente retirar-lhe-á a palavra. Insistindo o Parlamentar em desatender à advertência, o Presidente determinará a sua saída do recinto, o que deverá ser feito imediatamente.

RQS nº 03/2005 - CN  
CPMI - CORREIOS

Fis: \_\_\_\_\_



Esse é o Regimento. Não quero aplicá-lo na extremidade dessas disposições, mas não vou admitir que fatos como os ocorridos anteriormente voltem a acontecer. Vamos disciplinar! Tenho tido respeito até essa hora – estou aqui desde nove e meia – procurando conduzir. É difícil orientar a liberdade de cada um, a autonomia e a independência de cada um. Cada um fala da forma que lhe é própria. Cada um tem o seu estilo. Diz-se que o homem ou a mulher é o próprio estilo. Então, não posso aqui aceitar as ponderações agressivas e injuriosas que foram feitas.

Ademais, não admito também que, sobretudo, os membros que estejam aqui não façam tudo para que a CPMI alcance seus objetivos. Façam perguntas inteligentes. Ajudem o Relator. Estou conduzindo e dirigindo apenas a reunião. E é por isso que vou aplicar com rigor o Regimento. Está aqui. Está escrito e assim será.

Na seqüência, concedo a palavra ao Deputado Carlos Dunga. (Pausa.) Ausente.

Chamo agora o Deputado Narcio Rodrigues.

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, publicitário Marcos Valério, gostaria inicialmente de colocar a limpo a questão suscitada aqui anteriormente e que apenas pontuei a respeito da participação da SMP&B na campanha do Governador Aécio Neves, em 2002. Foram feitas aqui ilações que dão a entender, inclusive, que essas doações tivessem qualquer natureza irregular. Em primeiro lugar, é preciso dizer com destaque que a SMP&B e a DNA formam historicamente no cenário da publicidade brasileira a fila de empresas que consagraram espaço graças à sua competência e que disputam mercado com condições privilegiadas pela qualidade profissional dos serviços que prestaram, e são mineiras. Na campanha de 2002, foi feito um jantar de adesão em que a SMP&B contribuiu com R\$4 mil para a campanha do então Deputado Aécio Neves ao Palácio da Liberdade, com a compra de quatro convites para esse jantar de adesão, organizado por um grupo de jovens empresários mineiros. Cada convite custava R\$1.000,00. Aqui há uma relação em anexo, inclusive que eu vou entregar ao Sr. Relator. O jantar aconteceu no dia 29 de agosto de 2002, na Avenida Raja Gabaglia, e contou com a presença do jornalista Márcio Moreira Alves. Inclusive, o empresário Marcos Valério, proprietário da SMP&B, nem esteve nesse jantar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza, não estive.

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – Passar a limpo. Mais importante do que isso, sabe Presidente - e fiz este alerta aqui -, é que, se nós não tivermos o cuidado na abordagem, vamos fazer, como há pouco a Deputada Perpétua Almeida e outra colega fizeram, uma grande mistura sobre fatos, de forma que se generalize e passe a entender como o próprio depoente disse aí, ou seja, que qualquer ligação com o Dr. Marcos Valério hoje leva suspeita a todas as pessoas. E eu queria dizer que essa doação da SMP&B, como a doação do Banco Rural, à campanha do Governador Aécio Neves está na nossa declaração do

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
122

3435

Doc:



PSDB, na nossa prestação de contas disponibilizada na *Internet* desde que passou a eleição. Não há nenhum segredo nisso. É público e notório e está à disposição de quem quiser conferir na *Internet* esses dados. Na semana passada, a imprensa tentou criar esse tipo de novidade, que é artificializar fatos. Fizemos questão de dizer isso, exatamente isso.

Com relação ao depoimento dado aqui hoje e a ênfase com que o PT tenta criar uma similaridade entre o episódio de 98 e o de 2002, eu queria fazer um destaque. É pena que a Deputada Perpétua não esteja. Eu só vejo uma similaridade entre o que aconteceu em 98 e o que aconteceu a partir da posse do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva: o fato de se ter buscado empréstimo em banco. De resto, não há nenhuma outra similaridade.

Primeiro, o cenário era eleitoral em 1998. Era segundo turno, havíamos perdido a eleição, em Minas Gerais, no primeiro turno, para o Presidente Itamar Franco. Houve, de parte do comando da campanha, o desejo de turbinar a campanha no segundo turno, de fazer levantamento de recursos e de tentar reverter o quadro eleitoral. Isso foi feito sem o conhecimento do hoje Presidente do PSDB nacional, que era o Governador Eduardo Azeredo, e ele já tornou isso público, com muita clareza, e sem o conhecimento também do comando, dos dirigentes do PSDB estadual.

Não há um dirigente do PSDB de então que tenha participado dessa operação, como avalista ou como qualquer ator, da definição dessa estratégia que foi conduzida. E é importante dizer isso, porque é o contrário do que aconteceu a partir do levantamento de recursos feito no Governo Lula. O comando do PT, o Presidente Genoino, o Delúbio, o Silvinho, estão atolados até a cabeça no aval que se ofereceu, seja por assinatura, seja por pressão, seja por promessa, facilitando o levantamento desses recursos.

A meu ver – e aí eu quero ouvir o publicitário Marcos Valério –, estamos aqui com quatro situações, que, naturalmente, vão exigir desta Comissão um trabalho de averiguação muito profundo. Temos, em 1998, o que poderia ser, se configurar um crime eleitoral prescrito, engendrado pelo comando de campanha, que não era do Partido, que era um comando de campanha suprapartidário, e que fez um esforço para reverter o quadro, sem o conhecimento do candidato e do partido chefe da coligação; temos, em 2003 e 2004, o levantamento de recursos que serviram para, aí sim, numa atitude ousada, atos de corrupção na relação do Governo Lula com o Congresso Nacional, estabelecendo uma relação promíscua extremamente nociva aos interesses do País. E esse, talvez, seja o foco central no qual devemos nos concentrar, até porque envolve membros desta Casa, companheiros nossos, parceiros que formam conosco no dia-a-dia, e, enquanto não passarmos isso a limpo, o próprio Presidente da República e esta Casa não terão condição de retomar a normalidade e devolver ao País as respostas que a sociedade está esperando; e, em um terceiro tempo, Dr. Marcos Valério, há também o levantamento de recursos para o financiamento das campanhas de 2004, que foram feitas da forma que foi divulgada.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



Se formos olhar a questão do crime eleitoral, vamos ver aí o João Magno com problemas, o Pimentel com problema, o Tarso Genro com problema, o João Bittar com problema, o Paulo Rocha com problema, o PT do Ceará. E por aí afora vamos encontrar o problema do financiamento eleitoral, que se tem que resolver mudando e aperfeiçoando a legislação. Mas eu vejo com muita clareza distinção entre as operações de 1998 e as de 2003 em diante.

Por quê? Porque em 98 nós financiamos uma campanha eleitoral. E, a partir de 2003, estávamos em pleno processo administrativo, comprando votos num balcão que se estabeleceu, no qual se compraram partidos e parlamentares para votar com o Governo. E isso, sim, é, talvez, aquilo que mais traga perplexidade à sociedade brasileira hoje, porque jamais se imaginou tanta ousadia, a ponto de tentar se institucionalizar uma relação com os partidos políticos que formavam a base aliada do Governo Lula.

Então, eu queria colocar essa questão para refutar, para repelir essa tentativa de trazer a cena de 1998 como uma cena similar ao que aconteceu em 2003. Quem recebeu recurso em 1998 estava eleito, trabalhando pela eleição em segundo turno do Governador Eduardo Azeredo, num quadro adverso, que sabíamos que era. O volume de recursos mostra com clareza que não se conseguiu fazer muito nesse campo, nós perdemos a eleição.

Meu caro conterrâneo, com quem tenho hoje a oportunidade de estar pela primeira vez, quero dizer que a minha visão é de que há uma diferença brutal entre o que aconteceu em 1998, em que seu sócio e nosso vice-Governador, certamente movido pelo esforço que era necessário fazer para tentarmos reverter o quadro, somou-se a esse esforço que fizemos, e aconteceram esses episódios.

Deixo aí para V. S<sup>a</sup> a oportunidade de se colocar sobre isso e V. S<sup>a</sup> ver que há uma distinção completa entre o que foi feito naquela época e o que foi feito hoje, uma vez que quem avalizou, naquela oportunidade, foi o seu sócio e, hoje, quem avalizou foi o comando partidário do PT, que este sim era o operador do "mensalão". E eu não tenho dúvidas sobre o comando do Gabinete Civil, com o Deputado José Dirceu e com o Ministro Gushiken, envolvidos até a cabeça nesse projeto.

Muito obrigado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, com todo o respeito, as suas últimas palavras EU endosso todas: que o Ministro José Dirceu sabia, que o Gushiken... Mas não tenho provas, não vi, não conversei. Isso são intuições e conversas que eu tive com o Sr. Delúbio. Agora, que o Sr. Eduardo Azeredo não sabia, essa eu não endosso não. Ele sabia sim, senhor.

**O SR. (Orador não identificado)** – Questão de ordem, Sr. Presidente. Observei que os recibos dos depósitos que o Sr. Marcos Valério encaminhou, a maioria deles, são de agosto e setembro. Portanto, não são do período entre o primeiro e segundo turno. São, sim, do período do primeiro turno das eleições.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado André Figueiredo.

RQS nº 03/2005 - CN =
CIPMI - CORREIOS
Fls: 123
3435
Doc:



**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE)** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. vice-Presidente, Sr. Marcos Valério, estou aqui há catorze horas ouvindo atentamente suas palavras, Sr. Marcos Valério, justamente para não ser repetitivo e tentar trazer alguns fatos novos que possam colaborar com o Relatório do nobre Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

Antes de mais nada, eu queria fazer algumas considerações pontuais que são bastante importantes. O Sr. Marcos Valério falou que os repasses, através da Bonus-Banval Participações, seriam apenas para o PT e para o PP, quando na verdade, na sua própria relação de pessoas, o senhor indica também o PL. Na primeira das páginas, o PL também tem dois asteriscos na relação, o senhor pode verificar aí. De 26 a 30/04, o senhor transferiu R\$900 mil através da Bônus-Banval.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ah! Sim, senhor. Desculpa, foi erro meu.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE)** – A segunda questão, que para nós seria importante, inclusive está sendo objeto de verificação no Estado do Ceará, refere-se ao Deputado Guimarães: o senhor tem noção de como ele recebeu esses R\$250 mil que estão no seu relatório?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em dinheiro vivo, senhor.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE)** – E sabe quem recebeu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O nome da pessoa está aqui embaixo do nome dele.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE)** – Não, não está. Está o telefone da Assembléia e o celular. Seria ele mesmo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deve ter sido na agência do Banco Rural.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE)** – Aqui em Brasília?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aqui em Brasília.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE)** – Perfeito. O senhor disse que não tem conhecimento de ministros terem recebido qualquer tipo de repasse. Mas o mesmo pode-se dizer de secretário executivos, chefes de gabinetes e assessores especiais de ministros?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu não tenho conhecimento de nenhum ministro recebendo nenhum tipo de repasse.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE)** – Estou falando desses outros. Ministro o senhor já disse. Desses outros.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não conheço os assessores. As pessoas que receberam, então,..

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE)** – O senhor não descarta essa possibilidade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não descarto, como também não posso afirmar.

RQS nº 03/2005 - CN CPMI - CORREIOS
Fis: _____
Doc: _____



**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE)** – Perfeito. Eu vou fazer algumas considerações, até por conta de que vai refletir bem no parecer que temos que tirar aqui. Não adianta mais reforçar a idéia de que qualquer neófito em contabilidade, certamente, questionaria as suas colocações em relação a lançamentos de mais de R\$55 milhões em depósitos. Para mim, esses depósitos e esses lançamentos serão fictícios. O que eu gostaria de colocar aqui, basicamente, em cima dos valores que foram considerados como empréstimos do BMG e do Banco Rural, coincidentemente dois bancos que cresceram bastante, bancos considerados de segunda linha, mas que cresceram bastante por conta do volume de empréstimos consignados. Nós sabemos, e o senhor trabalhou no sistema financeiro, conforme disse, e foi recentemente consultor financeiro antes de ser publicitário. Verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade, Sr. Deputado.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE)** – Então, o senhor sabe que empréstimos consignados são uma grande fonte de renda para bancos, principalmente os de segunda linha.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, mas na época em que eu trabalhava, há uns séculos, não existia...

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE)** – Perfeito. Sr. Marcos Valério, peço até desculpas, eu estou correndo porque só tenho cinco minutos. Mas eu queria dar prosseguimento ao meu raciocínio. O Banco Rural, no início de 2003, foi ao Governo do Estado do Ceará, sabendo de que se trata de um Governo sério, e propôs oficialmente que dividissem os empréstimos consignados na sua folha de pagamentos, tanto servidores ativos como inativos, um valor de aproximadamente R\$1 milhão/ano, a ser investido em obras sociais. Isso existe, uma proposta oficial do Banco Rural, ou seja, uma coisa que não é extraoficial, algo extremamente importante – para um horizonte aproximado de cem, 110 mil servidores, ativos e inativos. Sabemos que, no Governo Federal, existem aproximadamente vinte milhões, entre servidores ativos e inativos, que são objeto também de empréstimos consignados. E sabemos que Rural e BMG cresceram absurdamente nesses dois anos.

Eu pergunto inicialmente: o senhor tem idéia de que o Banco Rural ou o banco BMG fizeram alguma proposta para o Governo Federal de investimentos em obras sociais em troca da possibilidade de oferecer empréstimos consignados aos servidores?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiramente, eu queria só explicar que os lançamentos de depósito dentro das minhas contas e dentro da minha contabilidade todos serão reais e dos meus clientes. Segundo, não tenho conhecimento das carteiras do Banco Rural e nem do BMG.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE)** – Perfeito, isto evidentemente está nas páginas de economia, como os dois bancos têm tido um crescimento bastante profícuo nesses dois primeiros anos do Governo Lula. E eu quero fazer justamente essa analogia, Sr. Presidente, Sr. Relator, porque se R\$1

RDS nº 002005 - CN.  
CPMI - CORREIOS

124

3435

Doc: \_\_\_\_\_



concedido pelo Banco Rural, por exemplo, apenas para dividir com o então banco oficial, imagina para cento e poucas mil vidas, imagina o que não seria para vinte milhões de vidas. Esses R\$ 56 milhões mais ou menos que aparecem aqui, proporcionalmente, são bem menos do que o R\$1 milhão que foi oferecido pelo Banco Rural.

Então pediria aqui, inclusive ao Sr. Relator, que se verificasse, talvez até solicitasse o depoimento. E V. S<sup>a</sup>, Sr. Marcos Valério, até mesmo disse, em uma indagação anterior, que não acreditava que o Presidente do BMG e o Presidente do Rural estivessem totalmente alheios a toda essa negociação. Conseqüentemente, eles devem saber bastante em relação a esse processo que fez com que os dois bancos, as duas instituições financeiras crescessem absurdamente nesses dois primeiros anos do Governo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, não-membro, Deputado Eduardo Paes.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, eu gostaria de começar fazendo uma pergunta que o Sr. Marcos Valério deve ter respondido várias vezes.

Sr. Marcos Valério, V. S<sup>a</sup> tem afirmado, em diversas oportunidades, o objetivo dos recursos dessa caixinha que o senhor montou com o seu amigo Delúbio, segundo V. Ex<sup>a</sup> mesmo afirma, a pedido e por comando do ex-Ministro José Dirceu.

Eu gostaria de lhe indagar: esses recursos eram para o quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, com todo o respeito, primeiro, volto a agradecer o tratamento respeitoso...

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Pode ter certeza de que todas as pessoas que vierem aqui, inclusive V. S<sup>a</sup>, terá de mim todo o tratamento respeitoso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Agradeço.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – De nada.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Segundo, os recursos foram para pagar essas pessoas dessas listas que eu passei, a pedido do Sr. Delúbio, e que eram para liquidar dívidas **a posteriori**.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Dívidas **a posteriori** e não dívidas de campanha?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É a informação que me passaram. E eu também não posso... Eu tenho que falar o que eu vivi, não vou inventar. A informação que me passaram é que eram dívidas de campanha...

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Por exemplo, o senhor sabe que um dos pagamentos que o senhor fez foi para o advogado Aristides Junqueira?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, fiquei sabendo no levantamento, foi R\$185 mil, Deputado.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – V. S<sup>a</sup> só soube disso no levantamento ou já sabia anteriormente?

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: _____
Doc: _____



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu sabia, mas não sabia para o que era.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – V. S<sup>a</sup> sabe que o advogado Aristides Junqueira nunca foi candidato e que, na verdade, advogava? Recebeu esses honorários pelos trabalhos que fez, advogando para o Partido dos Trabalhadores em mais um dos seus escândalos no caso de Santo André.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sabia, Deputado. Eu fiquei sabendo pela imprensa.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, eu vou usar o tempo que me resta para fazer algumas afirmações. Primeiro, cumprimentar o Sr. Marcos Valério pela fidelidade dele e correção para com os amigos. É impressionante como ele veio hoje a esta CPMI pronto, mais uma vez, para consolidar uma tese que o Partido dos Trabalhadores e todo esse esquema de corrupção montado – porque esse é um esquema de corrupção – tentam fazer a sociedade brasileira engolir, de que os recursos utilizados nesse caixinha dos amigos Marcos Valério e Delúbio eram limitados aos empréstimos feitos. Em breve, Sr. Marcos Valério, vai ficar muito claro que os recursos disponibilizados foram muito maiores do que esses recursos dos empréstimos feitos.

Segundo, o Sr. Marcos Valério vir aqui tentar confirmar o tempo inteiro a tese de que esses recursos também se destinavam a pagamento de dívida de campanha – seria a campanha mais longa da história, 2003, 2004 e 2005 –, o que seria inaceitável, Deputado Relator. Portanto, temos que chamar a atenção para essa questão. De alguma forma, confundir com essa mistura que se faz entre o que aconteceu nesse período de dois anos e meio com o episódio da eleição de 1998.

Eu quero dizer que, ao contrário até, Sr. Marcos Valério, do Deputado Inácio, essa discussão é uma estratégia antiga do Partido dos Trabalhadores. É uma estratégia de sempre tentar confundir as investigações. Eles fizeram isso ao longo de sua história nas investigações internas do Partido. Foi assim no caso de Santo André, foi assim nas denúncias do Sr. Paulo de Tarso.

O Deputado José Eduardo Cardoso, outro dia, contava do relatório dele acerca daquelas denúncias e que, na verdade, defendiam aqueles que denunciavam e apontavam e confirmavam aquelas irregularidades, Ministro Abi-Ackel. De forma incrível, como esta Comissão não deu o resultado satisfatório, eles mudaram e fizeram uma outra Comissão para tentar mudar aquele parecer.

Portanto, essa é uma discussão absolutamente estéril. Eu vi aqui o dia inteiro, Presidente, Senador Amir Lando, não obviamente por parte da Mesa desta Comissão – V. Ex<sup>a</sup> certamente têm se esforçado para prosseguir nas investigações – um grande esquema armado para se dizer: olha é tudo assim mesmo, todo mundo toma dinheiro de campanha em caixa dois, o que tivemos aqui foi um caixa dois.

Não é verdade. O que tivemos foi um esquema montado em que há recursos, sim, de empresas públicas, recursos do Erário, e que há, Ministro Abi-Ackel, recursos de empresas privadas. E basta identificar, Ministro Abi-Ackel,

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 125
3435



todas as operações que envolveram esse relacionamento de dois anos e meio durante o Governo Lula.

Portanto, trata-se, sim, de um dos casos mais bem montados de assalto ao Erário, de um dos mais bem montados casos de corrupção. Eu nem acho que o Sr Marcos Valério seja o principal culpado. E não faço isso esperando mais um agradecimento de V. S<sup>a</sup>, porque V. S<sup>a</sup> cometeu muitos crimes e, como tem dito a Deputada Denise Frossard, tem meio Código Penal, se não for mais do que isso, esperando-o aí fora.

Mas o fato é que nós aqui temos uma obrigação não só de encontrar aqueles que serviram de instrumento para esse esquema de corrupção, mas temos aqui obrigação de, interpretando os destinatários desses recursos, entender que isso não foi um esquema para pagar dívidas de campanha. Isso era um caixa permanente para agradar a aliados. Infelizmente, existiam aliados deste Governo que se dispunham a cumprir esse papel.

E nós não podemos, sob pena de desmoralizarmos o Parlamento brasileiro, aceitar que se monte assim uma farsa, tentando igualar desiguais, tentando colocar como se todas as pessoas, todos os atores políticos, como tentou o Presidente Lula, como participou dessa tese o Sr Marcos Valério – hoje é um pouco diferente a tese dele, depois daquela entrevista ao Jornal Nacional – e como tentou o Sr Delúbio Soares, fazer crer à Nação de que isso era um esquema para pagar dívida de campanha.

Não. Isso é corrupção, é corrupção da pesada, Ministro Abi-Ackel. E nós temos aqui que apurar os fatos, que são fatos relevantes para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Foi um espetáculo triste de alguns Parlamentares aqui, tentando desviar o foco das investigações numa estratégia tipicamente petista, mas que desta vez, certamente, não vai colar, porque as evidências são muito fortes e os fatos trarão a verdade.

Eu agradeço a paciência do Sr Presidente e dos demais Parlamentares desta Comissão.

**O SR MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu gostaria de falar.

**O SR RELATOR** (Ibrahin Abi-Ackel) – Sr. Presidente, por favor. Sr Deputado Eduardo Paes. V. Ex<sup>a</sup> fez referência a um fato **en passant** que constou de uma notícia da imprensa, mas que eu gostaria de fixar melhor em nossos Anais.

V. Ex<sup>a</sup> faz referência a um pagamento feito ao advogado Aristides Junqueira no valor de...

**O SR EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – No valor de 185 mil. O próprio Advogado Aristides Junqueira confirma, numa entrevista ao jornal **O Estado de São Paulo**, que teria recebido esses recursos, Ministro Abi-Ackel, pelos serviços prestados advogando para o Partido dos Trabalhadores naquela “bonita” história de Santo André, que inclusive envolve o assassinato de um dos membros mais importantes do Partido.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
Ass: \_\_\_\_\_  
Doc: \_\_\_\_\_



Portanto, ele advogando, nada a ver com campanha. Recebeu os honorários desse esquema, justamente para fazer essa advocacia para o Partido dos Trabalhadores naquele momento.

Hoje, na CPMI dos Correios – e penso que essas CPMIs têm de estar conversando constantemente, eu queria pregar isso aqui –, foi aprovado um requerimento para que, até por escrito, acho que não haveria necessidade de o Dr. Aristides Junqueira vir aqui, ele pudesse prestar alguns desses esclarecimentos, comprovando que esse esquema não funcionou só para comprar apoio de Parlamentares aqui, nessa expressão cunhada como “mensalão”. O que me parece é que não era um pagamento mensal, mas uma espécie, como disse aqui, Ministro Abi-Ackel, de uma caixinha disponível para “primeiros socorros”, para atender essas e aquelas urgências.

Portanto, isso é uma questão muito mais grave do que boa parte dos Parlamentares aqui fizeram crer hoje aqui, ao comparar com o episódios passados que não têm e que não guardam relação alguma com isso, que alimentou esse esquema, que é corrupção.

E essas coisas, Ministro Abi-Ackel, com todo respeito, serão e já estão sendo apontadas e comprovadas pela Comissão de Inquérito dos Correios, podemos ter certeza disso.

**O SR RELATOR** (Ibrahin Abi-Ackel) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelos esclarecimentos.

**O SR EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Obrigado.

**O SR MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu gostaria de falar, Sr Presidente.

**O SR EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Eu não fiz qualquer indagação ao depoente, mas se deseja fazer comentários...

**O SR PRESIDENTE** (Amir Lando) – V. S<sup>a</sup> com a palavra.

**O SR MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Interessante, Sr Deputado, com todo respeito, a afirmação que o senhor faz de que eu estraguei a vida da minha família, que eu estraguei a minha vida, que fiz um conluio com o Sr Delúbio para “f...” a minha... – perdão, perdão, perdão, perdão, perdão, perdão mesmo! –, para estragar a minha vida, para admitir que a minha filha visse o pai dela na televisão como ladrão, eu fiz isso tudo porque eu sou petista de coração e porque eu roubei de coração, eu cheguei lá. Olha, eu não vou entrar no jogo político de ninguém, eu sei que eu errei, e, se eu estiver errado, eu vou pagar, mas eu nunca, em momento nenhum, fiz conluio com o Sr. Delúbio, em momento nenhum eu fiz conluio com ninguém. Com todo o respeito, Deputado, que o senhor me merece, com o respeito que o senhor tratou a minha esposa, eu te falo, com toda sinceridade: eu não fiz conluio com ninguém. Eu errei, sim, ao emprestar esse dinheiro para o PT, e, nas minhas contas, não tem nenhum depósito não identificado, que não seja dos meus clientes. Isso vai ficar provado. E, com todo o respeito, Deputado, a honra da minha família, o que minha filha está passando hoje não vale nada de conluio com nenhum deputado, com nenhum partido.

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fis: 126
3435
Doc:



09/08/05

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu determino à Secretaria, sobretudo à direção dos serviços taquigráficos, que retirem a expressão injuriosa do assentado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desculpe, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, entendo. Evidentemente, é uma expressão imprópria, mas acontece. Ninguém pode aqui prever o que vai sair exatamente da fala de cada um.

Dando seqüência, concedo a palavra ao Deputado Carlos Manato.

**O SR. CARLOS HUMBERTO MANATO** (PDT – ES) – Sr. Presidente, muito obrigado. Bati meu recorde hoje: treze horas e trinta minutos. Infelizmente, o Relator não está aqui, e eu tenho coisas importantes para falar. Seria bom que alguém anotasse para o Relator. Segura o tempo ali, Sr. Presidente. Segura meu tempo, porque é pequenininho.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Posso nomear aqui o Vice-Presidente como Relator *ad-hoc*, para que tome as anotações relevantes.

**O SR. CARLOS HUMBERTO MANATO** (PDT – ES) – Olha o meu tempo, hein, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O tempo de V. Ex<sup>a</sup> será aumentado de um minuto pelo incidente inicial.

**O SR. CARLOS HUMBERTO MANATO** (PDT – ES) – Gostaria de começar falando para o Sr. Marcos Valério que V. Ex<sup>a</sup> não sabe o quanto o senhor contribuiu – para mim, foi num fator só –, que foi na cassação do ex-Ministro José Dirceu. Porque ele chegou lá na Comissão de Ética, todo empinado, que não era Ministro, não tinha quebrado o decoro parlamentar, está certo, que não podia ser cassado. Então, quando ele assinou o documento que ia falar a verdade e não falou, porque o senhor está provando que ele sabia, ele já quebrou o decoro e “vai para o sal”. Foi o maior serviço que o senhor fez.

Quero dizer para o senhor que errar é humano, persistir no erro é burrice. Agora, tem uma coisa mais longe: não aprender com o erro é idiotice.

Sr. Presidente, vou fazer a primeira pergunta. O senhor tem mais participação na DNA ou na SMPB?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Praticamente a mesma coisa: um terço, um terço.

**O SR. CARLOS HUMBERTO MANATO** (PDT – ES) – Eu vou mostrar um fato aqui que eu gostaria de chamar a atenção do Relator. A agência SMPB, aqui está MPB, ela teve um faturamento de R\$286 milhões e teve uma receita de R\$100 milhões. Como uma outra agência do mesmo dono, com o mesmo capital acionário, tem um faturamento de R\$588 milhões, quase o dobro, e tem a mesma receita? Então, isso aí eu gostaria muito de saber – não precisa explicar agora, depois o senhor explica, senão vai acabar o meu tempo – como é que pode acontecer faturar o dobro e ter a receita pela metade? Então, tem um fato que tem que ser explicado. O que é que houve para ter essa receita tão alta, mesma receita, com um faturamento à metade? Isso aí é uma coisa que eu não consegui

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Ass:

Doc:



entender. Estou estudando esses números. Eu sou bom de matemática, mas eu não consegui entender isso aqui.

E vou em outra coisa aqui para o senhor. Eu, na CPMI dos Correios, da qual também não faço parte, porque o meu partido é pequenininho, é o PDT – fiquei nove horas esperando para argüir o senhor –, eu questionei V. Ex<sup>a</sup> sobre notas frias, e o senhor foi claro comigo: “A Receita Federal vai falar. A Receita Federal está nas minhas empresas, começa segunda-feira, vai investigar!”. E eu, assistindo, saí rápido daqui, fui assistir ao Jornal Nacional, para ver se tinha alguma notícia de lá, e tinha uma nota fiscal de R\$12 milhões. O presidente daquela gráfica dizia que aquela nota fiscal não era daquela gráfica.

Então, aí já começa a aparecer muito mais dinheiro; aí já começa a desmontar um esquema que se arrumou, de R\$55 milhões, R\$57 milhões, R\$58 milhões para pagar não sei o que, não sei a quem, que pode ser advogado, que pode ser publicitário, que pode ser... Começa a aparecer um monte de dinheiro e vai aparecer, Sr. Presidente, um monte de nota fiscal fria que nós vamos ter que saber, porque nota fiscal fria é para cobrir, para acobertar dinheiro que está saindo da empresa. Não é esse que está contabilizado; não é esse que está dando para esse monte de pessoa aqui não, Sr. Presidente. Isso aqui está escrito. E ou outros que não estão escritos? Eu quero saber é isso: cadê os outros que estão recebendo esses dinheiros das notas fiscais frias. Nós temos que, agora que vai chegar amanhã aí com a Receita Federal, avaliar quanto tem de nota fiscal fria para saber o quanto saiu de coisa e para onde foi esse dinheiro, porque aí pode explicar o que o meu colega questionou: a partir de setembro pararam esses repasses oficiais, mas podem ter sido emitidas notas fiscais frias, podem ter sacado o dinheiro, e mudou o esquema de pagamento. Aí pode ter sido dinheiro para lá e dinheiro para cá, na boca do caixa, sem ninguém saber.

Então, eu gostaria de que o Relator nomeado agora levantasse essas duas questões de ordem. Uma é que o faturamento da agencia é o dobro e a receita é a mesma, então nós temos que investigar; a outra é que chamo a atenção para as notas fiscais frias.

Agora, o senhor disse uma coisa interessante para o nobre Senador Siba. Falou o seguinte: ninguém confirma nada. Pergunto: o senhor também não confirma nada?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo o que o senhor quiser, pode perguntar.

**O SR. CARLOS HUMBERTO MANATO (PDT – ES)** – Vamos deixar para depois.

E o senhor falou aqui que associar o nome de Marcos Valério com qualquer pessoa é ruim. Não convidaram o senhor para um evento aí. Não estão querendo falar que está perto do senhor. “Mas eu sou uma pessoa boa; eu sou uma pessoa que tem Deus no coração.” Eu gosto de cozinhar e vou fazer um convite ao senhor. O senhor pode escolher as pessoas que quiser que terei o maior prazer de cozinhar para V. S<sup>a</sup>. Vou fazer uma moqueca capixaba, com uma condição: lá o senhor vai realmente falar tudo o que sabe.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
S: 127
3435
Doc: _____



Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O faturamento...

**O SR. CARLOS HUMBERTO MANATO** (PDT – ES) – Sr. Presidente, o faturamento, se ele puder explicar. Era isso que ia falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ele pode explicar. Ele pode usar do tempo para explicar de maneira muito sucinta.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – De maneira sucinta, quem é de publicidade – eu vi um rapaz que mexe com propaganda – sabe que há um negócio chamado bonificação de volume. A bonificação de volume (BV) da SMPB&B, como tem muita iniciativa privada, é maior do que a bonificação de volume da DNA.

**O SR. CARLOS HUMBERTO MANATO** (PDT – ES) – O dobro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É por aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é Givaldo Carimbão. (Pausa)

Ausente.

O próximo inscrito é o Deputado Paulo Marinho. (Pausa)

Ausente.

O próximo inscrito é o Deputado Edison Andrino.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – Sr. Presidente, primeiro gostaria de cumprimentá-lo pela maneira como vem dirigindo os trabalhos nesta Casa, V. Ex<sup>a</sup> que já teve um papel importante no *impeachment* do Presidente Collor, e espero que não cheguemos lá.

Mas eu gostaria de trazer aqui a minha preocupação. No primeiro depoimento de Marcos Valério, ele trouxe aqui a versão... A primeira declaração que ele deu sobre isso foi a questão da compra de gado, depois veio a versão, no depoimento da CPI dos Correios, de que esses recursos eram para pagar dívidas de empresas, e hoje tem uma versão completamente diferente, desviando o foco daquilo que eu considero que era o quadro real com esta desculpa de que tudo era pagamento e financiamento de campanha.

Eu gostaria muito de acreditar que V. S<sup>a</sup> estivesse falando a verdade aqui. Mas tenho algumas preocupações a respeito disso, e todos nós temos, em função de várias versões que todas as vezes são trazidas ao conhecimento da população brasileira.

V. S<sup>a</sup> falou, há pouco, o seguinte.

V. S<sup>a</sup> acredita que o PT vai pagar essas dívidas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Honestamente?

Não.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – E se o PT não pagar, V. S<sup>a</sup> disse que vai pagar. Como?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou executar o PT e vou trabalhar. Agora, vou tentar pagar.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – Mas há como pagar?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Des: \_\_\_\_\_



**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC)** – Cem milhões de reais?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não tenho.

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC)** – Mas V. S<sup>a</sup> disse que vai pagar se o PT não pagar?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou tentar pagar.

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC)** – V. S<sup>a</sup> não acreditava que isso ia estourar uma hora, não? Toda essa tralha que estava acontecendo, nunca houve uma preocupação de que isso uma hora viria à tona, como veio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, com toda a transparência, para falar a verdade, foi inconseqüência. Estou sendo muito franco.

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC)** – Há outras empresas que têm contratos muito mais volumosos do que as empresas de V. S<sup>a</sup>, não só no setor de publicidade, mas também em outros setores de prestação de serviços. Por que só V. S<sup>a</sup> se prestou a esse tipo de papel? Não existem outros Marcos Valérios por aí fazendo esse tipo de papel?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aí eu não sei, Deputado.

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC)** – Não sabe? Tem certeza?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tenho certeza, Deputado.

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC)** – V. S<sup>a</sup> tem certeza de que não mandou recursos para o exterior?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu já assinei um documento com a Senadora Heloísa Helena e um outro para o Senador Amir Lando.

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC)** – Que não...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC)** – V. S<sup>a</sup> acredita na sua secretária Simone, no que ela disse lá na Polícia?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Minha diretora, Simone? Sim.

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC)** – Que falou no depoimento que ela deu à Polícia Federal e depois aqui na CPMI dos Correios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não li o depoimento, Deputado.

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC)** – Ela deu uma declaração na Polícia Federal, que depois foi distribuída à imprensa e publicada pela imprensa, de que haviam sido entregues recursos para os diretórios regionais do PT no Brasil inteiro. V. S<sup>a</sup> confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo; nesses diretórios que estão aqui.

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC)** – O de Santa Catarina está aí?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está sim, senhor.

SENADO FEDERAL  
CPMI - CORREIOS  
128  
3435  
Doc: \_\_\_\_\_



09/08/05

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – V. S<sup>a</sup> confirma? Porque o PT de Santa Catarina tem desmentido veementemente que não foi...**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu confirmo sim, senhor.**

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – ...que foi R\$550 mil.**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Agora, ninguém confirma; mas eu confirmo se...**

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – E sabe quem pegou esse dinheiro?**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi José Adelar Nunes. E ele, sim senhor, até faleceu.**

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Era funcionário de uma Deputada de Santa...**

**V. S<sup>a</sup> confirma que o PT de Santa Catarina recebeu esses recursos?**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Confirmando.**

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – V. S<sup>a</sup> pegou a conta do Banco Popular, a DNA. Foi isso?**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, o Banco Popular faz parte da carteira do Banco do Brasil. Houve uma licitação entre as três agências e eu fiz o lançamento. Logo em seguida outras agências fizeram outras campanhas publicitárias para eles.**

**Só o lançamento que eu fiz.**

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Se eu não me engano, o Banco Popular tinha uma previsão orçamentária de R\$45 milhões, e foram gastos com a empresa de V. S<sup>a</sup> R\$20 milhões de propaganda. Eu queria saber se V. S<sup>a</sup> terceirizou esse serviço que era para a DNA prestar.**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, a empresa DNA é que fez o serviço.**

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Porque hoje, se não me engano, o Jornal Nacional trazia uma matéria de que parte dos serviços que a DNA tinha que fazer foram terceirizados. Não?**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Devo ter contratado uma outra empresa para um outro evento e tudo, mas como não é minha área não posso ser preciso e verdadeiro com essa resposta para o senhor.**

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Presidente, a última pergunta.**

**A Folha de S. Paulo hoje traz uma matéria de que o Banco Espírito Santo, português, ficou desde 2003 para tentar uma audiência com o Ministro José Dirceu e que, em 2005, V. S<sup>a</sup> prontamente conseguiu essa audiência com o Banco Espírito Santo e com o Ministro José Dirceu. Eu gostaria de saber se isso é verdade e se V. S<sup>a</sup> participou dessa audiência junto?**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É verdade e eu participei dessa audiência junto, Sr. Deputado.**

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – E trataram de?**

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: _____
Doc: _____



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele explicou os investimentos do banco, explicou a compra da Uol, explicou que ele era dono de 2% do Bradesco, do setor hoteleiro que ele estava investindo na Bahia...

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – A que V. S<sup>a</sup> atribui esse prestígio junto ao Ministro José Dirceu se o banco tentou dois anos conseguir essa audiência e não conseguiu, e V. Ex<sup>a</sup> prontamente conseguiu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com toda sinceridade?

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – Claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O prestígio não é meu, é do Sr. Delúbio. Eu pedi ao Sr. Delúbio, e ele é que marcou.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu convido o próximo orador inscrito, que é o Deputado Júlio Delgado. (Pausa)

Ausente.

O Deputado Babá.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Sr. Presidente, eu queria pedir em caráter de Líder do P-SOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Aqui, neste momento, os não-membros não tem... As Lideranças devem estar devidamente institucionalizadas e só nessas circunstâncias nós vamos conceder privilégios aos Líderes. Hoje foi definido que nós daríamos aos não-membros cinco minutos, independente de qualquer coisa.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Obrigado.

Sr. Marcos Valério, o Presidente de la Rúa está sendo responsabilizado hoje, criminalmente, pela compra de Parlamentares para votar a reforma trabalhista na Argentina.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Presidente da?

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Argentina.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Da Argentina?

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – É, a reforma trabalhista.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ah, tá.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – E aí se percebe aqui o seguinte: o Sr. Jacinto Lamas, e através da empresa Garanhus – olha as coincidências porque isso é importante ressaltar –, do dia 04/08 de 2003 a 14/08 de 2003, foram retirados R\$2.537.000,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e sete mil). A Reforma da Previdência foi votada dia 5 de agosto.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Do Brasil?

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Aqui.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aqui. Tá.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Está certo? O que claramente demonstra que esse dinheiro não foi apenas para pagar campanhas atrasadas, mas sim para a compra de Parlamentares aqui, não é verdade? V. S<sup>a</sup> pode até alegar que não sabia, mas evidentemente são coincidências muito grandes. E depois há coincidências também quando João Cláudio Genu retira, no período ali de 17

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPM - CORREIOS

129

3435

Doc.



09/08/05

05/07 de 2004 a 16/08 de 2004, quando começam as mudanças, o vendaval aqui, verdadeiro vendaval de compra de Parlamentares de um partido a outro, está certo? Foi no dia 05/07 R\$1 milhão, no dia 16/08 R\$2,7 milhões, está certo? E aí foi o Deputado Vadão, e mais em cima o Genu, de 17/09 a 15/10, R\$1 milhão. Então, nesse curto período, na verdade já bem depois do processo eleitoral e também já num período pós pré-eleitoral, nessa situação começa a haver mudanças. Quando se aproximam processos eleitorais, geralmente esse processo se dá.

Agora, eu queria fazer a... Porque para mim nisso aqui está clara não apenas a responsabilidade de José Dirceu, mas principalmente de Lula, apesar de V. S<sup>a</sup> não colocar isso, mas eu afirmo aqui e reafirmo. Se há um culpado de toda essa história... Não foi você... V. S<sup>a</sup> não falou isso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, eu também não vou afirmar que o senhor está errado como também não posso afirmar que é isso.

**O SR. BABÁ (P-SOL – PA)** – Correto.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu só estou reportando o que me foi colocado. Eu não vou lhe afirmar que está errado nem vou...

**O SR. BABÁ (P-SOL – PA)** – Agora eu queria fazer uma pergunta para o senhor: o senhor afirma que todo dinheiro que foi repassado foi dos empréstimos, que saiu da sua conta e que foi através do Banco Rural para poder remeter para qualquer coisa que seja, seja para Duda Mendonça, seja para a compra de Parlamentares, seja para o que seja, porque isso é um dos maiores crimes que se cometeu, não é um crime eleitoral simples. Mas eu queria fazer essa pergunta para o senhor: o senhor confirma que todo o dinheiro que foi retirado foi justamente quando você tirou o empréstimo, veio para o Banco Rural e começou a pagar, a partir desses empréstimos, o que o Sr. Delúbio Soares pedia, não era isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Era sim, senhor.

**O SR. BABÁ (P-SOL – PA)** – Exato?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Exato, senhor.

**O SR. BABÁ (P-SOL – PA)** – Pois bem. Do dia 5/07 a 12/07 de 2004, houve uma retirada de R\$6.556.000,00 (seis milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil). Manoel Severino, do PT; Emerson Palmiere, do PTB; PT Nacional, R\$800 mil, João Cláudio Genu, Vadão Gomes, Paulo Rocha e José Borba. Isso dá o total.

A CPMI dos Correios não tem nenhuma comprovação, neste período, do Banco Rural ou do Coaf, de que esse dinheiro tenha sido retirado. De onde veio esse dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esse dinheiro foi retirado das contas e muitas vezes esse dinheiro ficava em reservas, e com certeza esse dinheiro...

**O SR. BABÁ (P-SOL – PA)** – Reserva de R\$6 milhões?

09/08/2005 = CN =  
CORREIOS



09/08/05

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Reserva dentro do próprio banco...

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Veja bem, o banco, ao informar à CPMI dos Correios... E gostaria que inclusive o Relator investigasse isso através da CPMI dos Correios, porque contradiz o que V. S<sup>a</sup> está colocando aqui. Na verdade, esse dinheiro não consta nem de Coaf. O que significa isso? Significa que esse dinheiro veio de outro ponto.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Com certeza absoluta esse dinheiro saiu das minhas contas, Deputado, com certeza absoluta.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Sim, mas V. S<sup>a</sup> afirmou que veio de conta do empréstimo tomado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, do empréstimo.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Mas não consta do Coaf retirar R\$6 milhões, o que não é pouco. Se fossem R\$200 mil, R\$300 mil, V. S<sup>a</sup> poderia dizer: tenho uma caixinha aqui. Mas caixa de R\$6 milhões, quase R\$7 milhões? Gostaria que fosse investigado.

Quero encerrar afirmando, mais uma vez, que o principal culpado de tudo isso se chama Luiz Inácio Lula da Silva. Esta Nação vai ter que cobrar desse senhor. Não adianta ele querer tirar o corpo fora, empurrar nas costas de Delúbio Soares, que está recebendo toda a carga. Espero que tanto o senhor como o Delúbio Soares desmontem o que fizeram. Na verdade, foram a Minas Gerais e montaram uma articulação, dizendo que era empréstimo. O Presidente Lula foi à França e, antes, gravou um programa colocando a mesma versão...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> já afirmou isso e estão registradas nos autos declarações desta natureza. Fica mais uma vez registrado.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é João Fontes. (Pausa) Ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Senador Amir Lando, mais uma vez na madrugada juntos, não é, Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Talvez tantas outras. Mas, desde que possamos buscar a luz da verdade, acho que vale a pena.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Na Comissão de Orçamento tantas vezes juntos e nas madrugadas mais uma vez juntos.

Sr. Presidente, este é um momento, evidentemente, para o País muito triste. Um partido como o PT, vitorioso nas últimas eleições, um partido que se colocou como paradigma da ética, que elegeu o Presidente da República, ser obrigado, em uma reunião dessas, a colocar todos os seus membros repetindo a mesma formulação, procurando justificar a imensa corrupção, o imenso mar de lama em que se envolveu, com uma justificativa, indo buscar lá, sete anos atrás, um episódio eleitoral, em Minas Gerais, para poder dizer, como repetiu aqui a

repetiu aqui a  
RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
130  
3435  
Doc:



09/08/05

noite toda: é a mesma coisa. Aquilo que foi feito em Minas Gerais e agora aqui é a mesma coisa do que foi feito em Minas Gerais.

Não há nenhum cego – nem cego! – que seja capaz de ver isso que foi visto pelo PT, até porque todos os elementos, todos os detalhes, todo o fluxo de recursos – recursos de onde vieram, certamente de empresas, certamente da operações as mais diversas e não apenas o empréstimo – vão aparecer, virão à luz do dia. Portanto, tudo isso que foi colocado aqui hoje é tão ridículo, e a comparação é tão de baixo nível, tentando alcançar uma eleição neste País, uma delas, há sete anos no Estado de Minas Gerais, porque lá ocorreu a coincidência de que o empresário Marcos Valério, suas empresas estavam lá, são de lá e estão aqui também. Não ocorreu ao PT lembrar que há pouco tempo mesmo, em Belo Horizonte, o comandante-chefe da campanha vitoriosa do PT acabou sendo indiciado porque recebeu dinheiro das contas expostas aqui.

Portanto, queria deixar bem clara essa diferenciação: em que momento, lá em 1998, tivemos, como temos aqui, agora, uma direção partidária totalmente envolvida, o Chefe da Casa Civil absolutamente envolvido, o chefe organizador do Partido, comandante da campanha de Lula absolutamente envolvido. Aqui temos uma direção partidária, temos um tesoureiro, um secretário, um presidente do Partido envolvidos nessa operação imensa que ocorreu neste País. Tanto é verdade que o próprio Presidente da República já demitiu metade desses membros, dos membros das empresas estatais, vários deles afetados exatamente por essas denúncias todas.

No episódio que estamos vivendo agora temos o aval do tesoureiro do PT, temos o aval, pelo menos moral, dito aqui pelo Dr. Marcos Valério, do ex-Ministro José Dirceu. Em algum momento, o PSDB, em 1998, deu algum tipo de aval, como partido político? Afirmo que os saques em dinheiro que foram feitos agora, pelo menos nas transferências bancárias feitas em 1998, não sei se há alguma que não tenha sido transferência bancária, mas todas de forma aberta, enquanto quantos e quantos saques foram feitos aqui em dinheiro absolutamente sem nenhuma transferência. Lá um caso absolutamente pontual, um caso eleitoral, e aqui neste momento com objetivo muito claro, objetivo de uma construção de uma operação de comando de toda a estrutura deste País para que se pudesse reproduzir e manter simplesmente o poder pelo poder, nada mais do que isso. Não é uma disputa eleitoral. Disputas eleitorais em que existem transferências de recursos, existem até irregularidades que já vimos em Estados e Municípios, e provavelmente disputas também da União, nada comparável com este grau de operação que tivemos aqui em nosso País, comandados por uma direção partidária, comandados por uma parcela do Governo, envolvendo uma grande parcela do Governo, de compra de partidos políticos, de compra de Deputados ou de Parlamentares em geral para formação de uma maioria. A concepção dos trezentos picaretas, que precisavam ser comprados porque se são picaretas o único jeito de trazê-los para sua base de apoio é a sua compra. Isso é o que estamos vendo hoje em nosso País. Não há como aceitar esse tipo de comparação. Imaginava que o PT viria para cá ao menos para fazer um ato de

03/2015 - CN =  
CFM - CC REIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



construção, um ato de perdão, pedir perdão à população brasileira, não todo o PT evidentemente. Sabemos que não é toda a totalidade do Partido, sabemos que é uma parcela que se autodenominou salvadora deste País. Quem sabe a construção de um mundo novo, de uma nova sociedade através de um conceito, um conceito que já foi ultrapassado por uma velha esquerda, um conceito ultrapassado por ela mesma, aquele conceito de que, para conquistar o poder, é preciso usar os mesmos métodos que o **status quo** utiliza. O próprio método do capitalismo, o próprio método que a burguesia utiliza deve ser utilizado por aqueles que querem conquistar o poder para reformar a sociedade. Não se reforma a sociedade utilizando os mesmos métodos. Ao contrário, as pessoas se deterioram como têm se deteriorado aqui, tentando utilizar esses métodos para poder imaginar que possam construir uma nova sociedade. Portanto, acho que estamos vivendo um momento delicado para o Congresso Nacional, um momento muito triste para o Congresso Nacional. Temos que superar rapidamente esse momento. Aqueles que são responsáveis têm que pagar. Não há perdão para isso. Não há acordo possível para isso. Não aceitaremos nenhum tipo de acordo a não ser aquele que leve os culpados a pagarem por aquilo que cometeram. Obrigado, Sr. Presidente. Se o Sr. Marcos Valério quiser fazer algum comentário, evidentemente estou à sua disposição.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Carlos Willian.

**O SR. (Orador não identificado)** – Eu estou inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não. Falo evidentemente em inscrito. Depois...

**O SR. CARLOS WILLIAN** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de começar as minhas palavras me retratando com V. Ex<sup>a</sup> pela forma indelicada que eu tive aqui e, fazendo isso, peço desculpas a toda a Mesa. Mas é que o Estado de Minas Gerais tem sofrido muito com essas acusações. Primeiro, vemos o nome da Usiminas, o maior complexo siderúrgico da América Latina, que é o orgulho do povo ipatinguense, do povo mineiro e também do povo brasileiro, enfim, ser tratado como se fosse financiador de campanha de políticos e, acima de tudo, através de caixa dois, não sendo escriturado. E de uma vez por todas, Sr. Presidente, solicito, no final das minhas palavras, que o ilustre senhor empresário Marcos Valério coloque claro que realmente a Usiminas não tem participação em financiamento de campanha de nenhum político através das empresas dele. Ou, se tem, ele que explique, porque o meu pai – que trabalhou na Usiminas, onde fui criado e praticamente alimentado – e toda uma população hoje sofrem com essas denúncias, e denúncias vazias.

Em segundo lugar, até as minhas perguntas... Não vou ter tempo de questioná-lo. O que ocorre, Sr. Presidente, é que está acontecendo aqui, não por todos os políticos, mas pela maioria, estão usando a CPMI para fazer palanques políticos. Os Deputados vêm aqui, inscrevem-se, vão para casa, almoçam, vão ao plenário, depois chegam aqui, começam a perguntar coisas que já foram

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 131
3435
Doc:



09/08/05

perguntadas. Como se diz lá em Minas Gerais, quer pegar o bonde andando e ainda viajar na janela. E aí, Sr. Presidente, temos o caso do Deputado José Divino, que várias vezes vem aqui apenas para falar do seu desafeto político, o ex-Governador do Rio, Anthony Garotinho. Agora aqui ele acabou de dizer que o Estado do Rio de Janeiro gasta R\$100 milhões de campanha. Não, é mentira. É mentira! Estamos acompanhando, divulgado pela imprensa, que o orçamento do Rio de Janeiro é de R\$48 milhões. Ele fala sobre os problemas de segurança pública no Rio de Janeiro, desemprego. Isso é problema nacional. Não é só problema do Rio de Janeiro. E agora nós vimos os Deputados trazerem a esta CPMI assuntos do Governo do Estado de Minas Gerais, tentando envolver o Governador Aécio Neves, que é um homem de mãos limpas, que administrou esta Casa, tentando trazer no bojo desses conflitos assuntos do Senador Eduardo Azeredo, que já está prescrito e, acima de tudo, não é assunto desta CPMI. Não é a nível federal. Isso é problema a nível estadual, bem como também algumas matérias que estão **sub judice** no Estado de Minas Gerais. E ainda, com o pouco tempo que me resta, vou dizer ao ilustríssimo Sr. Marcos Valério que a DNA e a SMP&B foram por muito tempo motivo de orgulho para o povo de Minas Gerais. A gente que milita nas comunicações tinha um grande prazer em saber que a publicidade saiu do eixo de São Paulo e Minas Gerais, de São Paulo e Rio de Janeiro; e que Minas Gerais cresceu e muito com essas duas agências. Agências que davam emprego, onde tinha as pessoas intelectuais, tanto de criação, como de redação e de trabalho. E hoje, lamentavelmente, vemos essas pessoas capacitadas no mercado sem serem aproveitadas, mas de duzentas pessoas, e eu conheço no mínimo umas duas dezenas dessas pessoas. Aí eu pergunto a V. Ex<sup>a</sup>, que é mineiro, não é de perder luta deitado, se os seus contratos com o Governo Federal são lícitos, amparados pela lei, como é que não usa esse corpo de advogados também de Minas Gerais, competentes, para poder defender na justiça a manutenção dos seus contratos? Essa é uma pergunta, depois, a outra. O senhor sempre disse que ganha dez por cento dos contratos, dez por cento, dez por cento. Nas ordens de serviço nas ordens de veiculações, nas mídias externas, quando manda a ordem já vai descontado vinte por cento, que é o custo da agência. Isso já vai descontado. Já é descontado na fonte, quando efetua o pagamento. Como explicar que o senhor ganha vinte por cento, dez por cento, se aí está dez por cento? Será que esses dez por cento é outro condicionamento? Não. Ainda não esgotou o meu tempo. Então, essas são as minhas duas perguntas. O senhor vai ingressar na justiça para manter esses contratos? E a Usiminas, por gentileza?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Usiminas não repassou dinheiro via minha empresa para nenhum candidato. Segundo, o Governo Federal é uma posição dele, e vou usar um termo, eu me senti usado pelo PT, puxou todos os contratos que tinha com as minhas empresas, cancelou todos. É lógico que eu vou entrar na justiça. Mas só que ou eu me defendo ou eu entro na justiça. Por enquanto, estou me defendendo. Mas vou entrar na justiça, sim, como vou entrar na justiça contra o PT. Todo mundo um dia quer entrar na justiça.

RQS Nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Dó: \_\_\_\_\_



que eu pensava. Tá bom. O que eu penso: eu fui usado. Português claro, bem claro, para todo mundo ouvir.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de conceder a palavra aos dois Deputados reinscritos, estão presentes aqui apenas o Deputado José Rocha e o Deputado Júlio Redecker, e Paulo Pimenta. V. Ex<sup>a</sup> estava inscrito e vou conceder-lhe a palavra por último. V. Ex<sup>a</sup> será o último. Antes disso, eu quero dizer que não há qualquer veleidade pessoal. Entendo que cabe à Presidência conduzir os trabalhos de maneira impessoal, na forma do Regimento. Mas eu sou obrigado a dizer que, se fôssemos aplicar o Código de Processo Civil ou de Processo Penal, pois eles podem ser invocados subsidiariamente, conforme manda o Regimento, nós teríamos poucos depoimentos, porque a maioria quer contar a sua história; aliás, uma parte quer contar a sua história. Não vou chamar a maioria, pois seria injusto. Outros querem fazer um libelo político da situação. Eu diria assim que uma parte até significativa faz perguntas objetivas e inteligentes, que visam esclarecer os fatos, conforme manda a lei. Se eu aqui fizesse uma censura eu estaria talvez impedindo uma parte expressiva de todas as intervenções. Então, tolerância é uma forma de conduzir a bom tempo. Outra coisa que quero deixar claro é que há um abuso do “pela ordem” e da “questão de ordem”. A questão de ordem é técnica. O Regimento manda que o seu autor, inicialmente, liminarmente, cite o artigo que está sendo violado, para que se tomem as providências do acerto legal. E o pela ordem, de qualquer maneira, é uma forma de chamar os trabalhos à própria ordem, como se diz, mas quero dizer no sentido de o correto caminho legal. A primeira é uma afronta específica, uma questão de ordem. Quando não, é pela ordem, no caso de uma situação genérica, para que os trabalhos sejam desenvolvidos de maneira eficiente e correta. Em outras palavras, irregular, segundo o Regimento.

Então, eu recebo, não em meu nome mas da Mesa, esse pedido de desculpas. Não há nenhuma necessidade pessoal. Não tenho essa veleidade. Mas quero deixar registrado que incidentes ocorrem e vão ocorrer. Não será esse que irá prejudicar o nosso trabalho.

Então, eu quero também agradecer a compreensão de todos. Estamos a um ponto de exaustão; até o meu discurso se torna enfadonho nesse momento. Mas eu tinha que fazer esses esclarecimentos que eu julguei oportunos.

Concedo a palavra ao primeiro Parlamentar que se reinscreveu, o Deputado José Rocha. Agora, o prazo é de três minutos.

**O SR. (Orador não identificado)** – Cinco minutos, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A rigor, aqui seria o menor tempo que se usa. Seriam três minutos. Mas vamos conceder um consenso de cinco minutos. Mas somente cinco minutos.

**O SR. (Orador não identificado)** – Então, vamos zerar ali. Peça para zerar o cronômetro.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, é 1h40min da manhã, sinal que nós trabalhamos muito hoje e com certeza nesta Comissão vamos ter muito trabalho pela frente.

RQS 17/03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
132
S:
3435
Doc:



Eu pergunto ao Sr. Marcos Valério, que acaba de afirmar que foi usado pelo PT: Foi usado por quem? Por que pessoas do PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Acho que está claro, a partir do ponto em que eu usei e o Deputado Carlos Wilson colocou com toda clareza que era as duas maiores empresas de Minas Gerais. E essas empresas tomaram um empréstimo. E logo em seguida, quando esse tsunami todo aparece, a primeira coisa que aconteceu foi puxar o tapete, puxar todas as contas que tinha dentro da empresa. E contrato lícito, contrato ganho da maneira lícita não tem nenhum superfaturamento, está claro que o PT me usou durante um período só.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – A que pessoas do PT V. S<sup>a</sup> credita?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A cúpula toda.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Toda a cúpula? Poderia nominar, para ficar gravado aqui?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Toda a cúpula.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Qual a cúpula?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Toda a cúpula.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – V S<sup>a</sup> poderia nominar, para que ficasse gravado nesta Comissão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Toda a cúpula do PT.

**O SR. (Orador não identificado)** – V. S<sup>a</sup> pode dizer os nomes, que facilita.

**O SR. (Orador não identificado)** – ... anota logo. Pode dizer os nomes que isso fica gravado na...

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Fica gravado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Sr. Delúbio Soares, o Sr. Sílvio Pereira, o Sr. Marcelo Sereno e o Sr. José Genoíno.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – José Genoíno?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E o senhor José Dirceu.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – O Sr. José Dirceu.

Acho que valeu por todo esse tempo de hoje, Sr. Presidente, essa última afirmação do seu Marcos Valério.

Mas eu pergunto ao seu Marcos Valério. Entre os empréstimos que as suas empresas fizeram com os Bancos BMG e o Banco Rural, o somatório não bate com a relação em anexo de distribuição desses recursos. O somatório dos empréstimos dá 54.321.591,56. A relação de distribuição dá 55.841.227,81. Se descontarmos aqui os 150, porque o Deputado João Paulo Cunha teria recebido só cinquenta, menos 150, mesmo assim a conta não fecha. Fica uma diferença, ainda, de mais de um milhão de reais.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Perdão, Sr. Deputado. A diferença é mínima, mas bate.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Estou aqui com a relação.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Essa é a relação.  
**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – É a mesma. Se somar não dá.  
O Senhor tem aqui – o Senhor está com a relação na mão?  
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. É essa aí.  
**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O primeiro empréstimo de R\$12 milhões do BNG, com mais R\$3.516.080,56; com mais R\$10 milhões; com mais...  
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com mais 15...  
**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não, 15 milhões o Senhor tomou para pagar os 12. Então, esse não foi para a conta do PT.  
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, são 12...  
**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O PT recebeu R\$12 milhões, R\$3.516.080,56; R\$10 milhões...  
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, mais 15...  
**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não recebeu 15 milhões.  
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, Senhor.  
**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Como recebeu se V. S<sup>a</sup> tomou esse empréstimo para pagar os 12? Como o PT recebeu?  
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, aqui embaixo tem 14 que o Senhor tem que subtrair.  
**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não.  
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, Senhor.  
**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O empréstimo que o Senhor tomou no BMG...  
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O empréstimo que tomei no BMG são: R\$12 milhões; R\$3.516.080,00; R\$15 milhões...  
**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Os R\$15 milhões são os R\$12 milhões. O Senhor tomou para pagar os R\$12 milhões.  
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu tomei lá embaixo da Graffite: R\$14.931.620,54.  
**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O que o Senhor informou aqui na Comissão para todos nós é que os R\$15 milhões que o Senhor tomou foi para pagar os R\$12 milhões com os juros já acrescidos. Foi a informação que o Senhor prestou a esta Comissão.  
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se eu prestei essa informação, ela está errada. A informação correta é a seguinte: tem que somar todos esses empréstimos e diminuir R\$14 milhões. Diminuindo R\$14 milhões, que é o empréstimo que foi feito para matar um – desculpa Sr. Deputado – o Senhor vai achar R\$55.217.  
**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O Senhor tomou os 14 milhões de quem?  
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Do Banco BMG.  
**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Onde estão esses 14 milhões?  
**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Estão em contratos.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
Is: 133  
3435  
Doc:



**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Onde? Nessa relação não estão.

**O SR. (Orador não identificado)** – Queria propor que essa discussão fosse feita devidamente nessa maquininha das 4 operações fundamentais, pois talvez seja muito mais eficiente do que fazer...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi feito. Não foi feito na maquininha...

**O SR. (Orador não identificado)** – Vamos fazer essa verificação com absoluta certeza, vamos fazer essa verificação.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas, é bom que fique claro isso, Sr. Presidente, porque está dando uma diferença de mais de 1 milhão de reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos fazer essa verificação e entendo que não será elucidado agora.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não, não seis...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza absoluta, Deputado, com todo respeito, o financiamento bate com o valor que eu liberei.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas, na apresentação que V. Ex<sup>a</sup> dispõe a esta Comissão...

**O SR. (Orador não identificado)** – ...pelo Deputado Baba... O Deputado Baba registrou também essa diferença.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não bate.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Que não consta do Banco Rural a retirada naquele período.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Então, acho que vários deputados registraram...

**O SR. (Orador não identificado)** – Não, é diferente.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Outros deputados registraram...

**O SR. (Orador não identificado)** – Não, é diferente. A minha colocação é totalmente diferente. Ele apresenta uma planilha de distribuição para o partidos e parlamentares e apresenta uma planilha de empréstimos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Os 5 minutos já se foram. Não tenho mais como dilatar.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sim, mas é uma questão relevante, Sr. Presidente. Permita-me, para que ele possa explicar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos fazer o seguinte: vamos dar ao final, a assessoria do depoente poderá explicar, porque senão não vamos ouvir os demais oradores inscritos e não vamos terminar a reunião.

**O SR. (Orador não identificado)** – Imagine V. Ex<sup>a</sup> que isso não se dirima logo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas, isso é relevante, porque faltam 1 milhão e 400 mil. Onde é que...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos dar a palavra ao depoente e vamos ver o que ele tem a falar, para a conclusão dessa matéria.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

f s: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Já passei os contratos. Se o Sr. Deputado quiser os contratos?

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – O Senhor me passou agora, e devolvi ao Senhor porque tenho uma cópia, a relação dos seus contratos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso.

**O SR.** - Estou com a mesma relação que V. S<sup>a</sup> tem nas mãos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E os contratos originais estão aqui. E esse de R\$14 milhões tem que subtrair...

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Mas, não existe esse empréstimo de R\$14 milhões do Banco.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Existe, sim Senhor.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Na relação que o Senhor apresentou ele não existe.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Apenas o empréstimo do item 1 foi quitado, dia 28/01, pela Grafite com recursos do empréstimo do item 3. Total: 14 milhões e 900.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Do item 3. Os 15 milhões. Não, do item 3 são 15 milhões.

O item 1 foi quitado pelo item 3, no valor de 15 milhões.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está bem. E ficou um empréstimo de R\$3.516. Se você somar tudo, vai dar 55...

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Não dá, não dá; dá 54. Já somei, dá 54. Pode somar aí que dá 54.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Depois, então, nós dois ficamos depois da aula aqui, e a gente...

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Vamos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vamos ficar.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Vamos fazer o seguinte: V. Ex<sup>as</sup> depois vão dirimir exatamente essa questão que é uma mera adição.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – A outra pergunta que eu faria a V. S<sup>a</sup>...

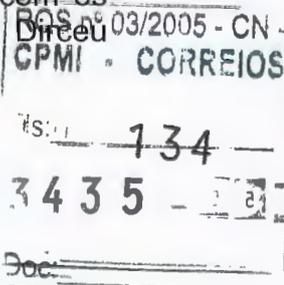
**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Mas já terminou o tempo, já terminou o tempo.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Não, pera aí, eu tenho ainda um minuto e cinquenta e três.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – O seu tempo já terminou há muito tempo.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Me permita, Presidente, eu tenho uma pergunta relevante.

Eu queria que V. S<sup>a</sup> confirmasse para esta Comissão e para todos aqueles que ainda estão a nos assistir se a reunião que existiu entre o Sr. José Dirceu, ex-Ministro, e o Banco Rural, em Belo Horizonte, no Hotel Ouro Minas, e com os diretores do BMG, em Brasília, se nesta reunião o ex-Ministro José





avalizou os empréstimos realizados por essas agências com as empresas de V. S<sup>a</sup>?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com toda objetividade, a informação do que o Dr. Delúbio quando me confirmou que haveria um jantar no Ouro Minas com a direção do Banco Rural iria ali ser tratada a garantia de empréstimo com a direção do Rural e idem com a direção do BMG. Eu não participei de nenhum jantar e nem do encontro com o BMG.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor soube pelo Sr. Delúbio Soares antes do encontro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Antes do encontro.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E, depois do encontro, o senhor teve essa confirmação pelo Sr. Delúbio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor, eu tive essa confirmação pelo senhor...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ele voltou a confirmar que ali foram avalizados todos os empréstimos pelo ex-Ministro José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, pela tolerância e as informações prestadas pelo Sr. Marcos Valério.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Júlio Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PPB – RS) – Sr. Marcos Valério...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agora cinco minutos apenas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu ia te mostrar, Sr. Deputado, os lançamentos que vão vir, só para ter uma noção realmente, aí o senhor vai ter uma noção do... Eu gostaria de te mostrar o...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos voltar o tempo atrás.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PPB – RS) – Corrige o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Será corrigido.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Perdão, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pronto, começou.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PPB – RS) – Sr. Marcos Valério, eu fui muito duro com a sua esposa naquele dia aqui. Não era membro da Comissão dos Correios, mas eu estava profundamente indignado. Eu fiz do senhor o pior dos julgamentos, não é porque eu seja gaúcho, mas eu fiz o pior dos julgamentos. Eu continuo não acreditando que nós possamos comparar toda a corrupção para a qual, na minha opinião, o senhor foi vítima com o financiamento de campanha de Minas Gerais. O Tribunal Regional Eleitoral pode punir os repasses que algum homem ou mulher tenha feito, no caso o seu ex-sócio Clésio de Andrade, mas não

ROS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



muito indignado quando incluem o nome de Eduardo Azeredo, que eu conheço, que eu sei. O senhor disse hoje aqui pela manhã, na hora do almoço, que ele não tinha nada a ver com isso, ele não havia lhe pedido isso, que foi Clésio de Andrade, que depois um outro senhor veio falar com o senhor para fazer os repasses.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com todo o respeito, eu vou endossar suas palavras da dignidade e da honradez do Sr. Eduardo Azeredo, mas só que, no final do processo da campanha, eu, pessoalmente, conversei com o Sr. Eduardo Azeredo sobre a dívida, no final do processo, e eu reafirmo que houve um telefonema à noite na minha casa pelo Sr. Clésio Andrade, e, no dia seguinte, o Sr. Cláudio Mourão, que era Secretário de Administração do Governo do Estado de Minas Gerais, que tinha virado tesoureiro, apareceu lá, na agência. No final da campanha, eu tive pessoalmente com o Sr. Eduardo Azeredo e nem por isso eu acho S. S<sup>a</sup> uma pessoa desonesta, uma pessoa mau caráter, nem por isso. Ele é meu amigo – deixar claro –, gosto dele profundamente independente de partido, independente de cor, independente de qualquer estrutura partidária.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PPB – RS) – Eu ouço o senhor e digo com toda a sinceridade: com o Clésio Andrade, seu ex-sócio – o Senhor tinha intimidade com ele – lhe pediu isso, porque tinha interesse pessoal em ser vice-Governador. Pediu para alguém ir lá fazer com que o senhor distribuísse dinheiro, mas não houve a participação do Sr. Eduardo Azeredo, homem sério e correto. A família dele está sofrendo neste momento, como a sua família está sofrendo também. O que eu não posso aceitar é que haja ilações dentro desta Comissão e da Comissão dos Correios, querendo fazer com que Eduardo Azeredo seja comparado à chantagem que foi feita com V. S<sup>a</sup> por parte do PT para financiar as maiores barbaridades a que esta República já assistiu.

Sr. Marcos Valério, eu sei do seu sofrimento pessoal. A minha mulher chamou a minha atenção aquele dia em que eu entrevistei, que eu inquiri aqui a sua mulher. Eu cheguei em casa e pensei se eu tinha sido justo, porque eu sou um homem temente a Deus. Eu lhe digo, sinceramente, que fiquei com as minhas convicções abaladas. Não deveria ter tratado uma pessoa daquela maneira tão forte e tão veemente.

Eu lhe digo com o coração: o senhor hoje é o homem da República, o senhor hoje é o homem do Brasil. O senhor é o homem que pode acabar com todas essas coisas com a sua palavra, com a direção daquilo com que o senhor conviveu. Digo com sinceridade: há tantas pessoas justas apontadas e tantas pessoas corruptas esquecidas. O senhor sabe delas.

O senhor destruiu a sua vida patrimonial, a sua vida empresarial, o senhor é um homem de sucesso. O senhor pegou a DNA e a SMP&B e colocou-as entre as melhores empresas do Brasil. O senhor construiu uma história de sucesso. O senhor está sendo pressionado. Não me diga que não. Eu vi hoje os seus sentimentos. Eu entrei no seu coração e eu vi que o senhor não está falando toda a verdade. Não quero aqui que o senhor diga quem é esse e quem é aquele. Eu

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 135
3435
Doc:



quero que o senhor diga apenas uma coisa, porque o Brasil precisa da verdade. O povo brasileiro, que está nos olhando por aquela câmera, quer somente uma coisa: a verdade, Sr. Marcos Valério. Ele quer que o senhor diga por que o senhor foi obrigado a fazer esses empréstimos para o PT para que pudesse comprar convicções dentro deste plenário, para que pudesse fazer eleições fortes, para que pudesse ser vitorioso, para que pudesse dar ao Presidente Lula condições para que ele pudesse ter a maioria aqui dentro desta Casa. Eu lhe digo isso de coração.

Eu fui garçom, com oito anos de idade, do bar da rodoviária em Taquari. O meu pai, motorista de táxi, caminhão e ônibus, que se aposentou aos 80. Com 85 anos, hoje, está fora do ar pela doença.

Eu quero lhe pedir uma coisa, Sr. Marcos Valério: ajude-nos a passar a limpo este Brasil para que o senhor entregue para os seus filhos um Brasil melhor, um Brasil mais digno. Para encerrar, Sr. Presidente, peço, por favor, que o senhor entregue a este País a verdade. Que o senhor entregue... Eu não tenho nada contra o senhor. Eu tenho a favor deste País, da esperança, da democracia econômica, da inclusão social e não da falsidade daqueles que vivem na opulência em detrimento da pobreza, do esquecimento, do analfabetismo, da falta de saúde, da falta de educação, da falta de luzes. O senhor é o homem para dar fim a isso. Eu espero do senhor, Sr. Marcos Valério, sinceramente... Digo-lhe isso de coração, não estou aqui para fazer proselitismo, o meu PSDB. Eu era do PP, saí do PP e vim para o PSDB – talvez seja o único Deputado que saiu de um Partido que ia para o Governo para vir para a Oposição para lhe dizer isso: ajude-nos a acertar as contas deste País, Sr. Marcos Valério.

**(O Sr Presidente faz soar a campainha.)**

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Sr. Deputado...

**O SR. JULIO REDECKER** (PPB – RS) – Pela sua mulher, a Dona Renilda, que eu vi aqui contra a parede. O senhor não gostou de ver a mãe de seus filhos contra a parede.

Eu não queria ver a mãe dos seus filhos pressionada, a sua filha, da idade da minha de 14 anos; eu beijo a Vitória em casa, a Vitória me pergunta, ela quer saber da verdade e eu digo “minha filha, acredita neste país”.

Diga para nós, Sr. Marcos Valério, quem são os pais da República que roubam a esperança do povo brasileiro? Quem são os homens e as mulheres que não respeitam aqueles que precisam do Estado para lhes dar dignidade?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Por favor, encerre o seu discurso.

**O SR. JULIO REDECKER** (PPB – RS) – Sr. Presidente, quero encerrar dizendo ao Sr. Marcos Valério que abra o seu coração, meu amigo. Não estou dizendo isso para lhe fazer nenhum tipo de pressão. Eu lhe digo isso porque talvez o senhor, lá das Minas Gerais, possa vir a ser o novo Tiradentes. O senhor já perdeu o pescoço, porque os seus amigos o traíram. Mas não traia a sua pátria, porque a sua pátria espera do senhor apenas uma coisa: a verdade, a verdade



para saber o que foi montado aqui. É isso o que lhe peço, Senhor Marcos Valério. Faça um encontro de contas com esta Nação. O senhor hoje pode...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado, V. Ex<sup>a</sup> não vai parar nunca de falar?

**O SR. JULIO REDECKER** (PPB – RS) – ...as expectativas de todos. Encerro com minhas palavras com dignidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> não encerra como quem termina, mas prende, sempre tem um microfone.

Quero que todos entendam, o discurso de V. Ex<sup>a</sup> pode ser belo e pode ser até verdadeiro, não entro nesse mérito. Mas temos um tempo que precisa ser respeitado.

**O SR. JULIO REDECKER** (PPB – RS) – Preciso de um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não, V. Ex<sup>a</sup> dobrou o tempo.

**O SR. JULIO REDECKER** (PPB – RS) – Preciso de quatro minutos, eu não falei nada, eu falei dois minutos e acho que o Brasil merece todo tempo possível para que o Sr. Marcos Valério...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Entendo o apelo e concedo quatro minutos, se ele quiser acrescentar alguma coisa. Se não quiser, passo a palavra ao orador seguinte, que é o Deputado Paulo Pimenta.

**O SR. JULIO REDECKER** (PPB – RS) – Quero ouvir o Sr. Marcos Valério se for possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, lhe concedo a palavra.

Pode soltar o microfone.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, com todo respeito e com a dignidade que o Senhor teve em falar da minha esposa e os pensamentos que teve, acho que vou resumir com uma palavra para o Senhor e acho que o futuro... mas vou resumir com uma palavra: eu fui usado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao último orador, que é o Deputado Paulo Pimenta, pelo prazo de cinco minutos, com a tolerância que tive que dar para todos os três que se reinscreveram.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Muito obrigado, confesso a V. Ex<sup>a</sup> que não era o meu objetivo voltar a fazer uso da palavra, mas, diante de manifestações tão comovidas de parlamentares sensibilizados, me vejo obrigado a voltar aqui a uma questão que inclusive mobilizou boa parte da bancada do PSDB para estar aqui presente às 2 horas da manhã, no sentido de justificar que é um fato qualquer, que é um fato sem relevância que, sendo governo no Estado de Minas Gerais, sendo Governo, tenha, quando concorria à reeleição o atual Presidente Nacional do PSDB, encaminhado o Sr. Mourão que tinha procuração firmada do Sr. Azeredo para solicitar ao Sr. Marcos Valério que buscasse um empréstimo que tem oferecido como empréstimo contratos do Governo do Estado, que tenha repassado integralmente esses recursos para a campanha eleitoral, que esses recursos não tenham sido contabilizados e que seja uma questão qualquer

RS 11/05/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
136  
3435  
Doc:



09/08/05

Na época, segundo a documentação que nos apresenta hoje o Sr. Marcos Valério, R\$4,5 milhões foram pagos à empresa de publicidade que fez a campanha, no caixa 2, valores corrigidos que hoje chegam a R\$25 milhões. É um fato qualquer? É um fato sem relevância? Não é um fato significativo? Não revela que esta prática, pelo menos no que diz respeito ao financiamento irregular, é uma prática antiga? Então, não vejo, Sr. Presidente, razão para tanta, digamos assim, que tenha sido atingida de forma tão profunda a sensibilidade diante de um fato que lhe é real, objetivo. Um esquema de financiamento irregular foi proporcionado a partir da obtenção de um empréstimo. E todo esse recurso...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço respeito porque há orador na tribuna. E, depois, poderão continuar esse diálogo.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Volto a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, aumentando um minuto no seu tempo.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Retomando, então, Sr. Presidente, eu quero dizer que, do meu ponto de vista, no decorrer do trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito, nós podemos concluir que o destino do recurso foi, ou não, semelhante. Mas a forma de obtenção do recurso é idêntica com todas as características: a agência de publicidade obtém empréstimo no sistema financeiro e oferece como garantia contratos, repassa esse recurso integralmente para a campanha e ele não é contabilizado. Usa-se esse dinheiro não apenas para repassar a candidato, mas também para pagar despesas, como é o caso da agência de publicidade.

Sr. Presidente, do meu ponto de vista, seria uma hipocrisia o não-reconhecimento desse fato. Se esse recurso repassado à Liderança dos partidos – Partido dos Trabalhadores, PL, PP, PTB – que teria como destino o pagamento de dívidas de campanha, segundo imaginava o Sr. Marcos Valério, foi utilizado com outra finalidade é o objeto da investigação que esta CPMI precisa observar, precisa desenvolver e precisa concluir.

Por isso, Sr. Presidente, fiz questão de me reinscrever para afirmar aqui que a lógica do esquema montado em 98, na reeleição do atual Presidente Nacional do PSDB a Governador, tem as mesmas características e semelhanças deste esquema que veio a público agora e que, evidentemente, constrange a todos nós e exige de todos nós o mais absoluto compromisso com a busca da verdade e a responsabilização dos envolvidos.

Sr. Presidente, não vamos fazer de conta que há grande diferença entre os dois fatos, pela razão de um ter acontecido em 98 e o outro, em 2003; de um ter recebido o dinheiro antes da eleição e o outro, depois, para pagar a despesa.

Se nós comprovarmos que Partidos e Parlamentares receberam recursos com outra finalidade, aí sim, teremos um fato novo. Mas o volume de informações que tem surgido, as características dos repasses feitos são muito claras, no sentido de que os dois episódios constituíram-se na viabilização de recursos para campanhas eleitorais, inclusive os valores corrigidos de 98, cerca de R\$9,5 milhões, coincidentemente chegam a R\$58 milhões, valor muito semelhante

2006 - CN -  
- CORREIOS

100:



conta dos empréstimos que o Sr. Marcos Valério repassou ao Partido dos Trabalhadores.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, um minuto. Dê-me apenas um minuto como reinscrição, para eu poder...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O instituto da reinscrição deve ser usado imediatamente após a fala. No caso específico, não há mais reinscrição. Mas qual é o fundamento da intervenção de V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Apenas ter o direito de...

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Sr. Presidente, eu ouvi, pacientemente, dezenas de intervenções em que citaram o Partido dos Trabalhadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> não foi citado nominalmente.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Não houve citação nominal. Houve citação nominal ao Partido. O Deputado Paulo Pimenta teve o direito de falar duas vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, S. Ex<sup>a</sup> usou das possibilidades regimentais de maneira absolutamente correta.

V. Ex<sup>a</sup> poderia ter solicitado a reinscrição anteriormente.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, não há nenhum dispositivo regimental que me impeça de fazer a reinscrição agora, cinco ou dez minutos depois de eu ter falado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, a reinscrição deve ser feita imediatamente após a intervenção.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Não, não existe isso no Regimento, Sr. Presidente.

Dê-me um minuto apenas para que eu possa dizer simplesmente que...

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Sr. Presidente, por gentileza, para uma questão de ordem.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Se V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Paulo Pimenta, não quer que eu responda, não responderei. Se V. Ex<sup>a</sup> não quer ouvir, não vai ouvir. Isso não tem importância nenhuma.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Muito obrigado. Muito obrigado.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Ok. Parabéns pelo espírito democrático que V. Ex<sup>a</sup> tem demonstrado. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu agradeço...

**O SR. (Orador não identificado)** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há mais questões de ordem.

A reunião está encerrada.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, como Relator, para registrar, como é do meu dever...

ROS nº 03/2005 - CN  
CPMI - CORREIOS  
137  
Fls:  
3435  
Doc:



09/08/05

respeito das finalidades essenciais desta Comissão, muito pouco se fez e quase nada se produziu.

Acho que a assistência já está satisfeita.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Está encerrada a presente reunião.

**(Levanta-se a reunião às 2 horas e 15 minutos do dia 10 de agosto de 2005.)**

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_

Doc: \_\_\_\_\_



que aqui estão, que seria humanamente impossível ocorrer de outra forma, quando se tem de governar e ir atrás do voto, com muitas dificuldades, percorrendo, se possível, todos os municípios do Estado. No caso de Minas Gerais, 853 municípios – o maior número de municípios do País.

Quarto, a coordenação da campanha é que se responsabilizava pela movimentação financeira, com a contratação de veículos, pintores, panfleteiros, material de propaganda e tantos outros itens.

Antes de abordar detalhes referentes a esses fatos fundamentais, historio e enfatizo aspectos básicos da campanha de 1998. Aquela foi a primeira campanha de reeleição, e, ao mesmo tempo, exercia plenamente o Governo do Estado. Como Chefe do Executivo, tinha sob minha responsabilidade, direta e permanente, a administração de múltiplos e complexos aspectos do Estado, que tem quase o porte de um País. Tamanhas responsabilidades somavam-se simultaneamente ao corpo-a-corpo da busca de votos, município a município. Por isso, é possível se imaginar o trabalho de um governador candidato à reeleição.

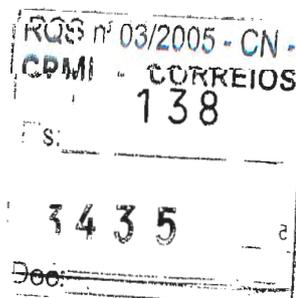
No pleito de 1994, fui eleito por uma ampla coligação, encabeçada pelo PSDB e formada por diversos partidos. Entre eles estava o PTB, que era liderado em Minas pelo eminente Governador Hélio Garcia, que indicou o candidato a vice-governador, o atual Ministro Walfrido dos Mares Guia, e o candidato ao Senado, o ex-Senador eleito Arlindo Porto Neto. No segundo turno, outros partidos e lideranças agregaram-se à minha campanha, inclusive o PT, formalmente. Fizemos, então, a grande virada, que nos levou à vitória.

Já em 1998, disputei a reeleição também com ampla coligação partidária; porém, com o apoio do PFL, que me auxiliara muito na Assembléia Legislativa do Estado e que indicou, para candidato a Vice-Governador, o empresário Clésio Andrade. Clésio Andrade era Primeiro Suplente do ex-Governador e ex-Senador Francelino Pereira e, em 2002, foi outra vez o indicado do PFL para candidato a Vice-Governador do atual Governador Aécio Neves.

Desde já, é bom dar a conhecimento de todos dois fatos relevantes: o primeiro é que, muito antes de minha administração, já havia alguns anos, a DNA e a SMP&B prestavam serviços ao Governo do Estado. As duas empresas tinham grande e variado portfólio profissional. Já estavam entre as maiores agências publicitárias de Minas Gerais e do *ranking* nacional.

Ao aprovar a minha decisão de vir espontaneamente a esta comissão, a jornalista Hidelgard Angel registrou bem em sua coluna no Jornal do Brasil, quinta-feira passada: as duas agências eram "altamente consideradas em Minas, como respeitáveis e sólidas, não havendo então desdouro de se contar com seus apoios...", escreveu Hidelgard.

Antes do meu governo, elas serviram aos Governos Tancredo Neves, Newton Cardoso, Hélio Garcia, à Presidência da República nos Governos Itamar Franco e Fernando Henrique, bem como agora a importantes setores do Governo Lula. Quase todos os maiores Partidos – PSDB, PFL, PMDB, PTB e PT – também utilizaram os seus serviços profissionais em campanhas eleitorais e em governos de Estados e Municípios.





02.08.2005

O segundo fato que deve ser destacado é que, antes de assumir a candidatura a Vice-Governador, Clésio Andrade afastou-se da sociedade que tinha na DNA e na SMP&B.

Feito esse breve relato, quero agora declarar que nunca, jamais, em nenhuma hipótese, admitiria que o meu governo autorizasse um empréstimo da natureza que noticia a Imprensa! Também não há aval meu, do meu governo ou do meu partido em qualquer empréstimo de agência! Isso seria, no mínimo, uma insanidade ou algo inaceitável que eu não permitiria ocorrer. Quem conhece minha vida pessoal e política sabe disso.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, membros desta comissão, aqui passo a demonstrar com documentos que o meu Governo não avalizou nem deu anuência ao empréstimo tomado pela DNA ao Banco Rural.

Solicitei ao meu advogado Paulo Eduardo Mello, que acompanhou diligentemente minha prestação de contas na campanha de 1998, que apurasse a fundo os dados das acusações noticiadas. E ele apurou a falta de fundamento dos mesmos e a existência de falhas de informação. Isso me dá razão de ficar indignado, sim, quando me vejo estampado no noticiário como se eu fosse um dos notórios malversadores que freqüentam as páginas da Imprensa. Graças a Deus, ninguém aponta qualquer desvio moral e de ética pública que eu tenha cometido como pessoa e, na vida pública, como Prefeito de Belo Horizonte, Governador de Minas Gerais e, hoje, Senador da República. Por essa razão, preciso destacar alguns dos equívocos que me expuseram à maledicência da opinião pública.

Para começar, os recortes dos fac-símiles publicados no último dia 26 dão a entender, erroneamente, que o empréstimo tomado pela DNA ao Banco Rural foi avalizado pelo meu governo – fato, aliás, impossível de legalmente acontecer – e se destinou a repasses a candidatos a deputado em Minas, durante minha campanha à reeleição.

Deixo aqui com as Sr<sup>as</sup> e com os Srs. Congressistas a cópia real do contrato, firmado em 19 de agosto de 1998 e registrado no Banco Rural sob o número 060002241-4. Além disso, os fac-símiles publicados são cópias de documentos diferentes dos mostrados. O fac-símile não é do contrato. É do alegado Termo de Garantia. Segundo: as assinaturas que parecem ser do contrato, aqui embaixo, não são nem deste Termo de Garantia, nem são do contrato. São, na verdade – aqui está o documento –, assinaturas do aditamento de renegociação do empréstimo, realizado quase um ano depois. Estão aqui os nomes registrados pelo Banco, no fac-símile: o Sr. Saintclair e Sr. Ronaldo. Ou seja, de 30 de junho de 1999, quando eu não era mais o Governador do Estado. Como poderia ser uma garantia do meu Governo se eu nem era mais Governador!

Novamente, mostro a cópia do verdadeiro contrato de empréstimo, que é este que aqui está, cujo valor foi de R\$9 milhões, e não R\$11,7 milhões como foi publicado. Sou da área de computadores e gosto da exatidão dos números.

Aqui está: a garantia real foi uma nota promissória – esta sim – no valor de R\$11,7 milhões, que inclui juros, como é usual na prática bancária. Ela tem como

RQS nº 03/2005 - CN -
<b>CPMI - CORREIOS</b>
Fls: 139
3435
Doc: _____



garantidores – vejam bem – os Srs. Marcos Valério, Cristiano Paz e Ramon Hollerbach, os sócios da empresa. Portanto, está provado, efetivamente, que o meu Governo não deu e nem poderia ter dado garantia ao empréstimo – acredito que esses dados mostram com clareza, com a nota promissória e com o nome de quem deu realmente a garantia.

Outra prova disso é que, depois de a DNA ter continuado inadimplente, o Banco Rural promoveu, em 06 de dezembro de 2000, a execução judicial da dívida constante do processo nº – tem o número aqui – e que foi ajuizado na 1ª Vara Cível de Belo Horizonte.

Nessa ação, o Banco, obviamente, cobrou a dívida não do Estado, mas sim dos três garantidores antes citados, dos quais chegou, inclusive, a pedir a penhora de bens e imóveis.

As cláusulas 2 e 3 do Termo de Garantia – deste Termo de Garantia aqui, cuja cópia repassarei também à esta Comissão – demonstram que, no momento da sua celebração, o Estado não teve conhecimento, tanto que as partes se comprometiam a notificá-lo, apenas posteriormente – está aqui no documento: “se compromete a notificá-lo”.

Se o tomador do empréstimo apresentou essa contrafação ou outro tipo de declaração como garantidora de financiamento e se o Banco a aceitou, foi decisão própria dele. Portanto, o empréstimo de que falam foi feito entre uma empresa e um banco. Mais uma vez, repito: eu nada tive a ver com isso! Nada tive a ver com esse empréstimo!

Não se pode, assim, misturar e confundir a prestação de contas de minha campanha com o empréstimo realizado entre terceiros, sem o meu conhecimento e sem a minha aprovação.

Eu quero reafirmar também que não participei de qualquer decisão de quem quer que fosse no sentido de listar nomes que deveriam receber doações. A propósito, apresento aqui outra comprovação de que se trata de ilação a afirmativa de que o dinheiro do empréstimo tomado pela DNA foi repassado a candidatos a deputado. Os extratos aqui estão; os extratos do mês de setembro e do mês de outubro, obtidos pelo meu advogado em Belo Horizonte. Os extratos dessa conta titulada à DNA e referente ao empréstimo não registram nenhum saque entre os dias 28 de setembro e 22 de outubro de 98, que pudesse ter sido repassado aos candidatos focalizados pelo noticiário nos dias 26 e 27.

Como sabem todos os que já fizeram campanha eleitoral, são os coordenadores de campanha que alocam os recursos, que cuidam dos recursos de uma campanha, ainda mais de uma campanha de governador em um Estado como Minas Gerais com o Governador ainda respondendo pelo Governo.

A coordenação geral escolhida pela coligação partidária da campanha à reeleição coube ao ex-Deputado Carlos Elói Guimarães, que fora presidente da Cemig durante o governo Hélio Garcia e continuou no meu governo. Porém, essa coordenação se subdividiu em outras coordenações específicas, que, por sua vez, tinham autonomia para atuar em seus respectivos âmbitos.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS!
Nº: 140
3435
Doc: _____



02.08.2005

Ao final da eleição, recebi os comprovantes das despesas com a campanha e prestei contas ao Tribunal Regional Eleitoral, que as aprovou sem ressalvas em 04 de dezembro de 1998. Considerava a despesa total apresentada, de R\$8.555.878,97, alta e cabível nos padrões usuais de campanhas de governo de Estado. Parti do suposto de que os gastos estavam dentro da previsão orçamentária. Eu mesmo tinha todo o interesse em que a prestação fosse precisa, em razão de minha formação moral e técnica. Além disso, inaugurava-se à época a nova exigência da legislação eleitoral de que o candidato, pessoa física, respondesse legalmente por suas despesas de campanha. Foi nesse sentido a orientação que eu e meu advogado Paulo Eduardo Mello, especialista em Direito Eleitoral, demos à coordenação da campanha.

Ainda a propósito das minhas contas, é importante também fazer aqui esclarecimento sobre notícias maldosas divulgadas acerca de sua aprovação pelo TRE. A Relatora, que foi a então Juíza Ângela Catão, foi acompanhada pela totalidade dos membros do Tribunal. Essa mesma Corte do TRE foi a que julgou e aprovou as contas de todos os demais candidatos, como os candidatos a governador da eleição de 98 – Itamar Franco, que foi o vencedor; Patrus Ananias – bem como a do então candidato a Senador José Alencar e centenas de outros candidatos.

Embora digam respeito a assuntos diferentes, preciso chamar a atenção ainda para ilações absurdas e irresponsáveis com que me atacam. Tentam me associar, de modo infundado, a terceiros pessoas que não têm comigo nenhuma relação direta e especial. Covardemente, distribuem contra mim papéis apócrifos, estapafúrdios – como aconteceu em Minas Gerais –, como se contivessem informações fidedignas.

Refiro-me, agora, a outro ponto de grande relevância. Em correspondência de próprio punho, que me foi enviada sexta-feira, o Dr. Cláudio Mourão da Silveira, coordenador administrativo e financeiro da nossa campanha à reeleição – aqui está –, além de confirmar a entrega e a aprovação das minhas contas pelo TRE, esclareceu que, por sua própria iniciativa, tomou decisões estratégicas em relação aos seguintes pontos que estão aqui enumerados.

Como gerenciador das finanças da campanha, tomou a decisão de apoiar candidatos a deputado, no entendimento de que isso pudesse fortalecer a campanha majoritária. Solicitou, então, à SMP&B o apoio financeiro a vários candidatos a deputado.

Entendendo, ainda, que as referidas campanhas fossem fazer as respectivas prestações de conta, não as incluiu na prestação da campanha majoritária. Somente agora – diz ele, o Dr. Cláudio Mourão – compreendeu que o entendimento era de que ele, como coordenador, faria essa prestação.

Conforme deixa claro a correspondência, a responsabilidade por esses aportes foi da coordenação da campanha.

Permaneço, pois, com a consciência tranqüila de que me pautei pela lei e pela ética ao prestar contas da campanha, com os fatos e documentos que

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
141
3435
Doc: _____



conhecia, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Parlamentares; eram os documentos que eu tinha conhecimento, foram esses que eu prestei contas.

Avalio que a preocupação e a ansiedade de apoiadores com os rumos da disputa certamente os motivaram a realizar novas despesas sem o meu conhecimento e autorização prévios.

O Presidente Lula também tem deixado a entender que não sabia de todos os fatos que o cercam e que se relaciona com as denúncias agora trazidas à luz.

Mas, além das informações que vim trazer, o que desejo agora é que as graves injustiças sacadas contra a minha pessoa, e algumas outras, sirvam ao final, pelo lado positivo que há em qualquer situação, para o aperfeiçoamento de nossas instituições de Estado e da legislação política e eleitoral.

A minha campanha ao Governo de Minas prestou contas de mais de oito milhões e meio de reais, em 1998. Lembro-me bem que a revista **Veja** destacou na época que foi a campanha de custo mais alto entre as realizadas pelos candidatos a Governador. De fato, a prestação de contas foi a mais alta, mas certamente não foi a campanha mais cara! A prestação de contas foi a mais alta, mas certamente não foi a campanha mais cara.

O noticiário sobre as CPIs em andamento induz a opinião pública a pensar que elas têm por objetivo investigar as campanhas eleitorais. Mas é essencial que se separe com clareza a questão dos financiamentos de campanha eleitoral das investigações sobre a prática da compra do voto de Parlamentares, do maldito mensalão. Eventuais irregularidades no processo eleitoral deverão, sim, ser objetos de esclarecimento, e depois de medidas concretas, no bojo da reforma política pela qual tanto tenho lutado desde que assumi o meu mandato aqui, no Senado. Porém, outra coisa mais grave e hedionda é a compra de votos de Parlamentares, visando cooptar a sua consciência política, a fidelidade partidária, o Congresso e o próprio Estado democrático de direito.

Não aceito que se cometa contra mim e contra o meu Partido a tentativa proposital e calculada de se confundir e misturar acusações sobre gastos de campanha com graves denúncias de corrupção sistêmica. Ninguém precisa fazer esforço de inteligência para logo perceber que se tenta, na verdade, desviar o foco da investigação das graves denúncias que envolvem setores do Governo Federal e de seus Partidos aliados.

Buscam deliberadamente amplificar e confundir fatos eleitorais com o descalabro das denúncias que aí estão. Querem espalhar lama a esmo sobre o Congresso, misturando o joio ao trigo e mirando especialmente nós da Oposição, na tentativa de nos fazer calar.

Tentou-se bater na tecla de que a Oposição estava promovendo um golpe contra o Governo. Na verdade, tenta-se golpear a democracia e o Congresso, e desmoralizá-los pela compra de votos por meio do descarado mensalão, agora já quase confirmado.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
142  
3435  
Doc: \_\_\_\_\_



Essa convicção é compartilhada pelo PSDB de Minas Gerais, em nota oficial que me prestou apoio, e por tantas e tantas Lideranças de meu Partido e de outros Partidos que já se manifestaram.

Eu e todos nós não aceitaremos que se tente atacar injustamente o PSDB. Aliás, o nosso Partido orgulha-se de administrar os seus recursos de forma profissional, responsável e ética. Não é em vão que o PSDB detém uma das maiores e melhores galerias de homens públicos do País. Não abriremos mão de que ele continue a contribuir para o fortalecimento e o aperfeiçoamento da democracia brasileira e para o engrandecimento do País, ao lado de todos os que querem o bem do Brasil.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os documentos aqui estão e, por intermédio da Mesa, passo às mãos de V. Ex<sup>as</sup>. Não houve garantias do Governo do Estado firmadas ou ajuizadas, não há assinaturas nem autorização minha em nada do que foi divulgado; não há aval meu nem do meu Partido. Por outro lado, aqui também está o documento de próprio punho do coordenador administrativo da campanha, que demonstra não ter tido eu a responsabilidade em relação a depósito efetuado a favor de candidatos, coordenadores regionais ou deputados eleitos em 1998. Assim, duas razões de honra – a pessoal e a partidária – sustentaram a minha decisão de me antecipar, de tomar a iniciativa de comparecer espontaneamente a esta Comissão Mista para prestar as informações necessárias, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas.

Muito obrigado.

Essas são as palavras de um Senador da República que se orgulha muito de ser representante do seu Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. A Mesa gostaria que V. Ex<sup>a</sup> encaminhasse a documentação que faltou na exposição que acaba de fazer.

Suspenderei a reunião por dez minutos, para que venhamos a discutir os requerimentos que farão parte da nossa reunião administrativa.

Está suspensa a reunião.

**(Suspende-se a reunião às 10 horas e 51 minutos.)**

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Moreira. PT – MS) – Considero reaberta nossa reunião administrativa.

**O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Moreira. PT – MS) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Onyx Lorenzoni.

**O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Sr. Presidente, quero trazer uma preocupação a V. Ex<sup>a</sup> que creio seja compartilhada por todos os membros desta CPMI, sejam Senadores, sejam Deputado. Estamos diante da repetição de um fato que é, no mínimo, desagradável: a maioria dos Parlamentares desta CPMI acaba tomando ciência de alguns documentos primeiro pela imprensa e depois pela documentação oficial da CPMI.

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
143
Fls:
3435
Doc:



02.08.2005

Por exemplo, quanto ao episódio do depoimento de ontem da Simone Vasconcelos, segundo informações que recebemos, o Deputado Carlos Sampaio recebeu uma cópia desse documento, entregou-a a um assessor da CPMI, e esse documento, até hoje ao meio-dia, tanto o depoimento quanto a lista que está publicada na imprensa, não foram...

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Permite um aparte, Deputado?

**O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS)** – Pois não, Senador.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – A informação do Deputado Carlos Sampaio foi de que entregou ao Sr. Marzagão, assessor do Presidente Delcídio Amaral.

**O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS)** – Pois bem, queria registrar um fato e gostaria de solicitar a V. Ex<sup>as</sup> as providências necessárias para que ele não se repita. Ontem, até incomodei o Sr. Relator em sua casa, tarde da noite, na busca de informações, e o fato concreto é que, até o meio-dia de hoje, esse depoimento não estava autuado pela Secretaria da CPMI, muito menos a lista. Ora, desde mais ou menos 10h30min, alguns *sites* já disponibilizavam a provável lista, e nós, Parlamentares, continuávamos nos valendo da informação da imprensa, que cumpre o seu trabalho – mérito de quem a obteve, e não tenho nenhuma objeção a esse fato de que a divulgação seja ampla, porque, afinal de contas, a imprensa cumpre o seu papel de bem informar. Mas o que trago à consideração de V. Ex<sup>as</sup> é que possamos ser capazes de montar um sistema que permita aos Parlamentares o acesso a esse documentos, vitais para a investigação, de maneira antecipada à divulgação a ser feita posteriormente pelos órgãos de imprensa. Se não for possível haver essa antecipação, por razões que V. Ex<sup>a</sup> conheça, que, pelo menos, os Parlamentares tenham conhecimento da informação na mesma velocidade que os órgãos da imprensa, porque fica realmente constrangedora essa situação que estamos enfrentando, e essa já não é a primeira vez. Então, eu queria pedir providências de V. Ex<sup>a</sup> e do Sr. Relator.

Além disso, por dever de justiça, quero reconhecer que o trabalho desenvolvido pela assessoria técnica, na última sexta-feira, no sábado e no domingo, permitiram que, desde ontem, os Parlamentares tivessem uma área confortável para verificar todos os documentos. Estão todos os documentos numerados, alinhados, o que possibilita aos Parlamentares fazerem o trabalho exigido pela sociedade.

Então, apresento o aplauso e o reconhecimento ao corpo funcional, como também à V. Ex<sup>a</sup> e ao Relator, que, junto com os Relatores suplementares, imprimiram organização tal que já se manifesta de maneira bastante qualificada, com respeito ao espaço físico e à disponibilização dos documentos.

Contudo, quero registrar minha inconformidade – e creio que, com isso, vocalizo também o pensamento de muitos Parlamentares –, minha insatisfação com o fato de que estamos sabendo de coisas que são vitais para as investigações por meio de *sites* na Internet ou da informação que os jornalistas nos repassam.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
144
Fis:
3435
Doc:



Eu queria solicitar providências a V. Ex<sup>a</sup> para que consigamos vencer essa dificuldade, e, daqui para a frente, os Parlamentares tenham prioridade no conhecimento dessas documentos, que são vitais para o nosso trabalho.

Obrigado, Presidente.

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Depois eu, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – É absolutamente procedente o comentário do Deputado Onyx Lorenzoni.

Na verdade, Deputado Onyx, o depoimento terminou muito tarde ontem em função até da minha chegada aqui. Houve esse contratempo para a CPMI, mas isso não vai mais acontecer. É importante registrar que a CPMI está se organizando de maneira efetiva. Criamos as sub-relatorias. O Deputado Carlos Sampaio, desde o final da semana passada, já cuidava especificamente da parte administrativa da CPMI. Temos o Deputado Abicalil, o Deputado Gustavo Fruet, o Deputado José Eduardo Cardozo, e não tenho dúvida de que eles nos auxiliarão muito, inclusive auxiliarão bastante o Deputado Osmar Serraglio na relatoria. Então, V. Ex<sup>as</sup> têm sido bastante pacientes, porque esta CPMI é uma CPMI onde os fatos se precipitam numa velocidade, numa rapidez inigualável se se comparar com outras CPIs ou CPMIs ocorridas no Congresso. Mas, não há dúvida nenhuma, houve efetivamente... E eu assumo essa responsabilidade, porque cheguei de madrugada em Brasília e não tive a oportunidade de, pela manhã, encaminhar. Mas isso não acontecerá mais.

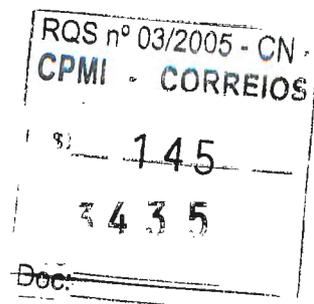
Eu queria também registrar que nós vamos fazer, com muito esmero, vamos procurar preparar essas reuniões administrativas para que não tenhamos os sobressaltos que tivemos no dia de hoje e nos outros dias também. É muito mais uma questão de confiança recíproca, de conversa, de diálogo, que tem feito com que a CPMI continue andando, andando bem, com o enfrentamento, com o “tensionamento”, que é natural em um momento como este que nós vivemos, mas efetivamente mostrando trabalho. E os resultados já começam a aparecer: alguns vão surgir dos relatórios parciais, que já vamos começar a emitir, e outros já saem em função do próprio trabalho da CPMI, naturalmente, como um desaguadouro natural. Acredito que, esta semana, esse **modus operandi** especialmente administrativo e dos relatórios deve entrar nos eixos. Já temos muitas informações que conseguimos sistematizar, e entramos numa nova fase, uma fase que vai facilitar muito o trabalho de todos os Parlamentares, Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas.

É absolutamente procedente o comentário de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, o Deputado Rodrigo Maia.

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Depois eu, Presidente, ou quando puder.





**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Depois, a Senadora Heloísa Helena, o Deputado Pompeo de Mattos, o Senador Ney Suassuna, o Deputado Nélio Dias, enfim, todos.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu vim à CPMI hoje para pedir a V. Ex<sup>a</sup>, ao Relator e aos membros da CPMI que pudéssemos focar, além do belo trabalho já feito pelo Presidente, pelo Relator e por todos os membros da CPMI, num tema que já é recorrente em todas as crises por que passamos nos últimos anos, que é o tema dos fundos de pensão. Desde que eu me entendo por gente, sempre que há uma crise, há participação de um fundo de pensão. E toda vez que vamos chegar perto do fundo de pensão, há um clamor dos mercados, porque isso desestabiliza A, desestabiliza B, e nós acabamos passando pelas crises, esquecendo de investigar um dos maiores focos de desvio de recursos não públicos, mas de servidores públicos no nosso País. E não é diferente nesta crise. Eu tenho convicção de que a investigação em relação a fundos de pensão por esta CPMI – que tem correlação a esse assunto que está sendo investigado – é fundamental. O volume de recursos administrados pelos principais fundos de pensão no Brasil pode ter gerado desvios de valores muito maiores do que esses que já apareceram em relação ao caso específico de duas agências de publicidade. É por isso, Sr. Presidente, que pedi essa atenção de V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> tem outros requerimentos para votar hoje, junto com o Relator. O que nós pedimos e combinamos é que pudéssemos, na quinta-feira, fazer uma reunião só para tratar dos casos de fundo de pensão, e não é aplicação de CDB, não; na aplicação de CDB, nós não vamos pegar nada, porque os bancos de segunda linha pagam taxas de juros mais caras que os bancos de primeira linha. Não há nessa investigação nada que se pegue em fundo de pensão em relação a CDB; nós vamos pegar os fundos de pensão na compra de títulos públicos pós-fixados, indexados ao IGPM, ao IPCA, papéis que 15, 20, 30 até 40 anos, que geram, no seu deságio, trazendo a valor presente, comissões a corretores de valores, como eu disse, que vão gerar uma investigação muito mais profunda e com valores muito maiores do que já chegamos.

Só para dar um exemplo: na semana passada – nós não temos como saber qual foi o fundo, porque na Cetip só aparece a compra e a venda –, um fundo de pensão comprou de título pós-fixado R\$6 milhões, e a corretora ficou com uma comissão de R\$1 milhão. Só para termos uma noção do que são os fundos de pensão, que, como eu disse, é uma questão recorrente, já vem de anos, e o mercado, quando vamos chegar nos fundos de pensão, pressiona os Parlamentares para que a investigação nunca chegue a uma investigação correta e profunda em relação a isso. Por isso, acho que está na hora de aproveitarmos que a crise é profunda, que a crise é grave, para fazermos essa reunião administrativa da Casa e discutirmos e debatermos os requerimentos em relação a fundos de pensão e, se possível – essa é a posição do PFL –, aprová-los.

RQS nº 03/2005 - CN  
CPMI - CORREIO  
146  
S: \_\_\_\_\_  
3435 - \_\_\_\_\_  
Doc: \_\_\_\_\_



**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Registrado, Deputado, Líder Rodrigo Maia. Na quinta-feira, faremos uma reunião para tratar especificamente dessa questão dos fundos de pensão.

O Deputado ACM Neto, Líder absoluto de audiência em alguns sites...

**A SRª HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – E V. Exª bem pertinho, Delcídio.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – V. Exª viu que, nem com todo o esforço que V. Exª fez, conseguiu-me passar.

**O SR. JAMIL MURAD** (PcdoB – SP) – Qual é o site, Presidente?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Mas, Sr. Presidente, eu, antes de mais nada...

**A SRª JUÍZA DENISE FROSSARD** (PPS – RJ) – Deputado, me concede um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Pois não.

**A SRª JUÍZA DENISE FROSSARD** (PPS – RJ) – Qual é o endereço do site? www...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Eu não sei o endereço, agora eu fico muito lisonjeado de estarmos gerando qualquer pesquisa... Olha, eu não sei...

**A SRª HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – O pior é que tem muita gente ligando para mim, dessa comunidade que eu amo e adoro, ficam o tempo todo ligando e perguntando, para eu opinar em quem votar. Por favor, comecem a fazer boca-de-urna aqui.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Olha, Senadora Heloísa, eu, particularmente, fico muito lisonjeado de estar liderando qualquer tipo de pesquisa...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Deputado ACM Neto está em campanhas incansáveis em todo o Brasil, passando por vários Estados.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Fico muito lisonjeado e agradecido a todas as pessoas que estão acompanhando o nosso trabalho e que, por vontade própria, resolvem votar na minha pessoa.

**A SRª HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Com certeza.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Presidente, eu quero fazer um protesto aqui.

**A SRª HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Pedir voto.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Quero fazer um protesto. Só para informar a V. Exª que na noite de hoje eu passei V. Exª. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado ACM Neto.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Muito bem, eu queria, Sr. Presidente, antes de mais nada, pedir o silêncio e a atenção da Comissão.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de relembrar a proposta que eu fiz na semana passada, ao final da nossa reunião administrativa, sobretudo uma

RQS nº 03/2005 - CN  
CPMI - CORREIOS

S: 147

3435

Doc.



proposta que foi por mim apresentada ao Deputado Osmar Serraglio. Existiam três encaminhamentos. O primeiro direcionava alguns dos nossos requerimentos para que fossem eliminados, ou seja, nós faríamos uma triagem, verificaríamos os requerimentos desnecessários, que perderam o objeto, que deixaram de ser importantes pelo curso das nossas investigações, e esses seriam prontamente eliminados, o que nos permitiria reduzir substancialmente esse número expressivo de requerimentos sobre os quais temos de deliberar.

O segundo encaminhamento que fiz foi no sentido de que o Relator nos trouxesse, no dia de hoje, uma proposta relativa àqueles requerimentos que seriam destinados para o trabalho especial da Comissão, com oitivas feitas por grupos seletos, grupos reduzidos que pudessem agir concomitantemente, ganhando tempo.

O terceiro encaminhamento foi no sentido de que o Relator pudesse nos trazer alguns requerimentos que deveriam ser votados prioritariamente neste dia, nesta reunião.

Não conseguimos avançar. Não se pode culpar apenas o Relator. Todos nós temos responsabilidade. Vale lembrar que V. Ex<sup>a</sup> definiu uma nova sistemática de trabalho. Talvez até por falta de tempo e de adaptação, apesar de já existir uma nova sistemática, não conseguimos dar agilidade e celeridade ao encaminhamento dessa quantidade enorme de requerimentos que temos de deliberar.

Tentei fazer associação com alguma imagem e me lembrei do seguinte: quando o estudante não faz o dever de casa e não se prepara para realizar a prova, ele acaba faltando à prova para fazer segunda chamada. Às vezes, não se prepara para a segunda chamada e consegue com o professor uma repescagem. É mais ou menos isso o que está acontecendo, porque, a cada reunião administrativa, por não fazermos o dever de casa, não estamos preparados para votar os requerimentos e temos sempre de postergar a decisão.

Não nos preparamos, até hoje, para enfrentar os requerimentos mais polêmicos. É evidente que, com o debate político, com diálogo, com conversa, é possível encontrar algum encaminhamento racional para esses requerimentos. Então, está faltando diálogo fora deste ambiente, deste espaço de reunião.

As segundas-feiras, por exemplo, poderiam ser sempre dias voltados para reuniões internas. Nós poderíamos ter o compromisso de chegar segunda-feira à tarde e ter um horário pré-estabelecido para discutir a pauta de requerimentos da semana, não deixando essa discussão apenas para a quinta-feira, para o final da semana, porque terça-feira e quarta-feira há oitivas, então, não temos tempo. É humanamente impossível. A sugestão que faço para se somar à nova sistemática de trabalho definida pelo Presidente e pelo Relator é que fique pré-estabelecido que toda segunda-feira teremos reunião interna dos membros da Comissão que puderem chegar – é claro que aqueles que não puderem se farão representados – , então, faremos uma reunião interna para discutir os requerimentos da semana e tentaremos começar a construir um consenso para que, quando houver reunião

RQS nº 03/2005 - CN  
CPMI - COMISSÃO

Fs: 148

3435

Doc:



administrativa deliberativa, tenhamos o encaminhamento racional pré-estabelecido.

Sr. Presidente, para não lamentar as mágoas e querendo objetivar minhas sugestões, para a reunião de hoje, sugiro que votemos, primeiro, os requerimentos sugeridos pelo Deputado Osmar Serraglio; depois, o requerimento de convocação do Deputado José Dirceu; terceiro, o requerimento de convocação do Sr. Pizzolato. Quero explicar. Ouvi de alguns colegas aqui: "Ah, mas o Pizzolato tem a ver com fundo de pensão e fundo de pensão ficou para quinta-feira". O que me motiva a pedir a convocação do Pizzolato não é o fato de ele ter sido Presidente do Conselho da Previ, mas de ter sido diretor de *marketing* do Banco do Brasil, de ter sido responsável pelas contas de publicidade daquele banco e por haver denúncias públicas, veiculadas pela imprensa, de superfaturamento nos contratos, de induzimento nas licitações e de favorecimento às empresas do Sr. Marcos Valério.

Então, eu estou aqui convocando o Sr. Pizzolato não como presidente do Conselho da Previ e, sim, como ex-diretor de *marketing* do Banco do Brasil, por isso eu gostaria de esclarecer ao Deputado Cardozo e ao Deputado Rands a diferença.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM, vamos concluir.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Eu vou concluir. V. Ex<sup>a</sup> vai-me permitir concluir porque estou apresentando o meu encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – É um longo encaminhamento, não é Deputado ACM?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Pois é, necessário, necessário.

Eu gostaria, ainda, de sugerir, Sr. Presidente, a aprovação do Requerimento 601, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, subscrito também por mim. Trata-se apenas da complementação de dados que precisam ser encaminhados a esta Comissão.

Reitero o que foi dito pelo Líder Rodrigo Maia. V. Ex<sup>a</sup> nos fez um apelo, o Líder o atendeu e eu acompanhei a orientação do Líder de deixar para quinta-feira a discussão sobre os fundos de pensão, mas nós vamos ter que sentar, na quinta-feira, para discutir a quebra do sigilo bancário e fiscal dos fundos de pensão e mais os outros requerimentos relativos aos fundos de pensão.

Com isso, eu concluo o meu encaminhamento, mais uma vez frisando que teríamos que votar hoje os requerimentos, pelo menos é a minha sugestão, apresentados pelo Deputado Osmar, o Requerimento 601, o requerimento de convocação do Sr. Pizzolato e o requerimento de convocação do Deputado José Dirceu.

**A SR<sup>a</sup> JUÍZA DENISE FROSSARD** (PPS – RJ) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Nº: 149
3435
Doc:



Fala-se muito, aqui, em quebra de sigilo bancário, quando, na verdade, nós não quebramos, até o momento, nenhum sigilo bancário. Isso passa para a sociedade a idéia de que estamos quebrando tudo.

Então, fazemos o exercício de colocar o nome correto, que é "transferência do sigilo", porque, até agora, ninguém quebrou nenhum sigilo, os sigilos permanecem intactos, serão quebrados na medida da necessidade ou não, senão parece que somos britadores de sigilo.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard, o comentário é pertinente.

Senador Ney Suassuna.

O encaminhamento não é tão longo, não é, Senador Ney Suassuna?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Não. Eu, normalmente, gosto de economizar as palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Objetivo.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, ouvi o Deputado Onyx exarar a sua preocupação em relação aos furos, sempre à nossa frente e da imprensa.

Eu diria que não teria essa preocupação tão grande em relação aos furos. E por quê? Porque, primeiro, os órgãos de comunicação colocaram verdadeiras legiões. Há um jornal que colocou 30, 40 jornalistas especializados, de lugar em lugar, coisa que nós não temos como fazer. Segundo, estamos, hoje, na época do fax, da xerox, do telefone celular com foto, da Internet, que rapidamente espalha as informações. Terceiro, a preocupação nossa não tem que ser com o furo. Temos é que agradecer à imprensa pelo que estão nos fornecendo e pelo caminho, pelas sendas que estão abrindo.

Devemo-nos preocupar com o minucioso exame da documentação, porque baseados nisso vamos fazer os nossos julgamentos e vamos poder votar.

Então, eu queria louvar o que a CPMI, até agora, fez em trabalho de organização, todo o esforço que temos feito, e não estaria preocupado com o problema dos furos. Seria bom se tivéssemos também os furos, mas para isso deveríamos ter um verdadeiro exército de investigadores.

Por último, hoje, nós vamos ter um limiar: o encontro dos dois Relatores com os dois Presidentes, que vão definir limites para as duas CPMIs. Espero que ele seja satisfatório para ambas, que têm um papel importante e se complementam.

Era essa a minha intervenção, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de registrar que os dois Relatores e os dois Presidentes farão uma reunião hoje, às 17 horas, sobre a CPMI do Mensalão e a CPMI dos Correios.

Concedo a palavra ao Deputado Nélio Dias.

**O SR. NÉLIO DIAS** (PP – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria que nos ordenássemos. Temos, hoje – concordo com o Deputado ACM Neto –, 598 requerimentos. Ele fala em enxugamento e concordo plenamente com isso, mas

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
150

3435  
Doc:



eu gostaria que, nesses 598 requerimentos, pudéssemos identificar a competência da nossa CPMI e da CPMI do Mensalão.

Eu vou-lhe dar um simples exemplo. Estamos, hoje, na prorrogação desta reunião por causa da convocação ou não do Senador Eduardo Azeredo. Se isso fosse de competência da CPMI do Mensalão, não teríamos perdido tanto tempo. Se é compra de votos, se é exatamente o que compõe a sua denúncia, ou se podemos averiguar na outra CPMI, por que a gente estar aqui passando 300 horas para discutir se ele vai ser convocado ou não?

Então, nesse enxugamento que o Deputado ACM Neto propõe, sugiro que seja feita também uma avaliação da competência dos 598 requerimentos, ou seja, quais são da competência da CPMI dos Correios e quais da CPMI do Mensalão.

O outro assunto é que há mais ou menos 12 dias foi divulgada, na grande imprensa, no **O Estado de S. Paulo**, uma relação de 22 Deputados, numa nota apócrifa que esta CPMI, inclusive, disse não ter recebido. Nem a CPMI diz que recebeu, nem diz que não recebeu, e aí estão vários Deputados **sub judice** para a sociedade brasileira.

Acredito que a CPMI não tem o direito de prorrogar a nota, não isentando qualquer Deputado e apenas dizendo que não a recebeu e que não a remeteu ao jornal **O Estado de S. Paulo**.

Eu queria que V. Ex<sup>a</sup>, especialmente nesse segundo item do meu pronunciamento, fosse rápido nas respostas, porque se tratam de 22 pessoas que estão precisando saber se a CPMI recebeu a nota e se vai ou não avaliar essa nota anônima.

Era somente isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT - MS) – Deputado Nélio Dias, nós aprovamos, na quinta-feira, o requerimento do Deputado Ranzolin e vou conversar com o Deputado Osmar Serraglio.

A partir do momento em que houve um requerimento que foi aprovado, por unanimidade, pela CPMI, creio que essa resposta fica até muito mais consolidada e consistente. Vamos preparar esse documento dentro da tramitação institucional e formal da CPMI.

Com relação à CPMI do Mensalão e aos assuntos comuns, acreditamos que hoje, às 17 horas, esclareceremos essas questões também com o Presidente, Senador Amir Lando, e com o Relator, Deputado Abi Ackel.

Eu gostaria também de registrar que, hoje, no início da reunião, o Senador Eduardo Azeredo fez um pronunciamento e apresentou uma série de documentos, que foram encaminhados à CPMI. Ele, de pronto e espontaneamente, compareceu a esta CPMI para esclarecer essas informações, essas notícias sobre a sua campanha ao Governo do Estado em 1998, e nós, efetivamente, analisaremos com muito cuidado e zelo toda a documentação encaminhada.

Entendo que esse é um procedimento equilibrado, de quem busca, mais do que nunca, um bom funcionamento da CPMI.

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, depois ao Deputado Eduardo Paes e às Senadoras Heloísa Helena e Ideli Salvatti.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
151
3435
Doc.



02.08.2005

Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, quem sabe, Presidente, vou ser um pouco insistente. Diz-se que teimoso é o teimoso que teima com o teimoso, mas mais teimoso ainda é o teimoso que teima com a própria teimosia e ganha por teimoso.

Eu insisti aquele dia com V. Ex<sup>a</sup> em relação aos documentos e V. Ex<sup>a</sup>, com retidão, com correção, como, aliás, a Mesa tem-se portado, reagiu com indignidade, ou seja, com indignação. Mas, quando estamos falando não vai nada contra a Mesa, muito menos contra o Relator, é na forma como as coisas estão acontecendo.

Sei, é difícil de controlar; sei... Olha, para termos acesso a documentos... chegamos, primeiro, não sabemos o que chegou lá, não tem nem como pedir. Pedimos o que chegou, não sabe o que chegou. E se sabe não tem como dizer alguma coisa de forma específica. E quando pedimos alguma coisa específica é difícil, porque é complicado de achar. Eu mesmo estou nessa questão da pesquisa da Cepa-UFRGS, estamos fazendo essa avaliação das pesquisas feitas pela Cepa-UFRGS, que envolve uma negociação com o Banco do Brasil e que envolve a FAURGS, no Rio Grande do Sul, que envolve uma empresa DNA, que, aliás, tem requerimentos para ser aprovado hoje, cuja documentação está lá. Já tivemos acesso, para achar a documentação de novo estamos lá trabalhando, é um parto de mãe de ouriço, extremamente complexo.

Por isso, faço coro à manifestação do Deputado Onyx Lorenzoni, até porque os documentos chegam aqui, a imprensa fica sabendo e nós, os Parlamentares, somos os últimos a saber.

Obviamente, alguém ficou sabendo, alguém de nós passou, alguém tem informações privilegiadas, eu diria assim. Não estou falando mal de ninguém. Quem sabe eu até esteja enciumado desse alguém que tenha. Gostaria de ter também essas informações, não necessariamente privilegiadas, mas oportunas, para que nós todos pudéssemos trabalhar em cima, uns se dedicarem mais a um caso; outros, mais a outro caso.

Mas, para sermos mais específicos na nossa manifestação, Sr. Presidente, temos um requerimento na Mesa, convocando o Sr. Daniel Dantas, que, para mim, é o cérebro do esquema dos fundos de pensões. Sei, já conversei com o Relator e fica para quinta-feira, para que possamos aprofundar, até porque é um dia específico para o fundo de pensão. E temos também pedido de quebra de sigilo bancário dos fundos de pensão, se não no todo, temos que trabalhar, mas pelo menos nesses bancos onde os fundos de pensão estão instalados: BMG e Banco Rural, especialmente do BMG, que foi beneficiado pela Medida Provisória nº 130, Presidente, com o financiamento específico. O que acontece? Os fundos de pensões transferem os depósitos para o BMG. Os depósitos são remunerados com taxa Selic, e o BMG empresta aos funcionários públicos, com garantia do Governo Federal, ou seja, risco zero, mediante uma medida provisória, a 35%, 40%. Aí tem uma lucratividade, olha, desculpem-me a expressão, mas dá mais que roubar, até porque roubar pode dar cadeia e aí não dá cadeia, pelo menos por

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Nº: 152
3435
Doc: _____



enquanto. Uma coisa assim de cartas marcadas. É um jogo muito baixo. E eu, que sou bancário, posso bem descrever essa triangulação, essa operação triangular que está sendo feita.

O Governo, através da medida provisória; fundo de pensão, através de depósito; e o banco, através de empréstimo. O Governo garantindo tudo e o banco se locupletando. Depois, é claro, o banco pode fazer empréstimo para o Sr. Marcos Valério sem aval, pode fazer empréstimo para partido político sem aval. Enfim, essa questão tem que ficar esclarecida, porque é uma operação que eu acredito que já venha de anos, que está se especializando e que se nós deixarmos passar em brancas nuvens vai se especializar e que, olhando aparentemente, está tudo legal, está tudo formal, é bom até para o funcionário público.

Ora, fazer um financiamento com juros de 2,5% a 3% é bom, quando o cheque especial está a 10%, 8%, 9%. Mas, se formos ver, é uma grande operação de um grande esquema, onde muita gente ganha, porque estão tratando de forma particular da coisa que é pública.

Mas, Sr. Presidente, duas questões: o depoimento do Sr. José Dirceu. Nós, daqui a pouco, vamos ter o depoimento dele na Comissão de Ética. Eu peço que a CPMI, formalmente, solicite cópia desse depoimento para que possamos inclusive, diante, Sr. Presidente, Sr. Relator, desse depoimento havido, dependendo da sua amplitude, ouvir ou não o Sr. José Dirceu nesta CPMI. Dependendo da situação, há um requerimento, parece-me que do Senador Jefferson Peres, para acareação direta. Ou seja, sem que tenhamos que ouvir o José Dirceu, porque S. Ex<sup>a</sup> já foi ouvido. Será uma espécie de comida requentada. S. Ex<sup>a</sup> já foi ouvido na Comissão. O ideal seria que pudéssemos fazer aqui uma acareação entre o José Dirceu e Roberto Jefferson, Roberto Jefferson e José Dirceu, aprovando o requerimento do Senador Jefferson Péres, da Bancada do PDT, que eu subscrevo. Tenho certeza de que outros colegas Parlamentares também vão subscrevê-lo também.

Assim, peço a atenção de V. Ex<sup>a</sup> para esse aspecto.

Para concluir, quero dizer que apresentamos vários requerimentos. Alguns desses requerimentos obviamente irão para a CPMI do Mensalão. Isso será acertado hoje à tarde. Outros requerimentos são motivo de impasse, não há consenso a respeito deles. Vamos decidir isso no voto. Aqueles em que há consenso a respeito, teríamos que matar a charada o quanto antes. Há alguns cujo encaminhamento a CPMI pode abreviar. Isso porque se referem à oitiva de pessoas que sacaram na conta de Marcos Valério, da SMP&B, da DNA.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral) – Conclua, Deputado.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – Concluirei, Sr. Presidente.

Esses saques foram menores. Essas pessoas deveriam ser ouvidas imediatamente pela Polícia Federal. Para tanto, é preciso que seja aprovado um requerimento da CPMI, solicitando essa oitiva. Ao mesmo tempo, é preciso pedir que o documento, reduzido a termo no depoimento, seja encaminhado imediatamente à CPMI, para que possamos ter acesso a ele.

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fls: 153
3435
Doc:



Vou dar um exemplo. Nós estamos pedindo o depoimento de Marcelo Pies e Paulo Bassotto. Trata-se de dois membros do PT do Rio Grande do Sul, do meu Estado. Segundo informações de Simone Vasconcelos, com base na lista fornecida pelo Marcos Valério, eles teriam recebido dinheiro do PT. Quer dizer, até esses documentos chegarem à CPMI, vai longe.

Assim, é preciso que esse requerimento seja aprovado, para que a Polícia Federal possa ouvir essas duas pessoas sobre essas denúncias, para saber se elas são verdadeiras, saber qual é a versão que elas têm a apresentar, lá no meu Estado. É preciso que isso aconteça em cada Estado. Ou seja, no Rio Grande do Sul, a Polícia Federal do Rio Grande do Sul deve ouvir esse. Nos outros Estados, a Polícia Federal de cada Estado deve ouvir outras pessoas. Que toda essa documentação venha para a CPMI para que possamos fazer uma leitura coletiva dela.

Esse é o nosso pedido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena; depois, à Senadora Ideli e ao Deputado Eduardo Paes, os últimos que pediram a palavra pela ordem.

**A SRª HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, primeiro, quero compartilhar da sugestão do Deputado Pompeo. Até porque são tantas denúncias, tantas personalidades, tantos dirigentes partidários que estão sendo citados em vários Estados do Brasil que acaba sendo extremamente importante que sejam estabelecidas algumas diligências, com o acompanhamento dos Parlamentares, em todos os Estados, conforme a listagem entregue pela Srª Simone, de pessoas que foram beneficiadas pelo esquema do dinheiro sujo do mensalão.

Com relação aos fundos de pensão, Sr. Presidente, eu realmente estava querendo muito que isso fosse votado hoje. Mas eu acato, aceito a proposta que foi acordada entre V. Exª e alguns autores dos requerimentos relacionados aos fundos de pensão. Eu sei que é essencial que possamos fazer esse debate, que não é um debate fácil. Isso porque, além da complexidade técnica, há também toda uma argumentação política e econômica. Mas é essencial que possamos fazer isso. Eu vi o que aconteceu, há alguns meses, no plenário do Senado, antes de qualquer uma dessas denúncias gigantescas de corrupção. Ou seja, eu vi, no plenário do Senado, uma verdadeira histeria da base bajulatória, quando tentamos instalar um procedimento investigatório junto ao Tribunal de Contas da União ou na Comissão de Fiscalização e Controle da Casa, em relação a uma denúncia sobre um acordo da Previ, ainda em 1998. Foi uma confusão gigantesca para se conseguir isso.

Assim, todas as vezes em que se fala em fundo de pensão, qualquer pessoa de bom senso, com um mínimo de honestidade intelectual, se é que existe mínimo ou máximo em relação à honestidade intelectual, sabe como os fundos de pensão, através de aplicações financeiras, agiram pagando comissões pelos serviços sujos prestados nos supostos empréstimos, que de empréstimos, de fato, nada tiveram. Então, é muito importante que isso seja feito. Do mesmo jeito, Presidente e Relator, no sentido de possibilitar também a aprovação relacionada

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
154
3435
Doc:



02.08.2005

tanto à transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico como dos depoimentos de outros empresários de três áreas do chamado gestor operacional dos Correios, que não foram ouvidas ainda, a área de tecnologia, de operações e a comercial, que vai desde a área de tecnologia à rede postal aérea noturna. Denúncias graves, indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública, e é importante que eles também aqui estejam para prestar esclarecimentos.

Os fatos relacionados ao Sr. Marcos Valério são extremamente graves, quer seja na articulação da lavagem de dinheiro, quer seja no aperfeiçoamento da metodologia, que já vinha de algum tempo atrás. Então, tudo isso é muito grave, mas é essencial que possamos também investigar três outras diretorias, o gestor operacional dos Correios, envolvendo contratos de bilhões nas questões relacionadas aos mecanismos fraudulentos das licitações e das execuções nos contratos dessas áreas. Então, é essencial que isso também possa ser votado. Entra a Beta, a Novadata e várias outras áreas.

Uma outra coisa. Acho que é muito importante, até humildemente reconheci a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que é essencial, para evitar que as informações desencontradas gerem desconfianças entre nós, que possamos ter um mecanismo de democratização do acesso aos documentos. É essencial porque gera desconfiança. As sub-relatorias são extremamente importantes no sentido de, por intermédio da organização, descentralizar o acesso, porque se as sub-relatorias constituem novos feudos, que centralizam as informações e dificultam o acesso, elas complicam mais ainda a atividade dos parlamentares. Então, isso é muito importante. Sei que o monopólio do conhecimento, dos acessos, das chaves, na história da humanidade sempre foi algo muito precioso. As pessoas guardam documentos, guardam chaves, guardam senhas e outras coisas mais. É uma coisa impressionante o quanto isso sempre foi essencial na ética da guerra e na ética da paz. Em todos os momentos foi assim. Então, sei que as chaves de acesso nesse processo não têm sido muito sofisticadas, até porque o Ali Babá dizia "Abre-te Sésamo" e aqui bastava chegar ao banco e dizer "a encomenda" e já receber os milhões... Os pobres nem uma pochetezinha de dólar nunca viram, e à delinqüência de luxo bastava dizer "a encomenda" e já saía com uma mala de R\$100 mil, R\$200 mil, R\$300 mil, fora os carros-fortes e outras coisas mais.

Então, no sentido de que possamos viabilizar o mecanismo. Não cabe aos servidores da Casa, que fazem um rigoroso trabalho, tentam de todas as formas disponibilizar os dados, mas é essencial que os parlamentares, especialmente a Mesa e os sub-relatores, possam, o mais rápido possível, disponibilizar os dados para que tenhamos conhecimento.

Não tenho nenhum problema de ter acesso pela imprensa, mas é ruim quando temos acesso pela imprensa sob um clima de desconfiança, quando alguém diz: já mandou, já encaminhou, Fulano de Tal assinou o recebido, a lista foi, a lista não foi. Então, para evitar que se gere uma situação de desconfiança entre todos nós, é essencial que estabeleçamos mecanismos para melhorar o acesso aos documentos.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fis: 155
3435 a a
Doc:



Já que estamos falando em documento, em depoimento da Dona Simone, questiono a V. Ex<sup>as</sup> se o depoimento oficial, com as tais listas anexas dos tais receptores do esquema sujo, se ele já foi disponibilizado para a presidência e para o relator. O oficial, não os que estão circulando pela imprensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – O depoimento, Senadora Heloisa Helena, já foi encaminhado, já está na Coordenação da CPMI, e eu receberei a relação agora à tarde do próprio advogado, Dr. Marcelo. E aí ficará também disponibilizada, no final da tarde, para os membros da CPMI.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – Sr. Presidente, só para esclarecer. Eu não consegui entender, porque eu vi a lista no *site*. Eu mesmo tenho uma lista.

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – São duas listas.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – Desculpe-me. Chegou uma outra lista. Eu estou impressionado, Sr. Presidente, que eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos, V. Ex<sup>a</sup> terá o depoimento, e terá, daqui a algum tempo, a alguns minutos, a relação dos nomes.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – O depoimento eu tenho, eu só não tenho a relação oficial, que eu gostaria de ter.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – São os dois documentos que são importantes para que V. Ex<sup>a</sup> inclusive se prepare para muitas perguntas – eu acredito nisso –, amanhã, na audiência pública, especialmente com a Sr<sup>a</sup> Simone.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – Vamos nos preparar, Sr. Presidente, muito obrigado, eu só preciso da lista.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti, depois, Deputado Eduardo Paes, e, depois, finalizando, Deputado Bittar.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu acho que a reunião das 17 horas entre Presidentes e Relatores das duas CPMIs vai ser de fundamental importância para dirimir uma série de problemas. Acho que vamos ter uma limpeza do campo de atuação das duas CPMIs e isso vai facilitar, e muito, o nosso trabalho.

Em segundo lugar, essa questão da lista oficial, eu não quero aqui repetir o que outros Parlamentares já falaram, é de fundamental importância. Porque, por exemplo – só quero citar –, no caso de Santa Catarina, o Estado está citado na lista da UOL com um valor, e na lista que o Deputado Serraglio pegou hoje de manhã no Bom Dia com outro valor. E até agora nós não sabemos dizer, em primeiro lugar, se teve, se não teve, em que valor teve, para quem. E mais, se efetivamente é uma lista de observações ou se há algum documento que comprove o repasse – aí sim haveria uma prova irrefutável – para qualquer parlamentar ou para qualquer responsável de finanças, em qualquer Estado, seja de que Partido for.

A outra questão que eu gostaria aqui de levantar também é a seguinte: foi muito importante a vinda do Senador Eduardo Azeredo hoje, no início da nossa





reunião, pela manhã. Ele trouxe uma série de documentos, fez um pronunciamento contundente, e nós, que convivemos com o Senador Eduardo Azeredo, não poderíamos ter uma outra postura que não a do respeito aos documentos e ao pronunciamento que ele fez, para que esta CPMI possa, de forma muito tranqüila, avaliar e dar continuidade ao processo de investigação daquilo que estamos chamando Expediente Marcos Valério, SMP&B, DNA, em Minas Gerais.

Então, foi muito importante a vinda. Não sei quais vão ser as deliberações. Estou vendo muita gente sair, mas espero que tenhamos condição de deliberar. O fato de avaliarmos os documentos trazidos pelo Senador Eduardo Azeredo é de fundamental importância. Mas a situação Minas Gerais, Marcos Valério, SMP&B, DNA e maneira de operar, que estamos investigando, é algo que não se esgota.

E para dizer que não se esgota, quero apenas ler aqui dois trechinhos do depoimento da Simone na Polícia Federal, ontem, em que ela diz que foi indicada para trabalhar na SMP&B pelo ex-secretário de Administração do Governo do Estado de Minas Gerais, o Sr. Cláudio Roberto Mourão [que, por coincidência, foi coordenador financeiro da campanha à reeleição ao Governo do Estado]; que ela trabalhou durante 15 anos como funcionária concursada dessa secretaria [da Secretaria de Administração]; que durante esse período ocupou três vezes cargos comissionados; que ela participou também, trabalhou, na campanha política do Governo do Estado, num comitê que era coordenado pelo ex-secretário de Administração, Cláudio Roberto Mourão; que foi apresentada a Marcos Valério por Cláudio Roberto Mourão.

A Sr<sup>a</sup> Simone, que prestou depoimento ontem, e que vai vir aqui amanhã, faz, inclusive, no seu depoimento, a liga da situação Marcos Valério, Mourão, SMP&B, ou seja, de tudo aquilo que é o motivo do que estamos investigando neste momento. Eu queria, então, dizer que a situação Minas Gerais tem tudo a ver com o que estamos investigando. E, portanto, temos que ter calma, tranqüilidade, respeito. Todos são inocentes, até prova em contrário, principalmente as pessoas com as quais convivemos, as pessoas que conhecemos, respeitamos, de cuja seriedade temos todo o reconhecimento, e tal.

Mas essa investigação, Marcos Valério, SMPB, DNA, Simone, tudo isso vai estar pautado. Já esteve pautado ontem no depoimento, vai estar pautado amanhã. Por isso, precisamos ter o respeito e a continuidade, com a tranqüilidade que estamos trabalhando aqui.

Com relação aos fundos de pensão, acho também importante que façamos a reunião na quinta-feira, avaliando. E quero dizer assim: fundos de pensão é algo mal resolvido, mal explicado desde os processos de privatização neste nosso País. Portanto, penso que nada mais justo que, de uma vez por todas, tenhamos a capacidade de fazer avaliação com os cuidados e a responsabilidade que esses fundos têm, porque detêm um grande movimento de recursos, de investimentos. E mais: porque fundos de pensão significam a aposentadoria de milhões de brasileiros.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

S: \_\_\_\_\_  
157  
3435 - 2 a 2  
Doc: \_\_\_\_\_



Portanto, qualquer expediente que adotemos, no sentido de desestabilizar ou criar qualquer tipo de problemas num procedimento, é algo pelo qual poderemos estar sendo responsáveis ou co-responsáveis, por colocar em risco a situação de aposentadoria de milhões de brasileiros.

Portanto, temos de investigar. Há muito tempo, os fundos de pensão já deveriam ter sido analisados, investigados e tal, mas devemos fazê-lo com a responsabilidade que todos nós temos.

Então, achei de fundamental importância levarmos esse assunto para a reunião de quinta-feira, onde possamos avaliar e fazer a investigação com todo o cuidado responsável que devemos ter, até porque esta CPMI é dos Correios, está investigando as relações agora do Marcos Valério, SMPB, DNA, em decorrência daquilo que já apareceu do contrato que tinha com os Correios. E é muito importante que mantenhamos o foco, a lógica, a seqüência da nossa investigação.

Por último, Sr. Presidente, pediria que tivéssemos, ainda hoje, não só o depoimento prestado à Polícia Federal, no dia de ontem, da Sr<sup>a</sup> Simone, mas todos os demais depoimentos que ela já andou prestando. E também do Sr. Davi, porque o Sr. Davi também prestou depoimentos à Polícia Federal, sendo muito importante termos o depoimento em mão para nos poder preparar.

Parece-me que temos de corrigir a questão da convocação do Davi, que parece que ficou pendente ainda.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento aqui. A Senadora Ideli pode...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito, só para esclarecer, o depoimento da Dr<sup>a</sup> Simone já está disponível. Vamos solicitar o depoimento do Sr. Davi Rodrigues Alves, que foi prestado em Belo Horizonte na semana passada. E a lista, que foi divulgada ou que estão divulgando em alguns sites, daqui a alguns minutos, também estará disponível aos membros da CPMI.

E gostaria só de fazer um registro, Senadora Ideli Salvatti. Volto a alertar que temos de encarar com muito cuidado essa questão de fundos de pensão, em função do que os fundos de pensão representam para a economia do País. Portanto, temos que tratar desse assunto com muita cautela na reunião de quinta-feira.

Senador Heráclito Fortes, somente uma observação.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Era uma observação: apenas que a Senadora definisse a partir de que data, porque S. Ex<sup>a</sup> disse que essa questão de fundos de pensão vem de muito tempo. A partir de que data que S. Ex<sup>a</sup> gostaria que a investigação fosse feita, até para termos uma base.

S. Ex<sup>a</sup> fica inteiramente à vontade para dizer quando quer começar essa investigação dos fundos de pensão. Já que disse que é da privatização, se é da privatização nacional ou daquela da CRT, muito mal explicada ainda hoje para o País. S. Ex<sup>a</sup> escolha a data. Acho fundamental que essa questão tenha...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Essa questão, Senador Heráclito, vamos conversar na quinta-feira, com absoluta clareza.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI 1508 - CORREIOS

S:

3435

Doc:



**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sim, Sr. Presidente, mas quando S. Ex<sup>a</sup> diz de muito tempo atrás, fica querendo jogar uma espécie de lama em todos os governos passados, mas sabemos que fundo de pensão foi sempre a menina dos olhos do Sr. Luiz Gushiken, que, embora seja secretário da área de comunicações, é quem hoje controla, informalmente, esse setor.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito Fortes, na quinta-feira, conversaremos sobre esta questão com muito rigor.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes e depois, concluindo, o Deputado Jorge Bittar.

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Parlamentares, eu prometo ser muito breve para dizer duas coisas. A primeira é em relação à presença nesta Comissão, hoje, do Senador Eduardo Azeredo. Parece-me, Sr. Presidente, que, desde a semana passada, nós já vínhamos dizendo que o Senador tem, sim, de prestar esclarecimentos acerca dessas denúncias que surgiram sobre a sua campanha em 1998. O Senador veio hoje aqui e trouxe documentos para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Hoje pela manhã, contestei a possibilidade de convocação do Senador Eduardo Azeredo – não que havendo dúvidas sobre os esclarecimentos prestados hoje, elas não devam ser esclarecidas –, porque me parece que este não é o fórum adequado para essa discussão. Por que digo isso, Sr. Presidente? Porque, do contrário, entraremos aqui em todas as campanhas eleitorais – e aí eu vou um pouco na linha do Senador Heráclito Fortes: podemos pegar campanha eleitoral desde quando? Para apurar que tipo de conduta? Que tipo de desvio?

Portanto, Sr. Presidente, parece-me fundamental que a Comissão tenha foco. Esse esforço todos nós vimos fazendo ao longo das últimas semanas de trabalho aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito, e não nos podemos perder em questões nas quais, primeiro, na minha opinião – e os esclarecimentos do Senador Eduardo Azeredo deixaram isso muito claro no dia de hoje –, não há qualquer tipo de irregularidade e nem guarda qualquer tipo de similaridade com o que estamos apurando aqui nesta CPMI.

Repito, Sr. Presidente: tem-se um personagem, que é o mesmo, o Sr. Marcos Valério, mas os ingredientes – a computação de base parlamentar por meio do pagamento do chamado mensalão; a corrupção no Governo para sustentar esse caixa mensalão – não guardam relação alguma com o que disse e com o que explicou aqui hoje o Senador Eduardo Azeredo.

Daí a nossa posição do PSDB, muito enfática e firme, no sentido de que uma convocação do Senador Eduardo Azeredo aqui significaria, simplesmente, uma tentativa de desviar o foco, as atenções para aquilo que é objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O segundo ponto, Sr. Presidente, era simplesmente chamar a atenção – acho que temos de ir para os requerimentos – para o requerimento que apresentei, assinando ao lado dos Deputados Gustavo Fruet, Carlos Sampaio e

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - 159 EIOS

Sr. \_\_\_\_\_

3435

Doc. \_\_\_\_\_



Silvio Torres, que trata de pedir esclarecimentos ao Banco Central sobre os procedimentos adotados pelo Banco Central quando, a partir de 2003, esteve fiscalizando os Bancos BMG e Rural e, certamente, identificou todos esses empréstimos feitos para o Partido dos Trabalhadores. Nós sabemos que esses empréstimos recebem, em cada banco, uma espécie de classificação e, obviamente, a fiscalização do Banco Central checa que garantias foram dadas; se as garantias dadas não são suficientes para, de fato, garantir o empréstimo feito, pela legislação do Sistema Financeiro Nacional, isso se chama de gestão temerária. E, claramente, tivemos por parte do BMG e do Banco Rural, a partir da fragilidade das garantias oferecidas em todos esses empréstimos que somam R\$39 milhões, uma gestão temerária por parte desses bancos. E causa-me espécie, Sr. Presidente, porque, em momento algum, em dois anos e meio, o Banco Central tomou qualquer tipo de atitude. Quando esses fatos vieram a público, o Presidente do Banco Central, na última sexta-feira, declarou que determinou que esses bancos provisionassem recursos para garantir esses empréstimos e garantir o equilíbrio financeiro desses bancos. E por que isso não aconteceu anteriormente, Sr. Presidente?

Portanto, este requerimento está aqui e esperamos aprová-lo no dia de hoje e que entendemos de extrema importância. Não quero ficar aqui apontando o dedo sem ter as provas, mas parece-me que o Banco Central ou está com a fiscalização muito desatenta ou essa fiscalização viu o que tinha de ver, e as providências necessárias e adequadas ao caso não foram tomadas.

Portanto, eram essas duas observações que eu queria fazer. Sugiro que nós avancemos, efetivamente, para aprovação dos requerimentos, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, falará o Deputado Bittar e, depois, o Deputado Jamil Murad. Depois disso, eu vou encerrar, porque os pedidos para falar pela ordem que estão sendo deferidos são absolutamente pela desordem – não o de todos mas, pelo menos, o de alguns.

Com a palavra o Deputado Bittar.

**O SR. JORGE BITTAR** (PT – RJ) – Procurarei ser bem breve e objetivo. Eu vou pedir, inclusive, a atenção também do nosso Relator porque vou fazer uma proposta nessa minha intervenção que talvez possa ser útil para que melhoremos a qualidade do nosso trabalho.

Em primeiro lugar quero me referir, porque fui protagonista disso aqui, aos fatos ocorridos em Minas com o PSDB de Minas e que implicaram a exposição que nos fez aqui o Senador Eduardo Azeredo.

Quero enfatizar que o nosso foco naquele problema não deriva da avaliação de um problema regional, mas, sim, pelo fato, como aqui já se trabalhou, de que aquilo ali foi, na verdade, o ovo da serpente de todo um processo que se alastrou durante esses anos todos e que envolveu um mecanismo de captação de recursos via empréstimos bancários e de irrigação de partidos e campanhas

RQS nº 03/2005 - CN =
GPMI - CORREIO6
S: 160
3435
Déc: _____



eleitorais desde aquela época. Essa foi a nossa compreensão e a motivação disso.

O Senador se apresentou aqui – nós temos um profundo respeito por S. Ex<sup>a</sup> e por seu partido –, e nos trouxe uma série de documentos. Vamos nos debruçar sobre esses documentos e vamos projetar, em função deles, a nossa ação futura.

Agora, o essencial, o mais importante da minha intervenção é o seguinte: esta tensão que houve aqui de manhã, na verdade, como toda pequena crise, nos trouxe também uma perspectiva de futuro. Em primeiro lugar, finalmente marcamos para hoje uma reunião entre as duas CPMIs para estabelecer o método de trabalho de cada uma das duas, qual o escopo, a esfera de investigação de cada uma das duas. Finalmente, estamos fazendo isso.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, eu queria propor aqui que, durante esta semana, comandados pelo Sr. Relator, nós possamos construir um plano, um plano de vôlei, um plano de trabalho que possa delimitar a área de investigação, que possa sugerir as oitavas essenciais daqui para frente e, quanto aos documentos que nós já temos, definir os que precisam ser usados para gerar relatórios e, além deles, definir outros aos quais nós precisamos ter acesso para que possamos trabalhar o foco dos Correios e o foco que tem como epicentro Marcos Valério e todo o seu entorno. Penso ser essa a esfera de trabalho.

Nós precisamos de um plano de trabalho, porque acredito, Sr. Presidente, Sr. Relator, que, se nós tivéssemos já esse plano de trabalho, certamente, as nossas divergências seriam muito menores. A idéia é que esse plano de trabalho nos seja apresentado na semana que vem, na terça-feira por exemplo, para que possamos aprová-lo e definir, inclusive com razoável precisão, um horizonte de tempo para que possamos levar essa investigação e gerar o relatório final. Considero isso fundamental.

Era difícil ter esse plano de trabalho um mês atrás, quando as coisas estavam nebulosas ainda, mas hoje as informações básicas já estão disponíveis. Sendo assim, nós podemos, com razoável segurança e razoável precisão, construir um plano de trabalho que dê consequência ao que já fizemos, de tal maneira que nós possamos produzir um relatório que muito nos orgulhe, diferentemente do que aconteceu com a CPI do Banestado e outras CPs ou CPMIs no Congresso Nacional.

É essa a proposta que faço e gostaria de ter a apreciação do Sr. Relator sobre ela.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu só gostaria de registrar, Deputado Bittar, os comentários importantíssimos. Os sub-relatores e o próprio relator vão organizar essas ações todas. Algumas pessoas, em relação às quais tivemos requerimentos aprovados, vão ser ouvidas por um grupo menor de parlamentares exatamente para colocarmos toda a nossa agenda absolutamente em dia em termos de CPI dos Correios. A reunião de hoje, às 17 horas, do Mensalão e dos Correios, evidentemente vai ajudar ainda mais a otimizar a aprovação desses requerimentos e o encaminhamento.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
161
3435
Doc.



Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad, que é o último inscrito. Em seguida, nós vamos passar à votação.

Deputado Jamil Murad, peço objetividade, o que lhe é peculiar.

**O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP)** – Esperei esse tempo todo para dar uma opinião, Presidente. Acho que tudo o que tem sido feito na CPMI tem sido válido e tem trazido resultados concretos. Os dados que obtivemos e os esclarecimentos que obtivemos mostram que tem sido profícuo esse trabalho, mas, se nós não tivermos começo, meio e fim, se não determinarmos como nós queremos continuar trabalhando e onde nós queremos chegar, nós podemos nos perder; podemos chegar à conclusão de que trabalhamos muito, nos cansamos, mas não chegamos a lugar algum, e não é isso o que nós queremos.

Eu acho legítima e defendo a existência dos partidos políticos, a atividade dos partidos políticos; eles são indispensáveis para a vida política brasileira e para o futuro do Brasil e de nosso povo. Agora, eu não posso admitir que, apenas quando se pensa em investigar pessoas relacionadas a um determinado partido, seja válido, seja preciso ir fundo, seja preciso haver transparência, como aqui eu vi em muitas intervenções do Deputado Eduardo Paes. No entanto, quando é para investigar um ex-Governador, presidente do PSDB e hoje Senador Eduardo Azeredo, se diz que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa – diz-se que “tem que ter cuidado para não perder o foco, nós não podemos nos perder nessas questões”. Aí não dá.

Como vou explicar lá no Estado de São Paulo que não quero ouvir o Senador Eduardo Azeredo porque, numa tática inteligente, ele veio aqui e fez uma exposição espontânea como Senador? Eu acho que era respeitoso, necessário ouvi-lo; não fizemos questionamento algum, mas teremos questionamentos a fazer no momento adequado. Acho que ele precisa marcar para ser ouvido em audiência desta CPMI. Não se trata de retaliação, de joguete político de baixo nível, pois o povo brasileiro não merece isso. O fato, porém, é que a SMP&B trabalhou para ele, e o Cláudio Mourão, que era o coordenador financeiro da campanha dele, indicou a Sr<sup>a</sup> Simone, que virá aqui amanhã, para trabalhar numa alta função, que era a função financeira da SMP&B. Portanto, não é uma questão simples.

Esse Cláudio Mourão está processando o Senador Azeredo, porque ele falou que a campanha ficou em mais de R\$ 20 milhões e a apresentação oficial do Senador foi que a campanha dele ficou em R\$ 8,5 milhões. Quer dizer, não é e nós não podemos trabalhar aqui no joguete político. Nós não podemos jogar aqui com uma retaliação, mas não dá para ter dois pesos e duas medidas.

Nós somos favoráveis a ouvir pessoas independentemente do partido a que pertençam, do Estado de que provenham. Por isso é que eu acho improcedente liberar o Senador Eduardo Azeredo de ser ouvido aqui, na CPMI. Ele vai precisar ser ouvido. Quem achar que não deva ser ouvido vai votar contra no momento adequado.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CPREZIOS

S:

3435

Doc:



Neste momento, eu quero ouvir o Relator, quero ouvir dele a proposta de trabalho da semana, mas eu quero registrar, perante a opinião pública brasileira e perante esta CPMI, que eu quero ouvir o Senador Eduardo Azeredo nesta CPMI.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Está registrada a observação do Deputado Jamil Murad.

Passo a palavra para ao Relator, Deputado Osmar Serraglio, para votação dos requerimentos.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero dizer que já estamos sistematizando esse trabalho há muito tempo. É bom também que quem nos ouve e nos assiste tenha conhecimento de que há 44 nomes aprovados para serem ouvidos e de que há 108 requerimentos para serem deliberados. O que está faltando é um pouco de critério na proposição das pessoas que devam ser ouvidas.

Procedemos ontem à tarde a reuniões, sim. Estive aqui o tempo todo à disposição e conversamos. Agora, para se fazer acordo, é preciso efetivamente que todos estejam dispostos a fazê-lo. E o que estamos vendo é que, dia após dia, se acirram os ânimos. Se cada requerimento proposto for apresentado individualmente, sem que antes seja construído um entendimento, não avançaremos em nada. Basta observarmos que hoje estamos, desde a manhã até agora, sem deliberar absolutamente nada, quando efetivamente poderíamos ter produzido bastante, porque existem proposições singelas, fáceis e de procedimentos, que já poderiam ter sido eliminadas.

De qualquer modo, como conversei com os Líderes de Partidos, vamos dizer, majoritários, quero ressaltar os partidos com representação menor. O que irei propor votaremos simbolicamente, mas sob condição resolutive. O que quero dizer? Vou anunciar os requerimentos que entendo que devam ser considerados prejudicados. A qualquer um dos integrantes da Comissão que vier fazer ponderações a este Relator, desde logo, antecipo que serei receptivo e poderei reconsiderar a análise. Falo isso apenas para que não venhamos a discutir requerimento por requerimento. Gostaria que fossem anotados.

Esta Relatoria está considerando prejudicados, ou seja, serão eliminados se, até sexta-feira, a Relatoria não receber consideração alguma de quaisquer dos integrantes da Comissão os Requerimentos nºs 4, 90... (Pausa.)

Pensei que fossem só anotar porque vai para consideração. Se V. Ex<sup>as</sup> quiserem, anuncio. (Pausa.)

Requerimentos nºs 90, 99, 101, 190, 224, 238, 281, 296, 298, 324, 326, 327, 328, 353, 365, 366, 380, 381, 450, 451, 452, 474, 482, 561 e, finalmente, 562.

Anuncio ainda que os Requerimentos nºs 460 e 478 foram retirados pelos autores. (Pausa.)

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Sr. Relator, gostaria de fazer uma sugestão.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

163

3435

Doc:



**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – A retirada do Requerimento nº 42, de minha autoria e do Deputado Onyx Lorenzoni, que requer a convocação do Sr. Ezequiel Ferreira de Souza.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não. Também incluo a retirada do Requerimento nº 42. (Pausa.)

Requerimento nº 333? (Pausa.)

Não tenho objeção alguma, mas, como o autor não está aí, não sei se eu... Maurício Rands.

**A SRª IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Relator, já havia sido conversado com o autor, que concorda com a retirada.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, retiramos também o Requerimento nº 333.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Relator, gostaria de retirar o Requerimento nº 318.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Retirado o Requerimento nº 333. O Deputado Arnaldo Faria de Sá propõe a retirada do Requerimento nº 318, do qual é autor. (Pausa.)

Esses são os que estão retirados.

Passo, agora, às convocações cujas votações são simbólicas. Solicito a aprovação no sentido de que se proceda à oitiva por meio da Polícia Federal.

Requerimento nº 42. (Pausa.)

Não, o 42 já foi retirado.

Requerimentos nºs 60, 61, 62, 63, 80, 195, 220, 300, 301, 302...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Sr. Relator, já quero apresentar uma objeção com relação ao Requerimento nº 301.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 301 é o...?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Sr. Ivan Guimarães, ex-Presidente do Banco Popular. Gostaria de me opor, como V. Exª...

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só quero dizer que fiz isso a pedido do próprio autor, Senador César Borges, mas não me oponho.

**O SR. JORGE BITTAR** (PT – RJ) – Está na relação do Senador César Borges.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Caso o Senador César Borges atenda ao apelo, agradeceria a S. Exª; do contrário, apresentaríamos o requerimento.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Retiro, desde já, o Requerimento nº 301. V. Exª se entenda com seu conterrâneo.

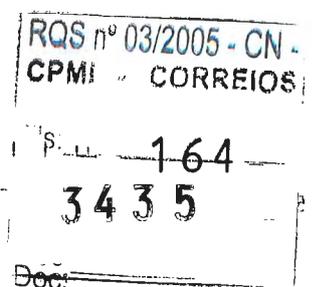
Requerimentos nºs 302, 315, 342, 343, 397, 429, 433, 435, 448... (Pausa.)

Não tem?

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Indago da consultoria...

**O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Sr. Presidente...





**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Enquanto prosseguimos, a consultoria vai verificar se por acaso já foi votado na precedente.

**O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Eu ajudo: o 448 é uma diligência em relação à identificação do Sr. Jonas Pinho, solicitada pelo Senador César Borges, e pede à Polícia Federal que faça o levantamento, já que ele foi alvo de saque. Quem é que usou o nome dele? Esse requerimento foi apresentado pelo Senador César Borges, e o requerimento é exatamente este: pedir para a Polícia Federal investigar, que é o que V. Ex<sup>a</sup> está determinando, certo?

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Independentemente disso, eu quero chamar a atenção, de fato, da consultoria, que não está nem nos pendentes nem nos aprovados.

**O SR. JORGE BITTAR** (PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Deve ter sido um problema na digitação.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ...na impressora, tudo bem. O 448 é recuperado.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – Tem duas listas diferentes, Sr. Presidente, é por isso.

**O SR. JORGE BITTAR** (PT – RJ) – Pela ordem só, Sr. Relator. Isso consta à página 18. A distinção é que não se trata de uma oitiva. Aí, nesse caso, trata-se da investigação acerca de quem foi o sacador em nome do falecido Jonas Pinho. Então, o destaque merecido é remetido à Polícia Federal pelo próprio autor, Senador César Borges. Entretanto, não é oitiva.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está tudo bem, mas é só para esclarecer que, efetivamente, nesse rol datado de 5 de agosto de 2005 não consta o 448. Vamos prosseguir. Ele vai reinserir e votar...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Deputado Osmar Serraglio, apenas por economia processual, vejo que o Requerimento nº 434, de autoria do Senador Sérgio Guerra, já foi aprovado por esta Comissão, que solicita que seja verificado na agenda de Fernanda Karina o nome do Deputado Inocêncio Gomes de Oliveira.

**O SR. JORGE BITTAR** (PT – RJ) – Isso foi retirado.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não chegou a ser. Ele pediu a retirada...

**O SR. JORGE BITTAR** (PT – RJ) – Ele pediu a retirada.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não é a retirada de pauta, pediu apenas que não se votasse naquele dia.

**O SR. JORGE BITTAR** (PT – RJ) – É isso.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não é uma retirada oficial. Mas, se S. Ex<sup>a</sup> pretender, é só formalizar, nós submetemos.

**A SR<sup>a</sup> JUÍZA DENISE FROSSARD** (PPS – RJ) – Sr. Relator, eu gostaria de retirar o requerimento. Aliás, já falei, mas reitero porque ele veio na lista, 546, prejudicado, retirado.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Nº: 165
3435
Doc:



**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 546, a autora retira e entra no rol dos retirados; 546, pois não.

Vamos prosseguir. Eu estava no 448; agora, 454, 455. Além de outros tantos, que já são de autoria do Senador César Borges, mas do 463 ao 471...

Repito: 454, 455; agora, do 463 ao 471 são todos saques, beneficiários de saques. Depois, 484...

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – São os meus requerimentos.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem. Polícia Federal. V. Ex<sup>a</sup> acompanha lá no Rio Grande do Sul.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – Não, na verdade, Sr. Presidente, esses requerimentos são aqueles pequenos sacadores das contas da SMP&B e da DNA em diversos Estados – aqui, em Belo Horizonte, inclusive não há nenhum do Rio Grande do Sul, mas que é preciso...

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E da mesma forma irão perceber que muitos são repetidos, mas a consultoria depois fará a sistematização. Prossigamos: 484, 485, 486, 490 a 503, 530, 531, 533, 534, 535 e 587. Só quero esclarecer, mas vamos deixar para a próxima reunião administrativa, que tenho ainda uma classificação daqueles que seriam sugestão para serem ouvidos...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Relator, V. Ex<sup>a</sup> falou 535?

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – 535 e depois 587.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Veja a ementa do 535.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Do Senador César Borges. Solicita a convocação, para prestar depoimento na Polícia Federal, dos senhores...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Nós vamos convocar para depor na Polícia Federal?

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Todos esses nós estamos solicitando que ela proceda. Ela está à disposição da CPMI.

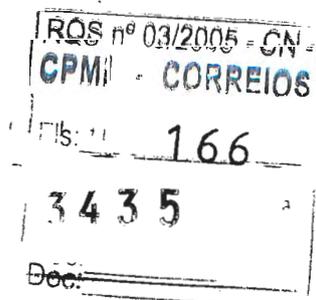
**A SR<sup>a</sup> JUÍZA DENISE FROSSARD** (PPS – RJ) – Delegação de oitiva. Isso é comum.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está correto. Aqui o próprio pedido já veio formalizado nesse sentido.

Só para concluir, para não se dizer que despejamos muita análise. Repito, isso tudo está **sub judice**. Se até sexta-feira nenhuma oposição houver, consideramos liquidado esse assunto.

Agora, indago se querem que eu anuncie, mas eu deixei aqueles que possivelmente seriam postos aqui para que a CPMI ouvisse e os que a comissão especial, porque de repente: mas por que não esse? Alguns que entendi que teriam uma relevância um pouquinho maior, eu deixei que fossem aqueles que imaginamos a possibilidade de grupos procederem às oitivas.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Deputado, eu sugeriria que deixássemos para a próxima reunião administrativa para ganharmos tempo.





**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Já enxugamos isso e na próxima faremos mais. Agora eu preciso colocar em votação.

Iremos ouvir amanhã o Sr. Davi...

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – Esse requerimento não vai ser colocado em votação, Sr. Presidente?

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nós designamos a data para ouvi-lo e não aprovamos.

**O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Davi Rodrigues Alves.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Estamos submetendo à convocação.

**O SR. (Orador não identificado)** – Qual é o número?

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É o 507.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Nobre Relator, Presidente Delcídio, eu gostaria apenas de sugerir que, seguindo uma ordem lógica, amanhã nós ouvíssemos primeiro a Sr<sup>a</sup> Simone, por ser a maior sacadora, e depois o Sr. Davi Rodrigues Alves, por ser o segundo maior. É apenas uma sugestão que faço à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – É essa a agenda de amanhã, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

**O SR. CARLOS ABICALIL** (PT – MT) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Abicalil.

**O SR. CARLOS ABICALIL** (PT – MT) – Obrigado. Apenas sugeriria que, antes de passarmos a outra deliberação, já deliberássemos sobre esse rol apresentado pelo Relator, que é aquele que está remetendo as oitivas de investigação para a Polícia Federal.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Entendo, Deputado Abicalil que todos podem ser votados em bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não há nenhuma quebra de sigilo. Portanto, podemos votar todos.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Prossigo. Faltam o 507 e o 537, que são iguais. A convocação, cuja oitiva se procederá amanhã, do Sr. Davi Rodrigues Alves.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Já não está convocada essa pessoa?

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nós designamos a data e não convocamos, estamos regularizando agora a convocação. Houve um lapso.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ato falho, Deputado Arnaldo Faria.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. José Carlos Batista, Requerimento nº 586.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Ts: 167

3435

Doc:



Agora, anuncio alguns que não são de convocação, mas que são de procedimento. Percebam que, até agora, aparentemente, temos uma votação unânime. Qualquer ressalva é só sinalizar e eu retiro imediatamente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Deputado Osmar, só uma dúvida. V. Ex<sup>a</sup> está dando como encerrada a análise dos requerimentos de convocação?

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Então, aí, eu queria...

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, não, perdão. Falta o do José Dirceu...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – E do Pizzolato.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Perdão. São os Requerimentos nºs 30, 111...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – O de nº 23.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O 23?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Sim. Requer o depoimento do Deputado José Dirceu.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ah, é. Sinalizei... Voltando: Requerimentos nºs 23, 30, 111...

**O SR. (Orador não identificado)** – É tudo a mesma coisa.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É tudo igual: 30, 111, 150, parte do 317 e o 323. Todos os requerimentos são de convocação para o depoimento do Deputado José Dirceu. Também votação simbólica.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Deputado Relator, eu chamaria a atenção de V. Ex<sup>a</sup> para o Requerimento nº 475, de autoria do Senador Alvaro Dias, que requer a convocação do Sr. Henrique Pizzolato.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Indago, porque... Há alguém que se opõe?... Não anunciei, porque não quero anunciar nada que não seja consensual.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Faz parte do acordo.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Relator, fizemos várias ponderações para que essa convocação pudesse ser analisada em conjunto com as demais, porque, apesar de ter sido argumentado que o motivo é um, também há ligação, visto que o Sr. Pizzolato preside um fundo de pensão. Portanto, fizemos ponderações para analisar tudo na quinta-feira.

Não há nenhum óbice à convocação; da minha parte não há. Fizemos a ponderação, que, infelizmente, não foi acatada. Entendo que o mais adequado, até porque o Sr. Pizzolato esteve à frente, durante um período, de um fundo de pensão, seria tratarmos desse assunto, com o cuidado que merece, na quinta-feira, mas já que não há nenhuma aquiescência da parte dos proponentes ou dos que estão reivindicando, também não serei eu a fazê-lo e imagino que ninguém mais do Governo o fará. Então, faço apenas esse registro.





**O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Agradeço à Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Introduzo na relação o Requerimento nº 475.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu gostaria de prestar um esclarecimento à Senadora Ideli Salvatti por ser autor do requerimento. Se for feita a leitura da justificativa, será possível verificar que não há nada que se relacione com fundo de pensão nesse requerimento. Por essa razão, pedimos que o requerimento seja submetido à apreciação hoje, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não. Incluído o Requerimento nº 475, do Senador Alvaro Dias, que solicita a convocação de Henrique Pizzolato.

Há outros requerimentos também com votação simbólica:

Requerimento nº 592, do Deputado Pompeo de Mattos, que solicita ao Presidente do Banco do Brasil cópia de toda a documentação que comprove relação contratual com a empresa DNA Propaganda.

Requerimento nº 591, do Deputado Pompeo de Mattos, que solicita ao Presidente da Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Gramado ou Porto Alegre, enviar cópia de toda a documentação em seu poder que comprove relação contratual do Banco do Brasil com a empresa DNA Propaganda.

Requerimento nº 589, do Deputado Nélio Dias, que solicita informações sobre lista contendo nomes de Deputados Federais como recebedores do suposto mensalão.

Requerimento nº 587, do Senador César Borges, que, na verdade, é a consolidação do que já votamos.

Requerimento nº 585, do Deputado Nilton Baiano, que solicita a emissão de certidão autenticada pela direção da CPMI dos Correios informando se existe o seu nome na lista, porque o jornal **O Estado de S.Paulo** publicou o nome do Parlamentar como sendo beneficiado com o pagamento de mesada.

Requerimento nº 584, dos Senadores Ney Suassuna e Luiz Otávio e do Deputado Asdrubal Bentes, que solicita ao Banco Central a criação de um grupo de trabalho composto por auditores para auxiliar na análise dos dados enviados pelo Banco Rural.

Requerimento nº 583, dos Senadores Ney Suassuna e Luiz Otávio e do Deputado Asdrubal Bentes...

**A SRª JUÍZA DENISE FROSSARD** (PPS – RJ) – Relator?

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ...que solicita... Estou indo muito ligeiro?

**A SRª JUÍZA DENISE FROSSARD** (PPS – RJ) – Não, não. Eu queria apenas fazer uma consideração. Percebo aqui que o Deputado Nilton Baiano solicitou uma certidão em razão de uma publicação. Nem sei de quando é esse documento.





**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É semelhante ao do Deputado Nélio Dias. É a mesma.

**O SR. NÉLIO DIAS** (PP – RN) – É semelhante. É o mesmo caso, inclusive, do Deputado Ivan Ranzolin e exatamente dos outros 22.

**A SRª JUÍZA DENISE FROSSARD** (PPS – RJ) – O que estou dizendo é que, quanto a essas certidões, poderíamos tomar um procedimento de emitir imediatamente se consta ou não, porque o sujeito fica numa situação difícil.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É o que ele anunciou. V. Exª tem razão.

**A SRª JUÍZA DENISE FROSSARD** (PPS – RJ) – Consta uma situação, esse é um direito dele.

**O SR. ASBRUBAL BENTES** (PMDB – PA) – Sr. Relator, como observação.

**A SRª JUÍZA DENISE FROSSARD** (PPS – RJ) – Deixe-me só completar. Esse é um direito constitucional dele, independentemente da nossa autorização.

Muito obrigada.

**O SR. ASBRUBAL BENTES** (PMDB – PA) – Exatamente, mas que seja até a presente data. Daí para frente, ninguém sabe o que pode acontecer.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – Sr. Relator, peço a palavra para uma questão de ordem para esclarecer. Um procedimento semelhante a esse ocorreu na CPI do Narcotráfico. Muitas pessoas pediam à CPI certidão de que não constava o nome. Havia, inclusive, gente que citava o nome de alguns só para colocar em polvorosa e até para achacar – vamos ser claros. Depois, pediam uma certidão para a CPI e o nome nunca havia sido falado na Comissão. Tínhamos que dar uma certidão, dizendo que aquele nome não existia e aquilo valia fortunas para um advogado – ou não sei para quem – para que fosse entregue como se estivesse liquidando a fatura.

Parece-me, Sr. Presidente, que a CPMI não tem que fornecer certidão a ninguém. O que a CPMI deve dizer é que essa lista publicada não existe na Comissão, não é verdadeira e esses nomes não constam na Comissão. Então, podem-se listar todos os nomes em conjunto para não ficar uma situação de só ter a certidão quem a requerer. A CPMI precisa tomar uma decisão coletiva. Aquela lista é da CPMI? Não é. O jornal errou. A CPMI não tem essa lista e tem que dizer coletivamente: essa lista não existe. Esse é o documento público, não sendo preciso emitir uma certidão individualizada.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Relator, salvo melhor juízo, o Requerimento nº 584 não pode ser votado simbolicamente.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Perceba que esses dados já estão à nossa disposição. É apenas para que nos auxiliem no estudo interno os dados que já foram disponibilizados.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O Requerimento nº 584 é sobre a criação de um grupo de trabalho.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
i.s: 170
3435
Doc: _____



**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Composto por auditores para auxiliar na análise dos dados enviados para o Banco Central.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Ok.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Requerimento nº 582, de autoria dos Senadores Ney Suassuna e Luiz Otávio e do Deputado Asdrubal Bentes, solicita a disponibilização de dois técnicos do Coaf para auxiliar nos salários da CPMI.

O Requerimento nº 581, de autoria dos Senadores Ney Suassuna e Luiz Otávio e do Deputado Asdrubal Bentes, solicita que cada sub-Relator seja assessorado por três Parlamentares, sendo dois Deputados e um Senador, de diferentes Partidos, para ajudar o Sr. Relator na feitura do relatório parcial.

O Requerimento nº 579 – não consta a autoria, mas os autores devem ser os mesmos antes anunciados – solicita a disponibilização de dois técnicos do TCU para auxiliar os trabalhos na Comissão. Vai ficar bom. Só falta espaço lá embaixo para trabalhar.

O Requerimento nº 571, de autoria do Deputado Jamil Murad, solicita: 1) que tipo de vínculo contratual entre o Sr. Marcos Valério e o Banco Central; 2) que datas teve o início e o fim desse vínculo; 3) quem foi o Presidente do Banco Central no período em que o Sr. Marcos Valério prestou serviços para o Banco Central, segundo informação da Srª Renilda Maria Santiago de Souza.

O Requerimento nº 564 é nominal.

O Requerimento nº 563, de autoria do Senador César Borges, solicita que sejam requisitadas à Polícia Federal investigações para localizar a sede da empresa Garanhuns Empreendimentos e Participações Ltda, identificar seus proprietários a fim de prestar esclarecimentos sobre os elevados saques de cheques das empresas SMP&B Comunicação Ltda e DNA.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem. Aprovamos e perde-se o objeto na execução.

O Requerimento nº 535 já foi.

**O SR. SILVIO TORRES** (PSDB – SP) – Sr. Relator, o Requerimento nº 596 V. Exª não incluiu. Gostaríamos que o fosse.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu apenas não incluí...

**O SR. SILVIO TORRES** (PSDB – SP) – O Deputado Eduardo Paes fez uma...

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Requerimento nº 596?

**O SR. SILVIO TORRES** (PSDB – SP) – Sim, Excelência. Ele fez uma consideração para V. Exª e para o Presidente sobre a necessidade de fazer essa análise.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu vou ler. Fiquei em dúvida por causa do “e do Banco do Brasil”. Fiquei em dúvida se eu poderia fazer simbolicamente. Vamos lá. Os Deputados Gustavo Fruet, Eduardo Paes e Carlos





Sampaio solicitam análises, auditagens e quaisquer outros estudos e relatórios feitos pelo Banco Central, a partir dos balanços dos bancos... Isso não dá. Não temos acesso, por enquanto, a isso. Então, fica sobrestado até quinta-feira.

**O SR. SILVIO TORRES** (PSDB – SP) – Não é para ser votado em bloco. Então, vamos ter que votar separado, é isso?

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É. Tem que ser nominal, quinta-feira. Estamos só os que não dependem de votação nominal.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Esse tem que ser nominal.

**O SR. SILVIO TORRES** (PSDB – SP) – Por que razão tem que ser nominal? Não entendi. Por que V. Ex<sup>a</sup> adotou esse critério? O Deputado Arnaldo também acha?

**O SR. (Orador não identificado)** – Quebra de sigilo.

**O SR. SILVIO TORRES** (PSDB – SP) – Não é uma quebra de sigilo. É auditar balanço público. Basta um trabalho técnico, como tantos outros que foram solicitados. Não se trata de nada...

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vamos ler de novo. É o 596. Vou ver se me convenço logo pela leitura. 596. Solicita análises, auditagens e quaisquer outros estudos e relatórios feitos pelo Banco Central a partir dos balanços dos bancos BMG, Rural e do Brasil de resultados das fiscalizações realizadas nos exercícios de 2002 a 2003, quais as providências adotadas a partir das análises dos balanços e resultados de fiscalização a que se referem...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Tem que ser nominal.

**O SR. SILVIO TORRES** (PSDB – SP) – É uma solicitação de informações do Banco Central, que, provavelmente, está às mãos deles. Não tem nenhuma grande dificuldade...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Mas, provavelmente...

**O SR. SILVIO TORRES** (PSDB – SP) – Não. E o Banco Central analisa os balanços de bancos...

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu gostaria de esclarecer o seguinte: o Banco central – e temos tido isso nos contatos diuturnos – é muito exigente no formalismo do procedimento. Por mim, eu incluo já. Agora, se bater na parede lá... Acho que é melhor esperar e votar nominal na próxima reunião. Ninguém tem objeção a isso.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – Sr. Relator, isso são documentos bancários. Revestem-se todos os documentos bancários de sigilo porque a análise financeira do banco... E o Banco Central tem que reservar, até porque há uma competitividade entre os bancos, credibilidade dos bancos, enfim, uma série de questões. Essas análises são guardadas de sigilo no Banco Central. E, sim, para transferirmos esse sigilo, tem que ser votado nominalmente...

**O SR. SILVIO TORRES** (PSDB – SP) – Eu queria só solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que consultasse se isso implica quebra de sigilo. Caso não implique, podemos...

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – É transferência de sigilo. Não é quebra de sigilo. É transferência de sigilo.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
Fis: 172
3435
Doc:



**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sem problema nenhum.

**A SRª IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Relator...

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

**A SRª IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Além das análises, estão sendo pedidas também as fiscalizações realizadas. Ai...

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que são análise...

**A SRª IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Não é mera análise. A outra questão, Sr. Relator, é que temos adotado a questão dos cinco anos. Então, acho que, neste caso, deveríamos ampliar para exercícios...

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas não vamos votar agora.

**A SRª IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Não, eu sei, mas apenas para retificar na próxima votação.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem. Sr. Presidente, os de votação simbólica. Depois, terei um requerimento para anunciar que não é votação. Eu só quero anunciar o 601. Tenho a impressão de que não está no mapa, mas anuncio. É do Deputado Onyx Lorenzoni. Entendo que já é uma coisa acessada através das quebras a que procedemos ou das transferências a que procedemos. De qualquer modo, lerei e submeterei à simbólica, porque não mais exige nominal.

Solicita que esta CPMI requirite a transferência de sigilo bancário do Partido dos Trabalhadores, da agência 3344-8, conta-corrente nº 13.000-1, no Banco do Brasil. Sr. Presidente, requiro a V. Exª, conforme lei complementar que esta CPMI requirite a transferência de sigilo bancário da conta que acabei de anunciar, nos dias 30 de dezembro de 2003, 29 de janeiro de 2004, 30 de janeiro de 2004, 27 de fevereiro de 2004 e 29 de março de 2004, informando a origem dos créditos nela efetuados nessas datas, a fim de subsidiar as investigações desta CPMI destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de corrupção.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Relator, esse requerimento tem que ser nominal.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele aparenta ser. Ele sequer careceria que o puséssemos em votação porque já temos a disponibilização...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Então, temos que votar o requerimento.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Temos, mas o Deputado acha que é mais interessante referendar.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Se formos votar é transferência de sigilo e tem que ser nominal.

**O SR. CARLOS ABICALIL** (PT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Eu não estou entrando no mérito do requerimento. Estou falando regimentalmente.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

173

3435

Doc.



**O SR. CARLOS ABICALIL** (PT – MT) – Correto. Quero corroborar o argumento do Deputado Arnaldo Faria de Sá. A rigor, o sigilo está transferido.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está.

**O SR. CARLOS ABICALIL** (PT – MT) – O que o Deputado Onyx Lorenzoni solicita é um procedimento que vai caber à Mesa proceder, que é, nos dias que ele menciona, que não tenho mais na memória... Mas cabe o registro do Deputado.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nós informamos isso e o Deputado entendeu que seria melhor registrar e estamos procedendo ao registro.

**O SR. CARLOS ABICALIL** (PT – MT) – Isso.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com a concordância inclusive do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Regimentalmente, não vou abrir mão. Ou retira o requerimento ou vota nominalmente.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, excluindo este, o 601. Os demais todos que procedi ao anúncio, Sr. Presidente, estão em votação.

**O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Sr. Presidente, está em votação.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Deixa ele colocar em votação esses aí e, em seguida...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Vamos votar o que não tenha discussão.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Queria ponderar ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá que há uma disposição da Lei Complementar nº 105, no art. 1º, §3º, inciso V, que diz o seguinte: “não constitui violação do dever de sigilo...” Só para recordar, lembro que o Partido dos Trabalhadores nos abriu as informações. “Não constitui (...) a revelação de informações sigilosas, com o consentimento expresso dos interessados”. Portanto, mais uma vez reafirma a desnecessidade sequer do requerimento.

**A SRª JUÍZA DENISE FROSSARD** (PPS – SP) – Perfeito, Sr. Relator.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, não vai votar o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Se não há necessidade, vamos julgar prejudicado o requerimento.

**O SR. ASDRUBAL BENTES** (PMDB – PA) – Está prejudicado o requerimento, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu acho que o requerimento...

**O SR. ASDRUBAL BENTES** (PMDB – PA) – Está prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Acho que o Relator foi extremamente claro na sua exposição. Votaremos os demais requerimentos, requerimentos em bloco que o Relator explicou e citou antes.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
174

3435

Doc:



Se todos estão de acordo pela aprovação, queiram permanecer sentados.  
(Pausa.)

Aprovados.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Indago se devo proceder à votação nominal.

**O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço para que rapidamente se vote o 601.

**A SRª IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O 601 já está prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está prejudicado.

**O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Não está prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está prejudicado, Sr. Deputado, pelas razões expostas pelo Relator Osmar Serraglio.

**O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Sr. Presidente, com licença, S. Exª não pode...

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Deixe-me ponderar, Deputado. Formulamos hoje o seu pedido e qualquer dificuldade que houver colocaremos em votação.

**O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – A pergunta que quero fazer ao nobre Relator, porque isso foi fruto de um acordo, a pergunta é: o que está solicitado no 601 o nobre Relator vai...

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ratifico como incluído na disponibilização havida.

**O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – E V. Exª vai requerer ao Banco Central?

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com certeza.

**O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – A reunião está encerrada. Amanhã, às dez horas da manhã tem mais.

*(Levanta-se a reunião às 16 horas e 40 minutos.)*

